



**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**

Maria da Graça Agostinho

**ESPAÇO PÚBLICO URBANO E CIDADANIA
NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS:
O CASO DO PARQUE DA LUZ EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Tese de Doutorado

FLORIANÓPOLIS

2008

Maria da Graça Agostinho

**O ESPAÇO PÚBLICO URBANO E A CIDADANIA
NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS:
O CASO DO PARQUE DA LUZ EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Luíza Carvalho da Rocha

Co-orientador: Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres

FLORIANÓPOLIS

2008

Ao meu pai
Luis Agostinho
(in memoriam)

Às minhas filhas
Camila e Luísa

Agradecimentos

Agradeço a todos que me ajudaram nesta caminhada:

À Ana Luíza Carvalho da Rocha, minha orientadora, um agradecimento especial por seu papel decisivo na construção deste trabalho, por sua competência e amizade.

Ao Lino Fernando Bragança Peres, co-orientador, por sua contribuição na orientação desta tese.

Aos professores que generosamente aceitaram o convite para participar como Membros da Banca Examinadora: Prof^a Dra. Cornélia Eckert; Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn; Prof. Dr. Hermetes Reis de Araújo; Prof. Dra Luzinete Simões Minella.

Aos professores com quem tive a oportunidade dividir momentos de aprendizados interdisciplinares: Joana Pedro, Miriam Grossi, Luzinete Minella, Carmem Rial, Ana Luíza Rocha, Cornélia Eckert, Hector Ricardo Leis, Selvino Assmann, Rafael Raffaelli, Élon Pereira.

Aos funcionários do programa de doutorado, Liana, Ângelo e Jerônimo, sempre atenciosos nos encaminhamentos burocráticos.

Ao Lúcio Dias da Silva Filho, por disponibilizar, tão generosamente, o acervo da AAPLuz – Associação Amigos do Parque da Luz.

À Lua Amora Silva, por disponibilizar o acervo pessoal de Etienne Luiz Silva.

À Elisiana Trilha Castro, por disponibilizar imagem digitalizada da vista do antigo cemitério municipal.

Ao Edson Wolff e ao gabinete do Vereador Mauro Passos, por cederem o material do Parque da Luz e da Ponta do Coral, produzido pelo gabinete.

À Ana Albano Amora, por suas contribuições metodológicas.

Ao Rossano Lopes Bastos, por sua contribuição na leitura inicial do trabalho.

À Cláudia Hausman Silveira, Elisa Gomes Vieira, Silmara Cimbalista parceiras intelectuais e afetivas neste doutorado. Um agradecimento muito especial a Cláudia e Elisa pela amizade e apoio imprescindíveis nesta caminhada.

Às amigas Eleonora Casali, Lícia Brancher, Vera Sayão e Zuca Campagna, pelo apoio e incentivo.

À minha família: minha mãe, meus irmãos, cunhados, sobrinhos e tio Américo, pelo apoio sempre presente.

Agradeço à Camila e à Luísa, pois tiveram que abrir mão de um tempo que era delas para que eu pudesse me dedicar a este trabalho.

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? - pergunta Kublai Khan.

- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra - responde

Marco - mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

- Sem pedras o arco não existe.

Italo Calvino

As cidades invisíveis

Lista de Figuras

Figura 1. Arco romano, Beja, Portugal.	20
Figura 2. Parque da Luz: um percurso etnográfico.....	31
Figura 3. Parque da Luz, na área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz.	33
Figura 4. Vista geral do centro da cidade de Florianópolis.	34
Figura 5. Reconstrução de Atenas e sua <i>ágora</i>	36
Figura 6. Órgão do Mar, Zadar - Croácia 59	
Figura 7. Passeio de Gracia, Barcelona, Espanha.	66
Figura 8. Piazza del Campo – Siena –Itália.....	67
Figura 9. Reforma do centro de Paris, Haussmann.....	71
Figura 10. Le Corbusier e a proposta da <i>Ville Radieuse</i>	75
Figura 11. Comparação entre cidade pré-industrial e cidade moderna 76	
Figura 12. Esplanada dos Ministérios – Brasília 77	
Figura 13. Demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, em 1972.	83
Figura 14. Favela de Paraisópolis e condomínio de luxo no bairro do Morumbi, em São Paulo.....	85
Figura 15. Como foram se fazendo as cidades no Brasil.	98
Figura 16. Vias expressas, Florianópolis.....	112
Figura 17. Vista da ilha de Santa Catarina – Viagens de La Perouse 1785.....	113
Figura 18. Florianópolis - Mercado Público - entre 1898 e 1935 114	
Figura 19. Proposta para Florianópolis, Plano Diretor de 1952.	127
Figura 20. Proposta para Florianópolis, construção do Aterro da Baía Sul e 2ª ponte.	131
Figura 21. Inscrição rupestre transformada em logomarca.....	145
Figura 22. Condomínios fechados.....	147
Figura 23. Shopping localizado no bairro do Saco Grande, aos fundos: área de proteção ambiental.....	148
Figura 24. Shopping localizado no bairro Santa Mônica.....	149
Figura 25. Miramar: um trapiche junto ao mar.....	150
Figura 26. Miramar e o aterro da Baía Sul, 1973.....	151
Figura 27. Monumento ao Miramar, 2007.	151
Figura 28. Vista da Ponta do Coral 153	
Figura 29. Parque da Luz, 2007 155	
Figura 30. Parque da Luz..... 157	

Figura 31. Forte de Santana	160
Figura 32. Planta da cidade de Florianópolis – 1913, com a localização do Cemitério Público.	162
Figura 33. Vista do Cemitério Municipal. Cerca de 1923.....	163
Figura 34. Vista do Cemitério Municipal; Cemitério Alemão; Forno de incineração do lixo e da Estação de Tratamento de Esgotos. Cerca de 1924.....	165
Figura 35. Escavações no morro para implantação da ponte Hercílio Luz. Acima, vista parcial do cemitério municipal. Cerca de 1925.	167
Figura 36. Alameda Adolfo Konder, vista da ponte e monumento em homenagem a Hercílio Luz, 1960.....	168
Figura 37. Ponte Hercílio Luz em construção, 1922.....	169
Figura 38. Reformas urbanas das décadas de 30-40.....	172
Figura 39. Eduardo Dias – Ponte Hercílio Luz (1930), óleo sobre tela, 109 x 152 cm.	173
Figura 40. Florianópolis, centro da cidade, no canto superior direito pode ser visto a área da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, década de 1950.	174
Figura 41. Ponte Hercílio Luz, início dos anos de 1970.....	175
Figura 42. Vista da área central de Florianópolis com a construção, à direita, da ponte Colombo Sales e do aterro da Baía Sul. Década de 1970.....	176
Figura 43. As formas de ocupação da área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz nas décadas de 1980-1990.....	179
Figura 44. Vista do Parque da Luz e da ponte Hercílio Luz, material de divulgação	181
Figura 45. Primeiro folheto de divulgação da proposta de criação do Parque da Luz.	184
Figura 46. Manchete de jornal noticiando evento promovido pelo grupo Vidarte.....	185
Figura 47. Carta escrita por Etienne, em 17 de agosto de 1995 reafirmando a proposta de criação do Parque da Luz.	185
Figura 48. Delimitação da área poligonal de entorno da Ponte Hercílio Luz, prevista no tombamento federal.....	190
Figura 49. Vista do Parque da Luz, em primeiro plano; as pontes e os bairros do continente, ao fundo.	192
Figura 50. Movimentos sociais e ambientais se mobilizam em defesa do Parque da Luz.....	195

Figura 51. Movimentos sociais e ambientais se mobilizam em defesa do Parque da Luz.....	196
Figura 52. Manifestação é noticiada em jornal de circulação nacional.	199
Figura 53. Implantação do bosque no Parque da Luz.	201
Figura 54. Cerimonial Pela Paz Mundial e Cura do Meio Ambiente com a participação do Lama Changcheng Rinpoche e do Padre Wilson Groh.	203
Figura 55. Convite para o “Dia Mundial do Meio Ambiente” no Parque da Luz, 3 de junho de 2001. Atividade promovida pela AAPLuz e o movimento “Abraçando a Vida”.	204
Figura 56. Atividades culturais no Parque da Luz	205
Figura 57. Vista da ponte Hercílio Luz e do lado continental da cidade, com o edifício dentro da área de entorno de proteção, interferindo na paisagem onde a ponte está inserida.	208
Figura 58. Verticalização da área de entorno do Parque da Luz.	209
Figura 59. Centro Empresarial (à esquerda) construído dentro da área de proteção do tombamento da Ponte Hercílio Luz.	210
Figura 60. Planta de uso do solo da área da cabeceira da ponte Hercílio Luz. Lei complementar 001/97.Área maior à esquerda ficou como AVL, área menor à direita foi modificada para AMC.....	211
Figura 61. Prédio da empresa Santa Fé Veículos, localizado ao lado da área do Parque da Luz na esquina da rua Felipe Schmidt com a rua Hoepcke. Demolido.	213
Figura 62. Obra do edifício embargada pelo IPHAN, em dezembro de 2004, no início da construção.	214
Figura 63. Construção dos edifícios de apartamentos ao lado do Parque da Luz, 2007.	215
Figura 64. Vista da avenida Rio Branco: edifícios construídos na área do prédio da Santa Fé Veículos	216
Figura 65. Vista do Parque da Luz, situação atual.	217

Lista de Abreviaturas e Siglas

AAPLuz - Associação dos Amigos do Parque da Luz
ACAPRA - Associação Catarinense de Proteção aos Animais.
APUFSC - Associação dos Professores da UFSC
ARQUISUR - Encontro de Faculdades e Escolas de Arquitetura dos Países do Mercosul
ASSORI - Associação de Rendeiras da Ilha
BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CMF - Câmara Municipal de Florianópolis
Comcap - Companhia de Melhoramentos da Capital
DSP - Departamento de Saúde Pública
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
ESPLAN - Escritório catarinense de planejamento integrado
ETE - Estação de Tratamento de Esgotos
FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente
FME - Fundação Municipal de Esportes
GAPLAN/PMF - Gabinete de Planejamento da PMF
IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUF - Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEL - Movimento Ecológico Livre
NIPE/CCA/ESAG - Núcleo Integrado de Pesquisa e Extensão

do Centro de Ciências da Administração

NPCT - Núcleo de Política Científica e Tecnológica da UFSC

ONG - Organização Não Governamental

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDS - Partido Democrático Social

PFL - Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PV - Partido Verde

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SERPHAU - Serviço de Habitação e Urbanismo

SESC - Serviço Social do Comércio

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UDESC - Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina

UDN - União Democrática Nacional

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Este trabalho estabelece uma relação entre a importância de espaço público nas cidades contemporâneas e a construção da cidadania como fundamentais para a construção de cidades justas e solidárias. Os espaços públicos urbanos que se caracterizam como lugares de trocas, de encontros e vivências múltiplas, ou seja, lugares de vida pública, são negados nos processos de desigualdade social, segregação espacial e violência urbana que marcam a realidade das cidades contemporâneas, sejam elas grandes metrópoles ou cidades médias. Este trabalho se pautou pela percepção das possibilidades que se apresentam como contraponto às novas tendências desagregadoras da vida urbana, destacando-se as ações de resistência às perdas dos lugares de vida pública nas cidades. Esta tese teve como objetivo compreender a importância dos espaços públicos urbanos para a cidade e para a cidadania, através de um estudo de caso, o Parque da Luz, em Florianópolis – SC, onde o processo de modernização a partir do desenvolvimento do turismo em tempos de globalização transformou este lugar, localizado na área da cabeceira da ponte Hercílio Luz, em objeto de disputa entre distintos projetos sociais de cidade. Considera-se que o direito à cidade fica seriamente comprometido sem a existência de lugares de vida pública na cidade. A luta pelo direito à cidade e a existência de espaços públicos urbanos se fortalecem mutuamente e cotidianamente, da mesma forma os espaços públicos urbanos se esvaziam com a perda dos direitos à cidade pela maioria da população. Este trabalho buscou uma nova abordagem analítica sobre Florianópolis a partir da interdisciplinaridade.

Palavras-chaves: Espaço Público Urbano; Cidade; Cidadania; Florianópolis.

ABSTRACT

This paper establishes a relation between the importance of public space in contemporary cities and the construction of citizenship as being fundamental to build fair, solidary cities. Urban public spaces have a characteristic of being places of exchange, meetings and multiple experiences, that is, public life places are denied in the social inequality, spatial segregation and urban violence processes that mark the reality in contemporary cities, whether large metropolis or medium-sized cities. This paper followed the perception of the possibilities that appear as a counterpoint to the new urban life disaggregating trends, highlighting actions of resistance against losses of public life spaces in the cities. The purpose of this thesis is to understand the importance of urban public spaces for the city and citizenship through a case study, the Parque da Luz in Florianópolis – SC, where the modernization process from the development of tourism in times of globalization transformed this place – that is located in the area at the head of Hercílio Luz bridge – as an object of dispute between distinct social projects for the city. It is considered that the right to the city is seriously hampered without the existence of public life places in the city. The struggle to claim the right to the city and the existence of urban public spaces strengthen each other mutually and on a daily basis, likewise, urban public spaces are emptied out with the loss of the rights to the city for the majority of the population. This paper sought a new analytical approach about Florianópolis through interdisciplinarity.

Key words: Urban Public Space; City; Citizenship; Florianópolis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 PARTE I	
 CAPÍTULO 1	
QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS	20
1.1 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR	21
1.2 A PESQUISA DA CIDADE NA CIDADE: METODOLOGIA	27
 CAPÍTULO 2	
CIDADE, ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA:	
os dilemas da construção de cidades justas e democráticas.....	36
2.1 CIDADANIA E LIBERDADE	39
2.2 LIBERDADE E AÇÃO.....	44
2.3 ESPAÇO PÚBLICO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?.....	47
2.4 A CIDADE E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	52
2.5 CIDADANIA: EXERCÍCIO CONSTANTE PELOS DIREITOS HUMANOS	54
 CAPÍTULO 3	
O ESPAÇO PÚBLICO NAS CIDADES MODERNO-CONTEMPORÂNEAS.....	59
3.1 MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E MODERNISMO	60
3.2 O ESPAÇO PÚBLICO NA HISTÓRIA DA CIDADE	63
3.3 O URBANISMO MODERNO E A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO ESPAÇO PÚBLICO	73
3.4 AS CIDADES E O URBANISMO FUNCIONALISTA: A MORTE DA RUA CORREDOR	78
3.5 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO DEPOIS DOS MODERNOS	80
3.6 ESPAÇO PÚBLICO URBANO E VIDA PÚBLICA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA.....	84
3.6.1 <i>Os novos padrões de segregação urbana e a implosão da vida pública</i>	84
3.6.2 <i>Liberdade ou proteção: um dilema da sociedade contemporânea</i>	89
3.6.3 <i>Considerações sobre o espaço público urbano e a vida pública na contemporaneidade</i>	91
3.6.4 <i>O direito à cidade: os espaços públicos e a construção da cidadania</i>	96
 PARTE II	
CAPÍTULO 4	
AS CIDADES E A CIDADANIA NO BRASIL	98
4.1 A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA: COMO FICARAM AS CIDADES E A CIDADANIA?	99
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS CIDADES BRASILEIRAS	105

4.3 O ESTATUTO DA CIDADE E A PARTICIPAÇÃO POPULAR	109
CAPÍTULO 5	
FLORIANÓPOLIS E A MODERNIZAÇÃO “CONTRA O ATRASO”	112
5.1 O HIGIENISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	117
5.2 MODERNIZAÇÃO EM RITMO LENTO: CONSTRUINDO A IDÉIA DE UM FUTURO MODERNO	120
5.3 A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA: A AÇÃO DO ESTADO NA CAPITAL CATARINENSE	128
5.4 FLORIANÓPOLIS NA GLOBALIZAÇÃO: MODERNIZAÇÃO, TURISMO E OS GRANDES PROJETOS	135
5.5 ESPAÇO PÚBLICO URBANO: ESVAZIAMENTO E RESISTÊNCIAS	144
5.5.1 <i>Turismo e o consumo dos lugares</i>	144
5.5.2 <i>Enclaves: espaços de segregação</i>	146
5.5.3 <i>Do sentido da perda a perda do sentido: o Miramar e o monumento ao Miramar</i>	150
5.5.4 <i>Privatização e resistência: o uso de áreas públicas urbanas</i>	152
PARTE III	
CAPÍTULO 6	
UM LUGAR (IN)COMUM	155
6.1 UM LUGAR NA CIDADE.....	158
6.2 UM LUGAR SAGRADO	160
6.3 UM LUGAR ENTRE A CIDADE E A PONTE: UMA MUDANÇA DE PERSPECTIVA.....	169
6.4 A PONTE: UM MONUMENTO MODERNO EM RUÍNAS	174
CAPÍTULO 7	
O PARQUE E A PONTE: a construção de sentidos e de resistências.....	181
7.1 “VAMOS CRIAR NESTA ILHA UM PARQUE DA VIDA NA PONTE DA LUZ”... ..	182
7.2 O PROCESSO DE TOMBAMENTO DA PONTE: UMA LONGA HISTÓRIA	188
7.3 INTERESSES E CONFLITOS NA DISPUTA POR UM LUGAR.....	191
7.4 OS “GRANDES PROJETOS”: HOTEL E CENTRO DE CONVENÇÕES NA CABECEIRA DA PONTE HERCÍLIO LUZ	193
7.5 LUGAR DE RESISTÊNCIA	201
7.6 AS DISPUTAS CONTINUAM... ..	207
CONCLUSÕES	219
REFERÊNCIAS.....	233

INTRODUÇÃO

A questão norteadora que orientou o desenvolvimento desta tese busca estabelecer uma relação entre espaço público nas cidades e a construção da cidadania. Qual a importância da existência de espaços públicos urbanos para a cidade e para a cidadania? Diante das transformações urbanas nas cidades contemporâneas com o surgimento de novos padrões de segregação espacial como os “enclaves fortificados” de moradia, trabalho, lazer e consumo (CALDEIRA, 2000), apresentam-se as seguintes questões: É possível existir cidades sem espaços públicos sem que a própria noção de cidade seja modificada? É possível o exercício pleno da cidadania no que diz respeito ao direito à cidade sem a existência de espaços públicos urbanos nas cidades contemporâneas?

Assim, o problema central da pesquisa desenvolve o argumento sobre o papel dos espaços públicos urbanos na construção da cidadania e sua contribuição para a construção de cidades justas e solidárias.

Desigualdade social, segregação territorial e violência urbana são fenômenos que tem marcado a realidade das cidades contemporâneas, sejam elas grandes metrópoles ou cidades médias. Os processos de desigualdade social decorrentes “do desenvolvimento do mundo da mercadoria” têm seu desdobramento na organização do espaço urbano e na vida urbana dada pela existência do fenômeno da segregação espacial nas cidades, provocando a fragmentação espacial e a separação dos diversos grupos ou classes sociais.

Assim, estamos vivenciando cada vez mais nas cidades o esvaziamento dos espaços públicos urbanos. Com isso, a cidade perde os espaços que se caracterizam como lugar de trocas, de encontros e vivências múltiplas, ou seja, o lugar de vida pública.

A idéia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros. [...] Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública (CALDEIRA, 2000, p.301).

O estudo do espaço público urbano como lugar de vida pública buscando compreender as mudanças sócio-espaciais ocorridas nas cidades orientou este

trabalho no sentido de perceber as possibilidades que se apresentam como contraponto às novas tendências desagregadoras da vida urbana.

Holston (1993), ao estudar a cidade modernista, fez um recorte buscando analisar duas realidades contrastantes, a cidade modernista contida no Plano Piloto de Brasília e a cidade pré-industrial. Entretanto, ao analisar a cidade contemporânea brasileira, reconheço nela a existência de uma forma urbana pré-industrial que em geral deu origem à cidade e a sobreposição de elementos da cidade modernista.

Para Canclini (2003) a concepção urbanística integradora que prevalece nas cidades européias e cidades latino-americanas formadas a partir do modelo europeu, ou seja, cidades produzidas historicamente, tornaram tais cidades âmbitos disponíveis para a interculturalidade.

Neste sentido, nos apoiamos na noção de tempos rápidos e tempos lentos, desenvolvida por Milton Santos (2004, p. 266-267), a partir da contribuição de Fernand Braudel. “Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações” das temporalidades existentes. Portanto, não há tempos absolutos. As cidades contemporâneas são compostas, portanto, de muitas temporalidades.

Tais processos ocorrem em graus de intensidade variados de acordo com a realidade e com o processo histórico de cada cidade. Neste sentido, o tema do espaço público nas cidades será abordado, não somente pela sua ausência, mas pelas ações de resistência às perdas destes espaços e, ainda, pela permanência deles como lugares de vida urbana. Para tanto, realizarei estudo de caso de um lugar conhecido como o Parque da Luz, localizado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Meu primeiro contato com meu objeto de estudo aconteceu quando ainda era estagiária do SPHAN/pró-memória, hoje IPHAN, em meados da década de 1980. Nesse período, construí meu interesse pelos temas da história da cidade, patrimônio e memória urbana. No final desta década, acompanhei o processo da tramitação de tramitação do Projeto de Lei sobre a venda da área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz, hoje conhecida como Parque da Luz.

Aqui minha própria trajetória se relaciona com a história de um lugar, como narrativas que se cruzam. Acompanhei, na Câmara Municipal de Florianópolis, os debates e a elaboração de pareceres à proposta de construção de um hotel e de um centro de convenções na área objeto da pesquisa. Também acompanhei as

manifestações públicas em defesa desta área como um patrimônio público a ser preservado na forma da construção de um parque público, o “Parque da Luz”.

Quinze anos se passaram e, ao pretender estudar os espaços públicos urbanos, minha escolha recai sobre questões que estão relacionadas com o início de minha carreira profissional: Parque da Luz e Ponte Hercílio Luz, espaço público e patrimônio, temas e objetos que se relacionam nesta tese onde busco compreender o espaço público como lugar de sociabilidades e memórias coletivas na cidade. Construir preservando, a cidade nova surge sem eliminar o antigo, incorporando-o como parte do presente, condição para a cidade com memória. Construir o privado sem eliminar o público, condição para a cidade justa e solidária.

Segundo Caldeira (2000, p. 20), muitos intelectuais

concebem seu trabalho como uma questão de responsabilidade cívica e isso molda suas relações com seus concidadãos e com as pessoas que estudam. Quando intelectuais estudam sua própria cidade, é como cidadãos que tendem a escrever sobre ela, não como observadores distantes.

Assim, me situo neste contexto, “cidades das quais somos cidadãos são cidades nas quais queremos intervir”, são cidades “que queremos construir, reformar, criticar e transformar”. Portanto, as opções que levam um pesquisador às suas escolhas não são de modo algum neutras, existe um compromisso com o objeto estudado.

Para Caldeira (2000, p. 20), as cidades

[...] não podem ser deixadas intocadas, implícitas, ignoradas. Manter intocado o imaginário de sua própria cidade é incompatível com um estudo (ou projeto) de transformação social. Cidades que permanecem cristalizadas em imagens passadas que temos medo de tocar não são cidades que habitamos como cidadãos, mas cidades de nostalgia, cidades com que sonhamos. As cidades (sociedades, culturas) em que vivemos estão, como nós mesmos, mudando continuamente. Elas são cidades para serem refletidas, questionadas, mudadas. São cidades com as quais nos envolvemos.

Nas últimas décadas, como parte do processo de reestruturação produtiva mundial têm ocorrido transformações nas cidades com mudanças no modo de vida urbana. No limite, estamos vivenciando processos que reforçam o enclausuramento da vida privada na proporção inversa ao enfraquecimento da vida pública. A tendência a uma vida urbana cada vez mais privada, interiorizada, em contraposição a uma vida pública, afeta a vida cultural das cidades, criando espaços urbanos não democráticos, um paradoxo se pensarmos no processo de democratização do país que vivenciamos nas últimas décadas. Para Caldeira (2000, p. 12), esta contradição “indica que o espaço urbano pode ser a arena na qual a democratização, a

igualização social e a expansão dos direitos da cidadania vêm sendo contestados nas sociedades contemporâneas”.

Neste sentido, situo a relevância desta tese sobre os espaços públicos na cidade de Florianópolis onde vivenciamos nas últimas décadas um processo acentuado de crescimento urbano, de aumento das desigualdades sociais e da segregação espacial, mas ainda verificamos a persistência de espaços públicos que mantêm a diversidade de funções em diversas áreas urbanas, especialmente as centrais, que ainda mantêm vivo o dinamismo social dos espaços cotidianos.¹

Considerando que a consolidação da democracia eleitoral não garante por si só ou não é suficiente para a construção de uma sociedade justa e solidária, destaco a importância da existência de espaços públicos na cidade contemporânea como uma das condições para o exercício da cidadania e para a construção de cidades baseadas na justiça social e na solidariedade, pois nos espaços públicos urbanos as várias dimensões do caráter de ser público encontram as condições plenas para o seu desenvolvimento.

Neste sentido, parto da hipótese de que o direito à cidade fica seriamente comprometido sem a existência de lugares de vida pública na cidade. A luta pelo direito à cidade e a existência de espaços públicos urbanos se fortalecem mutuamente e cotidianamente, da mesma forma os espaços públicos urbanos se esvaziam com a perda dos direitos à cidade pela maioria da população.

Esta tese teve como objetivo compreender a importância dos espaços públicos para a cidade e para a cidadania. Através de um estudo de caso, o Parque da Luz, pretendeu-se estabelecer as relações deste lugar e da ação dos movimentos sociais e ambientais com o processo de modernização da cidade de Florianópolis. Para tanto, foi tomado como objetivo estabelecer diversos olhares sobre a cidade: os processos de transformação urbana a partir da modernização, a transformação da paisagem, histórias de vidas e de lugares, memórias, histórias de lutas e resistências por um espaço público urbano na cidade.

Esta tese sobre o espaço público urbano e a cidadania pretende contribuir para a compreensão dos processos de transformações sócio-espaciais que implicaram em uma mudança da relação público-privado nas cidades, nos séculos XIX, XX e XXI. Da mesma forma, contribuir no sentido de compreender em que

¹ Ver os trabalhos sobre o centro histórico de Florianópolis (VAZ, 1991) e o Mercado Público (TEIXEIRA, 2002).

medida o empobrecimento da vida pública nas cidades traz problemas ao homem moderno-contemporâneo e contribui para mudanças significativas no meio urbano.

Questionando a reprodução de modelos de cidades que reforçam a cidade segregada, procurei evidenciar a importância da existência de espaços públicos urbanos como lugares de vida pública nas cidades contemporâneas como condição para a cidadania e para a construção de cidades justas e solidárias.

Este trabalho a partir de um diálogo interdisciplinar pretende contribuir para uma nova abordagem analítica sobre Florianópolis buscando elementos que ampliem os estudos da cidade. Nesse sentido, busca contribuir para ampliação dos estudos sobre a área objeto do estudo de caso, bem como contribuir, também, para a ampliação do debate sobre as cidades e a importância dos espaços públicos para a construção ou ampliação da cidadania.

Tenho como desafio estabelecer uma relação entre o desenvolvimento das cidades contemporâneas e a construção da cidadania a partir da constituição de espaços públicos urbanos. Cidade moderno-contemporânea, Espaço público e cidadania constituem, assim, os três conceitos fundamentais desta tese organizada em sete capítulos, distribuídos em três partes. A primeira parte contém os capítulos 1, 2 e 3, que abordam questões teóricas e metodológicas. A Parte 2, que inclui os capítulos 4 e 5, aborda os processos de modernização no Brasil e em Florianópolis. A terceira e última parte, contendo os capítulos 6 e 7, dedica-se ao estudo de caso.

No primeiro capítulo, apresento uma discussão epistemológica sobre os desafios de construir um trabalho interdisciplinar e as metodologias adotadas. No capítulo 2, abordo a construção histórica do espaço público desde suas origens a partir de seus vínculos com o desenvolvimento da cidade e da cidadania. O tema da liberdade surge como elemento essencial do debate que estabeleço entre a construção da cidade e da cidadania. Neste capítulo, proponho pensar a cidadania a partir de uma concepção mais ampla e complexa para buscar uma reflexão sobre o papel dos espaços públicos urbanos nas cidades contemporâneas. O Capítulo 3 apresenta uma análise buscando compreender o papel desempenhado pelo espaço público urbano na modernidade. Partindo inicialmente de uma abordagem sobre o espaço público na história da cidade, desde a *ágora* e as cidades gregas; as cidades medievais, cujo “ar libertava”, até as cidades industriais e modernas do século XIX e XX. Neste capítulo, apresento o papel desempenhado pelo urbanismo moderno da primeira metade do século XX e suas realizações do pós-guerra na configuração

espacial do espaço público e o debate sobre o espaço público a partir da crítica ao modelo de urbanismo difundido pela “Carta de Atenas” e suas conseqüências. Por fim, o capítulo desenvolve uma discussão sobre o espaço público urbano e a vida pública na cidade contemporânea.

No capítulo 4, abordo o contexto da modernização brasileira que resultou na formação de cidades partidas e de uma cidadania incompleta. A modernização brasileira é marcada pela manutenção das relações arcaicas, definindo seu perfil conservador e por vezes autoritário. Por outro lado, vivenciamos os avanços do processo democrático no país a partir da década de 80, que resultaram no processo constituinte e na aprovação do “Estatuto da Cidade”. A modernização de Florianópolis é abordada no capítulo 5, a partir das suas especificidades como capital do Estado de Santa Catarina com pouca expressão nacional. Não possuiu no período colonial e imperial uma base econômica significativa no contexto nacional. Estes elementos constituíram a base da ação política que buscou promover a modernização de Florianópolis contra o atraso ao longo do século XX.

Nos capítulos 6 e 7, apresento os resultados do estudo de caso sobre o Parque da Luz, na cabeceira da Ponte Hercílio Luz. Veremos como um lugar se constituiu a partir de seu inter-relacionamento com os processos de modernização da cidade. Nas últimas décadas, o processo de modernização, a partir do desenvolvimento do turismo em tempos de globalização, transformou a área da cabeceira da ponte Hercílio Luz em objeto de disputa entre distintos projetos sociais de cidade. Por um lado, propõe-se a privatização da área em questão e, por outro, reivindica-se a criação neste lugar de um parque público.

PARTE I

CAPÍTULO 1

QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS



Figura 1. Arco romano, Beja, Portugal.

Fonte: <http://mjfs.files.wordpress.com/2007/09/romano-beja-1.jpg>

1.1 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Pensar a cidade exige pensá-la como uma realidade complexa e, para tanto, é necessário convocar os diversos olhares sobre a cidade no sentido de construir uma compreensão interdisciplinar e até mesmo transdisciplinar do estudo sobre a cidade.

O desafio de construir um trabalho interdisciplinar nos remete a questões mais profundas sobre o momento atual em que vivemos. Para Boaventura de Souza Santos (2002) os paradigmas da ciência moderna estão exauridos e estamos vivendo uma fase de transição paradigmática, onde a perda de confiança epistemológica abre espaço para a inovação.

O trabalho científico deve ter sempre como referência a realidade, construindo teorias para a sua compreensão. As teorias podem envelhecer, pois são produtos históricos e perdem significado quando a realidade em que estão inseridas se modifica. Assim, para aqueles que não adotam uma teoria *a priori*, percebemos que há um entendimento no sentido de que vivemos um momento histórico novo e rico em perspectivas, mas também em grande parte indefinido. Os instrumentos teóricos de análise de que dispomos precisam ser re-significados à luz desta nova realidade, assim, faz-se necessário repensar e construir novos conceitos e teorias.

Neste sentido, somam-se as palavras de Flax:

parece cada vez mais provável que a cultura ocidental esteja no meio de uma transformação fundamental: um 'modo de vida' está envelhecendo [...] este momento da história do Ocidente está marcado por uma mudança profunda mas ainda pouco compreendida, por incerteza e ambivalência (FLAX, 1991, p. 217).

O castelo de certezas da ciência moderna está desmoronando, vivemos momentos de transformações e de “crescente incerteza nos círculos intelectuais sobre fundamentação e métodos apropriados para explicar e/ou interpretar a experiência humana” (FLAX, 1991, p. 221).

Para SAID (1991, p. 272), estamos hoje “no limiar da fragmentação e da especialização” onde muitas possibilidades se impõem como a “necessidade de um maior cruzar de fronteiras, de maior intervencionismo em atividades interdisciplinares, uma concentrada consciência da situação – política, metodológica, social e histórica – na qual se realiza o trabalho intelectual e cultural”.

Neste sentido, nossa pesquisa pretende construir uma abordagem interdisciplinar para o estudo sobre cidade e espaço público, para tanto buscaremos contribuições das diversas disciplinas do campo das ciências humanas que têm uma compreensão específica sobre este tema, especialmente contribuições vindas das áreas disciplinares do urbanismo, da antropologia, da sociologia, da história e da geografia.

Os caminhos da interdisciplinaridade apresentam-se como a forma mais adequada para abordar as questões relacionadas ao ambiente construído, pois este se apresenta como uma via para o conhecimento integrado, sendo um meio para conhecer e atuar sobre os sistemas complexos.

Concomitante à tomada de uma atitude interdisciplinar, coloca-se a necessidade do reconhecimento da subjetividade no trabalho científico. Estes dois novos pressupostos na pesquisa científica colocam em questão dois paradigmas da ciência moderna: a compartimentação disciplinar e a objetividade científica. A subjetividade implica em o pesquisador se auto-analisar, reconhecer-se, idéias e valores, como produto social e perceber o contexto em que está inserido. O que o pesquisador vê, objeto da pesquisa, depende de seus valores e estes, por sua vez, estarão refletidos em sua produção científica (VEYNE, 1987 e SAID, 1991).

Vivemos momentos de angústia diante das incertezas. Santos (1997) em seu “Discurso sobre as ciências” procurou delinear um paradigma emergente em contraposição ao paradigma da ciência moderna, mas ao final reconhece a grande dificuldade em visualizar projetos concretos de investigação a partir destes novos parâmetros. Longe de parecer uma chamada à paralisia, muito pelo contrário, o autor propõe que se exerça a insegurança em vez de sofrê-la, insegurança assumida e controlada diante de um momento difícil. O autor define este momento como uma fase transitória:

duvidamos suficientemente do passado para imaginarmos o futuro, mas vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro. Estamos divididos, fragmentados. Sabemo-nos a caminho, mas não exactamente onde estamos na jornada (SANTOS, 1997, p. 57-58).

Em um contexto epistemológico de indefinições, entretanto, com muitas possibilidades, a interdisciplinaridade coloca-se como um caminho alternativo aos paradigmas da ciência moderna. Este caminho constitui-se em um grande desafio, pois o seu percurso não está previamente demarcado. Neste sentido, é de grande valor o relato de Kuhnen, Scherer-Warren e Lhullier (2003, p. 99-100) sobre a

experiência da construção de um trabalho interdisciplinar que “pode ser comparada à montagem de um mosaico que o artista vai criando a partir de um conceito, mas cuja forma somente se revela ao final”, e acrescenta “a partir de múltiplos olhares, de múltiplos atores, o mosaico que também é soma das partes, mas só faz sentido como mosaico se formos capazes de perceber o todo, o conjunto”. A interdisciplinaridade não se constitui propriamente em um método ou metodologia, mas em uma atitude.

Lepetit (2001), numa abordagem inicial, define a interdisciplinaridade como a forma que assumem as relações entre práticas científicas especializadas. Em geral, percebo que o trabalho interdisciplinar requer o domínio de variados métodos e uma especial capacidade de síntese, respeito e valorização dos diferentes olhares.

Algumas áreas do conhecimento, como a história e a antropologia, historicamente têm caminhado no sentido da construção do conhecimento interdisciplinar e da subjetividade.

Para a história tradicional baseada nos paradigmas da ciência moderna, a objetividade é o caminho para se chegar à verdadeira e única “História”. Entretanto, uma abordagem crítica nos mostra que esta “História”, com “H” maiúsculo, tem sido uma história parcial, um gênero histórico que é variável no tempo e cria um campo acontecimental virtual, carregada de subjetividade. Assim, o reconhecimento da subjetividade coloca para o pesquisador a condição de assumir conscientemente um ponto de vista preconcebido de seleção, questionando, assim, o caminho da verdade única (VEYNE, 1987).

Neste sentido, é significativa a abordagem de Said (1991, p. 252-253) sobre a relação histórica entre o Oriente e o Ocidente, onde estes seriam “fatos produzidos por seres humanos, e como tais, devem ser estudados enquanto componentes do mundo social e não do mundo divino ou natural”, para o autor “o mundo social inclui a pessoa ou sujeito que efetua o estudo, bem como o objeto ou o domínio em estudo”.

Para Said (1991) esta questão é básica para qualquer teoria da interpretação ou hermenêutica.

Quem quer que tente sugerir que nada, nem mesmo um simples rótulo descritivo esteja além ou fora do reino da interpretação quase certamente encontrará um oponente que afirme que a ciência e o aprendizado são projetados para transcender as excentricidades da interpretação, e que de fato a verdade objetiva é atingível. Esta alegação foi bastante política

quando usada contra os orientais que contestaram a autoridade e a objetividade de um orientalismo² intimamente aliado à grande massa de povoações européias no Oriente. [...] O desafio ao orientalismo, e a era colonial do qual é parte tão orgânica, foi um desafio à mudez imposta ao Oriente enquanto objeto. Por ser uma ciência de incorporação e inclusão a partir da qual o Oriente foi constituído e então introduzido na Europa, o orientalismo era um movimento científico cujo análogo no mundo da política empírica era a acumulação colonial e a aquisição do Oriente pela Europa. O Oriente era, portanto, não o interlocutor da Europa, mas seu Outro silente (SAID, 1991, p. 256).

Para Veyne (1987, p. 54), “tudo é história, mas só existem histórias parciais”. A história é narrativa de acontecimentos e esta acontece a partir da interpretação do historiador, sendo uma combinação de graus de importância e interesse dos fatos mais a abundância da documentação.

Um acontecimento é, segundo Veyne (1987, p. 49), um cruzamento de itinerários possíveis, “um corte que operamos livremente na realidade, um agregado de processos onde agem e padecem substâncias em interação, homens e coisas”. Para o autor, um acontecimento, seja ele qual for, implica um contexto, dado que tem um sentido; ele remete para uma intriga, o tecido da história, da qual é um episódio, ou melhor, para um número infinito de intrigas; inversamente, pode sempre se dividir um acontecimento em acontecimentos menores.

Para Veyne (1987, p. 53), “os acontecimentos não são totalidades, mas sim nós de relações” e acrescenta que é impossível descrever uma totalidade sendo toda a descrição seletiva. Esta abordagem da história nos ajuda a melhor compreender nosso objeto de estudo pois, como diz o autor, ele nunca é uma totalidade de todos os fenômenos observáveis em determinado tempo e determinado meio, mas sempre alguns dos seus aspectos que são escolhidos. A mesma situação espaço-temporal pode conter um certo número de diferentes objetos de estudo.

O documento também deve ser historicizado. Segundo Le Goff, todo documento deve ser visto como monumento, que significa compreender o documento enquanto um produto social construído por escolhas, e portanto, resultado de uma relação de poder num determinado momento histórico. E destaca como dever principal do historiador a crítica do documento – qualquer que ele seja - enquanto monumento.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí

² Said refere-se ao Orientalismo como disciplina científica do Ocidente, criada a partir do século XIX, especializada no estudo de várias culturas e tradições orientais (1991, p. 252).

detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 545).

A pesquisa histórica nos fornece elementos para uma nova construção metodológica que assume a subjetividade como um elemento da pesquisa científica. Neste sentido, Said (1991, p. 272) destaca os esforços existentes de construir uma “consciência descentralizada”, “não menos reflexiva e crítica por ser descentralizada, na sua maior parte não totalizadora e não sistematizada e, em alguns casos, antitotalizadora e anti-sistemática”.

As tentativas de se configurar um novo paradigma, como faz Santos (1997) mesmo que de forma especulativa, procura mostrar que o caminho é o de romper as barreiras impostas pelo conhecimento dualista da ciência moderna e propõe a superação das distinções tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa. “Este relativo colapso das distinções dicotômicas repercute-se nas disciplinas científicas que sobre elas se fundaram” (SANTOS, 1997, p. 39-40).

Nosso ponto de partida será a discussão sobre o urbanismo, disciplina que tem muito a contribuir para a discussão interdisciplinar e também para a compreensão do nosso objeto de estudo, sendo necessário repensar criticamente a atuação do urbanista e o seu papel no planejamento urbano para a construção de cidades democráticas.

Segundo Argan, o urbanismo é uma disciplina nova que possui diversos componentes:

[...] um componente científico, no sentido tradicional do termo, porque efetua análises rigorosas sobre as condições demográficas, econômicas, produtivas, sanitárias, tecnológicas dos agregados sociais; tem um componente sociológico, porque estuda as estruturas sociais e seus desenvolvimentos previsíveis; tem um componente político, porque influi sobre esses desenvolvimentos orientando-os em certas direções; tem um componente histórico, porque considera as situações sociais na dupla perspectiva do passado e do futuro; e tem, enfim, um componente estético, porque termina sempre na determinação de estruturas formais (ARGAN, 1993, p. 211).

E sendo uma disciplina cujo resultante, diferente das outras, é um programa, um plano, um projeto que propõe a mudança de uma situação insatisfatória, o autor apresenta mais um componente: o componente ético, pois para o autor trata-se de saber o que e com que fim se programa, se planeja, se projeta (ARGAN, 1993).

Assim, buscando contribuir para uma nova abordagem da ação prática na cidade, torna-se necessário construir uma compreensão da cidade como construção

coletiva onde participam dela técnicos e políticos que atuam nas políticas públicas, juntamente com seus habitantes das mais diferentes camadas sociais.

Nesse sentido, os estudos antropológicos sobre a sociedade complexa moderno-contemporânea³ são aqui fundamentais. Segundo Oliven (1979, p. 27),

[...] a antropologia social brasileira começaria, a partir da década de 70, a conquistar um importante espaço na interpretação dos fenômenos que ocorrem nas partes mais complexas da sociedade brasileira onde predominava a tendência de explicações históricas e totalizantes nas quais havia pouco lugar para a problemática da vida cotidiana de diferentes classes sociais envolvidas nos processos históricos analisados pelas interpretações globais.

Ainda segundo Oliven (1979, p. 28),

[...] fica claro que o estudo da cultura de diferentes classes sociais em nossas grandes cidades é não só fundamental para a compreensão da atual sociedade brasileira, mas também um campo privilegiado no qual se refletem e através do qual são mediadas as contradições desta sociedade. Por se constituírem nos centros mais dinâmicos do capitalismo no Brasil, suas grandes cidades representam espaços nos quais suas contradições se tornam mais evidentes.

Portanto, conclui o autor, é preciso estudar como estas contradições são refletidas na cultura e mediadas por esta. Oliven (1979) nos coloca, ainda, outras questões importantes para o estudo antropológico do meio urbano que se constitui no desafio ao trabalho antropológico nas cidades: a superação da formação do antropólogo que se especializou em sociedades simples, trabalhando dentro de um universo fechado de representações, esta é a condição para conseguir captar as forças impessoais que moldam o processo histórico no qual as populações se inserem, percebendo, assim, o processo de formação e transformação da sociedade urbano-industrial. Tarefa esta, como afirmou o autor, exigiria instrumentos teóricos e metodológicos desenvolvidos por outras ciências. A partir deste novo olhar, Oliven (1979, p. 34) visualiza um “novo tipo de antropólogo”, aquele que se propõe a ultrapassar as barreiras formais das disciplinas e tem a

possibilidade de analisar a dimensão da dominação na vida cotidiana e perceber como a cultura reflete e medeia as relações de dominação numa sociedade complexa, procurando estudar a cultura não como algo externo, mas, como um fenômeno que é produzido pelos homens nas suas relações sociais.

³ Para Velho (1999, p. 16), sociedade complexa significa “uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica, sejam classes sociais, estratos, castas. Por outro lado, a noção de complexidade traz também a idéia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas etc”. Segundo o autor “existe uma relação entre estas duas dimensões – a divisão social do trabalho e a heterogeneidade cultural”.

1.2 A PESQUISA DA CIDADE NA CIDADE: METODOLOGIA.

“As cidades constituem um universo que permite uma variedade imensa de recortes para análise” (FRÚGOLI, 1995, p. 11). Assim, para desenvolver este trabalho adotei a estratégia do estudo de caso que segundo Yin, é adequado para situações “quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2005, p. 19).

A opção pelos estudos de caso está relacionada com o desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Para Yin (2005, p. 20), “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos”.

A abordagem do espaço público urbano tem como base a análise a partir do contexto em que está inserido, o que implica em considerar o tempo e o espaço nos planos material e simbólico.

Falar das cidades é falar de uma amplíssima realidade que, sobretudo, deve ser tomada como complexidade, como diversidade econômica, ambiental, cultural, urbanística, arquitetônica, política e social. As cidades são tanto os dados imediatos de suas materialidades, quanto o impalpável dos sonhos, dos desejos. Essas cidades imaginárias são dimensões paralelas, evocadas pela fantasia e, no entanto, tão reais quanto as cidades de pedra e cal, na medida em que são o fermento e o instrumento da transformação, da busca do melhor modo de viver, mais solidário e prazeroso.

Nesse sentido, pensar a cidade é convocar as diversas dimensões e atributos que concorrem dela e a ela se aderem: da geografia à literatura; da sociologia à filosofia; das artes ao planejamento; da arquitetura à política; da medicina à educação, à física, à biologia, à ecologia, à história, à economia... (PAULA, 2006, p. 21-22).

Para construir a relação entre meu objeto de estudo e o contexto onde está inserido, fiz uma opção metodológica que reconhece a cidade como um objeto complexo. Procurei construir um caminho cujo percurso é inter-escalar, ou seja, a partir de um olhar micro-cósmico que se situa dentro do universo da cidade - a escala do bairro, da rua, o sujeito em sua relação cotidiana com o lugar - procurei estabelecer relações com processos macro-sociais, a escala da cidade, do país e do mundo.

Algumas disciplinas forneceram uma importante contribuição para a construção desse entendimento. Assim, as narrativas históricas foram utilizadas como recurso metodológico, buscando compreender a realidade urbana atual a

partir do seu contexto, sem pretender traçar uma história exaustiva e abrangente do que ocorreu.

A técnica de etnografia de rua que segundo Eckert e Rocha (2001, p. 4-5) trata-se “de uma investigação antropológica sobre a dinâmica das interações cotidianas e representações sociais ‘na’ e ‘da’ cidade” constitui-se em uma importante fonte de conhecimento sobre a cidade.

A etnografia ‘na’ rua consiste no desenvolvimento da observação sistemática de uma rua e/ou das ruas de um bairro e da descrição etnográfica dos cenários, dos personagens que conformam a rotina da rua e bairro, dos imprevistos, das situações de constrangimento, de tensão e conflito, de entrevistas com *habitués* e moradores, buscando as significações sobre o viver o dia-a-dia na cidade (ECKERT; ROCHA, 2001, p. 7).

A abordagem etnográfica deve ter em consideração para sua análise as interações entre as esferas global e local para compreensão da formação das identidades na modernidade. Segundo Marcus (1991, p. 197- 221), a “etnografia contemporânea se vê obrigada a abandonar uma perspectiva de análise que parte unicamente da experiência vivenciada em nível local e procurar o atendimento de um ponto de vista global”.

Fazendo referência a Bright e Geyer, Marcus (1991, p. 197-221) fala sobre uma questão-chave para a compreensão da formação da identidade, a fórmula de “resistência e acomodação” onde procura identificar elementos de resistência e de acomodação na formação de identidades coletivas ou pessoais no local em que se desenvolve um projeto etnográfico tornando-se uma fórmula analítica para enfrentar a visão modernista paradoxal segundo a qual “tudo em todos os lugares mas, ainda assim, diferentes em cada lugar”. A identidade local aparece como um compromisso entre uma mistura de elementos de resistência à incorporação de uma totalidade maior e elementos de acomodação a esta ordem mais ampla.

Num movimento inverso, a geografia “repõe a questão do lugar numa posição central”, redescobindo a dimensão local. Para Milton Santos (2004, p. 314 - 315), estamos trabalhando com uma “realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanente instável, onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência”.

Conclui Santos (2004, p. 314) “cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...]. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”.

Outros desafios nos são colocados ao pretender estudar as cidades contemporâneas, como o de trabalhar com uma realidade onde fazemos parte deste contexto, com o qual temos familiaridade. Para Velho (2007, p. 13), “estranhar o familiar é um movimento necessário para buscar compreender os mundos sociais por onde circulamos, convivemos e interagimos”. Caso isso não se efetive, afirma o autor, “corremos o risco de permanecer prisioneiros do senso comum, de estereótipos e armadilhas ideológicas de todos os tipos”.

“Estranhar o familiar corresponde a um esforço intelectual de pensar antropológicamente a sua própria sociedade, desconfiando criticamente do senso comum e das certezas dogmáticas” (VELHO, 2007, p. 13).

Cabe ponderar sobre as possibilidades de um pensamento crítico capaz de pôr em dúvida esquemas e classificações estabelecidos que impregnam o nosso cotidiano. Reconhecer as diferenças, estranhar o que está próximo, relativizá-lo são meios de se ter uma visão mais complexa do mundo em que vivemos e, simultaneamente, buscar indagar sobre as possibilidades de negociação e diálogo entre valores, interesses e atores diferenciados. A tensão e o conflito fazem parte deste cenário (VELHO, 2007, p. 13).

Tomei como estudo de caso o Parque da Luz, um parque urbano localizado na cabeceira da ponte Hercílio Luz, no centro urbano da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, na Ilha de Santa Catarina. Possui uma área de, aproximadamente, 37 mil m² e foi criado oficialmente como parque público em 1999⁴. O Parque da Luz foi escolhido como meu referencial empírico por se tratar de um lugar na cidade que revela as disputas quanto à forma de apropriação dos espaços públicos urbanos na contemporaneidade.

O estudo etnográfico fazia parte dos objetivos metodológicos iniciais a serem desenvolvidos, entretanto, diante da complexidade dos temas abordados e por uma questão de tempo este recurso metodológico não foi desenvolvido a contento, ficando para ser retomado em outros momentos.

Entretanto, fiz algumas inserções na área pesquisada utilizando a imagem fotográfica, como registro das interações entre indivíduos e grupos na cidade contribuindo para “aprofundar o estudo das formas de sociabilidade no mundo

⁴ Lei complementar 051 de 1999, cujo projeto de lei foi apresentado pelo vereador Mauro Passos do Partido dos Trabalhadores.

contemporâneo” (ECKERT; ROCHA, 2001, p. 10-11). Algumas imagens desta inserção etnográfica podem ser vistas a seguir:





Figura 2. Parque da Luz: um percurso etnográfico.
Fotos: Maria da Graça Agostinho

O desenvolvimento da tese percorreu caminhos não lineares, este percurso foi marcado por muitas idas e vindas, num movimento circular ascendente fundamental para a reflexão sobre realidade estudada. Durante o período da pesquisa fiz a revisão do quadro teórico a partir do levantamento bibliográfico onde foram feitas leituras de publicações, teses e dissertações relevantes ao tema abordado.

Como vimos, foram feitas, durante a pesquisa, algumas inserções de campo fazendo uso do registro fotográfico possibilitando uma aproximação com a área estudada, entretanto, ressalto que esta área não me era estranha. Durante a pesquisa pude contar com minha própria experiência para construir os caminhos adotados. Também foram utilizadas imagens antigas que confrontadas com o momento atual possibilitou perceber as mudanças ao longo do tempo.

Algumas entrevistas foram programadas, com a realização de entrevista aberta com o membro fundador da Associação Amigos do Parque da Luz, Lúcio Dias da Silva Filho. Os levantamentos de fontes primárias e secundárias, bem como a pesquisa da iconografia histórica, foram feitas no percurso da pesquisa em órgãos públicos e instituições de pesquisa como: Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina; Biblioteca do IPUF – Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis; Biblioteca Municipal de Florianópolis; Câmara Municipal de Florianópolis; Casa da Memória de Florianópolis. A partir desses levantamentos, trabalhei com documentos referentes à legislação urbana e documentos oficiais como pareceres e discursos referente ao objeto de estudo; fontes de jornais e material iconográfico. Pude contar com o acesso aos arquivos pessoais de Etienne Silva e da AAPLuz - Associação dos Amigos do Parque da Luz, importante fonte de informação como documentos; manifestos; registros das diversas atividades desenvolvidas; registros fotográficos; anotações pessoais livres, poesias, entre outros.

Podemos ver a seguir a localização da área do Parque da Luz, na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, (Figura 3):

A Figura 4 mostra o centro de Florianópolis, localizado na porção insular da cidade, na Ilha de Santa Catarina. Nesta imagem podemos verificar as ligações de acesso à ilha: à direita, as duas pontes lado a lado, construídas na década de 70 e 80, respectivamente: Colombo Sales e Pedro Ivo Campos e o aterro da Baía Sul; à esquerda, temos a ponte Hercílio Luz, atualmente desativada e em restauração e a sua área da cabeceira insular, atualmente conhecida como “Parque da Luz”.

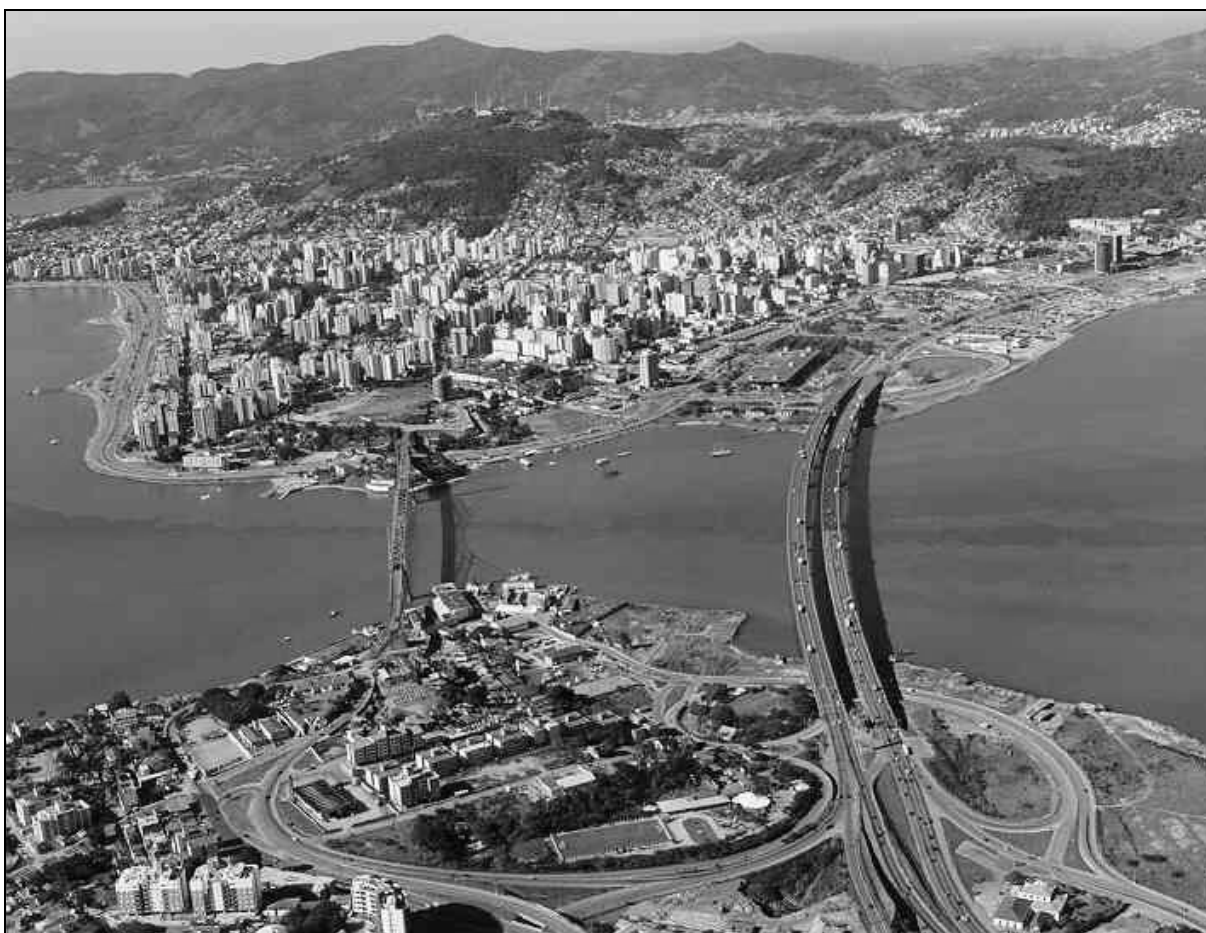


Figura 4. Vista geral do centro da cidade de Florianópolis.
Fonte: <http://www.svb.org.br/15congresso/pos-tour/florianopolis.jpg>

O estudo de caso sobre o Parque da Luz nos dá a possibilidade de perceber os diversos olhares sobre a cidade de Florianópolis, os processos de transformação urbana a partir da sua modernização, a transformação da paisagem, histórias de vidas e de lugares, memórias, histórias de lutas e resistências por uma cidade melhor.

Sua história incomum preservou a área do Parque da Luz de um processo de adensamento urbano: foi cemitério no século XIX, principal área de entrada da

cidade desde meados da década de 20 até a construção da ponte Colombo Salles, na década de 70, transformando-se em uma área “abandonada” com o fechamento da antiga ponte Hercílio Luz, na década de 80.

Desde meados da década de 80, este lugar tem sido objeto de disputas entre grupos ligados a movimentos sociais e ambientais que a queriam como parque e por grupos ligados a interesses imobiliários e turísticos que pretendiam uma apropriação privada desta área.

CAPÍTULO 2

CIDADE, ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA: os dilemas da construção de cidades justas e democráticas



Figura 5. Reconstrução de Atenas e sua *ágora*.
Fonte: <http://www.senado.gov.br/comunica/historia/imagens/agora.jpg>

A origem do espaço público está ligada por laços históricos aos fenômenos da cidade e da cidadania, estes vínculos a muito estabelecido foram cerzidos pela prática cotidiana do sujeito-cidadão que lhes deu sentido. Portanto, não por acaso o significado original da palavra "cidadão" se refere ao habitante da cidade, ou seja, cidadão é aquele que habita ou vive na cidade. Ainda existe uma segunda definição, esta mais recente, diz que cidadão é aquele "indivíduo que, como membro de um Estado, usufrui direitos civis e políticos garantidos pelo mesmo Estado e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos" (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 714).

A primeira definição nos remete à Grécia Antiga, onde cidadão era o indivíduo que desfrutava do direito de participar da vida política da cidade. Muito embora este não fosse um direito usufruído por todos, era vedado às mulheres, aos estrangeiros e aos escravos. Segundo Mumford (1998, p. 179), foram os gregos que acrescentaram à cidade este novo componente, o cidadão livre, "praticamente desconhecido das culturas anteriores, perigoso para qualquer sistema de poder arbitrário ou autoridade secreta". Nesse sentido, a idéia de cidadania, ou seja, a qualidade ou a condição de ser cidadão, está ligada à condição de viver nas cidades, mais especificamente, significou para os habitantes da cidade um aprendizado para a vida coletiva. O lugar privilegiado onde o viver e agir coletivamente se manifesta na cidade foi o espaço público.

Na Grécia Antiga, *polis* era a denominação dada às cidades-Estado, cidades autônomas e soberanas, governada por cidadãos, *politikós*, que originou a palavra "política". Em períodos de paz, a vida política, nas democracias gregas, ganhava uma maior ênfase com a participação ativa e direta dos cidadãos. A organização política estava baseada em um poder social coletivo. Nas cidades gregas, especialmente em Atenas, a *ágora* era o lugar onde os cidadãos exerciam o direito de participar da vida política da cidade. A sua configuração espacial era de uma grande praça onde aconteciam simultaneamente múltiplas atividades, "num caos quase completo". No entanto, eram exatamente estas condições que favoreciam uma participação mais intensa. Segundo Sennet (2003, p. 48), "transitando entre diversos grupos podia-se tomar conhecimento do que acontecia na cidade e trocar idéias sobre os mais variados assuntos".

A origem etimológica da palavra cidade deriva do latim clássico "*civitas*", que significa reunião de cidadãos, de "*civis*", ou seja, "membro livre de uma cidade a

que pertence por origem ou adoção, portanto sujeito de um lugar, aquele que se apropriou de um espaço, de um lugar” (GADOTTI, 2003, p. 1).

Assim, **cidade** (*civitas*) é uma comunidade política cujos membros, os cidadãos, se auto-governam e **cidadão** é a pessoa que goza do direito de cidade. “Cidade”, “cidadão”, “cidadania” referem-se a uma certa concepção da vida das pessoas, daquelas que vivem de forma “civilizada” (de *civilitas*, afabilidade, bondade, cortesia), participando de um mesmo território, autogovernando-se, construindo uma “civilização” (GADOTTI, 2003, p. 1).

Desta aproximação dos sentidos originais de cidade, cidadania e política importa destacar, como nos propõe Gomes (2002, p. 137), a “dimensão essencial do espaço na compreensão da vida social”. Neste sentido, a discussão sobre cidade, cidadania e espaço público, está permeada pelo conceito de território, “que atua como uma das chaves de acesso à interpretação de práticas sociais circunscritas a uma dada porção do espaço. O território é o limite dessas práticas, o terreno onde elas se concretizam e, muitas vezes, a condição para que elas existam” (GOMES, 2002, p. 136). Dessa forma, a democracia e a cidadania estão relacionadas com uma reorganização do território.

O ancestral comum deixa de ser o elemento-chave da solidariedade comunitária, e esse laço agora é exercido pela delimitação de um território, um limite físico de inclusão, e conseqüentemente pela delimitação de outros territórios de exclusão⁵. Isto demonstra que ser cidadão é, em certa medida, uma localização na teia das relações sociais e simultaneamente uma localização espacial. Nada mais significativo do que o fato de *polis* ser não só o nome dessa estrutura espacial, ‘a cidade’, mas também ao mesmo tempo, um feixe de relações sociais formais que originou a palavra ‘política’ (GOMES, 2002, p. 134-135).

Para Gomes não se trata de uma cidade qualquer,

mas uma cidade que se define como uma associação de pessoas unidas por laços formais e hierárquicos; uma cidade que dispõe de lugares próprios a essa nova atividade e natureza do homem grego, espaços públicos; uma atividade e natureza que não advêm simplesmente do fato de habitar juntos, pois nem todos os moradores são originalmente cidadãos, o que nos dá uma medida da diferenciação espacial interna à própria cidade. As cidades de cidadãos exibem representações espaciais do exercício dessa cidadania, definindo ao mesmo tempo os espaços de exclusão, assim o foi desde a Grécia Clássica até a moderna aglomeração urbana, que exprime com complexidade toda uma rede espacial de pertencimento diferencial (GOMES, 2002, p. 134-135).

A segunda definição para cidadão, citado logo acima, refere-se a um outro momento da construção da cidadania, é o momento também da construção

⁵ Em Roma, como na Grécia Antiga, nem todos eram considerados cidadãos, “esse conceito de sujeito da cidade era limitado apenas a poucos homens livres, cuja cultura era o reflexo do ócio e não do trabalho. O trabalho era reservado aos numerosos escravos. Esses eram sujeitos ‘sujeitados’, submetidos e, portanto, não eram considerados cidadãos, não tinham os direitos de cidadania, não eram considerados civilizados, mas estrangeiros, bárbaros, não podendo usufruir dos benefícios da civilização” (GADOTTI, 2003, p. 1).

dos Estados-nação, o momento do extraordinário desenvolvimento do comércio e da indústria, nos séculos XVIII e XIX.

A luta pelos direitos a partir da existência dos Estados-nação “era uma luta nacional, e o cidadão que dela surgia era também nacional”. Isto quer dizer, segundo Carvalho (2001, p. 12), “que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado”.

2.1 CIDADANIA E LIBERDADE

A condição fundamental para ser cidadão, ou seja, usufruir o direito de pertencer a uma cidade ou nação é ser livre. Antigos e modernos desejaram a liberdade. “Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda [...]” (Cecília Meireles). A liberdade tão desejada ganhou desde o tempo dos antigos vários sentidos. Na sociedade moderna o tema da liberdade ganhou enorme importância e novos significados.

As transformações do sentido da liberdade na sociedade moderna estão relacionadas às tensões e aos conflitos entre as diferentes liberdades e ao valor que o sistema de liberdade pode ter para o cidadão e grupos diferentes dentro da mesma sociedade (VECA, s/d).

Benjamin Constant (1985, p. 9) elaborou uma distinção entre duas formas de liberdade que se tornou uma referência. “Uma é a liberdade cujo exercício era tão caro aos povos antigos; a outra, aquela cujo uso é particularmente útil para as nações modernas”. Em discurso elaborado em 1819, Constant analisou estes dois períodos distintos e percebeu uma diferença entre a condição de cidadão na antiguidade e na modernidade, que ele chamou de liberdade dos antigos e liberdade dos modernos.

A liberdade dos antigos caracterizava-se pelo direito de participar da vida política da *polis* e era exercida coletivamente. Os cidadãos tinham uma participação ativa e direta nas decisões políticas. A guerra, principal atividade destes povos, os levava a pensar coletivamente. “A autoridade do corpo social interpunha-se e

restringia a vontade dos indivíduos”, ou seja, o cidadão soberano nas questões públicas era submisso nos assuntos da vida privada. A liberdade que os antigos conheciam era somente a liberdade política (CONSTANT, 1985, p. 11).

Entretanto, cabe uma advertência sobre “os antigos” aqui referidos por Constant: estes se limitavam à situação da democracia grega e da república romana. Fora desses dois contextos excepcionais, os antigos desconheciam a noção de liberdade (COULANGES, 2007).

Segundo Constant (1985), com o desenvolvimento do comércio surge e se desenvolve uma outra noção de liberdade que será a base da liberdade dos modernos. O comércio como mediação para alcançar o que se deseja, torna a guerra desnecessária⁶. Para os antigos, a conquista da liberdade estava relacionada com o tempo que se dedicavam ao exercício de seus direitos políticos. A liberdade para os modernos é a garantia da independência privada, ou seja, está relacionada com o tempo que se dedica à vida privada.

A liberdade moderna de que fala Constant nasce com a fundação ou (re)fundação das cidades comerciais na Idade Média. A cidade ocidental, segundo Weber (1999, p. 427), “era um lugar de ascensão da servidão à liberdade”, este fenômeno surge de forma acentuada na cidade medieval. Nestas cidades os cidadãos urbanos tomaram para si o direito de não se submeterem à dominação senhorial. Para o autor, “esta foi a grande inovação, objetivamente *revolucionária*, da cidade medieval do Ocidente, em oposição a todas as outras”, ou seja, o rompimento do direito senhorial. Não é por acaso que surgiu nas cidades do centro e do norte-europeu o conhecido dito popular: ‘o ar da cidade torna o povo livre’.

Assim, as cidades comerciais surgiram em contraposição ao poder feudal das aristocracias rurais, que estava baseado na “legitimidade do sangue, da tradição, da riqueza herdada dos pais”. Nas cidades constituiu-se um poder urbano alternativo baseado na defesa da propriedade privada de cada cidadão, “baseado na solidariedade dos membros de associações profissionais, na igualdade dos cidadãos perante a lei, na segurança interna, desenvolvida e respeitada *intra muros*” (FREITAG, 2002, p. 2).

Pode-se falar no surgimento de um “direito de cidadão urbano”, um direito comum no qual todos os membros da comunidade estariam submetidos (WEBER,

⁶ “A guerra é anterior ao comércio; pois a guerra e o comércio nada mais são do que dois meios diferentes de atingir o mesmo fim: o de possuir o que se deseja” (CONSTANT, 1985, p. 12).

1999). A afirmação de Freitag (2002, p. 2) reforça este entendimento: “foram as cidades da Europa central que deram origem aos Direitos Humanos, formulados pelos enciclopedistas e filósofos europeus no século XVIII e aperfeiçoados nos séculos subseqüentes”.

Entretanto, a idéia e a prática de liberdade, que nasce nas cidades durante a Idade Média, passa por uma mudança, nos séculos XVI e XVII. Segundo Mumford (1998, p. 450), tais mudanças foram determinadas pelas práticas introduzidas pelo capitalismo, transformando “a complexa ordem social da cidade nas rotinas ultra-simplificadas do mercado”. Seus resultados, como nos fala o autor “foram uma economia que procurava fabricar dinheiro e que não tinha fins nem objetivos definíveis, além de sua própria maior expansão”.

Em resumo, segundo Mumford (1998, p. 450), “durante a Idade Média, ‘liberdade’ significava liberdade em relação às restrições *feudais*, liberdade *para* as atividades corporativas da municipalidade, a guilda, a ordem religiosa”, que aconteciam nas cidades. Nas novas cidades de comércio no século XVII,

[...] liberdade significava liberdade das restrições municipais: liberdade para o investimento *privado*, para o lucro privado e para a acumulação privada, sem qualquer referência ao bem-estar da comunidade como um todo. Os apologistas dessa ordem, de Bernard Mandeville a Adam Smith, supunham que a procura de atividades individuais derivadas da cobiça, da avareza e do desejo exacerbado produziram a maior quantidade de bens para a comunidade como um todo. No período em que esse credo era a ortodoxia predominante – mais ou menos até o terceiro quartel do século XIX, quando as regulações industriais e municipais começaram a mitigar timidamente a resultante sujeira e insalubridade - os ricos tornaram-se mais ricos e os pobres tornaram-se mais pobres. Esse fato foi expresso, com clareza dramática, no contraste entre o bairro elegante e o bairro pobre de mais de uma grande cidade.

Na liberdade moderna, passa a predominar o direito a proteção dos indivíduos contra o poder arbitrário do Estado, ou seja, os direitos civis predominam sobre os direitos políticos. Para Constant (1985, p. 21), “a liberdade individual é a verdadeira liberdade moderna”. Entretanto, deixa o desafio: é preciso aprender a combinar as duas espécies de liberdade.

Ao contrário das sociedades antigas, que possuíam uma “idéia coletiva do homem”, na sociedade moderna o homem é atomizado, o individualismo passa a ser a sua marca. Esta é a base para a compreensão da diferença dos distintos sentidos de liberdade para os antigos e para os modernos. Os antigos não conheciam a noção de indivíduo, não separavam os aspectos coletivos do homem e os outros, “era-se um homem porque se era membro de uma cidade, organismo tanto social

quanto político”. Na sociedade ocidental os princípios de igualdade e liberdade, estabelecem a garantia de direitos individuais em detrimento do coletivo. O Estado passa a existir para garantir esses direitos. O todo, o coletivo garantindo o indivíduo (DUMONT, 1992, p. 53-54).

Segundo Dumont, nas sociedades tradicionais e também na República de Platão:

[...] o acento incide sobre a sociedade em vista de seus fins (e não em vista da felicidade individual); trata-se, antes de tudo, de ordem, de hierarquia, cada homem particular deve contribuir em seu lugar para a ordem global, e a justiça consiste em proporcionar as funções sociais com relação ao conjunto (DUMONT, 1992, p. 57).

Na sociedade moderna,

[...] ao contrário, o Ser humano é o homem ‘elementar’, indivisível, sob sua forma de ser biológico e ao mesmo tempo de sujeito pensante. Cada homem particular encarna, num certo sentido, a humanidade inteira. Ele é a medida de todas as coisas (num sentido pleno todo novo). O reino dos fins coincide com os fins legítimos de cada homem, e assim os valores se invertem. O que se chama ainda de ‘sociedade’ é o meio, a vida de cada um é o fim (DUMONT, 1992, p. 57).

Assim, nestas condições os direitos individuais como garantia de liberdade se sobrepõem aos direitos políticos na sociedade moderna.

Uma referência importante para o debate sobre o sentido ou os sentidos da liberdade é o ensaio do filósofo Isaiah Berlin (1988, p. 191) no qual sugeriu uma divisão entre as interpretações da liberdade, identificando dois sentidos fundamentais de liberdade: a liberdade negativa e a liberdade positiva.

O primeiro dos sentidos sobre ser livre quer dizer poder fazer ou ser aquilo que é capaz de fazer ou ser, sem a interferência de outras pessoas. Trata-se da liberdade dos modernos, a base da tradição liberal, ou seja, é a liberdade como não impedimento:

o que os cidadãos pediam não era participação direta no governo, mas que o governo – ou o Estado em geral – os deixasse em paz, os livrasse das restrições à liberdade civil de trabalhar e ganhar dinheiro. Pediam uma liberdade negativa. O cuidado dos negócios públicos, os modernos o deixavam nas mãos de representantes que para isto escolhiam em eleições a que cada vez maior número de cidadãos e cidadãs era admitido. Acoplada à liberdade negativa dos modernos, nascia, na formulação de Benjamin Constant, a democracia representativa, exercida indiretamente pelos cidadãos (CARVALHO, 1999).

A liberdade positiva ou o sentido positivo da palavra liberdade, segundo Berlin, decorre do desejo por parte do indivíduo de ser seu próprio dono. Aparentemente as formas negativa e positiva parecem dizer a mesma coisa.

Entretanto, na sociedade moderna, a idéia “positiva” e “negativa” de liberdade se desenvolveram historicamente em direções divergentes (BERLIN, 1988).

A liberdade exercida pelos antigos, nos termos de Berlin (1988), era a liberdade positiva. “Era a liberdade que tinha o cidadão de participar, diretamente e na praça pública, das deliberações sobre os negócios da cidade”, ou seja, “o cidadão era livre para participar da vida pública”. Este conceito de liberdade ressurgiu no período da Revolução Francesa a partir da incorporação da teoria da vontade geral de Rousseau (CARVALHO, 1999). Para Rousseau (s/d), estar livre é o modo como estabelecemos a lei e como ela é cumprida.

Rousseau propõe uma distinção entre liberdade natural e liberdade civil, que se aproxima da idéia de liberdade negativa e positiva de Berlin. Liberdade natural é compreendida como um impulso, um apetite, está relacionada com a sobrevivência ou conservação do indivíduo, aproxima-se da definição de Arendt (2003) ao falar da “liberação da necessidade”, mas para a autora esta não deve ser confundida com a liberdade de fato. Por outro lado, a liberdade civil, para Rousseau (s/d, p. 31), surge com a constituição do pacto social: “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e toda a sua autoridade, sob o supremo comando da vontade geral, e recebemos em conjunto cada membro como parte indivisível do todo”, e este todo é o poder soberano.

A pessoa pública, formada assim pela união de todas as outras, tomava outrora o nome de *cidade*, e toma hoje o de *república* ou *corpo político*, o qual é chamado por seus membros: *Estado*, quando é passivo; *soberano*, quando é ativo; *autoridade*, quando comparado a seus semelhantes. No que concerne aos associados, adquirem coletivamente o nome de *povo*, e se chamam particularmente *cidadãos*, na qualidade de participantes na autoridade soberana, e *vassallos*, quando sujeitos às leis do Estado. Todavia, esses termos freqüentemente se confundem e são tomados um pelo outro. É suficiente saber distingui-los quando empregados em toda a sua precisão (ROSSEAU, s/d, p. 31).

Portanto, para Rosseau, a liberdade natural está baseada em “um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar”, no entanto, encontra um limite dado pelas próprias forças do indivíduo. A liberdade civil, por outro lado é limitada pela liberdade geral. Assim, para Rosseau, acrescenta-se à “aquisição do estado civil a liberdade moral, a única que torna o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, posto que o impulso apenas do apetite constitui a escravidão, e a obediência à lei a si mesma prescrita é a liberdade” (ROSSEAU, s/d, p. 34).

Segundo Arendt (2002, p. 213; 211), o problema da liberdade “nos surge no horizonte de tradições cristãs, por um lado, e de uma tradição filosófica

originariamente antipolítica, de outro”, quando exatamente “a liberdade não era mais vivenciada no agir e na associação com os outros, mas no querer e no relacionamento com o próprio eu; em resumo quando a liberdade se tornou livre-arbítrio”. Para a autora trata-se de um “desvio filosófico da ação para a força de vontade” que “ecoam” no pensamento de Jean-Jacques Rousseau.

Na teoria de Rousseau, liberdade identifica-se com soberania, que segundo Arendt (2002, p. 211-212) foi, “derivada por ele diretamente da vontade, de modo a poder conceber o poder político à imagem estrita da força de vontade individual”, consequência da equação filosófica de liberdade com livre-arbítrio. Arendt alerta para o perigo desta identificação,

[...] pois ela conduz à negação da liberdade humana – quando se percebe que os homens, façam o que fizerem, jamais serão soberanos -, ou à compreensão de que a liberdade de um só homem, de um grupo ou de um organismo político só pode ser adquirida ao preço da liberdade, isto é, da soberania, de todos os demais. [...]. Sob condições humanas, que são determinadas pelo fato de que não é o homem, mas são os homens que vivem sobre a terra, liberdade e soberania conservam tão pouca identidade que nem mesmo podem existir simultaneamente. Onde os homens aspiram a ser soberanos, como indivíduos ou como grupos organizados, devem se submeter à opressão da vontade, seja esta a vontade individual com a qual obrigo a mim mesmo, seja a “vontade geral” de um grupo organizado. Se os homens desejam ser livres, é precisamente à soberania que devem renunciar (ARENDR, 2002, p. 212-213).

2.2 LIBERDADE E AÇÃO

Liberdade para Arendt somente pode ser compreendida no âmbito da política, “uma liberdade que não seja um atributo da vontade, mas sim um acessório do fazer e do agir”⁷. Nesse sentido, liberdade está relacionada com a atividade humana da ação: “a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (ARENDR, 2003, p. 189).

⁷ Arendt (2002, p. 213) retorna seus estudos à Antiguidade, pois compreende que “uma liberdade vivenciada apenas no processo de ação e nada mais – embora, é claro, a humanidade nunca tenha perdido inteiramente tal experiência – nunca mais foi articulada com a mesma clareza clássica”. Sobre isso ver: Hannah Arendt, *Entre o passado e o futuro*, Editora Perspectiva.

A ação, segundo Arendt (2003, p. 15) é uma das três atividades humanas fundamentais que integram a “*vita activa*”. Fora da política é o reino das necessidades da vida⁸. Para a autora, “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens”. Arendt continua a sua argumentação dizendo que “só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença do outros” (ARENDR, 2003, p. 31).

A compreensão de liberdade para Arendt distingue-se, portanto, de outras concepções de liberdade como autodeterminação:

[...] o fenômeno da liberdade não surge absolutamente na esfera do pensamento, que nem a liberdade nem o seu contrário são vivenciados no diálogo comigo mesmo no decurso do qual emergem as grandes questões filosóficas e metafísicas, e que a tradição filosófica, [...], distorceu, em vez de esclarecer, a própria idéia de liberdade, tal como ela é dada na experiência humana, ao transpô-la de seu campo original, o âmbito da Política e dos problemas humanos em geral, para um domínio interno, a vontade, onde ela seria aberta à auto-inspeção (ARENDR, 2002, p. 191).

Portanto, ninguém é livre sozinho, a liberdade existe a partir do modo como eu me relaciono com o outro, e esta relação se dá na prática. Nesse sentido, afirma Arendt que “o campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. [...] ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade” (ARENDR, 2002, p. 191).

Antes que se tornasse um atributo do pensamento ou uma qualidade da vontade, a liberdade era entendida como o estado do homem livre, que o capacitava a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações. Essa liberdade, é claro, era precedida da liberação: para ser livre, o homem deve ter-se libertado das necessidades da vida. O estado de liberdade, porém, não se seguia automaticamente ao ato de liberação. A liberdade necessitava, além da mera liberação, da companhia de outros homens que estivessem no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los – um mundo politicamente organizado, em outras palavras, no qual cada homem livre poderia inserir-se por palavras e feitos (ARENDR, 2002, p. 194).

Para Arendt (2003, p. 191) “os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa”. Para Foucault (1994, p. 139), não existe “alguma

⁸ As outras duas atividades da “*vita activa*”, são labor e trabalho. Labor corresponde ao processo biológico do corpo humano enquanto que “o trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana”. Labor e Trabalho são condições humanas que garantem a liberação da necessidade. Para aprofundar este assunto ver Hannah Arendt em “A condição humana”.

coisa que seja, por natureza, de efeito liberador absoluto”. Nesse sentido, compreendendo a liberdade como uma ação, uma prática,

[...] a liberdade dos homens não é jamais assegurada pelas instituições ou leis que pretendam garanti-las. É por esta razão que quase todas as leis e instituições podem ser subvertidas. Não porque sejam ambíguas, mas simplesmente porque liberdade é aquilo que deve ser praticado (FOUCAULT, 1994, p. 139).

Segundo Arendt (2002, p. 201), “a *polis* grega foi outrora precisamente a ‘forma de governo’ que proporcionou aos homens um espaço para aparecimentos onde pudessem agir – uma espécie de anfiteatro onde a liberdade podia aparecer”. A liberdade necessita de uma realidade concreta, um espaço onde aparecer, “espaços de aparecimentos”.

Para Arendt (2003), nem toda forma de inter-relacionamento humano e nem toda espécie de comunidade se caracteriza pela liberdade, a autora cita como exemplo as sociedades tribais e a intimidade do lar, cujas ações são pautadas pelas necessidades da vida e a preocupação com a sua preservação ou mesmo comunidades governadas despoticamente onde seus membros são banidos “para a estreiteza do lar”, impedindo o ascenso de uma esfera pública.

Sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer. Ela pode, certamente, habitar ainda nos corações dos homens como desejo, vontade, esperança ou anelo; mas o coração humano, como todos sabemos, é um lugar muito sombrio, e qualquer coisa que vá para sua obscuridade não pode ser chamada adequadamente de um fato demonstrável. A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma à outra como dois lados da mesma matéria (ARENDR, 2003, p. 191).

Ou seja, a liberdade, sendo uma prática, necessita de um espaço concreto, um lugar para o exercício desta prática que é do âmbito da política. Para o exercício da liberdade é preciso, portanto, restabelecer a relação entre a esfera política e o lugar público nas cidades contemporâneas.

2.3 ESPAÇO PÚBLICO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Inicialmente, partimos da constatação que o conceito de espaço público tem um “caráter complexo e multidimensional” (LAVALLE, 2005, p. 35). Segundo Rabotnikof (2005, p. 46), a idéia de espaço público se constitui em objeto de diferentes discursos: a reflexão jurídica e a análise político-administrativa, o enfoque sobre os meios de comunicação e as análises das questões urbanas, os estudos sócio-antropológicos da vida cotidiana e das interações em público. Trata-se de “um conceito que tanto nomeia lugares materiais, como remete também à esfera da vida social e política” (LEME, 2008, p. 11). Os vários campos disciplinares fazendo uso da categoria “público”, por vezes, dão maior ênfase ou mesmo se restringem a uma ou outra dimensão conceitual.

Segundo Lavallo (2005, p. 33-34), a categoria “público” possui uma diversidade de campos semânticos que implica em certa dificuldade de apreensão dos diversos conteúdos englobados. A primeira dificuldade ocorre pelo fato de não existir “um campo da teoria do espaço público, pelo menos não no sentido em que é possível se falar, por exemplo, do campo da teoria democrática ou das teorias do desenvolvimento”. Outra dificuldade são os “efeitos de desorientação acarretados por uma variegada terminologia de uso corrente” como: esfera pública, vida pública, espaço público, público, publicidade. Por vezes tais terminologias são empregadas para delimitar o mesmo fenômeno ou, até mesmo, fenômenos distintos.⁹ “A constelação de substantivos e adjetivações associados ao campo semântico da categoria em questão é pródiga em usos lingüísticos contrastantes e até francamente contraditórios” (LAVALLE, 2005, p. 35).

Segundo Lavallo (2005, p. 35), o termo “público” está relacionado basicamente com três dimensões constitutivas: social; política e comunicativa.

Cada uma das três dimensões do ‘público’ se encontra em tensão com constelações paralelas de sentidos no mundo do ‘privado’: público *versus* privacidade, intimidade ou sociabilidade primária; público *versus* propriedade ou interesse particular; e público *versus* não difundido, de conhecimento particular ou restrito. À idéia do ‘público’ pertencem, em contrapartida, três sentidos opostos: privado *versus* vida pública, com suas conotações de convívio social e de acesso aberto ou irrestrito; privado

⁹ Tais dificuldades por vezes são provocadas a partir das traduções, como nos alerta Lavallo (2005, p. 42): “por exemplo, no francês a opção privilegiada costuma ser ‘espaço público’, enquanto no inglês estabilizou-se o termo esfera pública. No português e no castelhano as opções de tradução dependem em boa medida da inserção dos tradutores ou editores nos circuitos acadêmicos anglo-saxônico ou galês”.

versus vida política, associada a decisões vinculantes, a cursos de ação obrigatórios sobre problemas da comunidade e, em geral, ao interesse público; e privado *versus* publicitado ou exposto à luz pública. Cada oposição semântica engloba um conjunto maior de acepções, ora na forma gramatical de adjetivos ora na de substantivos, incluindo todos os usos registrados da palavra “público” nesses sete séculos.

Podemos afirmar que há uma relação entre o espaço público constituído pelas dimensões: social; política e comunicativa e o exercício da cidadania e a construção de sociedades mais justas e democráticas. No limite, a não manifestação do caráter público de acordo com suas dimensões constitutivas implicaria em espaços públicos vazios: o reino da intimidade e dos interesses particulares; a perda da civilidade e da liberdade.

Diante desta complexidade conceitual, Lavallo (2005, p. 34; 39) evidencia “a pertinência de se pensar no espaço público de modo historicizado e a partir de abordagem mais flexível que permita contemplar diferentes dimensões problemáticas sem a exigência de reconduzi-las à unidade analítica de um modelo”, ou seja, o que o autor está propondo é “pensar o espaço público em termos de uma configuração multidimensional, evitando-se o ônus de assumir princípios de unificação demasiado depurados, inerentes aos grandes modelos”.

Não se constitui como objetivo deste trabalho uma abordagem teórica das variações e diferenças das dimensões constitutivas do conceito de espaço público no mundo moderno. Proponho pensar espaço público a partir de sua materialidade, ou seja, o espaço público como lugar de manifestação do “público” na cidade, considerando as suas várias dimensões. Para tanto, adoto a expressão, sugerida por Abrahão (2008, p. 15), de “espaço público urbano” “para identificar os espaços tradicionais de uso comum das cidades, como as ruas, praças, largos e avenidas” incluindo também os parques públicos, diferenciando-se, assim, do uso do termo espaço público como esfera pública.

Espaço público urbano, nesse sentido, implica na existência de um suporte material, um espaço concreto cuja apropriação coletiva lhe dá o caráter de lugar de vida pública. As ruas, praças, parques, entre outros, configuram, o “contexto arquitetônico da vida pública” (HOLSTON, 1993, p. 112) dando condição de materialidade para a existência da vida social e política.

Um lugar “é uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente” (LEITE, 2002, p. 116).

Segundo Leite (2002, p. 123), um *lugar* é, para Guattari, um espaço de representação, cuja singularidade é construída pela 'territorialidade subjetivada', mediante práticas sociais e usos semelhantes.

Os vários significados da palavra lugar nos remetem à idéia de espaço ocupado, de espaço vivido. Segundo Augé (1994), "incluímos na noção de lugar antropológico a possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza". Nesse sentido, o lugar é "relacional, identitário e histórico".

Segundo Freire (1997, p. 145), o conceito de lugar, para Aldo Rossi, não se confunde com o espaço físico. "Embora dependa desse suporte, ganha sentido através das simbologias (históricas, psicológicas, antropológicas etc.) que contém, isto é, o lugar existe como espessura simbólica".

Para Norberg-Schulz (2006), lugar é a manifestação concreta do habitar humano. "Habitar" é empregado em sentido mais amplo, referindo-se às relações entre o homem e o lugar. O autor apóia-se na definição de Heidegger para quem "habitar" quer dizer "estar entre o céu e a terra". E "estar entre o céu e a terra" é estar no mundo, assim, "o mundo é a casa onde habitam os mortais" (HEIDEGGER, apud NORBERG-SCHULZ, 2006).

Segundo Norberg-Schulz (2006, p. 447), "lugar significa mais do que uma localização", portanto, distingue-se da noção de espaço. De acordo com Freire (1997, p. 123), "consideramos *espaço* um termo muito abstrato, utilizado demais na contemporaneidade, elástico a ponto de não definir com limites do que se fala. É corrente ver associado o termo *espaço* a coisas distintas, como: espaço cultural, espaço verde, espaço de lazer etc. é também utilizado, principalmente, nos discursos urbanísticos, mais gerais".

O lugar, num primeiro momento, "se apresenta como um dado, espontaneamente vivido como uma totalidade". Segundo Norberg-Schulz (2006, p. 454), "ao fim e ao cabo, ele surge como um mundo estruturado" devendo ser analisado por categorias como "espaço" e "caráter", que nos remete, por sua vez, aos sentidos de localização e identificação.

Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental. Denominarei de 'orientação' e 'identificação', as duas funções psicológicas implicadas nessa condição. Para conquistar uma base de apoio existencial, o homem deve ser capaz de *orientar-se*, de saber onde está. Mas ele também tem de *identificar-se* com

o ambiente, isto é, tem de saber como está em determinado lugar. (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 455)

Sem reduzir a importância da orientação, para Norberg-Schulz (2006, p. 456), é preciso ressaltar que habitar pressupõe, antes de tudo, uma *identificação* com o ambiente.

Embora orientação e identificação sejam aspectos de uma relação total, esses fatores mantêm certa independência no interior da mesma totalidade. Sem dúvida, uma pessoa é capaz de orientar-se bem sem se sentir profundamente identificada; ela se safa sem sentir-se 'em casa'. E é possível sentir-se 'em casa' sem conhecer a fundo a estrutura espacial do lugar, isto é, o lugar é percebido por ter um caráter genericamente agradável. O sentimento profundo de ser do lugar pressupõe que as duas funções psicológicas estejam plenamente desenvolvidas. Nas sociedades primitivas, até os menores detalhes do meio são conhecidos e significativos, constituindo estruturas espaciais complexas. As sociedades modernas, porém concentram toda a atenção quase exclusivamente na função 'prática' de orientação, enquanto a identificação é deixada ao acaso. Em consequência disso, a alienação tomou o lugar do verdadeiro habitar, no sentido psicológico (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 456).

Para Norberg-Schulz (2006, p. 457), a identidade das pessoas é uma função dos lugares e das coisas. "Por isso, é importante não só que nossa ambiência possua uma estrutura espacial que facilite a orientação, mas também que seja constituída de objetos concretos de identificação. A *identidade humana pressupõe a identidade do lugar*".

Identificação e orientação são aspectos essenciais do estar-no-mundo do homem. Enquanto a identificação é a base do sentimento de pertencer, a orientação é a função que o torna capaz de ser aquele homo viator [homem peregrino] que faz parte de sua natureza. Caracteristicamente, o homem moderno, por muito tempo, deu ao peregrino um papel de honra. Ele desejou ser 'livre' e conquistar o mundo. Hoje começamos a compreender que a verdadeira liberdade pressupõe um sentimento de pertencer e que 'habitar' significa pertencer a um lugar concreto (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 458).

De acordo com Norberg-Schulz (2006) sobre o fenômeno do lugar, podemos pensar o espaço público como parte de uma multiplicidade de lugares que compõem a cidade. Na cidade, e especialmente nos espaços públicos urbanos, construímos os sentidos de identidade e localização, fundamentais para o aparecimento do sentimento de pertencimento. Neste sentido, afirma Eckert e Rocha (2006, p. 7):

[...] a cidade é um lugar de pertença, não apenas um assunto do ser individual, pessoal de cada um de nós. Ela precisa ser vivida no mundo num diálogo com o outro. O nosso eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma coletividade. Toda identidade é concretizada por meio da participação na cultura.

Portanto, espaço público urbano é o lugar na cidade privilegiado para o desenvolvimento do sentido de coletividade e construção da identidade.

Assim, espaço público é o lugar de vida pública na cidade, cuja propriedade é pública, ou seja, de todos e onde é possível a apropriação coletiva da cidade. São lugares onde “as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente” (LEITE, 2002, p. 116). São “espaços de aparecimentos” como condição para o exercício da liberdade e ambos vitais para a ação política (ARENDR, 2002, p. 195).

Assim, reconhecendo o espaço público urbano a partir de sua dimensão sócio-espacial como lugar na cidade onde se coloca a possibilidade da vida pública, este se constitui, portanto, em território de sociabilidades. Segundo Le Goff (1998, p. 124), “é a sociabilidade, o prazer de estar com o outro, que estabelece em definitivo a diferença urbana, a urbanidade”. Para Sennet (1988, p. 414), espaço público é o lugar na cidade onde “a vida impessoal” acontece, “a cidade é o instrumento da vida impessoal, o molde em que diversidade e complexidade de pessoas, interesses e gostos tornam-se disponíveis enquanto experiência social” e, acrescenta: “o medo da impessoalidade está quebrando esse molde”.

Nas duas últimas décadas muitos estudiosos têm classificado os espaços públicos urbanos como espaços de manifestação da esfera pública, da vida pública, da realização da cidadania, atribuindo desta forma à materialidade daqueles espaços uma realização sociopolítica (ABRAHÃO, 2008, p. 23).

No espaço público urbano temos a possibilidade de vivenciarmos o encontro com aquele que nos é diferente, traço característico fundamental da cidade moderna ocidental, lugar não apenas de trocas comerciais, mas também de sociabilidades e prática política. A existência de espaços públicos urbanos é uma das condições para a conquista e garantia do direito humano à diferença. O sentido de espaço público vem sendo modificado na cidade contemporânea onde os espaços da diferença perdem intensidade diante dos espaços da desigualdade. Pensar sobre o papel que o espaço público urbano desempenha nas cidades contemporâneas é o nosso desafio.

2.4 A cidade e a construção da cidadania

Freitag (2002, p. 2) estabelece uma relação entre as cidades e a construção da cidadania analisando tipologias de cidades a partir de Max Weber e de Saskia Sassen. Tais autores abordam momentos distintos da história da cidade e da cidadania.

No modelo de Weber a cidade constitui o quadro de referência dentro do qual uma nova estrutura de poder emerge, em que os direitos humanos de primeira geração os assim chamados direitos naturais e imprescritíveis do homem (o direito à liberdade, à propriedade, à segurança e o direito de resistência à opressão) são conquistados; no modelo de Sassen, a cidade é um simples instrumento de obtenção e expansão do lucro de um macropoder constituído, no qual esses direitos naturais já foram rotinizados e os direitos políticos (de votar e ser votado) e sociais (direito à educação, ao trabalho, à moradia, à expressão de opinião e crítica) somente existem, de fato, para uma elite minoritária de selecionados. Para a grande maioria dos excluídos esses direitos não estão concretizados (FREITAG, 2002, p. 2).

Segundo Freitag (2002), Weber analisa as cidades da Europa central que surgiram em contraposição ao poder feudal das aristocracias rurais e que se desenvolveram com a industrialização. As tipologias das cidades a partir de Weber são definidas segundo certas funções: as cidades do Príncipe; cidades-fortalezas; cidades comerciais; cidades portuárias; cidades industriais ou manufatureiras; por fim, certas cidades destacaram-se, constituindo-se no decorrer do século XIX, nas chamadas metrópoles e capitais das Nações, acumulando, em alguns casos, as funções anteriormente separadas.

O segundo momento da análise tipológica das cidades é aquele que se desenvolve após a Segunda Guerra Mundial e mais recentemente a partir das transformações importantes da economia mundial, a chamada reestruturação produtiva. Neste período, ocorre uma reestruturação profunda na hierarquia das cidades. Freitag (2002, p. 05) extrai da obra de Sassen¹⁰ “pelo menos cinco tipos diferentes de cidades contemporâneas: 1) as cidades globais, 2) as mega-cidades ou megalópoles, 3) as metrópoles, 4) cidades periféricas e 5) as cidades dormitórios”.

As cidades globais são aquelas que fornecem a infra-estrutura que a economia mundial necessita para as suas transações como um sistema bancário, telecomunicativo, mão de obra altamente qualificada, serviços de transporte rápido e hoteleiro, entre outros. Estão entre as principais cidades

¹⁰ Freitag refere-se ao segundo livro de Sassen, *Cities in a World Economy*. Thousand/oaks: London-New Delhi, 1994.

globais: Nova York, Londres e Tóquio. “Não cabe neste modelo, a visão do indivíduo com sua dignidade, sua qualidade como ser livre, ser humano, cidadão. Em lugar de cidadãos, são valorizados os prestadores de serviço” (FREITAG, 2002, p. 5).

As metrópoles referem-se, em geral, às cidades européias que se constituíram em grandes cidades a partir do século XIX, como é o caso de Londres, Paris, Roma, Berlim, Lisboa, Moscou, entre outras. Tais cidades têm uma longa tradição de cidadania, de luta e defesa dos direitos humanos.

Algumas dessas cidades, no último período, alçaram a condição de cidades globais, como é o caso de Londres. Entretanto, outras que tiveram grande importância política e econômica nos dois últimos séculos tornaram-se “cidades periféricas” no contexto da reestruturação produtiva mundial. É o caso de cidades como Glasgow, Manchester, Porto, Sevilha, entre outras:

[...] trata-se de cidades que já tinham alcançado altos patamares civilizatórios (econômicos, políticos, culturais) com um grau admirável de implantação de direitos humanos e cidadania. Contudo, com seu declínio econômico e perda de importância política, essas cidades também regridem no campo das conquistas dos direitos humanos e das práticas de cidadania (FREITAG, 2002, p. 5).

Por último, estão aquelas cidades que nunca alcançaram plenamente a cidadania, são as cidades-satélites ou dormitório e as megalópoles. As cidades dormitório não desenvolveram uma economia própria, constituem-se em periferias de uma metrópole ou megalópole. São as cidades-satélites de Brasília ou os “*banlieus*”¹¹ de Paris. As pessoas que vivem nessas cidades, em geral, não têm sequer seus direitos básicos de cidadão atendidos.

As megalópoles com 10 milhões de habitantes ou mais, resultado de “um desenvolvimento econômico insustentável”, são “cidades partidas”, marcadas pela existência de extremos de pobreza e riqueza. São as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México, Caracas, Bogotá, Lagos, Nova Delhi, Calcutá, Kuala Lumpur, cidades latino-americanas, africanas e asiáticas (FREITAG, 2002). Como as cidades dormitório caracterizam-se pelo exercício da cidadania de forma “incompleta”, no sentido usado por Carvalho (2001), onde parte da população fica excluída da garantia dos direitos dos humanos. Mas, a conquista de tais direitos não aconteceu sem grandes movimentos de luta.

Um estudo de tipologias destaca as situações mais significativas num determinado contexto histórico. Como uma ilustração é válida, entretanto, como a

¹¹ Refere-se às periferias de Paris.

realidade é dinâmica, está sujeito a uma análise restritiva e generalizante, pois nem todas as cidades se enquadrariam nas tipologias estabelecidas. Se pensarmos no caso brasileiro, os problemas decorrentes de uma cidadania inconclusa não estão presentes somente nas megalópoles, mas apresentam-se também nas cidades de porte médio, como é o caso, por exemplo, de Florianópolis.

Entretanto, o estudo de Freitag é importante, pois, nos revela que a cidadania é como a realidade urbana: dinâmica. A cidadania, assim como a liberdade, é uma conquista, um exercício constante de ação política, portanto, não está garantida por si só ou por leis. Está constantemente ameaçada pelos interesses ligados à acumulação do capital. É o que nos mostra o olhar atento do processo de construção da cidadania.

2.5 CIDADANIA: EXERCÍCIO CONSTANTE PELOS DIREITOS HUMANOS

A cidadania, segundo Carvalho (2001, p. 10-11), é considerada como um fenômeno histórico. Assim como a cidade, a cidadania é um produto histórico, ou seja, os direitos surgiram a partir de condições históricas determinadas. O autor, apoiado em T. A. Marshall, analisa o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra e constata que “primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX”. Foi com base no exercício dos direitos civis, das liberdades civis, surgidos, como vimos, da experiência da vida nas cidades, “que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação de Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais”.

Construiu-se, a partir de então, na tradição ocidental o ideal da cidadania plena. No entanto, o percurso de construção da cidadania na Inglaterra não pode ser tomado como um modelo para outras realidades. “Os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta”, como no caso brasileiro onde os direitos sociais precederam os outros direitos (CARVALHO, 2001, p. 11).

Segundo Carvalho (2001), a cidadania é compreendida, atualmente, a partir da existência dos direitos civis, políticos e sociais. Assim, o cidadão pleno seria

aquele que obtivesse os três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos e não-cidadãos os que não possuísem nenhum dos direitos. A conquista da cidadania, sendo um exercício ou uma prática, não deve ser considerada como um processo cumulativo irreversível. Neste percurso pode haver também desvios e retrocessos.

Os direitos civis são entendidos como os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Segundo Carvalho (2001, p. 9 - 10),

são direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.

Os direitos políticos garantem a participação do cidadão no governo da sociedade e “consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado... Sua essência é a idéia de autogoverno”. Já os direitos sociais “garantem a participação na riqueza coletiva” (CARVALHO, 2001, p. 9 -10).

Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Em tese eles podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social (CARVALHO, 2001, p. 9 - 10).

Para Freitag (2002, p. 1), o conceito de cidadania, hoje, inclui dois focos, o democrático e o liberal: o primeiro refere-se à autodeterminação exercida na *polis* pelo povo soberano e o segundo diz respeito às disposições que garantem a segurança e a integridade dos indivíduos. Portanto, “a cidadania é por um lado a capacidade de intervir no Estado e por outro lado o poder de exigir do Estado o respeito e a plena concretização dos direitos individuais”.

Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico (CARVALHO, 2001, p. 9).

Para Carvalho (2001), a cidadania sendo um fenômeno complexo e historicamente definido, o exercício de certos direitos não gera automaticamente o gozo de outros. A liberdade e a participação não levam, automaticamente, ou

rapidamente, à resolução de problemas sociais. Para o autor, isto quer dizer que a cidadania possui um caráter multidimensional, alguns direitos podem estar presentes sem o atendimento de outros.

Como exemplo, destaca-se o “caráter disjuntivo” da democracia no Brasil (CALDEIRA, 2000, p. 55).

Uma das principais contradições que marcam o Brasil contemporâneo é a que existe entre expansão da cidadania política e deslegitimação da cidadania civil. De um lado, houve uma expansão real da cidadania política, expressa nas eleições livres e regulares, livre organização de partidos, nova liderança política e funcionamento regular do legislativo em todos os níveis, associados à liberdade de expressão e fim da censura aos meios de comunicação. De outro, no entanto, há o universo do crime e um dos mais intrigantes fatos da consolidação democrática brasileira: o de que a violência, tanto civil quanto de aparatos do Estado, aumentou consideravelmente desde o fim do regime militar. Esse aumento no crime e na violência está associado à falência do sistema judiciário, à privatização da justiça, aos abusos da polícia, à fortificação das cidades e destruição dos espaços públicos.

Confirmando a análise acima, Holston (2006, p. 184-185) propõe unir “a avaliação da democracia a uma conceituação mais complexa da cidadania”. Para o autor a experiência da cidadania deve ser avaliada não somente em seu aspecto político-eleitoral, pois “a democracia política não necessariamente garante o estado de direito democrático ou justo”, razão pela qual “cada vez mais violações da cidadania civil, na forma de violência urbana e do sistema judiciário desacreditado parecem acompanhar a democracia política”.

Segundo Holston (2006, p. 185), democracias emergentes e estabelecidas, experimentam um “desencaixe”¹², definição do autor para a contradição entre a existência nestes países de uma democracia eleitoral e a não existência plena da cidadania civil, ou civilmente “desencaixada”. O autor explica:

[...] embora suas instituições políticas democratizem com sucesso considerável e embora promulguem Constituições e códigos legais com base em valores democráticos e do Estado de Direito, o componente civil da cidadania permanece aleijado, conforme cidadãos sofram violações sistemáticas de seus direitos civis e muitas vezes encontrem a violência, corrupção e o abuso policial, que permanecem impunes (HOLSTON, 2006, p.185).

Holston (2006, p. 186) afirma “que todas as democracias são desencaixadas no desenvolvimento da cidadania” e nesse sentido questiona a noção de “democracias em transição” pois,

¹² O sentido do termo “desencaixe” usado por Holton é muito próximo do sentido do termo “disjuntivo” usado por Caldeira em “Cidade de Muros”. A autora usa o conceito de “democracia disjuntiva” desenvolvido pela autora e James Holston, para apontar processos contraditórios de desenvolvimento que podem ocorrer em qualquer democracia.

[...] nenhuma democracia está consolidada, pelo menos a tal ponto em que um conceito implique a existência de um limite normativo, além do qual a democracia se torne completa, liberal, forte, real e assim por diante. Ademais, a democracia sempre compreende uma série de processos de cidadania na feitura, cheias de contradição e rupturas (HOLSTON, 2006, p. 186).

Para Holston (2006, p. 186) somente “a democracia política não é suficiente para garantir uma sociedade democrática”. Portanto, “a extensão da democracia na esfera social ao cidadão na vida social é tão central para o conceito quanto sua qualificação do político. Ambas as condições constituem a forma contemporânea e possível de desenvolvimento democrático”.

Para avaliar a democracia reconhecendo “sua natureza desencaixada”, Holston (2006) propõe a noção de cidadania substantiva. Para o autor isto significa que

[...] é preciso realizar seu vínculo necessário e inerente à cidadania por completo, de forma mais antropológica e conceitual. Esse requisito liga a avaliação da democracia à formulação sócio-cultural e à realização da cidadania – às suas condições substantivas sociais, culturais e econômicas e não somente a instituições e desempenho nas eleições.

As teorias políticas da democracia que dominam a ciência social contemporânea tipicamente perdem ou não conceituam adequadamente a natureza desencaixada da democracia e seus problemas específicos. Com enfoque sobre a forma e a prática de governo – especialmente a competição eleitoral e mudança de regime – não consideram as condições sociais, culturais e econômicas da cidadania como fundamentais à avaliação da democracia (HOLSTON, 2006, p. 187).

A partir do conceito da democracia desencaixada e cidadania substantiva proposto por Holston (2006, p. 187), podemos concluir que tanto a democracia como a cidadania são processos que se desenvolvem de forma não linear e não cumulativa em suas conquistas. A cidadania “é amplamente incerta”, se expande e se contrai. “Diferente da análise de Marshall, sempre existe uma erosão, um desmoronamento e uma contradição, assim como a instabilidade na constituição da legalidade e da ilegalidade”.

Pensar a cidadania a partir de uma concepção mais ampla e complexa como a sugerida pelos autores abordados nos leva a refletir sobre o papel dos espaços públicos nas cidades como parte das condições mais amplas para se avaliar o nível de desenvolvimento da democracia. Espaços públicos são essenciais para o aprendizado e exercício da cidadania e como conseqüência para fortalecimento da democracia. Como lugar de vida pública, espaço concreto apropriado, faz parte das condições necessárias para o exercício cotidiano da

liberdade. Sem espaços públicos na cidade, a liberdade e a própria cidade estariam ameaçadas.

Espaço público urbano como lugar de vida pública é o lugar onde se aprende a viver junto, a agir de forma coletiva pautada pelos valores de solidariedade. Aprender a ser solidário com o Outro como um exercício cotidiano que pode repercutir nos momentos de decisões políticas.

Como contraponto, Carvalho nos fala de uma “apatia política” na sociedade que seria um sinal do surgimento de uma nova liberdade, uma dimensão mais radical da liberdade dos modernos, “que foi por algum tempo reprimida pelo intervencionismo estatal surgido na década de 1930”. Para o autor, estaríamos assistindo “ao nascimento de uma liberdade que poderíamos chamar de pós-moderna, mais negativa ainda do que a liberdade dos modernos, e ao surgimento de uma nova democracia caracterizada pela ausência de participação” (CARVALHO, 1999). Certamente, mais um dos elementos que compõem nossa democracia “disjuntiva” ou “desencaixada”.

A qualidade fundamental de ser livre é a possibilidade que se apresenta de escolha e de decisão:

A liberdade dos antigos representava o poder que tinham poucos cidadãos de decidir sobre os assuntos públicos que diziam respeito a eles e aos muitos não-cidadãos. A liberdade dos modernos significava o poder de muitos cidadãos de escolher os poucos representantes que deveriam decidir em seu nome sobre os assuntos públicos. A liberdade dos pós-modernos é o poder de um número cada vez maior de cidadãos de decidir sobre assuntos privados cada vez menos relevantes. Façam sua escolha (CARVALHO, 1999).

É possível uma alternativa diante das opções apresentadas? O desafio que se apresenta é o de construir outras possibilidades de escolha, a base para a conquista do direito a cidades justas e democráticas.

CAPÍTULO 3

O ESPAÇO PÚBLICO NAS CIDADES MODERNO-CONTEMPORÂNEAS



Figura 6. Órgão do Mar, Zadar - Croácia

Fonte: <http://www.mm-commerce.hr/assets/images/pakostane/zadar2.jpg>

3.1 MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E MODERNISMO

O estudo da cidade e do espaço público na modernidade contribui para a compreensão dos processos de transformações sócio-espaciais que implicaram em uma mudança das relações público e privado nas cidades, nos séculos XIX, XX e XXI bem como contribui no sentido de compreender em que medida o empobrecimento da vida pública nas cidades traz problemas ao homem moderno-contemporâneo e contribui para mudanças significativas no meio urbano. As cidades sempre ocuparam um importante papel para o desenvolvimento humano e tal importância foi potencializada na modernidade. Segundo Sennet (1988, p. 414), “a cidade é o instrumento da vida impessoal, o molde em que diversidade e complexidade de pessoas, interesses e gostos tornam-se disponíveis enquanto experiência social”.

Modernidade é um termo que sugere sentido de época: “afirma-se, de modo geral, que a modernidade surgiu com o Renascimento e foi definida em relação à Antigüidade” (FEATHERSTONE, 1995, p. 20). Alguns afirmam que a modernidade é um período histórico que se encerrou dando lugar a um novo momento que consideram ser a pós-modernidade. Para outros autores, a modernidade não acabou, entretanto ela possui fases históricas distintas.

Para além deste debate e da suposição plausível sobre uma nova “etapa do ‘capitalismo’ (capitalismo de consumo), da ‘industrialização’ (sociedade da informação ou sociedade pós-industrial) ou da ‘modernidade’ (alta-modernidade ou pós-modernidade)”, Featherstone (1995, p. 10-11) alerta para a possibilidade, que considero bastante relevante, “de que não foi a ‘realidade’ que mudou, mas sim a nossa percepção dela”. Ou seja, a realidade está relacionada com a forma como vemos o mundo e isso muda tudo. Segundo Weber, “cada qual vê o que está em seu coração” (apud FEATHERSTONE, 1995, p. 11).

Segundo Touraine (1995), a modernidade, no seu momento inicial e mais ambicioso, continha a idéia de que o homem é o que ele faz e que, portanto, as leis baseadas no triunfo da razão estabeleceriam uma correspondência entre a ação humana e a ordem do mundo. A humanidade agindo assim avançaria simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e à felicidade. Este era o mito do progresso.

A idéia inicial da modernidade, para Touraine (1995, p. 10), só dominou o pensamento antes da construção da sociedade industrial que se realizou dando mais expressão à racionalidade instrumental, esquecendo dos atores sociais e culturais, partes da idéia original da modernidade. Para este autor, uma visão racionalista do universo e da ação humana é substituída aos poucos por uma visão puramente instrumental da racionalidade colocando a razão

[...] cada vez mais ao serviço de demandas, de necessidades que escapam sempre mais, à medida que nos aprofundamos numa sociedade de consumo de massa, sob as regras opressoras de um racionalismo que só corresponde a uma sociedade de produção centrada mais sobre a acumulação do que sobre o consumo da maioria.

Nesse mesmo sentido, Berman (1990) identificou o processo de separação entre o modernismo e a modernização, entre o espírito moderno e o ambiente modernizado, quando a correspondência entre a ação humana e a ordem do mundo, condição para a modernidade, se desfez. Para o autor, esta ruptura está relacionada com o desencantamento da idéia da modernidade que não se concretizou com a construção da sociedade moderna.

Para Argan (1992, p. 185), modernismo é um termo genérico que compreende “as correntes artísticas que, na última década do século XIX e na primeira do século XX”, se propuseram “a interpretar, apoiar e acompanhar o esforço progressista, econômico-tecnológico, da civilização industrial” que se modificou, por volta de 1910, com o declínio, na Europa, do entusiasmo pelo progresso industrial.

Já Marshall Berman emprega o termo “modernismo” “para abarcar toda a experiência e cultura associadas ao processo de modernização” (FEATHERSTONE, 1995, p. 21). Para Berman (1990), a inter-relação dialética entre a crescente modernização do meio ambiente – particularmente do meio ambiente urbano – e o desenvolvimento da arte e do pensamento modernista, presente durante todo século XIX e nos anos 20 e 30 do século XX, foi interrompida.

Soma-se a esta crise, a crise do sistema econômico capitalista a partir dos anos de 1970. Assim vivenciamos, na segunda metade do século XX a crise da modernidade e da modernização.

Segundo Bauman (2001, p. 36), “a sociedade que entra no século XXI não é menos ‘moderna’ que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que é moderna de um modo diferente”.

O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre

incompleta *modernização*; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: ‘de limpar o lugar’ em nome de um ‘novo e aperfeiçoado’ projeto; de ‘desmantelar’, ‘cortar’, ‘defasar’, ‘reunir’ ou ‘reduzir’, tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro – em nome da produtividade ou da competitividade) (BAUMAN, 2001, p. 36).

A modernidade, que se consolidou, priorizou a modernização deixando para trás as possibilidades colocadas para a emancipação humana. A modernização, segundo Featherstone (1995, p. 23),

[...] é um termo usado habitualmente na sociologia do desenvolvimento para indicar os efeitos do desenvolvimento econômico sobre estruturas sociais e valores tradicionais. A teoria da modernização é usada ainda para designar as etapas de desenvolvimento social baseadas na industrialização, a expansão da ciência e da tecnologia, o Estado-nação moderno, o mercado capitalista mundial, a urbanização e outros elementos infra-estruturais.

O modernismo, segundo Berman, até a 2^a Guerra Mundial, em especial as modernas visões dos anos 30, acreditou que poderia mudar o mundo, construir um mundo melhor através da tecnologia e com a organização social modernas. O modernismo buscava testar e ultrapassar a capacidade do homem em criar ou construir coisas, superar-se, colocou-se diante do mundo moderno com um olhar para o futuro, depositário das suas promessas de vida melhor para a humanidade. Movimento contagiante que colocou a todos na busca do ser moderno. No entanto, segundo Berman (1990) ocorre uma mudança de rumo do projeto moderno e se questiona: onde foi que as coisas deram errado? Como as modernas visões das primeiras décadas do século XX tornaram-se amargas no processo de sua realização?

Assim, Berman (1990, p. 17) refere-se à existência de diversos modernismos que falam da idéia de uma modernidade “concebida em inúmeros e fragmentários caminhos” que aos poucos foi perdendo sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. E conclui: em consequência disso, “encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade”.

Para Berman, trata-se de recuperar o humanismo moderno, no mesmo sentido que Touraine (1995, p. 14) fala em reconstruir a modernidade, “salvar a idéia de modernidade simultaneamente da forma conquistadora e brutal que lhe deu o Ocidente e da crise que ela sofreu há um século”, resgatando o diálogo entre Razão e Sujeito. “Sem a Razão, o Sujeito se fecha na obsessão da sua identidade; sem o Sujeito, a Razão se torna o instrumento de poder. Neste século conhecemos

simultaneamente a ditadura da Razão e as perversões totalitárias do Sujeito; é possível que as duas figuras da modernidade, que se combateram ou ignoraram, finalmente dialoguem e aprendam a viver juntas?” O resgate do sujeito e o restabelecimento da relação, carregada de tensões, entre Razão e Sujeito parece ser o grande desafio que está colocado para a humanidade.

No mundo moderno, produzido pela sociedade capitalista, “a cidade tem sido, antes de tudo, uma aglomeração para produzir”, onde o processo de urbanização foi e continua sendo fundamental para o desenvolvimento da produção capitalista. Isso ocorre através da chamada “cooperação espacial” ou “socialização dos efeitos úteis de aglomeração”, que são as vantagens obtidas pelos capitais em consequência do processo de aglomeração urbana (LIPIETZ, 1982, p. 7). A metrópole é um dos fenômenos mais importantes da modernidade, entretanto, o processo de modernização na cidade reduziu a vida urbana ao processo produtivo. As pessoas passaram a vivenciar a cidade enquanto consumidoras e, quando não conseguem alcançar as condições mínimas para o consumo, ficam à margem da vida urbana destituídas do direito à cidade.

3.2 O ESPAÇO PÚBLICO NA HISTÓRIA DA CIDADE

Espaços públicos urbanos são lugares de vida coletiva na cidade, onde o caráter público se manifesta na vida cotidiana, condição que só foi possível no contexto da densidade social e cultural produzida pela e na cidade. Cabe ressaltar neste ponto a importância e relevância da condição espacial no fenômeno do espaço público. Pensar sobre o espaço público comporta, portanto, reconhecer uma dimensão física cotidiana relacionada com o desenvolvimento da cidade e da cidadania.

O espaço público é uma experiência “que adveio do quinto e sexto séculos antes de Cristo, na Grécia e está diretamente vinculado ao crescimento da democracia grega” (BERMAN, 1994, p. 15). Está relacionado com

o poder cidadão [que] surgiu da confrontação dos habitantes, concentrados em uma certa área, no caso a cidade de Atenas, contra o poder de uma

oligarquia rural que controlava o poder político e a produção da riqueza dessa sociedade (GOMES, 2002, p. 130).

Gomes (2002, p. 130) reforça a idéia de que a cidadania que nasce daí possui em sua base um componente espacial: “no mundo grego, onde a expressão tem sua origem, cidadania era uma forma de relação social” que “significou também uma nova forma de arranjo espacial dessas relações”, o espaço público.

A *ágora*, nas cidades gregas, foi a mais antiga experiência de espaço público que conhecemos. Atenas era a maior e mais democrática das cidades gregas e sua *ágora* era uma área plana que se localizava entre o porto e a acrópole possuindo mais ou menos um quilômetro de circunferência. Lugar onde as pessoas freqüentavam cotidianamente, pois sua função era servir de espaço para o mercado da cidade. Foi também o lugar onde a poesia e a música grega se desenvolveram. Lugar onde muitas pessoas e atividades variadas se misturavam. Na *ágora*, os cidadãos começaram a se manifestar e falar nas assembléias públicas, tomando parte da política ateniense (BERMAN, 1994).

A relevância da questão territorial é ressaltada por Arendt (1998, p. 50), observando que a liberdade política era vinculada espacialmente. “Quem deixava sua *polis* ou era dela degredado perdia não apenas sua terra natal ou pátria mas, também, o único espaço no qual poderia ser livre. Perdia a companhia daqueles que eram seus iguais”.

A *ágora* e a *polis* têm sido para muitos autores uma referência para o debate sobre o espaço público na sociedade contemporânea. “As relações sociais estabelecidas em Atenas, na Grécia Antiga, criaram uma espécie de arquétipo de cidadania” (FRÚGOLI, 1995, p. 12).

As cidades se transformaram profundamente na passagem da Antigüidade para a Idade Média. Perderam importância na primeira metade da Idade Média com o desenvolvimento do feudalismo. As cidades medievais surgiram com o desenvolvimento do comércio, nos séculos XI e XII, atraindo um número cada vez maior de pessoas do meio rural que encontravam ali um território livre da ordem feudal estabelecida no campo. Encontravam a liberdade que o ar das cidades medievais produzia.¹³

¹³ A cidade antiga desempenhava três papéis principais: militar, pois o recrutamento dos exércitos se apoiava nas cidades; administrativo e político e econômico, restrito somente ao consumo, visto que a produção estava restrita às grandes propriedades rurais. No decorrer da primeira metade da Idade Média as cidades perderam tais funções declinando e retomaram seu desenvolvimento nos séculos XII e XIII. Sobre este assunto ver:

As cidades retomam o papel econômico com diferenças essenciais. Ao invés de núcleos essencialmente voltados para o consumo, como lugar de comércio, lugar de trocas, as cidades se transformam, também, em centros de produção, com o desenvolvimento do artesanato. Esta é, segundo Le Goff (1998), a principal mudança ocorrida.

A cidade “engendrou o surgimento de uma nova categoria social - a burguesia -, beneficiária das franquias e liberdades urbanas”. Segundo Le Goff (2005, p. 2-3), muito embora existisse uma hierarquia no seio dessa nova classe, esta nova realidade constituiu uma idéia de sociedade igualitária que “assumirá diversas formas, mas que não vai parar de crescer na França, até a Revolução. Conseqüentemente, podemos afirmar que as cidades foram o berço da Democracia”.

Nesse sentido, não é apenas a importância econômica que caracteriza as cidades a partir de então. As cidades européias tornaram-se centros da vida social e política, transformaram-se em lugar de sociabilidade, de urbanidade. A cidade medieval adquire importância do ponto de vista cultural, do ponto de vista dos costumes que se desenvolve em contraposição ao campo. A oposição entre a vida na cidade e a vida no campo já aparecia na Antigüidade, mas, na Idade Média ganha uma dimensão maior. A cidade proporcionava segurança e o campo, aterrorizante, provocava o medo (LE GOFF, 1998, p. 124).

E é aí que começa a aparecer um vocabulário que vai ser reforçado precisamente na Idade Média. Os termos relacionados à cidade denotam a educação, a cultura, os bons costumes, a elegância: urbanidade vem do latim *urbs*; polidez, da *polis* grega. A Idade Média herda da Antigüidade latina, e reforça, esse menosprezo pelo campo, sede do bárbaro, do rústico. [...] A atividade mais inovadora, criativa, da cidade medieval, é, durante muito tempo, sua função cultural: escola, arte, teatro, urbanismo; é na cidade e da cidade que eles irradiam.¹⁴ Essa função cultural, hoje disputada pelos lugares extra-muros, foi a cidade que exerceu, até agora, desde a Idade Média (LE GOFF, 1998, p. 124-125).

As cidades pré-industriais¹⁵ que surgiram desde então possuíam uma organização espacial rica e dinâmica marcada pela composição de seus espaços públicos. Em geral, as cidades medievais, protegidas por muralhas, eram situadas,

MUMFORD, Lewis. A cidade na história; LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades, BENÉVOLO, Leonardo. História da cidade e GOITIA, Fernando C. Breve história do urbanismo, entre outros.

¹⁴ O teatro, por exemplo, condenado pela igreja católica, renasce, em meados do século XIII, nas praças públicas sobre cavaletes e tablados dos saltimbancos (LE GOFF, 2005).

¹⁵ As cidades pré-industriais se referem em geral às cidades surgidas a partir da Idade Média até o momento da sua industrialização no século XIX. Importante perceber ao analisar as cidades que estas são produtos de muitas temporalidades, acúmulos de tempos históricos. Na cidade industrial do século XIX há também formas espaciais de tempos passados, ou seja, pré-industriais.

por questões de proteção, em locais de difícil acesso, como colinas ou sítios abruptos, ilhas, imediações de rios. Outras surgiram a partir de cruzamentos de estradas e nas embocaduras dos rios. Sua implantação adaptava-se à topografia irregular, o que gerou uma variedade inesgotável de esquemas de implantação de cidades. Não havendo idéias prévias, seu tecido urbano era marcado pela irregularidade. No entanto, tinham em comum a convergência das ruas, que partia das portas por onde se adentrava à cidade fortificada em direção a uma praça central onde estavam localizadas as principais instituições da cidade (GOITIA, 1996).

A rua e a praça constituíam “o contexto arquitetônico da vida pública, fora do âmbito doméstico, nas cidades” (HOLSTON, 1993, p. 112). Segundo Holston (1993, p. 112), “em sua forma pré-industrial, esse contexto se define pelo contraste entre o sistema de espaços públicos urbanos oferecido pelas ruas e o sistema residencial dos prédios particulares”. Analisando a cidade de Brasília, o autor constata que esta relação entre o público e o privado, com suas conseqüências para a vida social, foi subvertida na cidade moderna, como veremos mais adiante.



Figura 7. Passeio de Gracia, Barcelona, Espanha.

Fonte: http://www.pps.org/graphics/gpp/barcelona_paseo_de_gracia_2003_fk-km_30_xlarge

A rua não é apenas uma passagem para o tráfego. “Seu espaço é um dentre vários elementos de uma forma complexa. Como uma configuração arquitetural, a rua compreende um espaço a céu aberto e uma ‘moldura’ física que a contém e a enforma, ou seja, as fachadas dos edifícios e um chão”. O sistema de

espaços públicos estabelecido pelas ruas compreende todos os elementos dessa configuração arquitetônica (HOLSTON,1993, p. 115).

A praça, incluindo toda a diversidade de formas e usos,

[...] desenvolveu-se em relação com a rua segundo diversas maneiras, como um alargamento ou expansão lateral de vias de passagem, em geral chamadas 'largo', e com frequência surgindo como um "parvis" (a área em frente ou ao lado de uma igreja) alargado, por exemplo, para acomodar uma feira permanente; na intersecção de ruas que dela partem em diversas direções, surge um tipo regularmente identificado pelo nome de 'praça', que por sua vez deriva do termo grego para rua, *plateia*; ou, como um terreno externo que a cidade afinal absorve e molda na forma de uma praça, conhecido pela denominação atualmente arcaica de 'rocio' (Holston, 1993, p. 115-116).



Figura 8. Piazza del Campo – Siena –Itália

Fonte: http://www.pps.org/graphics/gpp/Siena_Piazza_view_large

Diante das grandes transformações urbanas da cidade industrial, Camillo Sitte analisou, no final do século XIX, a importância das praças para a vida nas cidades. Segundo nos fala Arantes, a praça era, para Sitte, "o coração da cidade", este se referia às praças da antiguidade à Idade Barroca,

[...] com sua multiplicidade de formas complexas, foram concebidas para promover a reunião da coletividade local; era na praça que ocorriam os acontecimentos mais importantes da vida em comum, ela era o lugar urbano por excelência. Por isso, acreditava Sitte, uma cidade sem praça não mereceria tal designação. Uma praça 'antiga' não se resumia a um conjunto de monumentos ou de prédios oficiais, ela era uma espécie de imagem pública em que o habitante se reconhecia enquanto homem livre (ARANTES, 1993, p. 102-103).

Entretanto, as cidades passaram por mudanças nos séculos XVI e XVII, como vimos, a complexa ordem social que surgiu nas cidades pré-industriais sofreu transformações determinadas pelas práticas introduzidas pelo capitalismo que visavam a acumulação cada vez maior de riqueza através do lucro (MUMFORD 1998, p. 450).

Para Mumford (1998, p. 409), a corte barroca teve influência direta sobre a cidade em quase todos os aspectos da vida. “A execução e a ampliação do largo parque paisagístico no coração da cidade talvez tenha sido a mais feliz contribuição do palácio à vida urbana”. Os parques teriam deixado os centros das cidades de Londres, Paris e Berlim “livres da sufocante congestão e desintegração final”. Entretanto, a localização dos parques poderia, segundo Mumford, ter sido mais bem distribuídos pela cidade, “se tivessem sido planejados não para a conveniência do rei, mas para a dos comuns”, revelando o espírito da época. “Quando a Coroa planejou o Regent’s Park de Londres, o próprio parque foi abertamente considerado como um artifício para aumentar o valor dos terrenos de propriedades vizinhas, pertencentes à Coroa Real” (MUMFORD, 1998, p. 414).

Segundo Mumford, no tipo mais antigo de cidade, tendo como referência as cidades européias e especificamente falando da cidade de Paris, os ricos e os pobres muitas vezes viviam misturados num mesmo bairro. A separação por classe social ocorria na forma como eram ocupados os prédios: “os mais ricos no térreo, os mais pobres no sótão, cinco ou seis pavimentos acima” (MUMFORD, 1998, p. 428).

A partir de então, a separação por classe social intensifica-se ampliando esta separação no espaço, temos aqui, num processo ascendente, o fenômeno da segregação espacial. No século XVII, veremos o surgimento da “praça residencial”, como “uma forma independente das finalidades do palácio” criada pelo planejamento barroco. Trata-se de um novo tipo de praça: “um espaço aberto rodeado exclusivamente por moradias, sem lojas ou edifícios públicos, exceto talvez uma igreja”. A praça aberta jamais havia desaparecido, mas jamais fora usada inteiramente para fins residenciais, inclusive na Idade Média, quando o local de trabalho fazia parte da moradia. A praça “passou então a representar uma nova finalidade urbana – a de ajuntar, bem à vista umas das outras, um grupo de residências ocupadas por pessoas mais ou menos do mesmo ofício e posição” (MUMFORD, 1998, p. 428).

Segundo Mumford (1998, p. 448), “o capitalismo foi, desde o princípio, anti-histórico”. A demolição urbana e a substituição estavam presentes nas cidades pré-industriais, a diferença estava agora estava no ritmo e na intensidade com que este processo acontecia. “Quanto mais efêmero o recipiente, mais rápido o rodízio”.

No interesse da expansão, o capitalismo estava preparado para destruir o mais satisfatório equilíbrio social. Assim, mesmo com as novas idéias no negócio, resultaram – gradativamente, após o século XVI, rapidamente, após o XVIII – na supressão e destruição das guildas, assim também essas novas idéias trouxeram a demolição de velhas edificações e o apagamento dos campos de jogos, jardins de mercado, pomares e aldeias que se interpunham no caminho do crescimento da cidade. Não importa o quanto pudessem ser veneráveis aqueles velhos usos, ou o quanto fossem salutares para a própria cidade, eram sacrificados ao tráfego rápido ou ao ganho financeiro (MUMFORD, 1998, p. 449).

Camillo Sitte, crítico das reformas urbanas do século XIX, argumentava que as praças estariam sendo substituídas por espaços pura e simplesmente exteriores, vazios residuais, impróprios para uso coletivo. Lastimava a perda do sentido estético e social das praças que significava para ele um lugar de vida pública. Sitte (1992) percebeu as mudanças que estavam ocorrendo nas cidades, os locais públicos não serviam mais, nem para grandes festas populares nem para a vida de todos os dias. Destacou que as praças na Antigüidade eram uma necessidade de primeira ordem, pois teria sido o teatro das principais cenas da vida pública e lamentava, no final do século XIX, que estas atividades estavam ocorrendo nas salas fechadas. A privatização da vida pública estava colocada.

Para Frúgoli (1995, p. 13-14), Sitte “expunha e antevia, assim, rupturas básicas no tecido urbano trazidas pela industrialização”. As intervenções urbanas procuraram alterar os tipos de usos tradicionais, as novas praças, surgidas nesse período tanto em Londres como em Paris caracterizavam-se pela monumentalidade, negando estrategicamente seu papel como espaços de uso múltiplo e popular, enfraquecendo-se como ponto central da vida urbana. “Essas cidades deixaram de ter um centro referencial, iniciando a dispersão e fragmentação de sua centralidade”.

Sennet (1988) analisou as relações entre as esferas da vida pública e da vida privada desde o século XVIII, bem como as mudanças ocorridas a partir de um determinado momento que o autor identificou com o aparecimento do capitalismo industrial, tendo como conseqüência o esvaziamento da vida pública. Para o autor, o equilíbrio entre os domínios da vida pública e da vida privada foi corrompido e fala do surgimento da obsessão com a individualidade como tentativa para solucionar os enigmas do século XIX pela negação.

[...] Falar do legado da crise da vida pública no século XIX é falar de grandes forças como o capitalismo e o secularismo, de um lado, e destas quatro condições psicológicas, do outro: desvendamento involuntário da personalidade, superposição do imaginário público e privado, defesa através do retraimento e silêncio. As obsessões com a individualidade são tentativas para se solucionar os enigmas do século passado pela negação. A intimidade é uma tentativa de se resolver o problema público negando que o problema público exista. Como acontece com toda negação, isso só serviu para entrincheirar mais firmemente os aspectos mais destrutivos do passado. O século XIX ainda não terminou (SENNET, 1988, p. 44).

Para Sennet (1988, p. 413), a sociabilidade das relações impessoais possibilitada pela sociedade urbana foi transformada num fenômeno individual que chamou de “cultura da personalidade”.

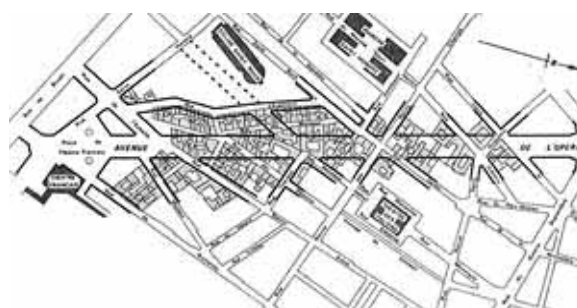
Por outro lado, a cidade industrial criou os *boulevards* e os parques, heranças da cidade barroca. A reforma do centro de Paris, executada pelo barão de Haussmann, então prefeito da cidade, foi a mais significativa e influente obra de intervenção urbana que ocorreu no século XIX. Transformada em modelo, inspirou as principais intervenções urbanas realizadas após 1870 na Europa e, posteriormente, em outras cidades, como o Rio de Janeiro, no início do século XX. Segundo Argan (1992, p.186) foi uma “típica intervenção do poder sobre a imagem e funcionalidade”. Segundo Benjamin (1991), a verdadeira finalidade das obras de Haussmann era tornar a cidade segura em caso de guerra civil e evitar que no futuro se levantassem barricadas em Paris: tratava-se de um “embelezamento estratégico”.

O plano consistia “num cinturão de grandes artérias de tráfego (*boulevards*) obtidas com a demolição de bairros populares”. Objetivou uma melhor fluidez do trânsito viário e enriqueceu a cidade com amplas perspectivas. Entretanto, respondia claramente a um interesse de classe. “Os pobres continuam a viver amontoados nos velhos bairros, que os *boulevards* isolam, mas não saneiam; em compensação facilita-se às tropas a repressão dos movimentos operários e aos proprietários de imóveis a especulação dos terrenos” (ARGAN, 1992, p. 186).

As profundas transformações na vida das cidades no século XIX, afetando os espaços públicos urbanos, foram registradas, magistralmente, por Baudelaire, Edgar Allan Poe, analisadas por Camilo Sitte, George Simmel e Walter Benjamin, entre outros.



Rue de Rivoli, cerca de 1855, um dos boulevards construído por Haussmann.
 Fonte: <http://www.mtholyoke.edu/courses/rschwart/hist255-s01/mapping-paris/images/Daguerreotypes/ViewBoulevard.jpg>



Plano de Paris, 1851-1870.
 Fonte: BENÉVOLO, Leonardo. A história da cidade. São Paulo, Perspectiva, 1983.

Figura 9. Reforma do centro de Paris, Haussmann

As ruas foram marcadas pelo novo fenômeno provocadas pela industrialização e pela urbanização: as multidões, dentro das quais o estranhamento e a imprevisibilidade tornaram-se predominantes. Multidão e estranhamento marcaram definitivamente a paisagem urbana das grandes cidades: “um cenário irreversível marcado pelas multidões em movimento pelas ruas”. Segundo Frúgoli, “pressentem-se vivências inéditas, ao mesmo tempo [em] que crescem representações sobre a cidade moderna que ressaltam sua dimensão perigosa e ameaçadora” (FRÚGOLI, 1995, p. 15).

Simmel (1979) analisa as tensões ligadas à vida urbana moderna buscando responder a questões sobre como a personalidade, o sujeito individual, se acomoda nos ajustamentos às forças externas que está ligada à formação de uma cultura objetiva, exterior ao sujeito.

Para Simmel (1979, p. 11), “os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e

individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida”. Nesse sentido, Simmel percebe como uma forma de auto-preservação a atitude *blasé* do homem que vive na metrópole ao recusar reagir aos estímulos intensos da vida moderna.

Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto as da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável (SIMMEL, 1979, p. 17).

A essa atitude de reserva que, por vezes, pode ser associada à indiferença e antipatia diante do outro, Simmel (1979) mostra que “confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal que não tem analogia sob outras condições”. Esta condição de liberdade somente é possível com o desenvolvimento da individualidade que surge na metrópole.

Ao analisar o espaço público no século XIX, importa perceber os paradoxos revelados pela cidade que se industrializava. Por um lado, vivencia-se a interioridade da vida privada, “para o homem privado, o interior da residência representa o universo” (BENJAMIN, 1991, p. 37). Por outro lado, esta nova realidade traz a possibilidade da vida em meio a multidão e a experiência do estranhamento.

Para Frúgoli (1995, p. 15),

[...] essa súbita e caótica heterogeneidade, fundindo, no caso parisiense, habitantes e indivíduos desenraizados que passaram a trafegar pelos bulevares, construídos sobre antigos bairros, passou a constituir um dado irreversível de modernidade, oscilando entre o caráter trágico dessas transformações mas também acarretando novas possibilidades de experiência urbana.

“A era industrial destruiu ou diminuiu consideravelmente a importância de antigos centros de referência (como as praças), impondo o princípio da circulação, mas ao mesmo tempo”, constata Frúgoli (1995, p. 17), “articulou novas possibilidades – expressas em espaços que se reformulam com essas alterações e propiciam novas ‘aventuras urbanas vitalizadas’”.

Nesse sentido, Caldeira (2000, p. 212) relata uma análise das pinturas impressionistas de Paris, onde são identificadas as principais características do novo tipo de espaço público (e sua representação) que surge com a reconstrução de Paris promovida por Haussmann. “Os novos bulevares incorporavam as condições para o anonimato e o individualismo, permitindo tanto a livre circulação quanto a desatenção às diferenças e ajudando, assim, a consolidar a imagem de um espaço

público aberto e igualitário”. Por um lado, temos a imposição da ordem; por outro, a subversão do uso.

Nesse sentido, é interessante observar a leitura de Frúgoli (1995, p. 15-16) sobre o filósofo Walter Benjamin, dizendo que estaria este na contramão das representações negativas sobre a cidade moderna e as multidões. Para o autor, Benjamin

aponta que uma atitude moderna em face da nova configuração urbana poderia ser inspirada na figura do *flâneur*, que, em vez de se refugiar da massa urbana, nela mergulha, recusando-se, no entanto, a se submeter ao seu fluxo anônimo. [...] Tal atitude passaria a simbolizar uma referência ante a cidade moderna, ligada à recusa de um refúgio privado defronte à cidade em transformação e o mergulho nas possibilidades libertadoras da modernidade.

3.3 O URBANISMO MODERNO E A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO ESPAÇO PÚBLICO

Com o fim da Primeira Guerra Mundial ocorreu uma retomada da economia, acelerando o desenvolvimento da indústria. A cidade passa a ser vista como um organismo produtivo que precisa se libertar de tudo o que emperra ou retarda seu funcionamento. Essa é a visão que mobiliza o Movimento Moderno em direção à necessidade de mudar as cidades, marcada pela idéia de que através da ordem racional seria possível atingir metas socialmente úteis de emancipação do proletariado. A ordem apresenta-se como forma de promover a liberdade (ARGAN, 1992).

Pela primeira vez na história os arquitetos se empenharam em realizar obras que atendessem ao bem estar coletivo, melhorando a qualidade de vida, a reestruturação dos padrões sociais, tentando reduzir a feiúra e a pobreza. Apoiaram-se no esforço progressivo, econômico-tecnológico da civilização industrial. A arquitetura e o urbanismo deveriam dar respostas à problemática das cidades: reestruturação urbana; reconstrução das cidades e habitação social. Segundo Argan, a figura profissional do arquiteto passa por uma mudança radical: “antes de ser um construtor, deve ser um urbanista, projetar o espaço urbano” (ARGAN, 1992, p. 263-264).

Em 1928, foi realizado pelos arquitetos ligados ao Movimento Moderno o primeiro CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, como forma de difusão do movimento. Os CIAMs tiveram um papel importante no debate sobre o espaço público urbano. Destaca-se o 4º CIAM, realizado em 1933, cujas reflexões conduziram à elaboração, por Le Corbusier, do documento conhecido como a “Carta de Atenas”. Este documento orientou toda a concepção do urbanismo moderno, constituindo-se em um modelo para os urbanistas progressistas em todo o mundo (ARGAN, 1992).

A ‘Carta de Atenas’ sintetiza o conteúdo do Urbanismo Racionalista, também chamado de Urbanismo Funcionalista. Nela estão incorporadas as contribuições de mais de um século de arquitetura, incluindo desde as propostas do socialismo utópico até as da Bauhaus, passando por Morris, Howard e Tony Garnier, entre outros (SCHERER, 1993, p. s/p).

A ‘Carta de Atenas’ sintetizava também a proposta de Le Corbusier da *Ville Radieuse*, apresentada em 1930, durante o III CIAM. Le Corbusier (1993, p. s/p) propôs na “Carta de Atenas” que as cidades fossem organizadas a partir de “construções elevadas erguidas a grande distância umas das outras” com isso o solo seria liberado para se obter “amplas superfícies verdes”.

Propondo a demolição das cidades antigas e a sua reconstrução com prédios de 15 a 20 andares de alta densidade,

Le Corbusier justificou sua proposta tanto em termos tayloristas, isto é, visando poupar tempo e dinheiro com a diminuição dos deslocamentos da casa para o trabalho (e vice-versa), quanto em termos do aumento do interesse por lazer, visto que o solo disponível para recreação seria aumentado em 80% (ABRAHÃO, 2008, p. 63).

Le Corbusier (1993) defendia uma cidade viva, fiel ao espírito de uma sociedade ativa e moderna. A partir de uma concepção austera e racional, propôs definir formas universais a partir da concepção do homem-tipo, assim, a cidade deveria organizar-se para satisfazer quatro necessidades básicas. Para o arquiteto, as chaves do urbanismo estavam nas quatro funções básicas do homem moderno: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres) e circular.

A rua tradicional da cidade pré-industrial é interpretada por Le Corbusier como rua corredor e significava circulação caótica.

Como documento recorrente, a Carta de Atenas condenava de forma definitiva a rua corredor da cidade tradicional, separava de forma radical os pedestres dos carros, e liberava a superfície dos terrenos para uma área verde ilimitada. Para os espaços resultantes a partir desse novo modo de pensar as cidades foram empregados novos termos, relacionados à suas funções, cores, atributos e idéias, os quais, segundo Huet, contribuíram para diluir sua concretude. De fato, a rua passou a ser percurso, o parque

passou a ser espaço verde, a habitação passou a ser alojamento, a rua corredor passou a ser corredor dos edifícios (ABRAHÃO, 2008, p. 70).



Figura 10. Le Corbusier e a proposta da *Ville Radieuse*.
Fonte: <http://home.worldonline.dk/jgkjelds/radieuse2.jpg>

A cidade funcionalista moderna de Le Corbusier expressa na Carta de Atenas, com sua proposta de vias exclusivas para a circulação, cumprindo apenas a função do deslocamento, nas suas realizações concretas negou o espaço público.

A cidade de Brasília é a materialização da proposta de cidade funcionalista moderna. “O projeto de autoria do arquiteto Lúcio Costa, embora contenha soluções inovadoras, é considerado a mais completa aplicação dos princípios contidos na Carta de Atenas” (SCHERER, 1993, s/p).

Um estudo sobre Brasília, realizado por Holston (1993), comparando-a com um outro tipo de ordenamento espacial encontrado nas cidades pré-industriais, tomando como exemplo as cidades do Rio de Janeiro pré-industrial e de Ouro Preto nos mostra a distinta relação entre o espaço público e espaço privado nestes dois casos. Holston (1993) faz uso da convenção sólido-vazio/figura-fundo para compreender o arranjo espacial da cidade e a relação entre o espaço público e o privado. O importante desta convenção no estudo das cidades é que organiza a percepção dos sólidos e dos vazios em um sistema de informação, um código legível sobre os significados das relações entre eles. No caso da cidade pré-industrial, trata-

se de um sistema de informação a respeito dos significados do espaço público e o âmbito privado da vida urbana.

As cidades pré-industriais possuem uma organização espacial rica e dinâmica quanto à criação de seus espaços públicos. As ruas que formam juntamente com as praças o contexto arquitetônico da vida pública são “espaços vazios” que compõem um volume especial, em geral, um volume retangular conformando um “espaço figural”. Assim, o “espaço figural” é limitado pelos sólidos que a rodeiam - o fundo - formando um contexto para a rua. “O fundo consiste em prédios – ou qualquer outro limite visual, como árvores - que dão forma ao vazio” (Holston, 1993, p. 128).

A riqueza deste arranjo espacial encontra-se na possibilidade da reversibilidade em situações especiais, como as praças onde concentra monumentos e edifícios públicos, sólidos que se apresentam como figuras em meio ao vazio formando o fundo (Holston, 1993).

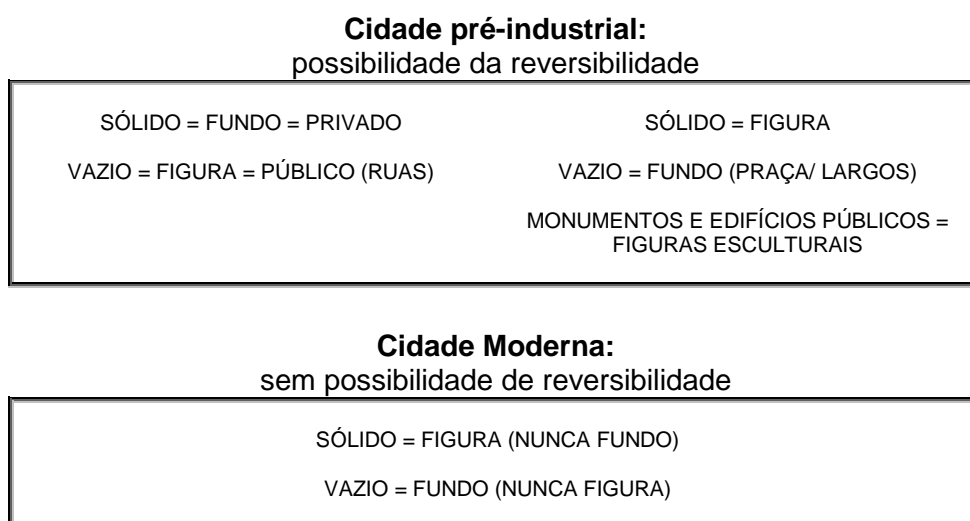


Figura 11. Comparação entre cidade pré-industrial e cidade moderna

Segundo Holston (1993, p. 129) “o espaço da rua ‘rouba’ as fachadas das paredes em volta para construir seus contornos. Essa condição paradoxal cria a impressão de que as fachadas dos prédios são paredes interiores de uma sala ao ar livre”. A importância da fachada sobre a rua é complexa, afirma Holston (1993, p. 129), “define, pelo ato de conter e separar o espaço, o que é interior e o que é exterior, o privado e o público, a casa e a rua”. A fachada das ruas é, de um lado, a

parede exterior do domínio privado e, de outro, a parede interior do âmbito público - a rua como sala de estar.

Os edifícios, sólidos, podem ser percebidos tanto como fundo quanto como figura. “Em resumo, sólidos podem constituir o fundo perceptual em contraste com o qual os vazios emergem como figuras que atraem a atenção, ou os vazios podem constituir o fundo em contraste com o qual os sólidos aparecem como figuras independentes”. Essa dinâmica é alcançada graças à inversão de “papéis” que a arquitetura faz no cenário urbano, ora sendo fundo, ora figura. Criando um equilíbrio e limites definidos entre os espaços públicos e privados (Holston, 1993, p. 129).

Segundo Holston (1993, p. 137) a proposta modernista com esse “sistema tradicional de significação arquitetônica”. Os espaços públicos como lugares de vida pública desaparecem no arranjo espacial da cidade funcional. Propõem-se vastas áreas de espaço vazio contínuo, sem interrupção, formando o fundo perceptual, contra o qual os sólidos dos edifícios emergem como figuras espaciais. O “espaço vazio” é sempre contínuo e nunca figural. Os edifícios são sempre esculturais e nunca servem como fundo. Essas convenções determinam uma totalidade de percepções na qual a identificação do que é público e do que é privado não pode ser feita. Assim temos a negação do espaço público: consequência direta e inevitável da eliminação da rua figural por meio da inversão da convenção figura-fundo. Nos espaços da cidade moderna, onde todos os edifícios são figuras, torna-se irrelevante o código que permite reconhecermos os edifícios públicos como figuras excepcionais sobre um fundo comum. Eles se reduzem a um anonimato escultural (HOLSTON, 1993).



Figura 12: Esplanada dos Ministérios – Brasília

Fonte: <http://proximoshow.com.br/wp-content/uploads/esplanada-brasilia.jpg>

Segundo Holston (1993), em Brasília verifica-se a inexistência de todo o sistema de espaços que as ruas tradicionalmente instituem nas outras cidades, ocorre a ausência não só de esquinas mas também de calçadas, onde se possa passar pelas fachadas de casas e lojas; praças e das próprias ruas. Não há uma conexão entre os espaços públicos e a vida pública como ocorrem nas cidades de características pré-industriais. Por isso é muito comum a constatação de que Brasília é uma cidade onde não se vê gente na rua.

3.4 AS CIDADES E O URBANISMO FUNCIONALISTA: A MORTE DA RUA CORREDOR

As modernas visões do urbanismo funcionalista tornaram-se amargas na modernização a qualquer custo do segundo Pós-Guerra Mundial que viu a própria cidade moderna como um elemento antiquado e obsoleto (BERMAN, 1990, p. 291).

Com demasiada freqüência, o preço da modernidade crescente e em constante avanço é a destruição não apenas das instituições e ambientes “tradicionais” e “pré-modernos”, mas também – e aqui está a verdadeira tragédia – de tudo o que há de mais vital e belo no próprio mundo moderno. Aqui no Bronx, graças a Robert Moses, a modernidade do bulevar urbano era condenada como obsoleta e feita em pedaços pela modernidade da rodovia interestadual (BERMAN, 1990, p. 280).

O espaço público teve suas funções transformadas quando a rua, assim como a cidade, foi vista como obsoleta para o processo de modernização em curso a partir da segunda metade do século XX.

Após o final da 2ª Guerra Mundial, estavam dadas as condições favoráveis para a implantação das idéias do urbanismo moderno. Foi um momento de reconstrução das cidades destruídas pela guerra e, por outro lado, da construção dos grandes conjuntos habitacionais, promovidas pelo Estado. Nos Estados Unidos, “o planejamento ‘monofuncional’ e atomizador” ganhou força inicialmente “com o desenvolvimento de subúrbios uniformes, que contribuíram para um esvaziamento da vida pública” (FRÚGOLI, 1995, p. 16). Os subúrbios americanos, bairros de classe média afastados da área urbana, “passaram a recriar uma realidade urbana confinada e ‘a salvo’ do intenso ritmo dos centros das metrópoles, sendo que sua

expansão pelo mundo trouxe sensíveis mudanças à vida cultural das cidades” (FRÚGOLI, 1995, p. 16).

Durante os anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra, as cidades sofreram um intenso processo de crescimento. Ocorreram grandes intervenções do poder público - planos diretores, planos de renovação, os grandes conjuntos habitacionais e as cidades novas. As cidades eram então vistas como simples problemas de funcionamento, maximização de investimentos e viabilização da reprodução e acumulação do capital.

São ignorados os valores da população nas grandes intervenções urbanas. Os ambientes gerados sob influência do urbanismo racional-funcionalista desconsideraram a complexidade da vida urbana; o patrimônio e a memória; a integração e a inter-relação entre funções e atividades humanas; a importância das redes sociais estabelecidas e dos valores afetivos.

Frúgoli (1995, p. 18), destaca que os espaços produzidos pela cidade moderna que se constituíram em lugares vitais, espaços de vida pública urbana, foram “ameaçados frente ao novo modelo de urbanização inspirado nos subúrbios e nas autopistas”, desfiguraram o tecido urbano e remeteram “os moradores para longe do coração das cidades, com franca deterioração da esfera pública, no que tange às possibilidades de interação social marcada pela diversidade”.

O urbanismo como instrumento de ordenamento urbano transformou-se na expressão da visão de uma racionalidade instrumental cujo objetivo era construir a cidade para a produção e para o consumo. Nesse processo, acentuou-se um movimento, a partir de então, de fuga das cidades. O espaço público urbano perdeu, na cidade contemporânea, parte das dimensões que lhe conferia o caráter público.

O urbanismo modernista condenou ao fim a rua corredor da cidade pré-industrial tida como geradora de doenças e por não atender às necessidades da era da máquina. Em Brasília, por exemplo, não há uma conexão entre os espaços públicos e a vida pública como ocorrem nas cidades de características pré-industriais. Constata-se a morte da rua como um espaço de vida pública. Segundo Caldeira (2000, p. 311), “ao destruir a rua como espaço para a vida pública, o planejamento modernista também minou a diversidade urbana e a possibilidade de coexistência de diferenças. O tipo de espaço que ele cria promove não a igualdade – como pretendido – mas apenas uma desigualdade mais explícita”.

3.5 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO DEPOIS DOS MODERNOS

Parte das raízes do debate atual sobre o espaço público urbano encontra-se no VIII CIAM, ocorrido em 1951, quando foi apresentado o tema da reconstrução do “coração da cidade” (ABRAHÃO, 2008, p. 59), expressão que havia sido utilizada por Camillo Sitte, no final do século XIX. Este evento marcou o início de um processo de críticas ao Movimento Moderno que se desenvolveu nas décadas seguintes. Arantes (1993) alerta para as várias referências que surgem neste debate, por vezes contraditórias, de teorias e projetos sobre a relação entre arquitetura, cidade e espaço público.

No intuito de devolver a cidade moderna à coletividade expropriada ao longo do processo de constituição das grandes aglomerações urbanas contemporâneas, arquitetos e urbanistas entregaram-se, particularmente a partir de meados dos anos 60, a uma verdadeira obsessão pelo lugar público, em princípio o antídoto mais indicado para a patologia da cidade funcional (ARANTES, 1993, p. 97).

O VIII CIAM refletiu “as preocupações de José Luis Sert, Siegfried Giedion, Ernesto Rogers e representantes do Grupo Mars, em lançar novas bases para que a arquitetura moderna, apoiada nas experiências da tradição clássica e no interesse em reconstruir a urbanidade nas cidades do século XX, pudesse ir além do desenho da moradia social” (ABRAHÃO, 2008, p. 80). O debate estava pautado pela necessidade premente de reconstrução das cidades destruídas pela guerra e pela necessidade de intervir nas cidades que cresciam, fazendo surgir as grandes metrópoles.

No X CIAM, em 1956, último evento de divulgação do Movimento Moderno, os arquitetos Peter e Alison Smithson, Aldo Van Eyck, Jacob Bakema e George Candilis, entre outros organizados no grupo TEAM X, desafiaram as quatro categorias funcionalistas da “Carta de Atenas”: Moradia, Trabalho, Lazer e Circulação, rejeitando o racionalismo da cidade funcional. Introduziram dentro do corpo doutrinário do Movimento Moderno conceitos que permitiram acomodar uma diversidade maior de modelos culturais, onde se pudesse resgatar e incentivar o conceito de identidade, do particular em oposição ao universal, enfim introduzindo a diferença. O Grupo Team X, pertencente a uma nova geração de arquitetos, respondeu ao modelo simplista de núcleo urbano apresentando um padrão mais

complexo que, em seu ponto de vista, seria mais sensível à necessidade de identidade¹⁶ (FRAMPTON, 1997).

O homem pode identificar-se de imediato com seu próprio lar, mas não se identifica facilmente com a cidade em que está situado. 'Pertencer' é uma necessidade emocional básica - suas associações são da ordem mais simples. Do 'pertencer' - identidade - provém a sentido enriquecedor da urbanidade. A ruazinha estreita da favela funciona muito bem exatamente onde fracassa com frequência o redesenvolvimento espaçoso (TEAM X apud FRAMPTON, 1997).

Os trabalhos de Alison e Peter Smithson, na década de 50, tinham a intenção de ser uma crítica a *Ville Radieuse*, de Le Corbusier, e ao zoneamento das quatro funções da cidade: Moradia, Trabalho, Lazer e Circulação, utilizaram, para tanto, categorias fenomenológicas como "casa", "rua", "bairro", "cidade", buscando criar um sentido de lugar, de vida em comunidade. No entanto, contraditoriamente, seus projetos eram destituídos de implicações históricas (FRAMPTON, 1997).

Aldo van Eyck, através de seu projeto do Orfanato em Amsterdã, considerado obra-síntese do pensamento e dos valores deste arquiteto holandês, desenvolvido na segunda metade da década de 50, apresentou seus conceitos de "claridade labiríntica" e "fenômenos gêmeos", que influenciaram arquitetos em todo o mundo.

Árvore é folha e folha é árvore - casa é cidade e cidade é casa - uma árvore é uma árvore mas, também uma grande folha - uma folha é uma folha mas também uma pequena árvore - uma cidade não é uma cidade a menos que ela seja uma grande casa - uma casa é uma casa somente se for também uma pequena cidade (VAN EYCK apud UIEDA, s/d).

Van Eyck pretendia elaborar novas leituras do ambiente construído, estabelecendo relações de escala entre pequenas e grandes estruturas componentes de um todo complexo. A este conceito deu-se o nome de "claridade labiríntica" (*configuratie*, em holandês). A respiração é a base da compreensão do conceito de fenômenos gêmeos. Segundo Aldo van Eyck, não se respira somente para fora ou somente para dentro. São fenômenos opostos, mas conjugados - a existência do primeiro depende do segundo e vice-versa. Como pólos opostos ou falsas alternativas, estes antônimos abstratos possuem sempre a mesma característica: perda de identidade e seu atributo é a monotonia. Neste projeto, procurou controlar a oposição entre conceitos como fora-dentro, interior-exterior, casa-cidade, individualidade-coletividade, unidade-diversidade, pequeno-grande.

¹⁶ Alguns dos participantes do TEAM X realizaram estudos das culturas primitivas: Aldo Van Eyck foi para a África estudar o povo Dogon; Candilis trabalhou no Marrocos e no Peru; Bernard Rudofsky montou, em 1964, a exposição "Arquitetura sem arquitetos". Os Smithson's, em 1967, realizaram estudos sobre padrões de identidade, organização e mobilidade (FUÃO, 2000).

Para Eyck, a polarização cerrada entre os opostos não se justificava mais no mundo contemporâneo. Sua existência é simultânea e não consecutiva. Ao mesmo tempo, a cada passo, a percepção das partes se faz pela compreensão do todo e vice-versa. A percepção do individual se faz pela compreensão do coletivo e vice-versa (UIEDA, s/d).

O desafio que estava colocado era “de se pensar o edifício de forma integrada com o seu contexto topográfico e urbano”. Essa tendência, segundo Abrahão (2008, p. 94), “influuiu fortemente na crescente importância das ciências sociais enquanto ciências que tratam o homem nas suas distintas facetas: sociologia, antropologia, economia social, psicologia social etc.”.

Esta não era uma tarefa fácil diante das grandes contradições da realidade urbana que se construía pautada pelos interesses econômicos e pelas transformações modernizadoras da cidade do capital. Segundo Berman (1990), os modernistas dos anos 60 deveriam enfrentar o mundo da via expressa e mostrar que este não constituía o único mundo moderno possível, que havia outras e melhores direções para as quais o espírito moderno podia se voltar. A direção tomada por estes modernistas, buscando uma nova fonte de vida, energia e afirmação e que era tão moderna como o mundo da via Expressa foi a vida cotidiana da rua. Era preciso recuperar o humanismo moderno. Para Berman, a obra que melhor expressa o modernismo da rua, nos anos 60, é o livro de Jane Jacobs, *Morte e Vida das Grandes Cidades Norte-Americanas*. A esta celebração da vitalidade urbana, Berman chamou de o grito da rua e nos trouxe de volta a esperança, um dos sinais vitais dos anos 60.

Jane Jacobs “aponta as possibilidades libertadoras da vivência da vitalidade urbana”, inspirada em sua vivência em um bairro nova-iorquino que preserva, de certa forma, “referências seguras e conhecidas de relações cotidianas, num interessante cruzamento das conquistas modernas com traços que resgatam elementos de uma vida cotidiana próprios de outras configurações urbanas mais tradicionais” (FRÚGOLI, 1995, p. 16). Segundo Frúgoli (1995, p. 16), “a defesa de Jacobs da vitalidade das ruas combina com sua crítica ao tipo de planejamento urbano moderno que se articula nos Estados Unidos, trazendo mudanças e rupturas quanto ao papel que as ruas desempenham na vida urbana”.

Nos anos 70, no momento que se abre a crise da grande expansão e do crescimento da modernização, os modernistas tomaram consciência da necessidade

de se conviver com o passado e o presente, foi a reabilitação da história e da memória. O passado tornou-se parte integrante do diálogo dos modernistas com o mundo moderno (BERMAN, 1990).

Em 1972, a demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, em St. Louis nos Estados Unidos foi um marco na história crítica da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. O conjunto que possuía 33 blocos de 11 pavimentos construídos na década de 50, segundo os cânones da Carta de Atenas, se constituiu em um exemplo do fracasso deste modelo pela sua incapacidade em dar possibilidades para que a vida comunitária e coletiva pudesse acontecer. Sua demolição foi considerada e celebrada por muitos como o fim do Movimento Modernista dos CIAM.¹⁷



Figura 13. Demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, em 1972.
Fonte: http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc176/mc176_02.jpg

Das propostas vindas do campo do urbanismo como nos anos 50, a materialização do espaço político das sociedades democráticas, segundo Abrahão (2008, p. 184)

[...] se estendeu, nos anos 60 e 70, para as ruas e praças das cidades tradicionais, expandindo-se partir dos anos 80 para todos os espaços públicos urbanos que, sob as mais diversas abordagens, passou a ser qualificado com atributos de concepções de espaços públicos modelados no campo da filosofia política e das ciências sociais.

¹⁷ Especialmente celebrada pelo movimento pós-moderno na arquitetura que tem início nos anos 70. Sobre este assunto, ver: Charles Jencks, *The language of post-modern architecture*, de 1977.

3.6 ESPAÇO PÚBLICO URBANO E VIDA PÚBLICA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Os processos modernizadores mais recentes têm trazido mudanças na organização do espaço urbano e na vida cotidiana com implicações no espaço público urbano. Desigualdade social e segregação espacial são fenômenos que tem marcado a realidade das cidades contemporâneas. Esses processos sócio-ambientais apresentam-se em contraposição à experiência do espaço público urbano como lugar de trocas, encontros e vivências múltiplas.

3.6.1 *Os novos padrões de segregação urbana e a implosão da vida pública*

A segregação é um processo segundo o qual diferentes grupos sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes áreas das cidades, ou seja, significa separação no espaço de grupos sociais distintos. A segregação pode se apresentar segundo classes sociais, etnias e nacionalidades. No Brasil, a segregação espacial dominante na estruturação das metrópoles brasileiras ocorre a partir de classes sociais (VILLAÇA, 2001, p. 142).

Segundo Caldeira (2000, p. 211) a segregação nas cidades estabelece “regras que organizam o espaço urbano” segundo “padrões de diferenciação social e de separação”. Essas regras variam cultural e historicamente, revelando os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. A autora identificou, no caso de São Paulo, mas que serve de referência para outras realidades urbanas, pelos menos três formas diferentes de expressão da segregação no espaço urbano. Estas se manifestaram em determinados períodos históricos: a segregação por tipo de moradia, própria da cidade concentrada do final do século XIX até cerca de 1940; a segregação por grupos sociais separados por grandes distâncias da cidade dividida em centro e periferia: “as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias”, esta forma urbana dominou o desenvolvimento da cidade entre os anos de 1940 até os anos 1980.

Uma terceira forma urbana vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns (CALDEIRA, 2000, p. 211).



Figura 14. Favela de Paraisópolis e condomínio de luxo no bairro do Morumbi, em São Paulo
Fonte:http://farm3.static.flickr.com/2125/2125949452_316ca99990.jpg?v=0

Teresa Caldeira (2000), em seu livro “Cidade de muros” analisa os processos de mudança social nas cidades contemporâneas e a reprodução da desigualdade social e da segregação espacial identificando processos e instrumentos que são comuns a muitas cidades. A autora destaca as mudanças no espaço público e na qualidade de vida pública na cidade de São Paulo, que resultaram da expansão da violência, do medo e desrespeito aos direitos dos cidadãos, bem como da ampliação da privatização da segurança.

Sobre as implicações da violência urbana no Brasil e as suas conseqüências na vida cotidiana das cidades, Eckert e Rocha (2005, p. 4) destacam outros importantes estudos como os de Gilberto Velho; Ruben Oliven; Alba Zaluar; entre outros, que “examinam a violência a partir de uma perspectiva da ordem cultural”.

A combinação de medo da violência, reprodução de preconceitos, contestação de direitos, discriminação social e criação de novas fórmulas para manter grupos sociais separados certamente têm características específicas e perversas em São Paulo, mas ela também reflete processos sociais de mudança que estão ocorrendo em muitas cidades (CALDEIRA, 2000, p. 301).

Segundo Caldeira (2000, p. 211), “enclaves fortificados”, se constituem no principal instrumento do novo padrão de segregação espacial. São “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho” que têm surgido em cidades tão diversas como São Paulo, Los Angeles, Johannesburgo, entre outras. Podemos considerar como “enclaves fortificados” os condomínios fechados de moradia, consumo, lazer e trabalho. Estes se apresentam de diversas formas e tamanhos que vão desde os condomínios fechados exclusivos para moradia até aqueles que, reunindo diversas funções, se transformam em verdadeiras cidadelas. São as “privatopias” de que fala David Harvey (2004).

Para Caldeira (2000, p. 11), “é um modelo que vem sendo empregado pelas classes médias e altas nos mais diversos países”, com conseqüências para o espaço público e para as interações dos cidadãos em público. Esses novos espaços fechados “atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-tetos” (CALDEIRA, 2000, p. 9; 211).

Entretanto, não se trata de um fenômeno somente das cidades grandes. No caso brasileiro, por exemplo, os condomínios fechados, com tamanhos diferenciados, têm sido uma marca das expansões urbanas mais recentes também em cidades médias. Tais empreendimentos imobiliários estão presentes nas principais capitais brasileiras, assim como em cidades médias do interior.

Os “enclaves fortificados”, por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, transformam profundamente o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Caldeira (2000, p. 301) destaca, neste novo contexto urbano, a implosão da experiência da vida pública, onde “tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública”.

A idéia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros. As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas e controladas; saem menos à noite, andam menos pelas ruas, e evitam as ‘zonas proibidas que só fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade, em especial no caso das elites. Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência estereótipos e medos das pessoas (CALDEIRA, 2000, p. 301).

A tendência a uma vida urbana cada vez mais privada, interiorizada, em contraposição a uma vida pública, afeta a vida cultural das cidades, mais especificamente a “cultura pública” das cidades. Segundo Frúgoli (1995, p. 17), “a

experiência pública das ruas e seus derivativos – bares, cafés, livrarias – seriam fundamentais como forjadores de novos padrões culturais públicos de relações”.

Os “enclaves fortificados” estão em contraposição à existência dos espaços públicos urbanos, por suas características intrínsecas: são espaços de uso coletivo cuja propriedade é privada, “ênfatizam o valor do que é privado e restrito, ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos” e “controlados por um sistema de segurança privado, que impõe as regras de inclusão e exclusão”. São ambientes socialmente homogêneos e autônomos em relação ao seu entorno, pois suas relações com o mundo exterior acontecem, em geral, por meio de redes invisíveis que são possíveis graças às novas tecnologias de comunicação disponíveis, organização do trabalho e os sistemas de segurança (CALDEIRA, 2000, p. 258-259).

Segundo Caldeira (2000, p. 258), os enclaves fortificados são empreendimentos “voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente”. Por fim, transforma-se em símbolos de status. “O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status”.¹⁸

Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição (CALDEIRA, 2000, p. 12).

O medo da violência tem transformado radicalmente a paisagem das cidades, onde os enclaves fortificados estão situados no limite extremo da separação sócio-espacial. Nas cidades “proliferaram grades, porteiros eletrônicos, guaritas, arames e cercas elétricas, circuitos de alarme internos e externos não só em bairros identificados como ‘enobrecidos’, mas também em bairros populares”. Estas transformações são relatadas por Eckert e Rocha (2005, p. 3) na cidade de Porto Alegre, mas poderíamos identificar os mesmos fatos urbanos em várias cidades brasileiras, sejam elas grandes cidades ou cidades médias. O medo da violência pela banalização da vida que é reforçado nos noticiários e discursos da

¹⁸ Sobre estilo de vida, “o novo conceito de moradia” e sociabilidade nos condomínios fechados, ver: Caldeira, 2000, p. 264, 268 e 275.

imprensa, tem modificado “vertiginosamente a estética da arquitetura urbana na cidade”. Foram observadas mudanças cotidianas da população “em suas rotinas diárias em busca de estratégias de mudança de estilo de vida para a redução de riscos oriundos da criminalidade, como furtos e roubos” e o grande aumento do mercado de segurança. “As transformações no espaço urbano fizeram-se intensas pela presença de equipamentos de segurança alimentados por uma indústria de prevenção com altos rendimentos” (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 3).

Essas adaptações às edificações transformam a paisagem urbana numa perspectiva que podemos definir como ‘estética da segurança’ ou mesmo ‘estética do medo’, constituindo novas complexidades nos processos de segregação espacial e social que distinguem a população por critérios múltiplos, como o acesso a bens de consumo e outras lógicas de distinção social (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 6).

Nesse sentido, “o cotidiano do viver na cidade é constituído pelo paradoxo de um ideal civilizatório de construção social de uma realidade remetida à liberdade de individualização” e pela “configuração do sentimento de medo, real, imaginário ou potencial” (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 13).

Segundo Eckert e Rocha (2005, p. 13-15), a população é alarmada para se proteger, revelando a ineficiência das instituições públicas. Os órgãos de segurança pública sistematicamente recomendam mudanças de hábitos coletivos na cidade como precauções necessárias a serem apreendidas pelos cidadãos para a diminuição da vulnerabilidade e exposição ao fator de risco. Assim, o indivíduo é desestimulado naquilo que lhe é constitutivo: as interações que o constroem como sujeito social.

Reféns do estranhamento, indivíduos em suas redes de pertencimento designam como perigosos as territorialidades, os trajetos, as situações, os horários e os indivíduos que, potencialmente estranhos, ameaçam a ordem social. A desconfiança do outro leva ao mergulho no sentimento de esvaziamento dos sentidos coletivos, fortalecendo ainda mais as bases de um *ethos* social hiperindividualista (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 15).

Eckert e Rocha (2005, p. 116), reconhecendo as contradições impostas pelo caráter “disjuntivo da democracia brasileira”, de acordo com Caldeira, afirmam que a insegurança, pela teoria de risco, pressiona condutas e atitudes que implicam restrições de liberdade individual.

Entretanto, diante da complexidade da arte de viver o cotidiano e percebendo a realidade a partir de seu movimento dialético, Eckert e Rocha (2005, p. 19) afirmam que

[...] a paisagem do mundo urbano contemporâneo guarda, nesse contexto, as feições das crises e dos medos sociais, por um lado, e das estratégias de

vida de seus habitantes, seus sonhos e desejos, por outro lado, segundo a acumulação benéfica da animação e da vibração temporal dos ritmos diferenciais de elaboração de sentido de seus territórios de pertencimento aderindo à fragmentação e à sistemática negociação dos lugares de interação.

Nesse sentido, as autoras constataam a possível leitura da arte de viver o cotidiano, entre outras, “a partir das práticas de prevenção, de estratégias de evitação que vão estilizando as interações sociais cotidianas como estilos de vida propulsores de expressões múltiplas de pensar e agir na cidade ameaçada pela criminalidade” (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 29).

O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno. O fato de esse tipo de organização do espaço público se espalhar pelo mundo inteiro no momento em que muitas sociedades que o adotam passam por transformações como democratização política, fim de regimes racistas e crescente heterogeneização resultante de fluxos migratórios, indica a complexidade das ligações entre formas urbanas e formas políticas. Além disso, **indica que o espaço urbano pode ser a arena na qual a democratização, a equalização social e a expansão dos direitos da cidadania vêm sendo contestados nas sociedades contemporâneas** (CALDEIRA, 2000, p. 12). [grifo meu]

3.6.2 *Liberdade ou proteção: um dilema da sociedade contemporânea*

A segregação espacial e a violência urbana nas cidades revelam a nossa frágil cidadania. Paradoxalmente, no caso brasileiro, vivemos nas últimas décadas avanços na democracia política e conquista dos direitos políticos com poucos avanços ou até retrocessos na conquista dos direitos civis e sociais.

Um dos temas mais recorrentes atualmente sobre as cidades contemporâneas fala sobre a violência urbana. O sentimento de medo vivido pelas pessoas nas cidades tem estimulado a busca por proteção. Nesse sentido, o tema comunitarismo surge como uma busca por segurança no mundo atual.

Segundo Bauman (2003) falar em comunidade significa quase sempre uma boa sensação, sentimentos de pertencimento e proteção. Os sentidos de viver em comunidade, segundo o autor, “é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir”, é o “paraíso perdido ou ainda esperado”, produzido pela imaginação.

Mas se a possibilidade de viver em comunidade realmente estivesse ao nosso alcance, ela teria um preço. Para Bauman (2003, p. 10),

[...] há um preço a pagar pelo privilégio de 'viver em comunidade' – e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada 'autonomia', 'direito à autoafirmação' e 'à identidade'. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustado e sem atrito. De qualquer modo, nenhuma receita foi inventada até hoje para esse ajuste. O problema é que a receita a partir da qual as 'comunidades realmente existentes' foram feitas torna a contradição entre segurança e liberdade mais visível e mais difícil de consertar.

Assim estamos diante de uma tensão a espera de uma solução entre viver em comunidade e com proteção ou abandonar a comunidade em favor da liberdade. Para Bauman (2003, p. 10-11),

[...] a tensão entre a segurança e a liberdade e, portanto, entre a comunidade e a individualidade, provavelmente nunca será resolvida e assim continuará por muito tempo; não achar a solução correta e ficar frustrado com a solução adotada não nos levará a abandonar a busca – mas a continuar tentando. Sendo humanos, não podemos realizar a esperança, nem deixar de tê-la.

Na sociedade contemporânea, a busca em viver em comunidade surge em contraposição à vida urbana, refletindo um movimento que não é recente de fuga da cidade. O desejo de viver em comunidade, carregado de um saudosismo imaginário, tem se materializado na construção dos "enclaves fortificados" (CALDEIRA, 2000) ou "privatopias" (HARVEY, 2004), "que vendem a idéia de 'verdadeiros paraísos fechados'"

O lado mais sombrio desse comunitarismo permanece omitido. O espírito de comunidade vem sendo há muito tempo considerado um antídoto para ameaças de desordem social, luta de classes e de violência revolucionária [...]. Comunidades bem fundadas o mais das vezes excluem os forasteiros, autodefinem-se em contraposição a eles, erigem todo tipo de sinais de 'afastem-se' (quando não tangíveis muros), internalizando a vigilância, os controles sociais e a repressão (HARVEY, 2004, p. 223-224).

Se por um lado, viver em comunidade nos dá a proteção, viver em cidades nos dá liberdade. Portanto, segurança e liberdade são dois valores "igualmente preciosos e desejados" significa que seria desejável não precisar abrir mão de um em benefício do outro. Assim, estamos diante de um dilema insolúvel que implica em buscar uma relação de equilíbrio entre viver com segurança e viver com liberdade, porém como todo corpo em equilíbrio significa a existência constante de uma tensão.

Essa tensão está constantemente presente nas nossas vidas, quando vivemos a proteção do lar e a liberdade das ruas, ambas importantes para o desenvolvimento humano. No entanto, vivemos um desequilíbrio nas cidades contemporâneas com o surgimento cada vez maior do encolhimento da vida social em favor de uma vida cada vez mais privada. Estamos diante da negação cada vez maior do espaço público como lugar de convívio social.

3.6.3 *Considerações sobre o espaço público urbano e a vida pública na contemporaneidade*

Por que pensar o espaço público urbano na contemporaneidade? A partir dos espaços públicos podemos pensar a cidade como obra, como lugar de memória coletiva, como lugar de aprendizado da civilidade e da cidadania.

“A cidade é uma obra”, afirma Lefebvre (1991, p. 4), “e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio das trocas, na direção dos produtos”. Esta orientação irreversível na direção dos produtos acontece quando a industrialização começa, ou seja, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial.

Lefebvre (1991, p. 4) alerta para o fato da cidade como obra estar se transformando cada vez mais em produto. “Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca”. A cidade, a vida urbana, o tempo urbano teriam, segundo este autor, valor de uso, já os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos teriam valor de troca. A condição para a existência de espaços públicos é que se mantenham como lugares com valor de uso e não com valor de troca, apropriado, e não consumido. Portanto, cabe repensar a cidade como obra e os espaços públicos como parte fundamental desta obra sem o qual a primeira não se realiza enquanto valor de uso.

A acessibilidade é uma das condições fundamentais do espaço público urbano, refere-se a uma das dimensões do caráter de ser público: o uso comum do lugar de vida pública. O espaço público urbano requer o direito de acesso a todos,

sem restrições. A acessibilidade, portanto, constitui-se em uma qualidade essencial inerente aos espaços públicos sem o qual este não existe enquanto tal.

Abrahão (2008, p. 162) destaca o entendimento de Ali Madanipour sobre a acessibilidade dos espaços públicos: para ele “um espaço público era um espaço aberto para o público em geral, não controlado por indivíduos ou organizações privadas”, portanto, “considerava pública uma área acessível a todos e mantida pela coletividade”.

Para Caldeira (2000, p. 211), em cidades fragmentadas por enclaves fortificados, o caráter do espaço público muda, assim como a participação dos cidadãos na vida pública. Para a autora, nestas condições “é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas”.

Civilidade e urbanidade são termos que estão relacionados com o viver coletivamente. O termo civilidade, segundo Choay e Merlin (1996), refere-se a comportamentos e modos de fazer codificados que revelam uma certa concepção da existência social. Frequentemente, o termo civilidade tem sido associado à “urbanidade”, “juntos, eles constituem valores fundamentais aos quais tendem as sociedades urbanas por regulações e ajustes progressivos”. Para os autores, “a urbanidade qualifica ao mesmo tempo o cidadão moderno e seu espaço” e a “civilidade surge de um código de conduta predominante nos relacionamentos interpessoais”. Assim, por civilidade entendem, Choay e Merlin (1996), a forma de gerar uma relação social apoiada sobre o respeito ao próximo que permite, assim, a coexistência de diferenças sociais, étnicas, de gerações.

Civilidade, segundo Sennet (1988, p. 323), “é a atividade que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras. Usar máscara é a essência da civilidade. As máscaras permitem a sociabilidade pura, separada das circunstâncias do poder, do mal-estar e do sentimento privado daqueles que as usam”. Constitui-se na condição para a vida impessoal se desenvolver, ou seja, para a existência de uma vida pública. Para a existência de espaços públicos na cidade é imprescindível a “institucionalização da civilidade”.

Civilidade é tratar os outros como se fossem estranhos que forjam um laço social sobre essa distância social. A cidade é esse estabelecimento humano no qual os estranhos devem provavelmente se encontrar. **A geografia pública de uma cidade é a institucionalização da civilidade.** Não creio que agora as pessoas precisem esperar por uma transformação maciça das

condições sociais, ou então por uma volta mágica ao passado, para se comportarem de modo civilizado. Num mundo sem rituais religiosos nem crenças transcendentais, as máscaras não são pré-fabricadas. As máscaras precisam ser criadas por intermédio de um desejo de viver com os outros, mais do que pela compulsão de estar perto dos outros. Quanto mais esse comportamento tomar corpo, mais vivos se tornarão a mentalidade de cidade e o amor pela cidade (SENNET, 1988, p. 323-324) [grifo meu].

A modernização possibilitou à sociedade moderna a “experiência da velocidade”. Segundo Sennet (2003, p. 17), as possibilidades colocadas pelo desenvolvimento tecnológico da locomoção – dos automóveis às grandes rodovias – permitiu o deslocamento das pessoas para áreas além da periferia. Nesse sentido, contribuiu com a proposta do urbanismo moderno de separação das funções urbanas, reforçando as vias como meio exclusivo de deslocamento no espaço.

Assim, segundo Sennet (2003, p. 17-18), as vias tornaram-se “um lugar de passagem”, transformada em um simples corredor, “o espaço urbano perde qualquer atrativo para o motorista, que só deseja atravessá-lo”. Para o autor, “a condição física do corpo em deslocamento reforça a desconexão do espaço”. Trata-se de uma “experiência narcótica”, onde “o corpo se move passivamente, anestesiado no espaço, para destinos fragmentados e descontínuos”.

As condições criadas de movimento sem obstrução e com menor atenção aos “lugares de passagens”, Sennet (2003) identifica como “liberdade de resistência” e conclui que “o objetivo de libertar o corpo da resistência associa-se ao medo do contato, evidente no desenho urbano moderno”. Nesse sentido, não é por acaso que o espaço público na cidade foi desvalorizado.

A velocidade foi um dos temas prediletos do Movimento Moderno, artistas e arquitetos, captando o espírito de sua época, conceberam a cidade como uma “imensa máquina em movimento” (ARGAN, 1992, p. 313), que se concretizou com a realização das grandes vias expressas e do mundo do automóvel nas cidades a partir do pós-guerra.

A crítica propõe o caminhar, partindo dos pressupostos da *flânerie* benjaminiana o movimento situacionista propõe a deriva como uma forma de apropriação da cidade possibilitando a construção de mapas imaginários. Os mapas mentais ou os mapas da memória se sobrepõem ao mapa da cidade, onde os lugares ganham sentido à medida que podem ser recipientes de lembranças. Assim, os mapas possibilitam o reconhecimento das diferentes cargas afetivas que

distinguem os diversos pontos da cidade (FREIRE, 1997). Tudo isto só possível no ritmo do tempo do caminhar e no espaço público.

O espaço público, para se constituir enquanto tal requer a permanência, tempo de estar para criar vínculos. As possibilidades de criar vínculos são fundamentais para a constituição da memória nas cidades. Certa vez numa discussão em sala de aula sobre o tema cidade e memória, propus aos alunos que fizessem um exercício de relembrar a cidade da infância. Alguns alunos fizeram relatos entusiasmados de suas lembranças, entretanto um afirmou que não se lembrava de nada. Na continuidade da discussão, revelou que durante a infância havia se mudado muitas vezes e que seu pai não o deixava brincar na rua. Este fato me faz refletir sobre as várias conseqüências do medo nas cidades contemporâneas e o esvaziamento da vida pública. O medo tem afastado as crianças das ruas, o que as impede de uma vivência maior no espaço público.

A construção da memória que se constitui de lembranças e esquecimentos requer antes de tudo a vivência. Se não há espaços para a vivência coletiva, como se formarão as memórias coletivas, fundamentais, como nos dizem Eckert e Rocha (2006), ao projeto de desejar, criar e transformar?

Segundo Rocha (2001, p. 3), a cidade está situada “no centro da memória coletiva da civilização ocidental e de seus paradigmas acerca da formas e arranjos da vida em sociedade, dos gregos a nossos dias”. Para a autora, “a Cidade abriga os saberes que o homem ocidental construiu acerca de si e de seu passado até despontar, na Modernidade, como espaço urbano-industrial, onde se processa a riqueza à qual todos têm direito a usufruir”.

A cidade forneceu, ao longo de sua história,

um conjunto de valores ético-morais espacialmente delimitado em termos da feição de um território de vida coletiva; lugar onde se depositaram lentamente diferentes instituições humanas e para as quais foi atribuída uma pluralidade de sentidos acerca da natureza dos vínculos sociais (ROCHA, 2001, p. 5).

“O tema da memória no contexto urbano emerge como tempo-espaço de reflexão”. A questão norteadora deste debate é feita por Eckert e Rocha (2006): Qual a importância do exercício de memória na construção do sentido do ‘público’ no desenho das práticas sociais urbanas?

Não podemos separar a memória do projeto de desejar, criar, transformar e, portanto, construir uma duração para a vida social. Somos sempre as recapitulações de nós mesmos, ou seja, somos o resultado da nossa vontade de fazer sentido com tudo o que nos aconteceu; somos a projeção

dessas intenções, dessas expectativas, das antecipações, mas também dos atos de vontade que são sempre os projetos, das coisas a fazer (ECKERT; ROCHA, 2006, p. 7).

Outro elemento fundamental para a discussão sobre espaço público refere-se a vida pública moderna como lugar de vivência de conflitos individuais e sociais dada pela condição de heterogeneidade da nossa sociedade. Segundo Velho (2007, p. 16), “a heterogeneidade é um fenômeno crucial para a compreensão da sociedade complexa moderno-contemporânea”.

Voltando mais uma vez a Simmel, sabemos que o conflito não só é recorrente, como também apresenta uma dimensão constitutiva da vida social como um todo. Essa percepção vê a sociedade como um processo permanente que, embora apresente estabilidade e continuidade em certos níveis, está sempre em mudança com maior ou menor velocidade e conflito. Ou seja, mudar não só faz parte como sublinha e expressa o dinamismo inerente à sociedade (VELHO, 2007, p. 16).

Para Velho (2007, p. 17), “conflito não é necessariamente sinônimo de violência”. O conflito surge quando estão dadas as condições para a manifestação das diferenças de posição, ponto de vista, perspectiva e visão de mundo que existem em qualquer sociedade, sobretudo nas mais complexas. Quando isso não acontece, temos a violência. O conflito exige negociação.

A coexistência, convivência e interação entre diferentes segmentos sociais, tradições culturais, estilos de vida e trajetórias individuais exige um complexo processo de permanente negociação da realidade. Esta é construída mediante acertos e definições mínimos que viabilizem a sociabilidade e regulem o conflito. A convivência, tensões e os eventuais confrontos entre projetos individuais e coletivos expressam de modo particularmente dramático nas grandes metrópoles (VELHO, 2007, p. 27).

A vida pública moderna implica em vivenciar conflitos individuais e sociais, ao pretender eliminar a vida pública nas cidades, significa também a possibilidade de eliminar os conflitos. Analisando a história do urbanismo desde as “utopias da forma espacial”, no século XIX, até as suas materializações realizadas a partir das idéias do urbanismo modernista e mais recentemente do “Novo Urbanismo” a questão do conflito aparece como algo que deve ser superado (HARVEY, 2004).

Segundo Ghirardo (2002, p. 70), a existência do conflito é essencial para manter uma sociedade democrática. A negação do conflito tem se materializado, nas cidades, através do surgimento cada vez maior de enclaves como os condomínios fechados, *shoppings centers*, museus e parques temáticos, cuja “ética política representa a tirania da felicidade e do consenso planejados”, apoiando-se na noção fundamental de que o conflito perturba a satisfação do consumo e busca obter

legitimidade cultural através de versões programadas da história e do patronato arquitetônico (GHIRARDO, 2002, p. 70).

A questão do conflito é a idéia-chave para a discussão atual sobre a democracia na cidade e no planejamento urbano. A existência do conflito é essencial para manter uma sociedade democrática. Nesse sentido

[...] o conflito é necessário e inevitável nas sociedades justamente porque o consenso nunca é total, nem fechado, nem muito menos permanente. Assim sendo, trata-se de garantir os espaços para a sua manifestação sem que um ou mais dos participantes possa destruir ou calar definitivamente os seus oponentes, o que torna o consenso incompleto e precário, porém muito mais dinâmico (ZALUAR; LEAL, 2001, p. 149-150)

3.6.4 *O direito à cidade: os espaços públicos e a construção da cidadania*

O espaço público é o lugar na cidade onde as diferenças podem e devem se manifestar se queremos construir uma sociedade democrática. Assim, espaço público urbano se constitui como uma parte fundamental no processo de apropriação social democrática da cidade.

Segundo Borja (2006), “a origem do espaço público” da cidade industrial “é uma resposta classista ao processo de apropriação privada da cidade”. Entretanto, como ocorreu em outros aspectos da vida social, há um processo de *democratização urbana* que é de sua progressiva apropriação social.

Num debate mais recente, espaço público urbano surge como uma necessidade social para o desenvolvimento da cidadania, portanto, visto como um direito humano. Neste sentido, há um vínculo necessário entre espaço público e cidadania constituindo-se como uma das condições para a construção de cidades justas e democráticas.

Cabe repensar o espaço público segundo as condições dadas pelo mundo atual. Qual a função atual dos espaços públicos? É possível que surjam novas funções? Papel artístico e educativo? No entanto, cabe redefinir o espaço público acentuando a identidade principal para o qual sempre foi utilizado: o de um território coletivo que permita a relação e comunicação entre os cidadãos. “É a

sociabilidade, o prazer de estar com o outro, que estabelece em definitivo a diferença urbana, a urbanidade” (LE GOFF, 1998, p. 124).

Neste sentido, Borja (2006) considera como elemento central do urbanismo de nossa época o fazer da cidade um lugar de intercâmbio, acreditando ser importante gerar espaço público através da administração pública. Significa que deveríamos pensar políticas de construção de espaços públicos nas cidades.

Para tanto, é preciso repensar o papel do planejador urbano. Segundo Sennet (1988), para as cidades obterem a satisfação das necessidades humanas, teremos que mudar o sistema com que os planejadores urbanos trabalham. Para Argan (1993, p. 240), a verdadeira tarefa do urbanista é mais de educador do que de técnico; “sua verdadeira finalidade não é criar uma cidade, mas formar um conjunto de pessoas que tenham o sentido da cidade”. Assim, destituindo o urbanista de seu papel assumido como o grande demiurgo, aproxima-se do entendimento da cidade como uma construção coletiva.

Assim, a cidade é uma escola para o aprendizado da cidadania, afirma Antanas Mokus, ex-prefeito da cidade de Bogotá. No sentido de compreender a cidade como uma oportunidade educativa propõe que a cidade seja uma grande escola. A cidade, como lugar onde se aprende normas, se aprende a agir coletivamente, onde se muda alguns sonhos e onde se educa emoções, interesses e razões (MOCKUS, 2005). Na cidade aprendemos a viver com liberdade. A existência de espaço público urbano faz parte das condições para o exercício de cidadania.

O elemento novo que está colocado parece ser o resgate do sujeito como campo de possibilidades no pensar e fazer a cidade. Existe uma relação entre o fortalecimento do processo participativo no planejamento e na gestão urbana e a construção dos espaços públicos e da urbanidade que acontece a partir do resgate do sujeito. A herança que o urbanismo moderno nos deixou esteve marcada por uma prática de planejamento urbano orientada pela racionalidade disciplinadora e pela negação do sujeito no pensar e fazer a cidade. O processo participativo cria a possibilidade do resgate desse sujeito que se fortalece e se impõe no pensar a cidade. Para Berman (1990) o resgate do sujeito e o restabelecimento da relação, carregada de tensões, entre Razão e Sujeito parece ser o grande desafio que está colocado para a humanidade. É o sujeito que dá sentido aos espaços públicos e os constitui como espaços de vida pública.

PARTE II

CAPÍTULO 4

AS CIDADES E A CIDADANIA NO BRASIL



Figura 15. Como foram se fazendo as cidades no Brasil.

Fonte: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2004/jusp711/ilustras/ilustra00809b.jpg>

4.1 A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA: COMO FICARAM AS CIDADES E A CIDADANIA?

Pensar as cidades e a cidadania no Brasil de hoje implica inicialmente em um esforço de compreendê-las dentro do contexto da modernização brasileira que resultou em cidades partidas, fragmentadas onde vivem “cidadãos incompletos” (CARVALHO, 2001). Por sua vez, a modernização brasileira exige necessariamente refletir sobre a formação social da nossa sociedade. Neste capítulo veremos a importância de pensar a cidade desde sua formação no período colonial. Como mostra Oliveira (1982, p. 37-41), nas cidades coloniais foram reunidas certas condições que contribuíram para compor as características da urbanização brasileira. Assim, a modernização no Brasil não pode deixar de levar em conta nossa herança escravocrata e ibérica¹⁹ e é, exatamente, a presença da relação do moderno e do arcaico que dará o tom do debate dos principais teóricos brasileiros no século XX.

Segundo Souza (2000, p. 167-168), para Faoro, em *Os donos do poder*, “o Brasil ‘herda’ a forma do exercício do poder político de Portugal”. Assim como em Sérgio Buarque de Hollanda, “a herança ibérica que finca fundas raízes na nossa sociedade passa a ser responsável por nossa relação exterior e inautêntica com a modernidade”. Para estes autores, trata-se do chamado “eterno retorno do mesmo”, estabelecendo um “vínculo claro de continuidade da elite antiga com todos os seus defeitos e limitações”. Estes estariam na base do caráter patrimonialista do Estado brasileiro: não-democrático, particularista e baseada em privilégios, bem como do caráter personalista da sociedade brasileira. A “cultura da personalidade” é o traço mais característico e decisivo da cultura ibérica que se implantou entre nós e que impedirá que se desenvolvam formas de organização e de ordenação horizontais no nosso país (SOUZA, 2000, p. 162).

A partir da crítica da concepção da formação do Brasil como influência do iberismo, Souza (2000) afirma que a modernização brasileira é definida por seu caráter seletivo, sendo um processo que não se explica somente pela continuidade das relações do Brasil escravocrata ou das nossas raízes ibéricas, como na tese da

¹⁹ Os trabalhos de Sérgio Buarque de Hollanda (*Raízes do Brasil*), Raimundo Faoro (*Os donos do Poder*) são referências fundamentais para se compreender o traço conservador e autoritário da nossa modernização.

“inautenticidade do esforço de modernização brasileiro”, mas é marcado também pela descontinuidade. A descontinuidade situa-se, para Souza (2000, p. 260),

[...] no fato de aquilo que era conseguido com fundamento em relações pessoais, propiciadas pelo contexto de aguda dependência e privação, adquirir outro sentido a partir da *revolução modernizadora* que toma de assalto o país a partir de 1808. Não sem luta e sob o preço de compromissos iniciais, a transição da cultura personalista em favor dos valores impessoais da modernidade consolida-se primeiro em algumas cidades, para depois, já adiantado o século XX, impor-se também no campo.

Para Souza (2000, p. 236) a vinda da família real, em 1808, possibilitou uma revolução modernizadora ou “reeuropeização”²⁰ do Brasil no século XIX. Possibilitou “a construção, nesse período, de instituições fundamentais, como um Estado e mercado”, neste caso, “o impacto da abertura dos portos brasileiros para o mercado mundial”. Este fato, segundo o autor,

[...] teve um caráter de reconquista, no sentido da revalorização de elementos ocidentais e individualistas em nossa cultura por meio da influência de uma Europa, agora já francamente burguesa, nos exemplos da França, Alemanha, Itália e, especialmente, da grande potência imperial e industrial da época e terra natal do individualismo protestante, a Inglaterra. (SOUZA, 2000, p. 260).

Essa passagem “fragmenta, estilhaça em mil pedaços uma unidade antes orgânica, antagonismos em equilíbrio”, [...] “espalhando-se agora por toda parte, completando-se mal e acentuando conflitos e oposições” (SOUZA 2000, p. 237) refletidos especialmente, no processo de urbanização brasileira.

A chamada “revolução burguesa” no Brasil foi analisada sob diferentes concepções e orientações teóricas que apontaram algumas características comuns: com traços fortemente excludentes e autoritários, foi um processo longo e difícil que se iniciou em fins do século XIX e ganhou impulso a partir da década de 1930.

O processo de modernização possibilitou uma certa mobilidade social, abrindo possibilidade de ascensão social para setores dos grupos mais desprivilegiados. No entanto, nesse processo o

acesso das camadas desfavorecidas é individual, não sendo fruto de demandas políticas coletivamente compartilhada [...] O abandono dos setores mais desprivilegiados tende a ser percebido como *fracasso individual*, dificultando a articulação política do descontentamento (SOUZA, 2000, p. 261).

²⁰ Como percebida por Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*, segundo Souza (2000, p. 250-251). “ ‘Europeizado’ vai ser o indivíduo, de qualquer cor, que responda adequadamente aos novos estímulos da nova sociedade que se criava. A partir desse ponto se rompe as bases da sociedade patriarcal baseada no personalismo e na ‘proximidade’ de relações pessoais. A europeização que Freyre descreve, a partir da data-chave de 1808, é a real revolução modernizadora e burguesa brasileira. Ela é o *início ao mesmo tempo do Brasil moderno e da miséria brasileira*. Ela permite a ascensão de amplas camadas sociais segundo critérios impessoais, por um lado, e condena toda uma classe, pelo abandono, à condição secular de parias rurais e urbanas, por outro” (SOUZA, 2000, p. 250-251).

De acordo com Souza (2000, p. 262), a inclusão social ao processo de modernização brasileira acontece de forma seletiva. Instituições como a economia de mercado e o Estado moderno não foram capazes de produzir valores de igualdade. Nestas condições, deixa “intacta a herança escravocrata que divide a sociedade em homens e subhomens²¹, ou, nos termos da nova ordem política, em cidadãos e subcidadãos”. Para o autor, “o embate valorativo entre os dois sistemas [arcaico e moderno] é a marca do Brasil moderno” (SOUZA, 2000, p. 236).

Na década de 1950, surgiram as teorias do desenvolvimento. Depois da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento foi visto “como um processo possível de ser induzido ou acelerado”, salientando-se da idéia predominante na teoria econômica de simples crescimento. As teorias do desenvolvimento²² defendiam a idéia “de que era possível a recuperação do atraso e, portanto, vencer desigualdades diminuindo as intoleráveis distâncias econômicas e sociais”. Ou seja, pulando etapas, o atraso seria superado “a partir de transformações institucionais, estruturais e uma aceleração do processo de crescimento, da acumulação capitalista, além da média internacional histórica anterior” (FIORI, 1997, p. 2).

O período 1950-70, chamado “trinta gloriosos” foi marcado por estratégias de crescimento acelerado da economia capitalista sob a hegemonia norte-americana. “Vivia-se a era do intervencionismo, do planejamento, de desenvolvimento consentido e o mesmo ocorreu aqui”. Tudo isso resultou em uma acumulação descomunal de riquezas (FIORI, 1997, p. 8).

Nesse período, o desenvolvimentismo, como ideologia hegemônica, paralelo com o processo de expansão da burguesia, difunde a idéia de desenvolvimento a partir do crescimento econômico, como um caminho necessário e sem limites. Para Castoriadis (1981, p. 128) difundiu-se a “idéia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é de fato o objetivo central da vida humana”. “Não tem limites os poderes e as possibilidades da Razão”. “O que é infinito é inesgotável, de modo que talvez não atinjamos nunca o conhecimento ‘absoluto’ e o poder ‘absoluto’, mas deles nos aproximamos sem cessar”. A crença

²¹ Esta expressão está relacionada com a idéia de que o escravo, na sociedade escravocrata, não tinha a sua humanidade reconhecida.

²² Na América Latina, estavam representadas pelo grupo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina). “Os autores cepalinos desenvolveram uma estrutura conceitual própria, que deu suporte e legitimidade às propostas de política econômica oriundas da CEPAL. Esse conjunto de proposições teóricas e de políticas econômicas deu substância ao que passou a ser chamado de desenvolvimentismo cepalino, referindo-se o termo às teses dos autores da CEPAL que propunham que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano” (COLISTETE, 2001).

de um progresso infinito relega a qualquer forma de limite que se apresente um caráter de algo a ser superado.

Foi assim que, segundo Castoriadis (1981, p. 129-130), “o desenvolvimento veio afinal a significar um crescimento indefinido, e a maturidade, a capacidade de crescer indefinidamente. E assim concebidos enquanto ideologias, mas também a um nível mais profundo, enquanto significações imaginárias sociais”. Este padrão de desenvolvimento ocidental foi introspectado no mais profundo extrato da subjetividade coletiva e serviu de referência para se comparar culturas e sociedades diversas dele como sendo atrasadas ou subdesenvolvidas.

No Brasil teremos os projetos de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, 50 anos em 5, e do período da ditadura militar. No entanto, a permanência das relações arcaicas no processo de modernização brasileira acentua o debate teórico sobre a especificidade do capitalismo brasileiro alimentado com as teorias do desenvolvimento econômico assim como a teoria do subdesenvolvimento do grupo cepalino e seus críticos.

Francisco de Oliveira (2003a) elabora sua crítica à “razão dualista”, entendendo que as relações arcaicas não eram apenas vestígios do passado a serem superados, mas permaneciam como partes funcionais do desenvolvimento moderno. Assim, Oliveira (2003a, p. 131) definia

o ‘transformismo’ brasileiro, forma de modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa. Ao rejeitar o dualismo cepalino, acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter ‘produtivo’ do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia.

No intenso processo de transformações, o que era exceção virou regra, significou uma alteração radical da economia e da sociedade brasileiras. Em resumo, segundo Oliveira (2003b, p. 9),

[...] fazendo a industrialização, urbanizando-a totalmente, tutelando o conflito de classe, utilizando a coerção estatal como força propulsora e ordenadora tanto do aprofundamento do capitalismo quanto de suas relações sociais de produção, o que quer dizer, em geral, planejando. Mas tais transformações e seus métodos não lograram normatizar o excepcional, enquadrando a exceção. Parafraseando uma frase de Paul Baran, dita há muito tempo, não foi o planejamento que enquadrou a exceção, mas foi a exceção que enquadrou o planejamento.

Como resultado deste processo encontra-se a profunda desigualdade que marca a sociedade brasileira. Às desigualdades remanescentes do passado colonial se sobrepuseram outras desigualdades, “qualitativamente diferente, sobretudo

quando vista sob a ótica da liberdade, e quantitativamente maior, se observadas as distâncias entre os muitos ricos e os muitos pobres” (OLIVEIRA, 2003b, p. 9).

Segundo Faoro (1992, p. 22), o “Brasil padece de ímpetos de modernização, através dos quais se tenta queimar etapas no processo de desenvolvimento”, assim percorremos, “modernizações que sepultaram modernizações” desvinculadas da modernidade, “imposta por elites pseudodissidentes em favor dos seus interesses, essas modernizações mantêm a maioria da população alijada de benefícios sociais elementares”.

As modernizações, entre nós, procuraram, sem alcançar, a modernidade industrial, que, por serem modernizadoras, não seriam capitalistas. Por sua vez, o industrialismo não gerou o Liberalismo econômico, porque o Liberalismo econômico não se gera por decisão oficial. Daí não saiu uma ordem política liberal, perdida na sombra ideológica permeada pela elite. O Liberalismo econômico, ao se implantar, perverteu-se na conquista, irracionalizadora por natureza, dos favores oficiais. O regime político, retoricamente liberal, acolheu-se, repetidamente, ao primeiro susto, mais fictício do que real, debaixo da proteção das baionetas. A recuperação da modernidade, para desvendar-lhe o leito por onde ela corre, não se faz do alto, pela revolução passiva, prussianamente ou pela burocracia. O caminho que leva a ela é o mesmo caminho no qual trafega a cidadania: essa via, que só os países modernos, e não modernizadores, percorreram, não tem atalhos. Os atalhos estão cheios de atoleiros de autocracias. Se o relógio da história não tem um curso fatal, ele não se deixa adiantar para que o relojoeiro queira alcançar, ao nascer do Sol, o meio-dia, trapaceando o espectador e trapaceando-se a si próprio (FAORO, 1992, p. 10).

Ao fim e ao cabo, como resultado tem-se a formação e a constituição da sociedade brasileira extremamente desigual. Desigualdade social e segregação espacial são fenômenos que tem marcado a realidade das cidades contemporâneas, sejam elas grandes metrópoles ou cidades médias.

Assim, os processos de desigualdade social têm seu desdobramento na organização espacial urbana através do fenômeno da segregação nas cidades, provocando a fragmentação do espaço urbano e a separação dos diversos grupos ou classes sociais (VILLAÇA, 2001).

A história da cidadania no Brasil está cheia de contradições, avanços e recuos, impossível de ser pensada a partir de um desenvolvimento linear e cumulativo. Assim, o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido (CARVALHO, 2001).

Segundo Carvalho (2001), a cidadania no Brasil é definida pela sua condição de “incompletude”, este é o sentimento revelado pelo autor ao final do longo caminho percorrido no esforço para construir o cidadão brasileiro. O exercício de certos direitos não gera automaticamente o gozo de outros, ou seja, a liberdade e

a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Para o autor isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras.

Segundo Holston (2006, p. 184) “o Estado Democrático de Direito permanece ainda não realizado”, e alerta para o paradoxo perverso da democracia brasileira. Apesar do avanço significativo da democracia brasileira nas últimas décadas, com inovações que “estão na linha de frente do desenvolvimento democrático em todo o mundo”, no Brasil, especialmente nas cidades, verificou-se o aumento de novos tipos de violência, injustiça e impunidade, ocorre uma “coincidência de expansão e erosão democrática”. Afirma Holston (2006, p. 183) que, ao mesmo tempo em que novos movimentos de cidadania democratizaram o espaço urbano, criando um acesso inédito aos seus recursos, o clima de medo e falta de civilidade também permeia os encontros públicos nas cidades brasileiras. Esses novos desencadeamentos produziram o abandono do espaço público, residências que se tornaram fortalezas, criminalização dos pobres e aumento da violência policial. Tais condições debilitam a democracia. Elas destroem a esfera pública, inquestionavelmente ampliada pela notável e nova participação das classes mais baixas do Brasil na propositura de leis, especialmente nas mobilizações legais que culminaram com a Constituição Cidadã de 1988. [...] Os brasileiros experimentaram uma cidadania democrática que parece ser simultaneamente destruída conforme se expande, uma democracia por vezes capaz e por, outras, tragicamente incapaz de proteger os cidadãos e levar a uma sociedade justa.

Esta contradição nas relações entre a forma urbana e a política também é percebida por Caldeira (2000, p. 313-314). Tem-se por um lado a “consolidação da cidade de muros”, como em São Paulo e em outras cidades brasileiras “com seu espaço público não democrático” e, por outro, a coincidência com o processo de democratização política no Brasil.

Estamos vendo as cidades brasileiras “adotando muros, separações e o policiamento de fronteiras como instrumentos para organizar diferenças no espaço urbano” negando “as principais características do ideal moderno democrático de espaço público urbano” (CALDEIRA, 2000, p. 308). Contraditoriamente, a democratização da gestão e planejamento urbano no Brasil, cujo principal elemento é a participação direta da sociedade civil nos processos decisórios de governo, tem contribuído para uma efetiva construção da cidadania ativa (BAVA, 2000),

destacando o papel desempenhado pelos movimentos sociais urbanos, enquanto movimentos de resistência na defesa de direitos, na construção da democracia e da cidadania.

No Brasil, percebem-se nos últimos anos que muitas ações urbanas têm tratado o espaço público como uma “simulação teatral da vida urbana” através de uma gestão da cidade que pode levar a um sistema de signos petrificados (JEUDY, 2005). Tais ações estão baseadas na idéia de transformar as cidades em centros de consumo, neste sentido concebem o espaço público como uma fantasia sem conflito, conceito tão ilusório como anti-histórico.

Um outro caminho possível é a partir da questão ética como elemento fundamental para se pensar o espaço público nas cidades. Ou seja, baseada na luta social pela reforma urbana e pela aplicação do “Estatuto da Cidade”, uma política para o espaço público urbano deve estar inserida na busca pelo reconhecimento e conquista dos direitos ligados às condições de vida nas cidades para a construção da cidadania e da cidade justa e solidária.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS CIDADES BRASILEIRAS

A história da política urbana no Brasil nos revela as resistências que existem às medidas democratizantes da produção do ambiente construído urbano. Nos anos de regime militar, o Brasil viveu um período autoritário e centralizador. Medidas e iniciativas para as cidades brasileiras, que começavam a apresentar um início de intenso crescimento urbano, foram tomadas através de um planejamento tecnocrático conservador. Os movimentos sociais urbanos, neste período, reduziram-se drasticamente.

No final dos anos oitenta, com a retomada do processo democrático, a maior conquista social foi resultante das mobilizações sociais em torno das emendas constitucionais de iniciativa popular, destacando aqui a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana, que foi encabeçada pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana. No entanto, destaca Souza (2002), que o conteúdo desta Emenda

Popular foi diluído e modificado, resultando em apenas dois artigos de política urbana na Constituição Federal de 1988. Para o autor

[...] a participação popular que deveria ser vista como o fator-chave para o impulsionamento de uma democratização do planejamento e da gestão, foi secundarizada, como se nota ao comparar a pouquíssima atenção dispensada aos conselhos de desenvolvimento urbano em comparação com instrumentos como o 'solo criado', tanto nas discussões acadêmicas quanto nos planos diretores progressistas (SOUZA, 2002, p. 161).

A política urbana prevista na Constituição Federal e que propõe diretrizes para uma política de desenvolvimento urbano cujo objetivo deve ser o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem-estar de seus habitantes não prevê nenhum tipo de participação popular nas esferas de decisão sobre as políticas urbanas. Seus dois únicos artigos abordam conteúdos de regulamentação da propriedade privada e não possui qualquer referência ao tema sobre o espaço público.

Na década de 90, apesar das conquistas dos movimentos sociais urbanos no processo constituinte, a política adotada no país acentuou ainda mais as desigualdades sociais já existentes. O agravamento dos problemas urbanos estabelecidos pelo aumento do desemprego somou-se às necessidades históricas jamais satisfeitas de habitação, saúde, educação entre tantas outras. Os movimentos sociais também passam por um refluxo decorrentes da reconstrução de uma nova aliança conservadora em nível nacional associada às forças hegemônicas da globalização.

Em 2001, foi aprovada a lei federal 10.257, auto denominada "Estatuto da Cidade"²³. Ribeiro (2003) constata que no processo de tramitação dessa lei ocorreu a assimilação do diagnóstico e da concepção presentes no projeto de reforma urbana, e acrescenta que

[...] as diretrizes, os objetivos e os instrumentos de regulação do uso do solo contidos no Estatuto da Cidade expressam um sólido consenso social e político elaborado na sociedade brasileira neste longo processo histórico iniciado nos anos 60 em torno da questão urbana e da sua relevância e centralidade na construção de um projeto de sociedade igualitária e justa (RIBEIRO, 2003, p. 14).

Por outro lado, Carlos (2005) destaca que o movimento pela reforma urbana acabou dando origem a uma legislação que se centra no problema da propriedade e da cidade, apoiada em uma nova base jurídica para o desenvolvimento urbano com transformações sobre o direito da propriedade,

²³ Lei que regulamenta os artigos 182 e 183 referentes à política urbana na Constituição Federal de 1988.

incorporando a noção de direitos urbanos e sustentabilidade. Neste contexto se estabelece a função sócio-ambiental da cidade e da propriedade. Alerta a autora que sendo a cidade reduzida à condição de sujeito, exploradora e consumidora de recursos naturais, a resolução dos seus problemas se reduz à busca da sustentabilidade, capaz de restabelecer uma suposta harmonia que evitaria a diferença e propõe um modelo de inteligibilidade do mundo que ignora as contradições profundas que explicam as atuais relações sociais na cidade. Esta sistematização envolve sérios riscos de simplificação da realidade, inclusive os de vincular os problemas vividos nas cidades com o processo de crescimento populacional.

No cenário mundial, veremos o surgimento do chamado plano estratégico ou “planejamento mercadófilo”²⁴. Sua concepção é oriunda do planejamento empresarial e entende que as cidades estão submetidas às mesmas condições e desafios das empresas. A nova questão urbana é a competitividade urbana (ARANTES, 2000). Veremos, assim, um número crescente de cidades, em especial do Brasil e América Latina, contratando os serviços de urbanistas europeus para capacitá-las para uma inserção competitiva no mundo globalizado, visando uma reestruturação urbana com vistas ao incremento da atratividade, construção do patriotismo de cidade e, sobretudo, credibilidade e confiança por parte dos potenciais investidores. Construção da imagem da cidade; projetos de revitalização de áreas especiais; operações urbanísticas de renovação ambiental; obras de arquitetura espetacular são alguns dos instrumentos urbanísticos utilizados para esse fim. A cidade transforma-se em mercadoria (ARANTES, 2000). Este projeto de cidade reconhece apenas a “cidade formal”, ignorando os espaços urbanos irregulares, carentes em todos os sentidos. Esta visão de cidade, longe de dar soluções aos problemas urbanos, tem reforçado ainda mais as desigualdades sócio-espaciais urbanas.

Paralelamente, a partir da Constituinte de 88, ocorreram algumas mudanças em relação ao aumento de responsabilidades dos poderes municipais, muito embora o aumento de responsabilidade não tivesse correspondido ao aumento dos recursos financeiros para os municípios. Porém a ampliação de poder e autonomia destes criou possibilidades de uma maior atuação e mudanças na

²⁴ Termo usado por Souza (2002).

escala local. Uma dessas possibilidades refere-se ao planejamento urbano com a obrigatoriedade da elaboração de um Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes. Neste sentido, valorizou-se a possibilidade do Plano Diretor como instrumento de promoção da Reforma Urbana.

Entretanto, historicamente, os Planos Diretores têm expressado uma prática tecnicista baseada numa concepção de planejamento físico-territorial clássico com uma atuação preferencialmente institucional. Alerta Villaça (1999) que, nas últimas décadas, estes planos tem cumprido um papel ideológico mais do que instrumento de orientação da gestão e dos investimentos. O planejamento urbano, na maioria das vezes, tem sido um instrumento de poder e obtenção de privilégios. Souza (2002) também destaca as dificuldades até meados dos anos 90 da estratégia de valorização dos planos diretores como instrumento de promoção da reforma urbana.

Contribuições surgiram para a construção de alternativas buscando formular um urbanismo crítico democrático que passa por desconstruir as idéias e as práticas dominantes. Nesse sentido, temos a contribuição de Maricato, propondo que as alternativas aos modelos tradicionais de planejamento urbano devem buscar a inter-relação entre plano e gestão. Para a autora, a distância entre plano e gestão se presta ao papel ideológico de encobrir com palavras e conceitos modernos (e mais recentemente pós-modernos) práticas arcaicas. Neste sentido, segundo Maricato (2001), não interessa um plano normativo apenas, que se esgota na aprovação de uma lei, mas sim que ele seja comprometido com um processo, uma esfera de gestão democrática para corrigir seus rumos, uma esfera operativa, com investimentos definidos, com ações definidas e com fiscalização.

Defende, ainda, um planejamento incluyente, no qual a política de inclusão urbanística tem em seu eixo a defesa do direito à moradia e à cidade, sendo que o direito à moradia deve estar vinculado ao direito à cidade. A produção de moradia exige um “pedaço de cidade” e “não um pedaço de terra nua”, significa que por terra urbana entende-se aquela servida por infra-estrutura e serviços (rede de água, rede de esgoto, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde e outros). Por fim a autora (2001) coloca o seguinte desafio: É possível desenvolver um planejamento democrático no Brasil? Este, parece, era o desafio que estava colocado para o Estatuto da Cidade.

4.3 O ESTATUTO DA CIDADE E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Um dos instrumentos urbanísticos mais destacados do Estatuto da Cidade foi o Plano Diretor Participativo. A participação popular nos processos de planejamento e gestão dos municípios constituiu-se em um dos elementos mais importantes para a construção da gestão democrática das cidades brasileiras. A participação da população é o elemento novo capaz de produzir mudanças mais significativas nas cidades e talvez o mais difícil de se concretizar, pois não acontece por decreto ou por força de lei (mesmo que a existência desta lei ajude no processo, como é o caso da própria Lei do Estatuto da Cidade, mas que por sua vez foi o resultado de uma mobilização social). O processo participativo acontece dependendo do nível de amadurecimento dos movimentos sociais e envolvimento da população e deve avançar para além do próprio Estatuto da Cidade, buscando ir além da conquista dos direitos à moradia e serviços urbanos.

É preciso destacar a importância do Estatuto da Cidade no processo de democratização da gestão urbana bem como reconhecer os seus limites. Nesse sentido, Carlos (2005) afirma que estes documentos produzidos, sob a coordenação política do Estado, apontam inequivocamente na direção de que o direito à cidade deve ser entendido como o “direito à moradia e aos serviços”. Esta compreensão é uma simplificação que deixa de lado o tema do habitar em sua dimensão plena, ou seja, o entendimento mais amplo da noção de habitar que não se restringe somente ao espaço privado, mas entende o ato de habitar envolvendo uma relação com os espaços públicos, como lugares de encontro, reunião, reivindicação e sociabilidade. Neste lugar, o indivíduo se coloca em relação com o outro, com a cidade e suas possibilidades.

Ainda, segundo Carlos (2005), nesta condição a produção de uma política para a cidade, ainda que surja de fóruns de debates com participação popular, não se libera da racionalidade do Estado capitalista em suas alianças representadas na democracia representativa. Para a autora, o Estatuto da Cidade e os textos da Conferência da Cidade são um exemplo claro desta racionalidade onde o direito à cidade aparece através da realização da “função social da propriedade” e não de sua negação como fundamento da cidade segregada.

Algumas experiências de elaboração de Planos Diretores Participativos a partir da aprovação do Estatuto da Cidade também têm revelado possibilidades e limites que dependerão das correlações de forças em cada município, além das questões observadas acima por Carlos. Apesar das condições favoráveis à proposta de gestão democrática das cidades com a aprovação do Estatuto da Cidade, da criação do Ministério das Cidades e da realização das Conferências das Cidades, o crescimento do processo participativo vai depender de condições locais, entre os quais aquele decorrente do contexto político nos municípios, considerando a história do lugar, suas características geográficas e sociais particulares.

Diante de tantas expectativas colocadas a partir da aprovação do Estatuto da Cidade e das possibilidades da gestão democrática da cidade, colocamo-nos algumas questões: Quais as possibilidades de mudança a partir da implantação das políticas urbanas previstas pelo Estatuto da Cidade? A democratização do planejamento urbano garantirá as mudanças sociais necessárias de justiça social? O que tem de “velho” e o que tem de “novo” no contexto atual do pensar a cidade? A grande expectativa na construção de um Plano Diretor Participativo contém o risco de se recriar a crença na capacidade do Plano Diretor de resolver os problemas sociais no contexto atual do Estatuto da Cidade. A crença no poder da arquitetura e do urbanismo no ordenamento do espaço e na (trans)formação do comportamento das camadas mais pobres da população continua ainda muito presente como herança do urbanismo moderno.

Mais uma vez as palavras de Caldeira (2000, p. 255) nos alertam para o perigo de pensar a democracia como um movimento linear e cumulativo:

A segregação e o processo de ostensiva separação social cristalizado nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos, com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade.

Para Caldeira, os espaços que estão sendo criados nas cidades de São Paulo, Los Angeles, Miami e muitas outras regiões metropolitanas “estão adotando muros, separações e o policiamento de fronteiras como instrumentos para organizar diferenças no espaço urbano”; nega “as principais características do ideal moderno democrático de espaço público urbano”, “Fronteiras fixas criam espaços não-modernos, um espaço público não-democrático” (CALDEIRA, 2000, p. 308). Caldeira destaca uma contradição: por um lado, temos a democratização da gestão e

planejamento urbano no Brasil, cujo principal elemento é a participação direta da sociedade civil nos processos decisórios de governo e tem contribuído para uma efetiva construção da cidadania ativa. Por outro, apresentam-se as relações entre a forma urbana e a política, com a “consolidação da cidade de muros em São Paulo” e em outras cidades brasileiras “com seu espaço público não democrático” (CALDEIRA, 2000, p. 313-314).

No entanto, através do uso e do contra-uso dos espaços públicos na cidade é possível reforçar as possibilidades de subversão que a vida pública impõe às tendências segregacionistas de organização sócio-espacial das cidades. Este é o caso, por exemplo, dos espaços revitalizados no Recife, analisados por Proença Leite, bem como a experiência de resistência à privatização de um espaço público urbano, como é o caso do Parque da Luz, em Florianópolis.

Sobre os “contra-usos” do espaço público, Leite (2002, p. 116) argumenta que apesar das atuais intervenções, os processos contemporâneos de revitalização urbana, “terem um caráter visivelmente segregador e socialmente asséptico – aspectos que poderiam concorrer para um esvaziamento do sentido público desses espaços urbanos – os usos e contra-usos que neles se estruturam concorrem, inversamente, para sua reativação como espaços públicos”.²⁵

Diante da fragmentação e segregação das áreas urbanas, a construção de espaços públicos devolve à cidade fragmentada os lugares para o encontro e para a expressão cidadã. Podemos pensar que a qualidade dos espaços públicos é um indicador da qualidade da vida urbana. Assim, o espaço público constitui-se como uma das condições para a construção da cidadania e da cidade democrática.

²⁵ Ver também do mesmo autor: LEITE, Rogério Proença. **Espaço público e política dos lugares**: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 2001 e **Contra-usos da cidade**, Campinas: Unicamp, 2004.

CAPÍTULO 5

FLORIANÓPOLIS E A MODERNIZAÇÃO “CONTRA O ATRASO”



Figura 16. Vias expressas, Florianópolis
Fonte: Cláudia Hausman Silveira

A capital do Estado de Santa Catarina, desde sua fundação, desenvolveu-se como um centro político e econômico pouco expressivo em relação ao contexto urbano brasileiro.

A economia catarinense não desenvolveu nenhuma fonte de riqueza estável no período colonial, pois não foi organizada em função de um produto de exportação; mesmo a sua inserção no mercado dos pólos da economia agro-exportadora foi muito limitada. Assim sendo, não se acumulou um excedente capitalizado em dada área, capaz de engendrar um processo de desenvolvimento ou mesmo de constituir um núcleo urbano de maiores dimensões (SILVA, 1978 p. 51; 58).

Neste período, no entanto, destaca-se a criação da Capitania de Santa Catarina e do sistema de fortificações na Ilha de Santa Catarina e nas áreas continentais fronteiriças, protegendo as baías que davam acesso à pequena vila de N. S. do Desterro. Tal iniciativa da Coroa Portuguesa decorria da posição geográfica estratégica da Ilha visando o domínio e a manutenção das terras ao sul até o Estuário do Rio da Prata, então em disputa com a Coroa Espanhola (PELUSO, 1991a).



Figura 17. Vista da ilha de Santa Catarina – Viagens de La Perouse 1785

Fonte: <http://www.ceart.udesc.br/anpap/gravura01.jpg>

No século XVIII, a Vila de N. S. do Desterro era uma povoação militar pobre e de pequenas dimensões, cuja função principal era político-administrativa. O crescimento do pessoal militar e de funcionários públicos, paralelamente à imigração açoriana e aumento da produção rural, contribuíram para que Desterro, no final do

período colonial, desenvolvesse algumas relações de mercado, possuindo um centro urbano com uma relativa influência regional (AGOSTINHO FACCI, 1997).

No Império, a capital catarinense foi elevada por decreto à categoria de cidade.²⁶ No decorrer do século XIX, com o crescimento do comércio de atacado por via marítima, N. S. do Desterro viveu um período econômico mais dinâmico, embora ainda modesto e regional.

A economia de Desterro estava baseada no comércio da produção em pequenas propriedades onde predominava a agricultura de subsistência. O comércio destes produtos acontecia na praia do mercado onde estava localizado o centro dinâmico do comércio popular da cidade. Nesse lugar também se concentrava “a massa da população sem meio de vida definida sempre pronta a correr a qualquer lugar em que surgisse possibilidade de ganho”. Esses eram os pobres de Desterro e que constituíam a maioria da população (PELUSO, 1991a, p. 327).

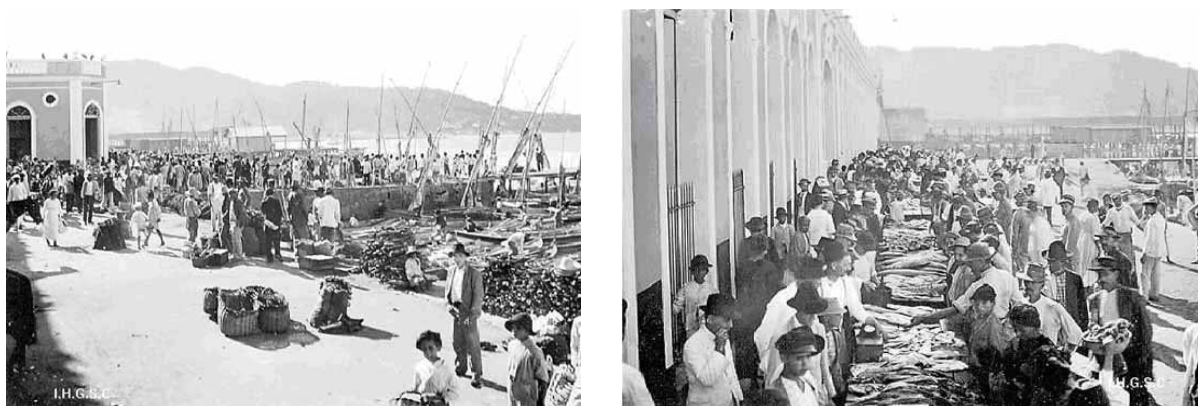


Figura 18. Florianópolis - Mercado Público - entre 1898 e 1935
Fonte: UFSC, <http://www.ufsc.br>

Ao longo do século XIX, o território catarinense ampliou a sua área de povoamento, antes restrita ao litoral. As regiões Norte, Vale do Itajaí e Sul receberam significativos contingentes populacionais com a chegada de imigrantes, principalmente, alemães e italianos. Nessas regiões, a partir do final do século XIX, deu-se o início de um processo de industrialização centralizado pelas cidades de Blumenau e Joinville, consolidando na primeira metade do século XX um parque

²⁶ Segundo Peluso (1991a), Desterro tornou-se cidade e capital da Província muito mais pela sua condição histórica de capital e localização estratégica do que pela sua importância enquanto núcleo urbano. Nesse período, a cidade possuía cerca de 4.336 habitantes e 1000 casas.

industrial razoável, integrando-se ao processo de industrialização do país (AGOSTINHO FACCIIO, 1997, p. 13-14).

A produção industrial não se desenvolveu na capital catarinense revelando uma certa distinção do processo de industrialização e urbanização em Santa Catarina que deve ser compreendido a partir de suas raízes no período anterior, como nos mostra Oliveira (1982).

A industrialização no Brasil resultou em um processo de urbanização desigual, gerando concentração de população e riqueza. Neste processo as principais capitais dos estados brasileiros tornaram-se grandes metrópoles, com destaque para a cidade de São Paulo²⁷. Em geral, essas metrópoles que surgiram com a intensificação do desenvolvimento da indústria, desempenharam, no período econômico anterior, um importante papel como centro comercial e político da produção agrícola para a exportação, ganhando dimensões urbanas significativas desde o período colonial (OLIVEIRA, 1982).

De acordo com Oliveira (1982, p. 37-41), nas cidades coloniais foram localizadas as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial e é, justamente, esse caráter de sede do capital comercial que responde, na maioria dos casos, pelo caráter que a urbanização toma no Brasil Colônia e depois com o país independente. Portanto, o crescimento das cidades a partir da industrialização,

[...] não se explica se não tiver em conta a sua função [anterior] de sede do capital comercial. Portanto, essa urbanização precedeu, sob muitos aspectos, uma nova urbanização que se redefiniu a partir do momento em que a cidade passa a ser também a sede do aparelho produtivo, a sede da indústria propriamente dita.

Nas terras catarinenses, as cidades, no período colonial e imperial, tiveram pouca expressão econômica no contexto brasileiro. Assim, constituíram-se em núcleos urbanos de pequenas dimensões resultando em uma conformação da rede urbana catarinense distinta do padrão de urbanização concentrador de população das regiões brasileiras que se industrializaram no século XX.

A capital do Estado de Santa Catarina, sendo denominada Florianópolis a partir de 1894²⁸, manteve sua estrutura econômica sem grandes modificações no

²⁷ Sobre o tema da industrialização e urbanização no Brasil temos importantes referências como Paul Singer, Francisco de Oliveira, Ermínia Maricato, destacando aqui os estudos de Milton Santos sobre a modernização incompleta e desigual brasileira.

²⁸ Com a criação da República, em 1889, Desterro sediou o movimento de resistência ao governo de Marechal Floriano Peixoto que foi violentamente derrotado. Uma das conseqüências deste episódio foi a mudança de nome da capital catarinense, a antiga denominação de N. S. do Desterro foi mudada para Florianópolis, em 1894, constituindo-se em uma polêmica homenagem ao Marechal Floriano Peixoto.

decorrer das primeiras décadas do século XX. Sua base econômica continuou a ser o comércio e, secundariamente, a administração pública. Estes foram os dois setores responsáveis pela entrada da maior parte dos recursos financeiros que mantinham o núcleo urbano na primeira metade do século XX. Assim, Florianópolis, mesmo na condição de capital, era uma cidade pequena com pouca expressão nacional. Cardoso e Ianni (1969) destacam o contraste entre as áreas prósperas do interior do estado e as áreas pobres do litoral catarinense.

A indústria em Florianópolis era, basicamente, de bens de consumo, as poucas que se destacaram nesse período, pertenciam a uma única família: a família Hoepke, proprietária da fábrica de pregos (1896), do estaleiro da Arataca (1907) e da fábrica de rendas e bordados Hoepke (1917). No século XIX, a empresa dessa família já havia se destacado como principal empresa de comércio atacadista, possuindo seus próprios navios para essa atividade (PELUSO, 1991a).

No entanto, a vida na pequena cidade estava ainda muito ligada às economias de subsistência (agricultura familiar, pesca, engenhos de farinha e trocas comerciais locais). Por ser capital do Estado de Santa Catarina, beneficiou-se da concentração de empregos públicos, muito embora, até meados do século XX, o aparelho do Estado era bastante reduzido (AGOSTINHO FACCI, 1997).

No decorrer da primeira metade do século XX, foi se constituindo uma percepção negativa de Florianópolis, a partir de uma visão da cidade como não modernizada. Ou seja, a realidade urbana da capital catarinense passou a ser vista de um modo geral com um sentimento negativo decorrente da percepção da cidade como “atrasada”, uma cidade pacata e provinciana. Este sentimento permanece no decorrer do século XX ao mesmo tempo em que fortalece o desejo pela modernização da cidade. Nesse sentido, Fantin (2000, p. 48) fala da “angústia do atraso”, como um sentimento vivenciado pelas elites e pela classe média local, por pequenos empresários e também por empreendedores que investiam na cidade com a expectativa de retorno financeiro, na segunda metade do século XX.

Esta percepção da cidade, vinculada ao “atraso” e a necessidade de mudar esta realidade, aparece claramente na elaboração do primeiro plano diretor para Florianópolis, na década de 50. Segundo Lohn (2002) a grande preocupação dos autores era “identificar os pontos que estariam provocando o ‘atraso’ de Florianópolis, impedindo que no futuro atingisse o pleno desenvolvimento”. Para o autor

[...] a idéia de atraso foi uma das mais importantes invenções e um dos conceitos empregados com freqüência no período para distinguir uma parte do país, que estaria avançando rumo ao progresso, de um outro Brasil, preso a uma configuração sócio-econômica tradicional (LOHN, 2002, p. 81).

Em Florianópolis, os olhos estavam voltados para as cidades brasileiras que se modernizavam. Nesse sentido, ações foram tomadas, desde o início do século XX, numa tentativa de mudar a realidade da capital catarinense. Segundo Souza (2000, p. 167),

[...] a relação das idéias com o mundo material não é de exterioridade, mas, ao contrário, [...] as idéias ajudam a constituir a própria realidade material, na medida em que nos mostram alguns aspectos e possibilidades de ação e encobrem outros tantos, então a crítica das idéias é uma tarefa conspícua de uma sociologia com interesses críticos.

Em Florianópolis pudemos ver que no campo da idéias ela estava em sintonia com o que se pensava nos centros urbanos que se modernizavam, porém com condições materiais distintas.

5.1 O HIGIENISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O período da Primeira República foi marcado por reformas urbanísticas nas principais cidades brasileiras. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, então capital federal. São cidades que passaram por mudanças que conjugaram obras de saneamento, embelezamento e segregação territorial. Os principais trabalhos desenvolvidos neste período foram a construção de ferrovias, reforma e ampliação dos portos, aterros e obras de infraestrutura nas cidades: saneamento, abertura e regularização do sistema viário, complementadas por reformas urbanísticas para as áreas centrais das cidades, ou seja, nos termos da época, obras de melhoramento e embelezamento das cidades (LEME, 2005).

As intervenções urbanas na Primeira República tiveram como referência as grandes reformas das cidades européias no século XIX, em especial Paris e Viena. Tais reformas lançaram as bases legais para um mercado imobiliário capitalista, promovendo a valorização imobiliária e expulsando os moradores pobres das áreas centrais reformadas para os morros e franjas da cidade.

Nesta fase, a preocupação dos 'planejadores sem planos', grupo constituído basicamente por médicos e engenheiros, foi higienizar disciplinarmente a cidade e as moradias populares, bem como produzir nova simbologia urbana requerida pelas elites em ascensão (RIBEIRO; CARDOSO, 1990, p. 9).

Essas intervenções urbanas “visavam realizar uma reforma social entendida tanto como a transformação do quadro material de vida da população quanto como a promoção de transformações dos seus hábitos e valores culturais” (RIBEIRO; CARDOSO, 1990, p. 9). A técnica associada à noção de higiene urbana e a estética foi utilizada na modificação do meio existente, alterando hábitos, comportamentos e a sociabilidade do homem urbano.

As grandes intervenções urbanas que ocorriam nas principais cidades brasileiras influenciaram iniciativas de reformas também na cidade de Florianópolis. No entanto, estas tiveram dimensões mais modestas se comparadas com as outras capitais. Por outro lado, tiveram impacto significativo na vida urbana da cidade.

Uma série de práticas e discursos, com base nas concepções, valores de um cientificismo médico-higienista, formou uma imagem desqualificadora, da população da ilha de Santa Catarina e do litoral catarinense. Uma “imagem de indolência, atraso, incapacidade”, caracterizava os segmentos despossuídos da população da cidade, formados em grande parte por descendentes dos imigrantes açorianos que ali chegaram por volta da metade do século XVIII (ARAÚJO, 1989, p. 13).

Esta realidade precisava mudar. Assim, em Florianópolis, as elites locais apregoavam a necessidade de se promover reformas, com o objetivo de mudar a realidade da cidade que consideravam ser atrasada, constituindo uma prática que perpassou os vários momentos em que se processaram as tentativas de reformas na capital catarinense no decorrer da Primeira República (ARAÚJO, 1989).

Segundo Araújo (1989, p. 19), reformas urbanas foram promovidas pelo governo do Estado de Santa Catarina na capital, ocorrendo “uma significativa transfiguração da paisagem da cidade e dos usos e concepções relativas à vida urbana”. Estão entre essas reformas as construções da Avenida Hercílio Luz e da Ponte Hercílio Luz, bem como a implantação dos serviços de água e esgoto.

A ponte Hercílio Luz, concluída em 1926, foi um marco simbólico no processo de modernização da cidade sendo uma das primeiras ações públicas que buscou reorientar o desenvolvimento urbano da cidade. A ponte representou a possibilidade de tirar Florianópolis da sua condição de atraso e isolamento. Com a

sua construção, as precárias travessias de barco ou de balsa que eram utilizadas para a comunicação entre a ilha e o continente foram interrompidas.

A ponte cujo nome seria “da Independência” significou, conforme constatou Araújo (1989, p. 126)

[...] de acordo com os discursos das elites e dos políticos na época, muito mais do que um conforto para a população, pois passou a ser considerada como o monumento máximo a representar o empenho e os anseios pela instauração de uma modernidade burguesa em Florianópolis.

No início do século XX, Santa Catarina não possuía, internamente, grupos econômicos preponderantes sobre os demais, especialmente no âmbito rural. O que estava em jogo era a disputa pela arrecadação tributária estadual que vinha aumentando ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Por isso, os municípios do interior de Santa Catarina pressionavam para retirar de Florianópolis a sede da administração política do estado. A disputa para sediar a capital estava relacionada ao interesse pelo agenciamento da arrecadação tributária do estado.²⁹

Os discursos sobre a construção da Ponte Hercílio Luz passavam a idéia de que ela promoveria a integração territorial do Estado de Santa Catarina, ligando a capital com as demais regiões catarinenses, justificando com isso a condição de Florianópolis como capital. Certamente, a manutenção de Florianópolis como capital do estado foi o elemento mobilizador das reformas urbanas na cidade.

No entanto, a pretendida integração da capital com o interior do estado de fato não ocorreu, pois não havia um sistema viário que promovesse a sua ligação com outras regiões catarinenses a partir da ponte. De fato, a construção da Ponte Hercílio Luz gerou mudanças sócio-espaciais de abrangência muito mais locais do que a esperada integração estadual (AGOSTINHO FACCIO, 1997).

Nas décadas seguintes, de 1930 a 1950, apesar dos esforços feitos desde os tempos da Primeira República, a cidade de Florianópolis viveu um período de estagnação, decorrente da não modernização de sua economia, que estava baseada no comércio, provocado principalmente pela decadência cada vez maior do seu porto e, paralelamente, pela sua não inserção na economia nacional pela via do transporte rodoviário, como veremos no ponto seguinte.

²⁹ Parecer técnico IPHAN, 01/91, processo de tombamento da Ponte Hercílio Luz.

5.2 MODERNIZAÇÃO EM RITMO LENTO: CONSTRUINDO A IDÉIA DE UM FUTURO MODERNO

O lento processo de declínio dos transportes e do comércio por via marítima marcou a vida urbana da cidade de Florianópolis desde final do século XIX. Esse processo foi acelerado a partir da década de 1930, com a ascensão do meio de transporte rodoviário a nível nacional, como parte da política de integração nacional, fazendo com que, nos 30 anos seguintes, desaparecesse por completo o sistema de transportes marítimos em Florianópolis. Seu porto, por fim, foi desativado definitivamente em 1964. No entanto, a cidade possuía então precárias ligações rodoviárias com as capitais dos estados vizinhos e com o interior do Estado de Santa Catarina, colocando Florianópolis em condição de isolamento (AGOSTINHO FACCIO, 1997).

A capital catarinense viveu, assim, um período de grande isolamento, que pode ser verificado no fato de que entre o fim das atividades do porto, em meados da década de 60, até o asfaltamento da rodovia BR-101 [em 1971] o único meio de ligação, por terra, com outras cidades e estados era uma rudimentar estrada sem pavimentação. Por vezes, o trajeto dessa estrada ocorria pela praia, que em tempos de maré alta inviabilizava a sua travessia (AGOSTINHO FACCIO, 1997, p. 14).

Florianópolis, sob ameaças constantes de propostas de mudança da capital para o interior de Santa Catarina, ficou deslocada do eixo econômico do estado e do país³⁰. A percepção que se tem de Florianópolis neste período é de “uma cidade sonolenta” (O ESTADO, 14/05/1976, p. 31). As conseqüências da sua não modernização econômica só não foram maiores, no sentido do crescimento urbano, pela sua condição de capital do Estado de Santa Catarina e ainda por conseguir manter as atividades relativas às funções de lugar central da sua região³¹. Desde a década de 30, a economia urbana de Florianópolis vinha sendo apoiada, quase que exclusivamente, nas suas funções político-administrativas e tal situação

³⁰ As outras regiões do estado desde o começo do século estavam ligadas com portos em ascensão como o porto de Itajaí, ou centros urbanos importantes do país através de estradas de ferro, sem qualquer ligação direta com a capital catarinense. Por exemplo, em 1907, iniciava-se, em Blumenau, a construção da estrada de Ferro Santa Catarina. As cidades de Mafra e Porto União, na região norte do estado, desde o início do século estavam ligadas por estradas de ferro a Curitiba, capital do Paraná (PELUSO, 1991b).

³¹ “Assim, a capital do Estado, com um hinterland pobre deslocada dos novos centros dinâmicos da economia catarinense não desenvolveu nenhuma riqueza; contudo, na condição de centro político-administrativo e contando ainda com uma maior organização comercial, observou um crescimento cumulativo da sua estrutura urbana, em função do próprio desenvolvimento da economia catarinense” (SILVA, 1978, p. 85).

não se alterou até a década de 1960. A modernização pretendida para a cidade de Florianópolis viria pelas mãos do Estado.

A partir da política nacional implementada por Getúlio Vargas, o Estado passou a atuar no sentido de viabilizar o desenvolvimento da indústria brasileira. Nesse primeiro momento, o Estado promoveu a regulamentação das relações entre capital e trabalho e ampliaram-se as funções político-administrativas, especialmente, na área da previdência e assistência social com conseqüências diretas nas cidades (AGOSTINHO FACCIO, 1997).

Entretanto, a construção de uma modernidade brasileira, entre os anos de 1930 e 1945, foi marcada, por um lado, pelo desenvolvimento de um processo de modernização e, de outro, pela permanência de uma matriz social ligada às tradições. A modernidade brasileira ficou, assim, entre dois pólos, o das transformações e o da tradição, ou seja, as estruturas antigas jamais desapareceram por completo, restando submersas e latentes como presença constante no cenário político local (AMORA, 2006).

Segundo Amora, as políticas da Administração de Nereu Ramos (PSD - Partido Social Democrático), governador do Estado de Santa Catarina, articuladas com o Estado Novo, foram dedicadas à melhoria das condições de urbanidade de suas principais cidades, que seriam espaço de convívio e de disseminação de um novo modo de vida, no entendimento da autora a mais moderna forma de controle que poderia haver. A saúde pública participou junto com a educação e demais empreendimentos estaduais na construção do povo nação em Santa Catarina (AMORA, 2006).

Nesse período, Florianópolis, vista como uma cidade antiga e com malha viária acanhada, necessitava de urgentes reformas. Mauro Ramos, prefeito indicado pelo governo do Estado, estava fortemente vinculado à idéia da necessidade de modernização da capital e destaca a urgência da organização de um sistema que permitisse aos poucos sua melhoria e embelezamento. Em particular relatava os problemas do trânsito de veículos na área central (AMORA, 2006). Nesse sentido, segundo Amora (2006), reformas urbanas foram feitas no centro da cidade — entre a Praça XV e o local onde foi construído o DSP - Departamento de Saúde Pública, próximo à área da cabeceira da ponte Hercílio Luz, na entrada da cidade.

No entanto, apesar das iniciativas de reformas urbanas da cidade, a sociedade local ressentiu-se desse período de estagnação econômica e isolamento.

Segundo Pereira (1974, p. 52-53), a Ponte Hercílio Luz não havia trazido o “progresso aspirado” e constatou que, entre 1925 e 1950, para a população, as mudanças tinham sido tão pequenas que passaram despercebidas.

Assim, enquanto as principais capitais brasileiras apresentavam um intenso processo de metropolização, Florianópolis, como decorrência das suas condições econômicas, era uma cidade com pouca expressão no contexto estadual e nacional. A cidade ainda manteve um relativo crescimento urbano, entre as décadas de 1930 e 1950, graças ao crescimento das funções político-administrativas e também devido à ampliação geográfica de seu território. Entretanto, um sentimento de “inferioridade” em relação às outras capitais estava se formando e é revelador o fato de que a anexação do Estreito à Florianópolis pelo então governador Nereu Ramos decorreu pelo fato da cidade aparecer de forma “inexpressiva no anuário de estatísticas”.³²

Na década de 1950, a inquietude e a insatisfação quanto à modernização de Florianópolis ganha uma nova dimensão: “a vontade de ser moderno”, segundo Lohn (2002, p. 29-30), surge a constituição “uma idéia de futuro para a cidade de Florianópolis” que para o autor foi “uma das construções culturais” mais significativas na cidade.

Podemos perceber claramente a partir dos relatos de Lohn, como a ideologia desenvolvimentista apresentava-se em Florianópolis, enquadrando-a como uma cidade atrasada e tentando fazer crer que o progresso era necessário e inevitável. Desde a década de 1950, constituiu-se um discurso desenvolvimentista cujo objetivo era tirar Florianópolis do “atraso”, da “estagnação” e expressava a “vontade de crescer”, tirar Florianópolis da posição de inferioridade em relação às capitais vizinhas, e apontava para a necessidade de transformar a cidade em uma “metrópole”. Este discurso buscou uma ação concreta, a partir da década de 1960, via intervenção do Estado (AGOSTINHO; AMORA, 1993).

Para Lohn (2002, p. 29-30), a pequena Florianópolis foi influenciada pelo “processo material e simbólico que atingia o Brasil do pós-guerra, com a redemocratização e a industrialização através do ingresso de capital externo”. Nas décadas de 1950 e 1960, segundo o autor, a construção de uma idéia de futuro para a cidade de Florianópolis revelou-se através da difusão cotidiana de discursos,

³² Fato relatado por Esperidião Amin ao jornal O Estado, 23 mar. 1989.

imagens e representações. Um novo modo de vida estava sendo veiculado na publicidade, rádio, cinema, jornais, revista e televisão (LOHN, 2002, p. 31).

O desejo de alcançar a modernização, “a cultura de futuro” foi

[...] uma experiência social das várias frações que compunham uma certa classe média, segmento que se ampliava em Florianópolis à medida que crescia a importância de funcionários públicos mais graduados e profissões liberais no conjunto da população (LOHN, 2002, p. 30).

A preocupação dos produtores de discursos da cidade, segundo Lohn (2002, p. 31), era

[...] a projeção de Florianópolis nos tempos que viriam e a ruptura ou simples superação de um tempo que parecia sufocar e paralisar a todos. Para tanto, era preciso realizar rapidamente o trabalho de legitimação social de idéias como progresso, mudança, dinamismo. Só assim o futuro seria possível.

Assim, o turismo apareceu como uma grande possibilidade de novas oportunidades de investimentos para a cidade.

Não tardaram as tradicionais elites da cidade a aproveitarem-se do mais recente discurso em voga, para iniciar investimentos em algumas praias da cidade. Planos para o norte da ilha, principalmente para as praias de Jurerê e Canasvieiras, surgiram na imprensa, que anunciava com entusiasmo: ‘já se faz turismo em Santa Catarina’ (LOHN, 2002, p. 33).

Lohn (2002, p. 33-35), analisando o material jornalístico da época, verifica que a imprensa anunciava com entusiasmo o “fabuloso futuro turístico de Florianópolis”. Nos jornais publicavam-se artigos sobre como fazer de Florianópolis um centro de turismo: falava-se da necessidade de se fazer investimentos em propaganda e divulgação das belezas da Ilha de Santa Catarina bem como de uma reurbanização completa de Florianópolis, “indícios do que uma parcela da cidade já começava a determinar como o futuro a ser trilhado”. Segundo o autor, o futuro “tornava-se uma questão econômica de primeira ordem. Construía-se uma forma de pensar o vir-a-ser marcada pela necessidade de eficiência, produtividade e, fundamentalmente, capitalismo”. E conclui: “Se a lógica econômica tinha na criação de cenários futuros uma nova fonte de investimentos, obviamente isso não passava ao largo da política”. Neste sentido, foi destacado o papel do Estado através da planificação e ação para garantir o desenvolvimento turístico da cidade.

A construção dos discursos, imagens e representações de que fala Lohn estava diretamente ligada às forças políticas locais. A imprensa existente na cidade era “quase que totalmente vinculada aos interesses dos dois grandes partidos políticos que disputavam a hegemonia em Santa Catarina, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN)”. Os jornais eram

basicamente “órgãos destinados a difundirem as opiniões e preceitos dessas correntes políticas” (LOHN, 2002, p. 27).

Os Ramos (PSD) e os Konder-Bornhausen (UDN), como vimos, formavam duas linhas oligárquicas remanescentes da República Velha que disputavam a hegemonia política no Estado.³³ A UDN, que havia sido afastada do poder em 1930, retornava ao governo de Santa Catarina, permanecendo neste posto por toda a década de 1950. Estava estabelecido um enfrentamento pelo poder de impor cada qual sua visão sobre o futuro e sobre os rumos a serem tomados pela sociedade e, é claro, a cidade de Florianópolis estava diretamente ligada a esta disputa. Em Florianópolis havia um predomínio político do PSD, cujo chefe político era Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos, interventor do Estado Novo em Santa Catarina

[...] e casado com a herdeira do até então maior grupo empresarial da cidade, o Hoepcke (que operava desde a produção de tecidos até o transporte marítimo), dono de veículos de mídia tão importantes na cidade como a rádio Guarujá ou o jornal “O Estado”, era o principal beneficiário e condutor de um mecanismo de dominação e controle social que se constituía através de práticas caritativas, redes de interesse entre políticos e empresários e utilização intensa de recursos dos fundos públicos, reproduzindo e mantendo relações de poder que eram uma grande máquina eleitoral (LOHN, 2002, p. 39).

Florianópolis, até a segunda metade da década de 1950, por ser capital, tinha os seus prefeitos nomeados pelo governador do Estado. Nos anos 1950, o afastamento do grupo dos Ramos, ou seja, o PSD, do governo do Estado, teve implicações sobre Florianópolis e a sua manutenção como Capital de Santa Catarina. “Uma cidade que eleitoralmente era uma espécie de ‘curral eleitoral’ do PSD, passava a ter um prefeito da UDN” e nesse contexto surgiram, com maior força, propostas para a transferência da capital para alguma cidade do interior, “uma ameaça séria aos grupos dominantes de Florianópolis”. Por outro lado, foi nesse momento que se intensificaram as buscas de “alternativas para o desenvolvimento de Florianópolis, que promovessem seu crescimento acelerado e pudessem dar à cidade as feições de uma ‘verdadeira capital’ ” (LOHN, 2002, p. 69 -71).

³³ Os Ramos eram “remanescentes dos que estavam no poder durante o Estado Novo, liderados pelo então interventor federal Nereu Ramos. Já os udenistas eram majoritariamente estabelecidos em torno do grupo que foi destronado do poder com a Revolução de 1930, representados em torno da figura de Adolfo Konder, ao qual vinculavam-se por laços familiares os Bornhausen. O sistema eleitoral e partidário estabelecido pela constituição de 1946 tinha em Santa Catarina um caso de bi-partidarismo quase absoluto. Praticamente não havia alternativa viável de poder fora dos dois grandes grupos conservadores que dominavam o Estado” (LOHN, 2002, p. 38).

Os discursos sobre o futuro da cidade referiam-se também ao futuro desses agrupamentos de poder. “Estava em jogo a continuidade de um domínio social e político muito arraigado”. Para Lohn (2002, p. 43-44), “Tratava-se de um bloco de poder que dirigia e dominava a cidade e que a manteve sob controle até os dias atuais”. Os dois grandes partidos revezando-se na situação de governo mantiveram-se no poder, pelo menos, ao longo do século XX e nos anos de 1950 e 1960 puderam criar meios para que, em longo prazo, não fossem questionados.

Claramente as mudanças propostas deveriam estar sob o controle dos grupos dirigentes da cidade. Nenhuma modificação substancial poderia ocorrer de modo a criar estrangimentos às habituais formas de exercício de poder em Florianópolis, que passavam pelo mandonismo mais exacerbado e o clientelismo (LOHN, 2002, p. 46).

Assim, segundo Lohn (2002, p. 18),

[...] dentre os diferentes futuros para Florianópolis encontrados nas várias representações produzidas, há um acento muito importante na incorporação do discurso nacional-desenvolvimentista por parte das elites, projetando uma cidade que superasse o *atraso*, as ruas estreitas e as dificuldades econômicas.

Uma modernização conservadora, nos moldes da que já estava sendo efetuada em nível nacional, estava sendo posta em prática dentro das condições e proporções da cidade. “As transformações tinham limites óbvios e deveriam ser direcionadas ao fortalecimento político e econômico dos mesmos setores que detinham o controle do município” (LOHN, 2002, p. 46).

Segundo Lohn (2002, p. 48), referenciando-se na Revista Sul³⁴, “começaria a ser traçado ‘o futuro da capital como atração turística’, com projetos que prometiam restaurantes e hotéis ‘ultra-modernos’”. “A cidade necessitava rapidamente recuperar o tempo perdido, urbanizar-se e apresentar aspectos mais próximos aos de grandes capitais”. Para o autor, uma ‘história do futuro’ pode ser escrita através desses elementos discursivos que reforçavam um conjunto de idéias baseadas principalmente na crença nos novos meios tecnológicos que a sociedade industrial estava pondo em movimento.

O devir, na Florianópolis daquele momento, estava marcado por uma característica da modernidade, que corresponde à possibilidade de agir sobre o tempo de modo a construir um futuro conforme o que se planeja no presente. As idéias de futuro em Florianópolis nos anos 50 e 60 mostram a construção social de uma cultura urbana de supervalorização do tempo, num momento em que tais idéias legitimavam a difusão do discurso nacional-desenvolvimentista no Estado de Santa Catarina, com suas propostas de mudança que não levassem a transformações estruturais na sociedade. A vida social na cidade passava a ter como uma de suas

³⁴ SUL, Revista do círculo de arte moderna. Florianópolis. Ano IX. Mai/1956. nº. 27.

referências básicas a projeção de perspectivas sobre o futuro individual e coletivo, mesmo que não houvesse muitos elementos materiais sustentando as imagens desse futuro almejado (LOHN, 2002, p. 47-48).

A modernidade pretendida estava vinculada à idéia de modernizar a cidade que ocorreria a partir da busca de uma alternativa econômica para a cidade. Segundo constatou Lohn (2002, p. 65), no decorrer da década de 50, “o crescimento da cidade era uma quase obsessão para alguns setores, ávidos pela ampliação das possibilidades de acumulação de capital”, idéia que permaneceu nas décadas seguintes. A “fabricação do futuro” não escondia os interesses de hegemonia, ou seja, as mudanças desejadas deveriam manter-se dentro das estruturas de poder há muito estabelecidas em Santa Catarina (LOHN, 2002, p. 69).

Nesse sentido, surgiram na década de 50 dois modelos de desenvolvimento econômico a ser implantado em Florianópolis, um modelo baseado no desenvolvimento do turismo³⁵ e outro, que disseminava a idéia de que o desenvolvimento da cidade não poderia prescindir do modelo industrial (LOHN, 2002).

Por um lado, Aderbal Ramos da Silva, líder político do PSD, “tomava a iniciativa de liderar, com seu grupo político, as possibilidades de transformações prometidas para o futuro, com o turismo. Mais uma vez, Florianópolis tinha seu futuro atrelado a um passado sempre presente, marcado pela dominação de estruturas familiares e oligárquicas. O turismo, uma novidade que aparecia como portadora do futuro, já surgia no horizonte como uma forma de manter a hegemonia de uma tradição política e familiar”³⁶ (LOHN, 2002, p. 74). Certamente não é por acaso que Aderbal Ramos da Silva criou a imobiliária Jurerê, no final da década de 1950, atuando diretamente em empreendimento turístico e imobiliário no norte da ilha (BOPPRÉ, 2003).

Por outro lado, nesse período, o prefeito municipal de Florianópolis era Paulo Fontes indicado pela UDN. É dessa gestão a elaboração do primeiro Plano Diretor para Florianópolis: o Plano foi encomendado a um Escritório de Urbanismo

³⁵ O turismo surgiu então como a alternativa para que os anseios de acelerar as transformações se concretizassem. “Por outro lado, a importância fundamental da cidade no conjunto das disputas políticas estaduais não poderia ser menosprezada. Tratava-se de afirmar a condição de Capital do Estado, sob constante ameaça em função das dificuldades para que Florianópolis se tornasse um centro dinâmico. Portanto, havia o desafio de fazer prevalecer ao longo do tempo as relações de poder que sustentavam as estruturas políticas vigentes na cidade e em toda Santa Catarina” (LOHN, 2002, p. 18).

³⁶ Segundo verificou Lohn (2002), Aderbal Ramos da Silva atuou diretamente em empreendimento turístico e imobiliário no norte da ilha.

de Porto Alegre, cujos autores foram Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff e Edvaldo Pereira Paiva.

O Plano Diretor, iniciado em 1952 e aprovado em 1955, foi concebido segundo os paradigmas do urbanismo moderno e expressou os interesses em construir uma alternativa econômica para Florianópolis, baseada no desenvolvimento da indústria.

Segundo Rizzo (1993, p. 19), o plano avaliava que a cidade estaria “atrasada do ponto de vista industrial e comercial e seu ‘hinterland’ não tinha atingido um nível econômico capaz de sustentar uma grande cidade”, nesse sentido, “buscou traçar soluções urbanísticas que contribuíssem para tirar a cidade do atraso diagnosticado e isso deveria se dar com a industrialização”.

Segundo Lohn (2002, p. 81), para os autores do Plano, Florianópolis “fazia parte do atraso” e só a entrada definitiva no mundo industrial iria superá-lo, transformando a cidade em um grande centro urbano.

Suas propostas mantinham a expansão urbana ainda dentro da área central da cidade e apontava duas alternativas econômicas impulsionadoras do desenvolvimento da cidade: a primeira, o incentivo ao turismo na ilha, e a segunda seria a construção de um porto marítimo no lado continental norte.

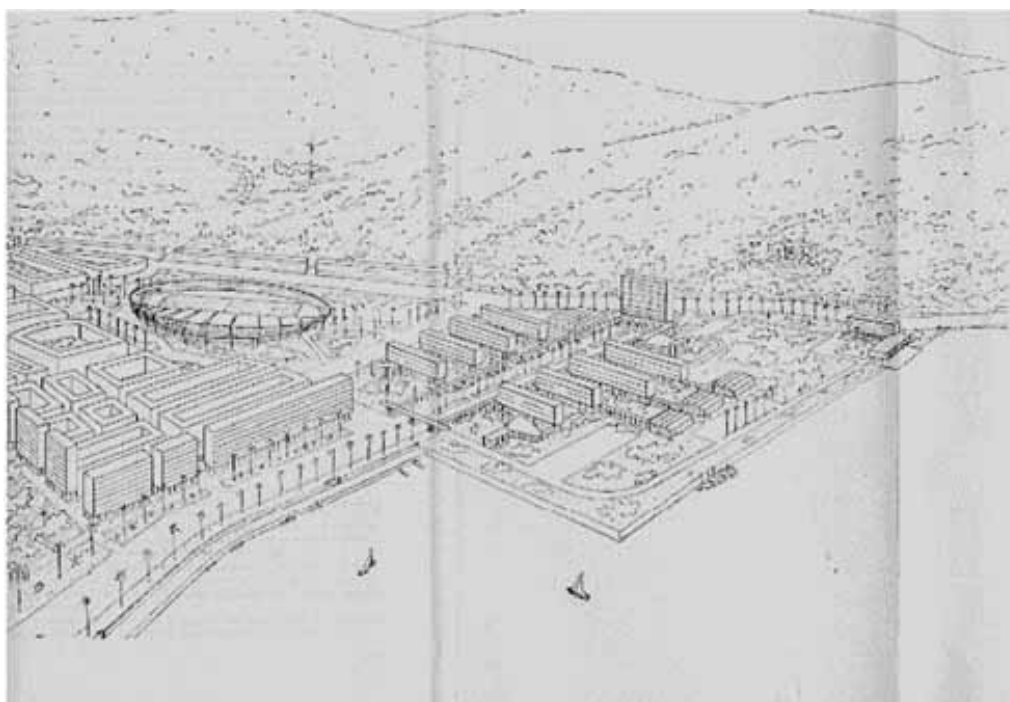


Figura 19. Proposta para Florianópolis, Plano Diretor de 1952.
Fonte: PAIVA, E., RIBEIRO, D. e GRAEFF, E.. 1952.

A maior parte das propostas do plano jamais foi implantada, resultou na prática na aprovação do código de obras de Florianópolis. Mas, para Lohn, viabilizou-se a privatização do interesse público, lançando no futuro as relações de privatização do público que formavam a tradição oligárquica do Estado brasileiro.

Em Florianópolis, de meados do século XX,

[...] vê-se claramente como o Estado e seus possíveis favores era um dos, senão o principal recurso de acumulação de riquezas pela classe dominante da cidade. Dominar o Estado significa controlar os meios de obter e ampliar o poderio econômico de uma elite há muito estabelecida.

[...] Pensar o futuro da cidade, significa pensar em maneiras de eternizar-se no poder, mesmo quando se empregam termos como mudança e modernização. (LOHN, 2002, p. 76-77)

Tratava-se de uma modernização conservadora. Neste sentido, em Florianópolis vimos que a modernização ocorreu nos marcos da tradição e do progresso. Nestas condições, as transformações sociais e políticas foram lentas, sem rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais (LOHN, 2002).

5.3 A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA: A AÇÃO DO ESTADO NA CAPITAL CATARINENSE

Por volta de 1960, Santa Catarina era vista como mero território de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul, fazendo com que os catarinenses se considerassem inferiorizados. Tal situação se reforça ainda mais com a posição da capital do Estado, isolada do resto do território catarinense... Porto Alegre e Curitiba já eram grandes capitais e a economia de seus respectivos Estados estava em franco progresso. No Estado, apesar de pouco divulgado, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais fé a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira. Florianópolis estava longe de ser cidade pólo, porque as grandes indústrias e outras atividades econômicas de porte estavam espalhadas pelo interior do Estado, e seu setor terciário não havia se modernizado (SANTA CATARINA, 1986).

Como vimos, desde a década de 50, vinha se constituindo um discurso pautado pela idéia de desenvolvimento, crescimento urbano e modernização. Os discursos eram motivados pela “vontade de crescer”. As elites locais expressaram a intenção de tirar Florianópolis da posição de inferioridade em relação às capitais vizinhas e apontavam para a necessidade de transformar a cidade em uma “metrópole”, em uma “grande cidade”, para superar a condição de “atraso” e “estagnação”.

Segundo Lohn (2002, p. 60), “as camadas médias de Florianópolis conduziram-se para uma tendência conservadora e autoritária, mantiveram-se como base de sustentação do bloco conservador na cidade bem como manifestando apoio ao golpe militar de 1964”. As razões para este posicionamento político, segundo o autor, estavam relacionadas ao “receio de perder posições sociais e a crença na autoridade racional e técnica para moldar o social”.

O planejamento urbano surge como um instrumento capaz de mudar esta realidade. Neste sentido, há uma relação entre a ideologia desenvolvimentista e o urbanismo modernista, o segundo como uma forma de viabilizar o primeiro, visto que um dos pressupostos do urbanismo modernista é a possibilidade de influir sobre os comportamentos, através da intervenção sobre o espaço construído. Esse “ideal reformador” propunha “reformular a cidade para reformar a vida” (RIBEIRO, 1990, p. 9).

Sem perder de vista os aspectos locais desse processo, o que ocorre em Florianópolis estava em sintonia com a preocupação das elites nacionais em promover a industrialização do país pautada pelas teorias do desenvolvimentismo.³⁷

Para transformar os países periféricos, em grande medida ainda agro-exportadores, em nações desenvolvidas e com maior autonomia, dizia essa doutrina, era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional. Nesse sentido, o desenvolvimentismo não se limitou às fronteiras da produção teórica acadêmica, mas enveredou para o campo da política econômica e do planejamento governamental, inspirando a formulação de ‘planos de desenvolvimento’ (MANTEGA, 1987, p. 23).

O Estado surgiu com importância decisiva para o pretendido desenvolvimento econômico brasileiro. Com esse mesmo objetivo, o “desenvolvimento”, o Estado também marcou profundamente a configuração do espaço urbano e territorial brasileira.

A construção de Brasília representou um marco, no sentido de que a ideologia desenvolvimentista se ampliou para além do campo econômico e ficou expressa no processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil. Nesse sentido, foi utilizado o urbanismo como técnica de transformação da realidade.

³⁷ Estamos nos referindo às teorias formuladas durante a década de 1950 pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas) e, no Brasil, pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Tais teorias, segundo Holston (1993, p. 25), “destacava a industrialização dirigida pelo Estado como o meio pelo qual os países subdesenvolvidos poderiam alcançar rápido crescimento econômico e uma posição mais vantajosa no comércio internacional”.

Da reforma da cidade como símbolo da reforma da nação passamos, com Brasília, à construção da cidade como símbolo da constituição de um Brasil moderno, industrial, sem diferenças sociais, fruto do desenvolvimento econômico e da vontade política de suas elites (RIBEIRO; CARDOSO, 1990, p. 33).

A identidade entre Brasília e Florianópolis, respeitando o processo histórico de cada uma, está na busca de mudança da realidade através da “inversão no desenvolvimento”, uma inversão pela qual a forma e a organização urbanas são consideradas como instrumentos de mudança social (HOLSTON, 1993). São válidas para Florianópolis algumas das premissas que envolveram a criação de Brasília.

A primeira premissa é a de que o plano para uma nova cidade pode criar uma ordem social segundo a sua imagem; ou seja uma ordem baseada nos valores que inspiraram o projeto. A segunda premissa projeta a primeira como um plano de mudança no contexto do desenvolvimento nacional. Propõe que a nova cidade venha a ser um modelo de práticas sociais radicalmente diferentes. Sustenta que, se esse modelo puder servir como exemplo de progresso para o restante da nação, seria então possível não apenas generalizar suas inovações, mas também impelir o país como um todo em direção ao futuro planejado que ele corporifica. Dessa maneira, os planejadores poderiam promover saltos no próprio processo de desenvolvimento, levando o país a queimar etapas indesejáveis de sua evolução (HOLSTON, 1993, p. 12).

Assim, no final da década de 1960, dois planos elaborados para Florianópolis merecem destaque: o “Plano de Desenvolvimento Integrado da Microrregião da Grande Florianópolis”, elaborado pelo ESPLAN – Escritório catarinense de planejamento integrado, e o “Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis”, elaborado pelo SERPHAU – Serviço de Habitação e Urbanismo, órgão do Governo Federal.

O Plano elaborado pelo ESPLAN tinha como responsável o urbanista Luiz Felipe Gama D’Eça.³⁸ Este plano de concepção modernista tinha como um dos principais objetivos criar uma “grande cidade”. Segundo Élson Pereira (s/n), o trabalho elaborado foi baseado nos princípios da Carta de Atenas sendo estas as ferramentas para o pensamento planejador, racionalista e desenvolvimentista de Gama D’Eça, reafirmado nos seus projetos para Florianópolis, seus escritos e seus discursos.

O plano elaborado pelo ESPLAN dizia que:

A cidade depois de 25 anos de suplício privada de água e do mínimo de energia elétrica, além de isolada do resto do Estado e do Brasil, por força de secular indiferença por parte dos poderes públicos federal, estadual e

³⁸ “Militar de carreira, ele estudou arquitetura e urbanismo na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. O currículo de seu curso tinha sido elaborado por Lúcio Costa e o período no qual ele permanece na escola coincide com o período de construção de Brasília”. Esses fatos, segundo Pereira, evidenciam uma forte influência do movimento modernista sobre Gama d’Eça (PEREIRA, s/d).

municipal, chegou no início da década de 60 ainda como uma aldeia, confinada nos limites (do triângulo central) e conformada com o subdesenvolvimento. A primeira administração municipal depois de março de 1964, atuando livre das pressões do feudalismo econômico e do coronelismo, quebrou uma série de tabus e como impacto do Plano Nacional da Habitação e de outras resultantes do processo revolucionário, desencadeou um surto de desenvolvimento, que embora indisciplinado, despertou forças motrizes e revelou a nossa capacidade de construir aqui uma grande cidade. Quando falamos em grande cidade, fazemos questão de que não se confunda a nossa imagem com as das conhecidas 'cidades grandes do Brasil (ESPLAN, 1967).

Nesse sentido, o plano prometia um “surto de desenvolvimento”, com o objetivo de criar uma “grande cidade” e propunha uma série de projetos que culminaria com a criação da região metropolitana de Florianópolis, com a participação das três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Três grandes obras foram previstas para dar impulso ao objetivo esperado: a construção de rodovias federais, a BR-101, com objetivo de integrar a capital catarinense ao plano de integração nacional, e a BR-282, para ligar Florianópolis ao interior do estado, buscando neutralizar, assim, a atração dos Estados vizinhos e suas respectivas capitais sobre o território catarinense. E, por fim, previa a construção da segunda ponte, melhorando o acesso entre ilha e continente. Como alternativa econômica, capaz de transformar a capital em um pólo econômico importante, o plano previa a construção de um porto marítimo no lado continental norte, que não se concretizou.

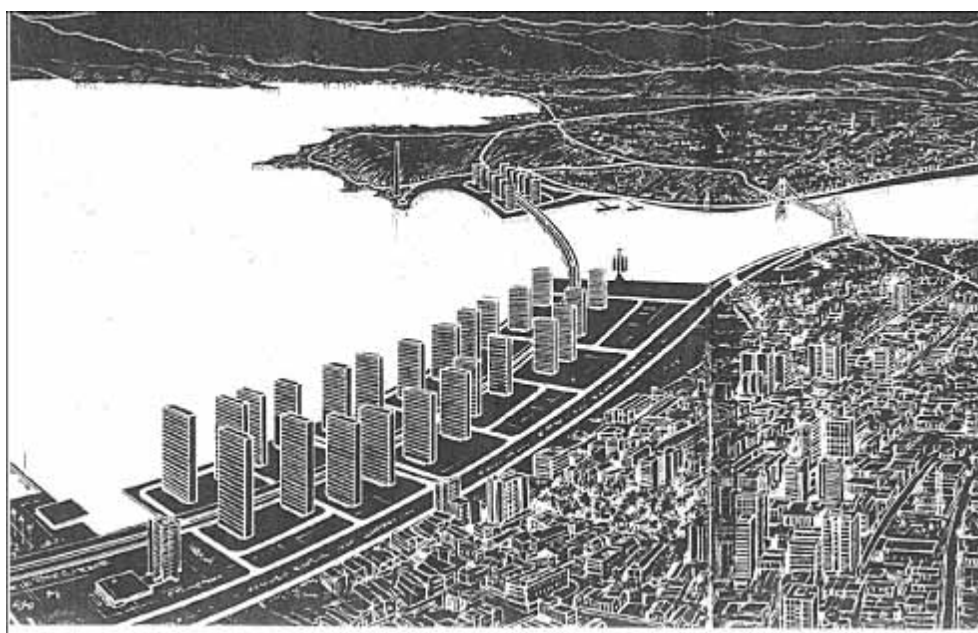


Figura 20. Proposta para Florianópolis, construção do Aterro da Baía Sul e 2ª ponte.
Fonte: ESPLAN, 1967.

O plano propunha, ainda, a construção de aterros e vias expressas no lado sul e norte da península insular da ilha, onde está localizado o perímetro urbano central da cidade, obras estas fundamentais à expansão urbana pretendida.

O plano previa o estímulo ao desenvolvimento turístico, através da abertura de acessos e áreas para a urbanização na costa atlântica da Ilha de Santa Catarina. As áreas então definidas como prioritárias foram aquelas da praia do Campeche. Segundo Sugai apenas o Campeche estava previsto como área de expansão.

É preciso ressaltar que, contrariando o processo que vinha sendo produzido na cidade até aquele momento, o plano de Desenvolvimento Integrado priorizava e privilegiava a expansão urbana de Florianópolis na direção sudeste da Ilha. Vinha ocorrendo, por outro lado, intensa pressão dos setores influentes das elites para que os investimentos estatais se mantivessem nos bairros e balneários situados na metade norte da ilha (SUGAI, 1995, p. 590).

Segundo Sugai (1995), as divergências existentes em relação à localização das áreas prioritárias de expansão e de investimentos urbanos fizeram com que o projeto do Plano Diretor permanecesse em tramitação na Câmara Municipal durante vários anos. Esse plano não foi aprovado oficialmente na sua totalidade, mas funcionou na prática como uma diretriz e foi sendo implantado em partes com modificações.

A política tecnicista implantada com a instituição da ditadura militar se contrapõe num primeiro momento com as políticas regionais baseadas nos poderes oligárquicos a muito estabelecidas, portanto nós veremos esses interesses se confrontarem e as políticas tradicionais sobreviverem principalmente nas decisões sobre o planejamento de Florianópolis.³⁹

Nas décadas de 1960 e 1970, em Florianópolis iniciou-se um processo de transformação urbana decorrente, principalmente, do crescimento das funções político-administrativas dos governos federal e estadual. Durante esse período, muitos órgãos públicos foram criados. Na capital catarinense concentraram-se as sedes administrativas, os recursos financeiros, o corpo técnico e científico do Estado, refletindo na sua organização sócio-espacial (AGOSTINHO FACCIO, 1997). A implantação da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, na Trindade, e o

³⁹ Jorge Konder Bornhausen (1979 a 1982) foi o último governador indicado pelo regime militar. A escolha de seu nome também teve o apoio determinante do ministro Golberi do Couto e Silva. “Passada a tentativa realizada no começo da década de 70 pelo governo central de reduzir o poder oligárquico nos Estados, parece ter havido uma certa consideração pela correlação de forças políticas na indicação dos governadores de Santa Catarina.” Ocorreu nesse sentido a ascensão ao poder da oligarquia Konder-Bornhausen na década de 70 e o declínio da oligarquia Ramos, força política dominante até a década de 60 (CARREIRÃO, 1988, p. 177).

Plano Nacional de Habitação tiveram um papel auxiliar importante nesse processo. O primeiro, juntamente com a criação da Eletrosul, por atrair grande contingente populacional de outros estados brasileiros, e o segundo, por viabilizar o incremento da construção civil, dinamizando o setor imobiliário e turístico.

Nereu do Vale Pereira destaca a implantação da UFSC – “como uma grande empresa impulsionadora do processo de modernização verificado na ‘década dos 60’”, alertando que havendo “uma concorrência variada de fatores”, no entanto, a universidade teria sido o elemento predominante e “o principal detonador do ‘botão de arranque’” (PEREIRA, s/d, p. 19).

Na década de 1970, foram implantadas obras de infra-estrutura, pontes e vias expressas, que contribuíram para a intensificação do processo de expansão urbana da cidade de Florianópolis. As obras de sistema viário, como a Avenida Beira-mar Norte e sua ampliação, a Via de Contorno Norte-Ilha⁴⁰ possibilitando acesso rápido da área central até o Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, a Ponte Colombo Salles e o Aterro Beira-mar Sul contribuíram para a expansão urbana nas áreas ao norte e leste do Morro da Cruz, especialmente aquelas localizadas na bacia do Itacorubi e também para o lado continental da cidade.

Sugai (1995), em seu trabalho sobre a Via de Contorno Norte-Ilha, estabelece uma relação entre a localização das ações viárias mais significativas no contexto urbano de Florianópolis e a forma como as classes sociais estão distribuídas territorialmente. Esclarece o papel do Estado nesse processo e as articulações de interesses que determinaram as prioridades e localizações daquele investimento.

Nesse sentido, segundo Sugai (1995, p. 596), a execução da Via de Contorno Norte-Ilha “foi determinada por uma confluência de interesses”, na ocupação e apropriação das áreas atingidas pelo investimento, “dos setores dominantes das elites e de suas frações vinculadas ao mercado de terras, à incorporação imobiliária e à construção civil”. Esses grupos de interesses beneficiaram-se de uma forte ascendência sobre as ações do Estado. A execução da Via de Contorno Norte-Ilha, em contraposição à proposta original do Plano de

⁴⁰ Sobre a construção da Via de Contorno Norte, ver trabalho de Maria Inês Sugai: As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de Contorno Norte Ilha. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) - FAU, USP.

Desenvolvimento Integrado⁴¹, consolidou a área da orla norte da península central da cidade como área residencial das classes de mais alta renda, bem como viabilizou a expansão urbana em direção à Universidade Federal de Santa Catarina no bairro da Trindade e o acesso ao norte da ilha de Santa Catarina, especialmente as praias de Canasvieiras e Jurerê. Nessas áreas, portanto, concentraram-se os investimentos e ações do Estado que repercutiram em um processo intenso de valorização imobiliária.

Os investimentos intensivos efetuados pelo Estado, em especial os investimentos viários, “garantiram a expansão do capital imobiliário, valorizaram os imóveis e alteraram a ocupação territorial das classes sociais em Florianópolis”, reforçando os processos de desigualdade social e segregação espacial (SUGAI, 1995, p. 595).

A expansão e adensamento da malha urbana em direção à área continental, ultrapassaram os limites territoriais entre os municípios vizinhos, dando início ao processo de aglomeração urbana entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. As áreas continentais do Aglomerado Urbano de Florianópolis tornaram-se áreas de expansão urbana periféricas, tanto no sentido geográfico como social (AGOSTINHO FACCIIO, 1997).

As construções de aterros e de vias expressas, na área central da cidade, expressaram a vontade de ser moderno das elites políticas e classe média local. Mas também, provocaram sentimentos de “agonia do progresso” (FANTIN, 2000) em determinados grupos sociais que tinham uma crítica ao processo de urbanização das grandes cidades brasileiras, especialmente São Paulo.

Portanto, nesse período, o Estado teve um papel fundamental para promover o desenvolvimento econômico e urbano da capital catarinense, cujo objetivo era transformar Florianópolis em uma metrópole, condição para a modernização desejada.

⁴¹ “O fato do anel viário norte não estar definido como prioritário no Plano Diretor, Lei no. 1440/76 e, ainda, o entendimento de que a Via Expressa Sul deveria ser prioritária, considerando que esta Lei definia que a região sudeste da Ilha constituir-se-ia na área de expansão urbana programada, determinou disputas e ações [para] que esta situação fosse revertida. Neste processo de disputas entre frações das elites, evidenciou-se a firme decisão de dirigentes estaduais e municipais em executar o anel viário norte, não apenas transformando numa via expressa – a Via de Contorno Norte – mas, ainda estabelecendo a sua prioridade de execução.” Com isto, facilitaram o desenvolvimento imobiliário em curso (SUGAI, 1995, p. 591). O prefeito neste período era Esperidião Amin Helou Filho (1975-1978).

5.4 FLORIANÓPOLIS NA GLOBALIZAÇÃO: MODERNIZAÇÃO, TURISMO E OS GRANDES PROJETOS

Os anos de 1980, como vimos no capítulo anterior, marcaram um novo momento político na sociedade brasileira com o processo de democratização do país. No final dessa década, com a retomada do processo democrático, a maior conquista social foi resultante das mobilizações sociais em torno das emendas constitucionais de iniciativa popular.

Com a promulgação da nova Constituição, ocorreram algumas mudanças em relação ao aumento de responsabilidades dos poderes municipais. No entanto, o aumento de responsabilidade não correspondeu, proporcionalmente, à descentralização dos recursos financeiros para os municípios. Porém, a ampliação de poder e autonomia destes abriu possibilidades para uma maior atuação e mudanças na escala local (AGOSTINHO FACCIO, 2006).

Os movimentos sociais saíram fortalecidos deste processo. Entretanto, ao longo da década de 1990, apesar das conquistas dos movimentos sociais urbanos no processo constituinte, a política adotada no país acentuou ainda mais as desigualdades sociais já existentes. O agravamento dos problemas urbanos estabelecidos pelo aumento do desemprego somou-se às necessidades históricas jamais satisfeitas de habitação, saúde, educação entre tantas outras. Os movimentos sociais também passaram por um refluxo decorrentes da reconstrução de uma nova aliança conservadora em nível nacional associada às forças hegemônicas da globalização.

Em Florianópolis, o turismo, que há muito tempo vinha sendo considerado uma possibilidade de desenvolvimento econômico, ganhou uma dimensão maior nas últimas décadas do século XX. O modelo econômico que era intensivamente buscado em Florianópolis, desde a década de 1980, está baseado no turismo como “momento de realização da reprodução do capital” (CARLOS, 2002) impulsionado pelas condições colocadas pela chamada globalização. Os interesses econômicos são aguçados e o Estado tem atuado como um importante apoio para viabilizar esse modelo.

Assim, nesse período, o processo de modernização, em Florianópolis, foi intensificado com as novas perspectivas colocadas a partir do desenvolvimento

econômico dos setores ligados ao turismo. A eleição para prefeito de Esperidião Amin Helou Filho, em 1988, sustentada pela aliança política “União por Florianópolis” composta pelos partidos PDS, PFL e PRN,⁴² marcou o início de momento político que foi marcado por intensas disputas quanto ao desenvolvimento da cidade de Florianópolis, a partir dos vários projetos de cidades que se apresentavam.

O prefeito Esperidião Amin, estabelecendo afinidades com a política neoliberal propôs governar com a participação da iniciativa privada, como forma de viabilizar grandes empreendimentos turísticos e investimentos como obras urbanísticas, cujo objetivo era transformar Florianópolis em “um centro turístico internacional”, buscando a sua inserção competitiva no mundo globalizado.

Esse modelo estaria influenciado pela idéia de cidade como “máquinas de crescimento”, ressaltando que, ao falar da realidade brasileira “estamos diante da reposição da armadilha clássica de subdesenvolvimento (ou seja, da modernização sem desenvolvimento, isto é, sem homogeneização social), a velha dualidade brasileira” (ARANTES, 2000, p. 69).

Para Arantes (2000, p. 27), “a idéia de cidade como *growth machine*” pode ser resumida como

[...] coalizões de elites centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza.

Esse modelo, ainda segundo a autora, generalizou-se com a retomada da hegemonia americana, vulgarmente conhecida como “globalização”. Trata-se da existência de “um pensamento único das cidades” como uma matriz conceitual comum na origem das novas estratégias urbanas (ARANTES, 2000, p. 67).

O planejamento urbano tem sido um instrumento importante nessa disputa. No cenário mundial, a partir dos processos surgidos com a globalização e com a crise internacional do urbanismo modernista-funcionalista, vimos o surgimento, de novos modelos de planejamento urbano, como o planejamento estratégico urbano. A partir da busca de uma competitividade urbana, veremos um número crescente de cidades, em especial do Brasil e América Latina, procurando se capacitar para uma inserção competitiva no mundo globalizado, visando uma reestruturação urbana com vistas ao incremento da atratividade, construção do

⁴² Os principais partidos desta aliança política são oriundos da oligarquia Konder-Bornhausen (UDN).

patriotismo de cidade e, sobretudo, credibilidade e confiança por parte dos potenciais investidores (VAINER, 2000).

Buscando inserir Florianópolis na rota do turismo internacional, o poder executivo municipal, tendo à frente Esperidião Amin, criou a “Secretaria de Projetos Especiais de Florianópolis”, cujo objetivo era de viabilizar obras e ações para impulsionar a atividade turística na cidade. O nome escolhido para assumir essa secretaria foi Fernando Marcondes de Mattos⁴³, empresário do ramo hoteleiro, um nome, de fato, coerente com a política adotada para o desenvolvimento da cidade. Marcondes de Mattos, a partir de então, tem sido uma peça-chave no projeto de cidade que se apresentou para Florianópolis, ou seja, transformar a cidade em um centro turístico internacional, projeto que ainda continua em pauta.

Assim, a administração municipal de Florianópolis, buscando projetar uma cidade para a passagem do ano 2000, propõe uma série de “grandes projetos”, como a construção de hotéis de nível internacional, centro de convenções, marinas, projeto da Beira-mar Continental⁴⁴, entre outros, com o objetivo de impulsionar, a partir da parceria público-privado, uma alternativa econômica para a cidade ligada ao turismo internacional. O poder público reclama da falta de recursos. Segundo argumentava o prefeito Esperidião Amin, o desenvolvimento da cidade não poderia continuar emperrado por conta de “uma máquina falida”, assim a solução seria de atuar com a iniciativa privada e conclui que o futuro da capital está nas mãos da capacidade de investimento do empresariado.⁴⁵ No entanto, este atua de acordo com os seus interesses visando à lucratividade, o poder público com isso abre mão de governar a cidade visando o interesse da coletividade, ou seja, como um direito de todos. Esta é uma fórmula já bem conhecida, com um novo discurso, a parceria público-privado, já colocada em prática em outras cidades: o setor público arca com o ônus e o setor privado com o bônus (HARVEY, 2004).

Uma das primeiras iniciativas do executivo municipal diz respeito à área objeto de nosso estudo de caso. Trata-se do projeto de lei apresentado à Câmara de Vereadores pelo prefeito Esperidião Amin, cuja proposta autorizava o executivo

⁴³ Proprietário do maior empreendimento turístico hoteleiro da Ilha de Santa Catarina, o Resort Costão do Santinho, esteve envolvido mais recentemente na operação “moeda verde” da Polícia Federal que investiga a liberação irregular de licenças ambientais na cidade por conta de seu novo empreendimento turístico o “Costão Golf”.

⁴⁴ O projeto da Beira-mar Continental seria implantado a partir da construção de aterro no lado continental norte da cidade, no Bairro do Estreito.

⁴⁵ Jornal “O Estado”, 23 de março de 1989.

municipal a efetuar doação onerosa de terreno situado junto à cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz. Através de licitação pública a empresa que recebesse o terreno ficaria obrigada a construir “um hotel de categoria cinco estrelas” e centro de convenções, bem como um edifício destinado à sede da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que será abordado no capítulo 7.

O prefeito Esperidião Amin contou com uma ampla maioria na câmara municipal o que lhe garantiu a aprovação de seus projetos. No entanto, encontrou oposição aos “grandes projetos” vindo dos movimentos sociais e ambientais, que estavam fortalecidos pelo processo de democratização do país e pela ampliação da importância dada a questão ambiental.

A ação dos movimentos sócio-ambientais provocou uma reação dos setores ligados ao setor turístico e imobiliário. Inicialmente uma campanha de marketing foi elaborada cujo objetivo era simultaneamente aos empreendimentos que buscavam soluções imediatas aos problemas do desenvolvimento turístico, “projetar a Ilha lá fora”. A empresa Propague foi responsável por esse projeto e criou a marca “Florianópolis: Vale a Pena”. O público-alvo dessa campanha, segundo a agência de publicidade, eram os turistas, que seriam convencidos a programar suas férias em Florianópolis, e os investidores, que seriam convencidos “a apostar neste futuro promissor” (O ESTADO, 23/03/1989).

A campanha de marketing apresentava claramente no seu discurso uma questão ideológica, ou seja, a idéia de um futuro inevitável para a cidade. Queriam fazer crer que o processo de transformação de Florianópolis em um centro turístico internacional era irreversível. Não há escolhas, não existe alternativa! Assim a campanha tinha como outro objetivo, não menos importante, convencer a população para este projeto. “Os projetos e objetivos a médio e longo prazo serão levados ao conhecimento público, no sentido de motivar a população a se engajar neste esforço comum” (O ESTADO, 23/03/1989).

Ações foram programadas a partir desta parceria que se formou entre o poder público municipal e interesses privados. Como a proposta de criação de uma Fundação de Turismo que seria alicerçada na participação das empresas locais constituindo um “Fundo de Investimento” a ser destinado à promoção da cidade como um centro turístico internacional. Imune às possíveis alterações de governo esta seria a fórmula para “desenfrear” e “dar autonomia ao progresso” da cidade que ficaria reduzida neste projeto apenas à parte da cidade que se localiza na ilha. Por

fim, caberia à prefeitura o papel para resolver os problemas quanto a viabilidade dos empreendimentos e infra-estrutura na cidade.

As formas remanescentes do passado, folclorizados, transformam-se em produtos a serem consumidos pelos turistas, na tentativa de inserir Florianópolis na reestruturação produtiva com a globalização. Assim, teremos a reinvenção da figura do “manezinho da ilha” e as festas turísticas “inventadas” (FANTIN, 2000).

Todos esses elementos geraram um amplo processo de disputa de projetos de cidade na cidade que esteve em pauta ao longo da década de 1990 e permanece nos dias de hoje. No início da década de 1990, além do Hotel e Centro de Convenções no Parque da Luz, havia vários “grandes projetos” em gestação como a Marina da Beira-Mar Norte; Hotel da Ponta do Coral; Tecnópolis no Horto Florestal do IBAMA (atual Parque do Córrego Grande); Centro Desportivo do Sesi no aterro sanitário desativado do Itacorubi; a Via Expressa Sul; Alguns desses projetos foram abandonados, outros novos projetos têm surgido ao longo dos últimos anos e o que se verifica em comum a muitos desses grandes projetos é que o poder público cederia grandes áreas (incluindo os aterros a serem construídos) do patrimônio público para viabilizar empreendimentos privados. Algumas dessas áreas têm sido reivindicadas pelos movimentos sociais e ambientais como espaços públicos urbanos para usufruto coletivo.

As fortes resistências às propostas dos grandes empreendimentos e ao modelo de desenvolvimento proposto para a cidade por parte dos movimentos sociais e ambientais ganharam apoio e visibilidade. Por outro lado, em contraposição, uma nova campanha publicitária veiculada na mídia local foi feita por empresários que se auto-intitulavam “Amigos de Florianópolis”.⁴⁶ Este foi um sugestivo nome para aqueles que acusavam seus oponentes de serem “os contra” o desenvolvimento da cidade. As disputas acirradas em torno dos projetos de cidades tornaram-se agressivas e o debate ganhou as ruas e espaço nos meios de comunicação. Uma matéria publicada na revista *Veja*⁴⁷ revela o tom desse debate, abordando as trocas de agressões que surgiram a partir da campanha dos empresários contra ecologistas: “Os lagartos e as cobras na terra do sol”.

⁴⁶ A campanha era composta por sete peças publicitárias que comparavam Florianópolis a grandes centros turísticos mundiais, como Ibiza, na Espanha, Miami, nos Estados Unidos, e Acapulco, no México.

⁴⁷ *Veja* SC, 13 de novembro de 1991.

Em 1996, uma nova disputa ocorre por conta da proposta de liberação de 18 pavimentos para novas edificações em diversas partes da cidade. Tal proposta foi feita no processo de tramitação do Novo Plano Diretor em discussão na câmara municipal. O “Movimento pela Participação Pública no Plano Diretor” iniciou uma campanha contra a proposta que se transformou em amplo debate envolvendo, por um lado, setores empresariais e escritórios de arquitetura, que se manifestaram favoráveis à proposta. Por outro, sindicalistas, artistas, professores da UFSC e movimentos sociais e ambientais, que se manifestaram contrários à verticalização, sendo a proposta, por fim, retirada.⁴⁸

As elites políticas locais e os grupos ligados ao mercado imobiliário têm buscado referendar esses processos de valorização de terras, especulação imobiliária, privatização do espaço público, entre outros, através da aprovação ou alteração de leis de ordenamento do território na Câmara de Vereadores no sentido de viabilizarem seus interesses, processo esse que muitas vezes passou à margem dos planejadores urbanos do órgão de planejamento municipal.

Nesse contexto, acentuaram-se os conflitos e as disputas sobre que cidade se quer, ou seja, sobre projetos de cidades. Podemos identificar mais claramente dois grandes grupos de interesse. Por um lado, grupos ligados à elite política local e a interesses econômicos, especialmente, ligados aos setores imobiliário e turístico. Por outro lado, grupos ligados à Universidade Federal de Santa Catarina e aos movimentos sociais e ambientais, entre outros, atuando em movimentos de resistências aos vários projetos e planos de intervenção urbana, cujo objetivo era inserir Florianópolis no circuito econômico nacional e internacional, especialmente na área ligada ao turismo, adotando um modelo de desenvolvimento onde a “cidade transforma-se em mercadoria”, como nos fala Arantes (2000).

Em Florianópolis, a modernização implementada e intensificada, a partir da década de 1990, com as atividades econômicas ligadas ao turismo refletiu nos índices de crescimento urbano até então inédito na história da capital. Segundo dados do IBGE, a partir de uma análise da amostra do Censo Demográfico 2000, Florianópolis teve aumento populacional de 3,34%, enquanto a média nacional foi de 1,6% ao ano.⁴⁹ Esse processo intensificou os conflitos sócio-espaciais ligados à

⁴⁸ Sobre a discussão do Plano Diretor de 1996 e o movimento contra a proposta de verticalização da cidade, ver: TEIXEIRA, José Paulo e SILVA, Jorge E. (org.) O Futuro da cidade: a discussão pública do Plano Diretor.

⁴⁹ Os dados são da publicação Tendências Demográficas, lançada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) citado no Diário Catarinense, 29/12/04.

forma de apropriação do espaço urbano. Acentuaram-se os interesses ligados ao capital imobiliário e à especulação imobiliária e verificou-se o aumento da desigualdade social e da segregação espacial, a ocupação irregular do solo urbano e deterioração do ambiente natural e construído, entre outros.

Os discursos que envolviam a questão do desenvolvimento, modernização e modernidade, utilizando-se do instrumental do urbanismo, têm servido para mascarar uma prática da elite dominante, que sistematicamente tem se apropriado dos benefícios produzidos pela ação do Estado. O planejamento urbano e o provimento de infra-estrutura e equipamentos urbanos têm sido os instrumentos mais eficazes no atendimento de interesses patrimonialistas, especialmente aqueles que estão relacionados à valorização imobiliária. A busca de uma alternativa econômica para o município tem feito parte do discurso. No entanto, na prática, a ação do Estado favoreceu de resto a apenas grupos restritos de uma elite dominante, com o agravamento das desigualdades sociais e da segregação territorial.

Como pudemos observar, a modernização em Florianópolis teve um claro perfil conservador e autoritário, não diferente do processo de um modo geral com a realidade brasileira. Independente dos distintos momentos da política brasileira com implicações locais, prevaleceu os interesses dos grupos dominantes tendo como origem as oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen. Esses grupos atuaram sempre em favor de seus interesses econômicos, utilizando para isso todos os recursos, especialmente fazendo uso da esfera pública de forma privada, ou seja, a privatização do interesse público.

O que podemos perceber ao longo desse processo é que alguns dos projetos para a capital foram realizados, outros não. As razões para a não concretização de tais empreendimentos não são tão simples de estabelecer, visto que são muitos fatores que estão interagindo. Concluir que os grandes empreendimentos turísticos não saíram do papel graças à ação dos movimentos sociais seria muito simplista diante da complexidade das relações e interesses que se estabelecem na cidade. Mas podemos apontar alguns indicativos:

A partir de outras experiências de cidade que vêm buscando uma inserção no mercado globalizado, na tentativa de atrair grandes investimentos, as administrações municipais oferecem vantagem aos possíveis investidores. Esses, por sua lógica capitalista, vão se orientar onde as vantagens lhes forem mais

favoráveis para obtenção de uma maior lucratividade. Sobre isso temos vários exemplos, como a “guerra fiscal” que se estabeleceu entre as cidades brasileiras para atrair indústrias para seus municípios. Pois bem, a partir da disputa e competição global entre cidades, Florianópolis tem que disputar com outras cidades o interesse dos investidores, oferecendo melhores vantagens que as suas concorrentes.

A elite política e empresarial buscou condições para viabilizar grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis, tendo o apoio sistemático do poder público, oferecendo e garantindo vantagens e a própria viabilidade do empreendimento no que diz respeito à legislação urbanística e ambiental.

E é nesse ponto que têm atuado os movimentos sociais e ambientais apoiados nos frutos do processo de democratização no país, fazendo uso de instrumentos, como a legislação federal ambiental e a lei do Estatuto da cidade, apoiados em instituições, como a Procuradoria Federal e mais recentemente a Polícia Federal, têm se colocado como um contraponto num movimento de resistência, através de ações como manifestações populares e denúncias, buscando impedir que sejam oferecidas “vantagens” que sejam desvantajosas para a coletividade e para o ambiente natural e urbano.

A cidade produzida reflete a correlação de forças dos projetos de cidade em disputa. No trabalho realizado como dissertação de mestrado analisei o crescimento do aparelho do Estado nas décadas de 1960 e 1970 e o impacto na organização e no crescimento do espaço urbano, especialmente a partir da implantação das empresas estatais, como a Eletrosul, e da Universidade Federal de Santa Catarina. Professores, técnicos e pesquisadores de alta qualificação concentravam os melhores salários do corpo funcional do Estado com consequência direta e indireta para a economia e crescimento da cidade.

As consequências dessa migração produzida foram além do impacto no espaço urbano e mereceriam uma atenção maior. Por hora, acredito que o perfil desta população migrante, que chega à cidade, vinda predominantemente do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, mudou a correlação das forças políticas existentes nas décadas seguintes na cidade visto, por exemplo, o papel e atuação de professores da UFSC, entre outros, nos movimentos sociais e ambientais que

surgiram na cidade, contribuindo para o surgimento de outros projetos sociais de cidade.⁵⁰

Podemos verificar o papel da UFSC na cidade a partir do envolvimento de seus membros (professores, estudantes e funcionários) nos mais diversos movimentos sociais e ambientais que surgiram na cidade desde os anos 80⁵¹. Segundo Peres (2007, p. 4) a proposta de integração entre “Universidade e comunidade nasce e se desenvolve [...] não só como atividade de extensão”, mas busca a “construção de referências de reflexão e formulação de diretrizes para a sociedade em geral, que visem melhorar o ambiente e colaborar para a discussão transparente e democrática dos problemas comuns”.

Nos últimos anos, Florianópolis tem recebido um fluxo migratório cujos impactos já podem ser percebidos na organização do espaço urbano, no crescimento da cidade e no aumento da desigualdade social e da violência urbana. Percebemos mudanças no espaço público e na qualidade de vida pública da cidade. “Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública”, como nos alerta Caldeira (2000, p. 301).

O perfil mais geral desta migração é de famílias de classe média alta, vindas dos grandes centros urbanos, especialmente São Paulo, atraídas pela propaganda que vincula Florianópolis à possibilidade de obter uma qualidade de vida melhor. Como essa população crescente influirá na vida da cidade? Alguns

⁵⁰ Em momentos de disputa política eleitoral os movimentos de oposição ao projeto político dominante foram chamados, numa tentativa de desqualificar os oponentes, além do já citado “os do contra” também foram denominados “os de fora”.

⁵¹ Lino Peres (2007) destaca os seguintes movimentos onde a Universidade atuou ativamente através de seus membros: movimento contra a implantação do projeto de marina na Barra da Lagoa; movimento contra a elevação dos gabaritos para 18 andares no centro e bairros; movimento de defesa da Ponta do Coral; movimento de defesa da Lagoa da Conceição por associações comunitárias e organizações sociais (ONGs); movimento dos moradores do Pântano do Sul (extremo sul da Ilha de Santa Catarina) pela preservação da região e contra projeto imobiliário-turístico de um parque temático; movimento de moradores atingidos pela criação do aterro para construção da via expressa sul que tem ocasionado impactos ambientais como retenção de esgoto; movimento de moradores do Campeche que desde o início dos anos 90 vem questionando a proposta oficial do Plano Diretor para aquela área e defendendo um planejamento urbano democrático. Este movimento resultou na elaboração de uma proposta alternativa, desenvolvida com a participação ativa da UFSC, a proposta do órgão de planejamento urbano municipal – IPUF – e na sua não aprovação. Este trabalho foi coordenado pelo professor Paulo Rizzo do curso de Arquitetura e Urbanismo com a participação de diversos membros da UFSC. No final dos anos 90, também se destaca o movimento (movimento Ilhativa) por um planejamento urbano democrático nos bairros de Ingleses e Santinho, localizados no norte da ilha, que, com a participação de professores da UFSC sob a coordenação do professor Lino Peres (curso de Arquitetura e Urbanismo), desenvolveram um plano diretor alternativo para aquela área. Este movimento estava baseado na crítica à proposta oficial do órgão de planejamento urbano de Florianópolis, conseguindo evitar a sua aprovação. Mais recentemente, movimentos sociais e ambientais questionaram a implantação de um grande empreendimento turístico no norte da Ilha por seu impacto ambiental. Trata-se do movimento contra o Costão Golf ligado ao empreendimento hoteleiro do Costão do Santinho. Este caso, juntamente com outros, foi denunciado no Ministério Público, que resultou na operação da Polícia Federal chamada “Moeda Verde”, que investiga a liberação de licenças ambientais. Tais movimentos podem ser caracterizados como movimentos de resistência ao modelo de modernização mais recente, ligado à atividade turística de grandes empreendimentos de alto impacto ambiental.

elementos já são visíveis na paisagem urbana como o crescimento de shopping centers e de condomínios fechados. Outros elementos são menos visíveis como o sentido de pertencimento e envolvimento nas questões da vida pública da cidade. Que projeto de cidade carrega?

Por outro lado, percebemos diversos grupos sociais mobilizados por questões sociais e ambientais na cidade. Esses grupos heterogêneos possuem diferentes visões de mundo e diferentes projetos sociais de cidade, mas têm em comum a contraposição aos grupos sociais ligados aos interesses econômicos e à especulação imobiliária, constituindo-se em movimentos de resistência, movimentos que, nas palavras de Lefébvre (1991), lutam pelo “direito à cidade”.

5.5 ESPAÇO PÚBLICO URBANO: Esvaziamento e resistências

5.5.1 Turismo e o consumo dos lugares

Vimos que o poder público, em diversos momentos, tem atuado no processo de modernização mais recente em Florianópolis para o favorecimento dos interesses privados ligados aos grandes empreendimentos turísticos e à especulação imobiliária especialmente às práticas de valorização de terras a partir dos investimentos públicos. Os espaços públicos da cidade de Florianópolis também foram focos de interesses econômicos. Alguns espaços públicos de uso ou com potencial para uso coletivo têm sido objeto de interesses de privatização. Todos esses elementos continuam atuando na cidade, ou seja, projetos antagônicos de cidade continuam presentes e em disputa na cidade de Florianópolis.

O desenvolvimento do turismo e o lazer de alto padrão têm sido o modelo adotado para a realização da reprodução do capital em Florianópolis. Esse modelo reforça a concepção de uma cidade fragmentada e segregada onde o espaço público tem sido cada vez mais esvaziado ou privatizado. Em Florianópolis, percebemos um processo crescente de privatização do espaço público das mais

diversas formas. Do “grande empreendimento” àquele que procura um lugar exclusivo com amenidades ou os condomínios fechados como opção de morar. Da privatização da rua à privatização da paisagem. O que poderia e deveria ser usufruído de forma coletiva tem sido cada vez mais privatizado.

A ocupação da Praia do Santinho por um hotel resort é um exemplo de como a praia pode ser privatizada sem barreiras físicas. Neste caso, a privatização é simbólica, as barreiras não são visíveis, se dá pelo constrangimento. O patrimônio arqueológico nacional da mesma forma é privatizado: o Museu Arqueológico ao ar livre localizado no costão da praia do Santinho é divulgado no site do referido hotel como um de seus atrativos e sendo uma das inscrições rupestres locais transformada em logomarca do hotel.



Figura 21. Inscrição rupestre transformada em logomarca

Fonte: http://lh5.ggpht.com/_bDCYNYbq8CI/R8LVbnEdCI/AAAAAAAAABk8/FIFmZo5reN4/2008-02-18+17-52-08.jpg

O modelo de turismo adotado com o estímulo à implantação de grandes empreendimentos turísticos, como vimos no capítulo anterior, tem implicações no espaço público urbano.

A bela paisagem que todos querem usufruir também vem sendo privatizada. A “vista para o mar” torna-se um valor agregado a uma mercadoria especial que é a terra urbana. Assim, os limites impostos à bela paisagem têm acontecido, por exemplo, com o fechamento, físico ou simbólico, cada vez maior dos acessos públicos às bordas de água, praias e lagoas, como podemos verificar nas

praias dos Ingleses, Jurerê Internacional, Praia do Santinho, Morro das Pedras, entre outros.

A cidade e a cultura neste processo tendem a ser transformadas em mercadoria para o consumo do turismo. Os espaços públicos, especialmente as áreas de patrimônio histórico-cultural, transformam-se em simulacros da vida urbana. Está presente o impulso de transformar as cidades em centros de consumo.

Em um site de divulgação de um projeto de resort localizado no sul da Ilha encontramos a seguinte proposta de atrativo cultural do empreendimento:

Estamos propondo também uma Reestruturação Urbana da área que deverá ser desenvolvida em parceria com a iniciativa privada, a prefeitura municipal e a comunidade para que se implante o Museu do Pescador, resgate a cultura Açoriana e se maquie as fachadas das casas, deixando-as em perfeita harmonia com o contexto do projeto. Aí desenvolveremos também ranchos de pescadores e resgate da cultura do local, pois afinal de contas o turista gosta de conhecer as populações locais e suas histórias.⁵²

O empreendimento turístico está proposto para ser localizado na Praia do Pântano do Sul, situada na Ilha de Santa Catarina, em uma área de 1.200.000 m², com 600 metros lineares de frente para o mar. Tal empreendimento seria implantado próximo à comunidade do Pântano do Sul, uma tradicional comunidade de pescadores.

5.5.2 *Enclaves: espaços de segregação*

Os condomínios fechados têm sido uma opção de moradia para a classe média e alta, nos últimos anos em Florianópolis, uma opção muito comum nos processos mais recentes de expansão urbana. A privatização e o abandono do espaço público urbano ocorre basicamente de duas formas: por um lado, a privatização de áreas coletivas internas ao condomínio que deveriam ser de acesso e domínio público, espaços intra-muro, que deveriam ser públicos e foram privatizados. Por outro, os espaços públicos fora dos muros, que são configurados pelos muros desses condomínios, ficam comprometidos, verdadeiros espaços vazios, abandonados pela não apropriação do lugar.

⁵² <http://www.jatengenharia.com.br/br/empreendimentos/golfresort/>, acessado em 20 de junho de 2007.



a) Caminho dos Açores. Santo António de Lisboa, Florianópolis, 2007



b) Caminho dos Açores. Santo António de Lisboa, Florianópolis, 2007



c) Condomínios fechados: bairro do Cacupé, 2007



d) Bairro do Cacupé - Terraplanagem para implantação de mais um condomínio, 2007

Figura 22. Condomínios fechados
Fotos: Maria da Graça Agostinho

Está sendo construída uma cidade de muros (CALDEIRA, 2000). O mesmo condomínio que se fecha com argumentos de que está buscando proteção contra a violência das cidades produz, do lado de fora do muro, um espaço inseguro.

Segundo Caldeira (2000, p. 310),

Ruas mortas transformadas em vias expressas, construções esculturais separadas por vazios e ignorando o alinhamento das ruas, muros e tecnologias de segurança enquadrando o espaço público como residual, enclaves voltados para o interior, separação de funções e destruição de espaços diversos e heterogêneos.

Os impactos gerados por este modelo de moradia possui, além dos impactos sociais, um forte impacto ambiental com a ocupação de baixa densidade e implantação que desconsidera o ambiente onde está se inserindo. Soma-se a isso o fato de ser um modelo de estilo de vida altamente dependente do uso do carro individual para os deslocamentos e dependente dos shoppings centers para as compras e serviços.



Figura 23. Shopping localizado no bairro do Saco Grande, aos fundos: área de proteção ambiental.
Fonte: <http://static.panoramio.com/photos/original/5668626.jpg>

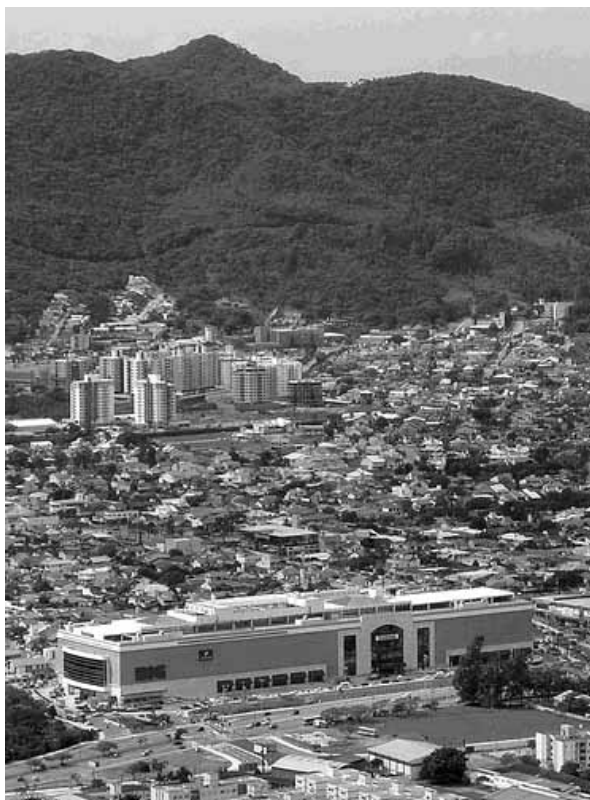


Figura 24. Shopping localizado no bairro Santa Mônica.

Fonte: http://farm1.static.flickr.com/220/449584893_5e9c0ea964.jpg?v=0

Não por acaso, paralelo ao crescimento dos condomínios fechados, vimos a construção de mais dois shoppings na cidade. Sob forte contestação dos movimentos sociais e ambientais, os shoppings foram questionados quanto aos impactos ambientais que produziriam. Momentos de tensão e disputa marcaram todo o processo de construção e início de funcionamento desses empreendimentos.

As manifestações dos movimentos sócio-ambientais contra a implantação dos shopping centers na cidade tiveram uma ênfase na questão ambiental, pois eles foram implantados em áreas “ambientalmente frágeis” e sem a previsão de infraestrutura, saneamento básico e sistema viário, adequada para suportar o impacto do empreendimento.

Outro impacto que pode ocorrer decorrente da implantação dos shopping centers é menos visível, mais difícil de ser percebido de imediato, mas não deve ser desconsiderado. Aqui cabe a pergunta: qual o impacto da implantação desses empreendimentos para o comércio da área central da cidade de Florianópolis? Quais as conseqüências para a vida urbana dessa importante área da cidade?

5.5.3 *Do sentido da perda a perda do sentido: o Miramar e o monumento ao Miramar*

O “Miramar”, atracadouro localizado próximo da Praça XV de Novembro no centro da cidade, foi um dos primeiros espaços públicos destruídos no processo de modernização para dar lugar ao aterro construído junto ao centro tradicional da cidade na Baía Sul. Edificação eclética, construída na década de 20 do século XX, tinha a função de “atracadouro das lanchas que atravessavam o canal entre ilha e continente e que, com o tempo, passou a ser um ponto de encontro de um grande número de pessoas que participavam da vida cultural e boêmia do centro” (LOHN, 2002, p. 64).



Figura 25. Miramar: um trapiche junto ao mar
Fonte: UFSC

A destruição do Miramar não se restringiu apenas à destruição da edificação como um patrimônio histórico, mas também foi destruído um lugar de vida social ativa, um lugar de vida pública. Em um site sobre a memória do rádio podemos ouvir a voz emocionada do radialista Adolfo Zigelli. “A morte do Miramar foi mais uma punhalada que em nome do progresso a Prefeitura deu na cultura e na história de Florianópolis. Este acontecimento foi denunciado como um assassinato em uma nota de encerramento do programa Vanguarda, na Rádio Diário da Manhã em 1974”.⁵³

⁵³ <http://www.carosouvintes.com.br/>

Os movimentos de resistência contra a destruição desse espaço público não foram suficientes diante da vontade que predominou de modernizar-se. Mas é importante destacar neste momento o contexto do país ainda sob uma forte repressão política com repercussões na capital catarinense, diferente da década seguinte com o processo de democratização do país.

O trapiche e bar Miramar foi cenário de curiosos casos, palco de muitos carnavais, palanque de campanhas políticas e testemunha de mudanças que ocorriam no mundo e que se refletiam de maneira peculiar na ilha. Era ali que os pescadores do Ribeirão da Ilha chegavam com suas canoas para vender o peixe no centro, ali que as torcidas das competições de remo se aglomeravam para torcer. Foi também tema de música, o samba “Miramar” de autoria do poeta Zininho: “era ali que nasciam as serenatas...”⁵⁴



Figura 26. Miramar e o aterro da Baía Sul, 1973.
Fonte: UFSC



Figura 27. Monumento ao Miramar, 2007.
Foto: Maria da Graça Agostinho

⁵⁴ Sinopse do filme documentário "Miramar, um olhar para o mundo" que resgata a história do bar Miramar através do depoimento de artistas, intelectuais, boêmios e historiadores. Realizado entre março e setembro de 2002 e produzido pela Mané Filmes, o vídeo tem roteiro e direção de Marco Martins e Ricardo Weschenfelder. disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/funcine/filmes_atuais.htm

Posteriormente, numa tentativa de “resgatar a memória” de um espaço público, a prefeitura municipal construiu no local uma praça com um monumento, reproduzindo parte do edifício original. Este monumento destituído de sentidos tornou-se um simulacro. A referência ao antigo Miramar não é compreendida pela população que não o conheceu. Entretanto, o antigo atracadouro, destruído na década de 70, continua presente no imaginário urbano.

5.5.4 *Privatização e resistência: o uso de áreas públicas urbanas*

Desde o início dos anos de 1980 vêm ocorrendo disputas em torno de áreas urbanas com potencial para a implantação de parques públicos. Os interesses apresentam-se entre a ocupação dessas áreas públicas como espaço público urbano, posição defendida por movimentos sócio-ambientais e a sua privatização liberando-as para empreendimentos imobiliários.

A “Ponta do Coral” e o “Parque da Luz” são dois casos significativos de áreas públicas em disputa localizadas no centro da cidade de Florianópolis. As disputas que deram início na década de 80 expressam interesses conflitantes de projetos sociais de cidades distintos em razão de diferentes visões de mundo do que seja viver a cidade.

O Parque da Luz, que se constitui no meu estudo de caso, é um exemplo emblemático de privatização de espaço público urbano e de resistência a esta perda em Florianópolis e este será o assunto abordado nos capítulos 6 e 7.

A área conhecida como a “Ponta do Coral” foi a primeira grande disputa em torno da privatização ou não de áreas públicas e está localizada na avenida Beira-Mar Norte, no bairro da Agrônômica. Na primeira metade do século XX, esse bairro era constituído por chácaras havendo registros da apropriação da área da Ponta do Coral como lugar de lazer. Desde 1940, essa área passou a pertencer ao “Abrigo de Menores”, instituição pública que cuidava crianças, que a mantinha como um lugar de acesso público.

Com a construção da Via Expressa na Beira Mar Norte, essa área foi separada, ficando isolada numa posição privilegiada à beira mar. Em 30 de março

de 1980, o prédio do Educandário, uma nova denominação para o “Abrigo de Menores”, pegou fogo, sendo constatado posteriormente pelas investigações policiais que o incêndio teria sido criminoso. O crime jamais foi solucionado e os responsáveis não foram identificados. A instituição foi transferida e as suas instalações foram desativadas (SILVA, 1994). No mesmo ano, ocorreu a venda da Ponta do Coral para a construção de um hotel. Essa privatização de um bem público foi questionada por movimentos sociais e ambientais e até hoje permanece em disputa.

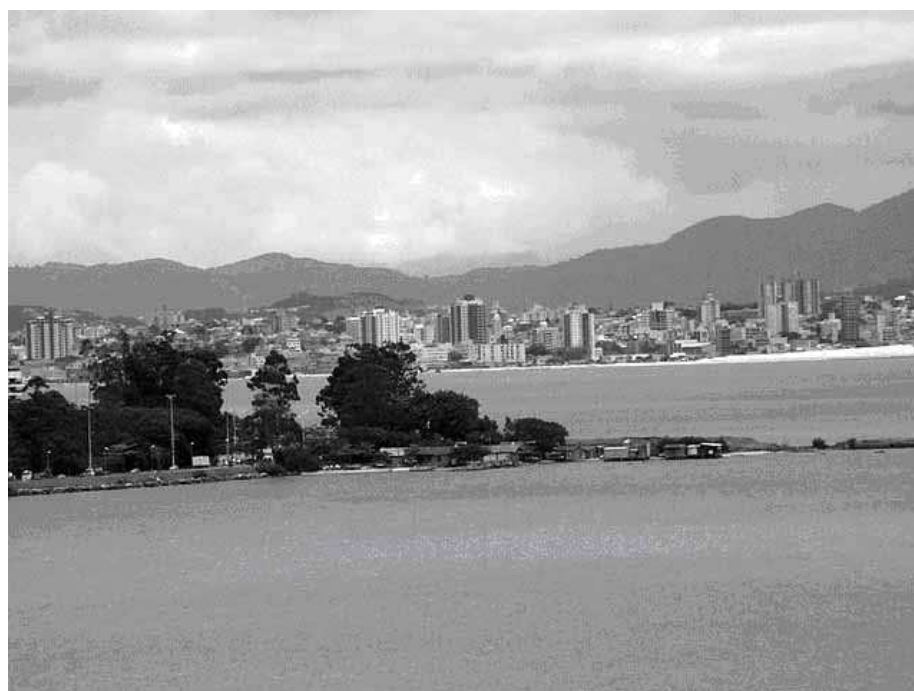


Figura 28. Vista da Ponta do Coral
Foto: Cláudia Hausman Silveira

Em 1980, o terreno pertencia ao Governo do Estado, que resolveu vendê-lo com a justificativa de construir um novo educandário em Palhoça. Era início de novembro e os estudantes de arquitetura [da Universidade Federal de Santa Catarina] promoveram três dias de recreação com a comunidade na Ponta do Coral para demonstrar a importância daquela área como espaço de lazer. Os jornais da época relatam que houve show de música com bandas locais, roda de capoeira, teatro e outras atividades de recreação. Ainda assim a Ponta do Coral acabou sendo vendida para a Empresa Carbonífera Metropolitana e o projeto do novo proprietário era construir um hotel e um supermercado. Parte da população protestou mais uma vez contra esta agressão à área e o projeto imobiliário acabou sendo engavetado, mas nunca esquecido. Tanto que numa manhã de outubro de 1998 os moradores de Florianópolis foram surpreendidos com a destruição das ruínas da Ponta do Coral. Começava aí uma nova luta, agora para a desapropriação da área, o que permitirá ao poder público transformar novamente a Ponta do Coral num espaço comunitário de contemplação da natureza em plena beira mar (<http://www.maupassos.com.br/>).

Outros casos que envolvem a criação de parques urbanos na cidade revelam a falta de interesse do poder público em investir na promoção dos espaços públicos urbanos. Abandono, privatização e resistências revelaram conflitos quanto ao uso de áreas públicas na cidade. Este foi o caso do Aterro da Baía Sul, do Parque Ecológico do Córrego Grande e do Parque de Coqueiros.

O atual Parque Ecológico do Córrego Grande, antiga reserva florestal, foi alvo de um projeto que propunha a implantação de uma “Tecnópolis” dentro dessa reserva ambiental de 21,3 hectares, localizada no bairro do Córrego Grande.

O Parque de Coqueiros foi criado por iniciativa da população local. Implantado em uma área de 50 mil m², que estava “abandonada” e foi assumida pela “Sociedade Amigos de Coqueiros”, transformando-a em uma área de lazer. Foi uma iniciativa de uma coletividade sem a participação do poder público municipal. Este parque está localizado no bairro de Coqueiros, no lado continental sul da cidade de Florianópolis. Colaboram com a Sociedade 813 pessoas com uma arrecadação mensal de cerca de 7 mil reais. Segundo Hamilton Schaefer, presidente da Sociedade, já foram investidos na área 350 mil reais para transformá-la em uma área de lazer.⁵⁵

Mais recentemente, ocorreram disputas quanto à ocupação de uma grande área pertencente à EPAGRI próxima ao Mangue do Itacorubi. Iniciativas do Governo do Estado de Santa Catarina foram tomadas no sentido de privatizar parte dessa área, liberando-a para empreendimentos imobiliários. Por outro lado, a partir da existência de um projeto para a implantação de um Jardim Botânico, uma rápida mobilização social e de deputados estaduais impediu a venda dessa área. O desafio agora é o de viabilizar recursos para a implantação do Jardim Botânico de Florianópolis.

Por último, a mais recente disputa quanto ao uso de áreas públicas vem ocorrendo em relação à área da Penitenciária, a partir da sua transferência, que irá liberar uma grande área de domínio público no bairro da Agrônômica.

Enfim, tratam-se de conflitos, disputas e negociações, quanto ao uso de áreas públicas na cidade de Florianópolis que mobilizaram os mais diversos grupos sociais. Nos capítulos seguintes veremos como este processo ocorreu na área da Cabeceira da Ponte Hercílio Luz, hoje conhecida como o Parque da Luz.

⁵⁵ DIÁRIO CATARINENSE, 23 de novembro de 2000.

PARTE III

CAPÍTULO 6

UM LUGAR (IN)COMUM



Figura 29. Parque da Luz, 2007
Foto: Maria da Graça Agostinho.

O Parque da Luz é um parque urbano localizado na cabeceira da ponte Hercílio Luz, no centro urbano da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, na Ilha de Santa Catarina. Possui uma área de aproximadamente 37 mil m² e foi criado oficialmente como parque público em 1999⁵⁶.

O Parque da Luz pode ser definido como um lugar (in)comum. O duplo sentido significa que lugar comum quer dizer algo que pertence a todos ou a muitos. Este sentido faz parte da história deste lugar: tornar-se um lugar comum, ou seja, de todos. Ao mesmo tempo, tornou-se um lugar incomum, que quer dizer, brincando com as palavras, “fora do comum”. Aqui se sobrepõe um novo sentido: o de lugar singular, único, extraordinário. As outras definições para a palavra “incomum” também cabem neste caso, “anormal” ou “irregular”, pois o Parque da Luz se constituiu de fato fora da norma. É o que veremos mais adiante.

É um lugar que apresenta um aspecto rústico, seu mobiliário é muito simples, alguns bancos de tábuas de madeira, aqui e acolá, brinquedos para crianças feitos de toras. Esculturas estão espalhadas pelo lugar e dão um encantamento meio mágico para quem entra no Parque da Luz. Existe ali também um campo de futebol. É daqueles campos como muitos no Brasil, que nascem da vontade de jogar bola, basta um terreno “vazio”, uma bola... e ele vai acontecendo. Tem muitas árvores, não muito antigas, algumas são frutíferas. Os caminhos são marcados pelos percursos que se fizeram ao longo do tempo. Aqui e ali podemos ver pessoas andando pelo parque. Muitas procuram o Parque da Luz para jogar bola, mas também podemos ver casais de namorados, crianças brincando, pessoas descansando ou passeando com seus cachorros, outras ainda comendo frutinhas tiradas do pé.

Quando pensamos em um parque público urbano, muitas são as nossas referências: Central Park de Nova York, Ibirapuera em São Paulo ou os vários parques de Curitiba, entre muitos outros. Lugares que tiveram um projeto paisagístico e urbanístico e uma ação pública para a sua implantação. Possuem equipamentos e mobiliários para que possam se configurar como um parque urbano, oferecendo opção lazer para a população.

Muito embora o Parque da Luz seja um parque público, quem de fato tem, nos últimos anos, tomado todas as iniciativas para a sua implantação e manutenção

⁵⁶ Lei complementar nº 51 de 1999, cujo projeto de lei foi apresentado pelo vereador Mauro Passos do Partido dos Trabalhadores.

tem sido a “Associação dos Amigos do Parque da Luz - AAPLuz” e uma rede de apoiadores do parque. Esse fato revela um desinteresse, que não é recente, da administração municipal com este lugar público.



Figura 30. Parque da Luz.
Fonte: AAPLuz.

Para a AAPLuz o parque é uma conquista “a partir da conscientização da comunidade da necessidade de se preservar e manter o valor histórico e paisagístico do local”. O movimento pela criação do Parque da Luz surgiu em meados da década de 1980, constituindo-se em uma proposta ampla que compreendia o tombamento da ponte Hercílio Luz e a criação do Museu Escola da Ponte.⁵⁷ Essa conquista refere-se a um longo processo onde esse lugar tem sido objeto de disputas de vários interesses na forma de apropriação e uso desse espaço público.

⁵⁷ Site da Associação Amigos do Parque da Luz. Disponível em: <http://www.parquedaluz.alquimidia.org/> acesso em 25/nov/2006.

6.1 UM LUGAR NA CIDADE

Partimos do conceito de lugar para compreender o processo de constituição de um espaço público na cidade de Florianópolis como um “fenômeno” concreto do nosso mundo-da-vida cotidiana (NORBERG-SCHULZ, 2006). Assim, consideramos os espaços públicos na cidade como lugares de vida pública, compreendendo o termo “lugar” como espaço praticado, vivido. O Lugar surge a partir da relação do homem com o ambiente, criando, segundo Norberg-Schulz, (2006), sentidos de orientação e identidade. Nesta direção contribui também a definição de Augé, afirmando que lugar é “relacional, identitário e histórico.”

Para o arquiteto Aldo Rossi, o conceito de lugar não deve ser confundido com o espaço físico. “Embora dependa desse suporte, ganha sentido através das simbologias (históricas, psicológicas, antropológicas, etc.) que contém, isto é, o lugar existe como espessura simbólica” (FREIRE, 1997, p. 145).

Nesse sentido, o lugar que conhecemos hoje como Parque da Luz faz parte da história e da paisagem da cidade de Florianópolis, possuindo diferentes significados acumulados no decorrer do tempo. Está localizado na ponta mais ocidental do triângulo central da cidade, o ponto mais próximo da Ilha de Santa Catarina com o continente.

Ao longo do tempo e de acordo com a sua ocupação, esse lugar recebeu várias denominações: *Y-Jurerê-Mirim*, Estreito, Morro do Estreito ou Morro do Vieira. Na encosta ocidental desse morro foram construídos o primeiro Cemitério Municipal da cidade e o cemitério da comunidade luterana mais conhecido como o “Antigo Cemitério Alemão de Desterro”⁵⁸. Tornou-se a área insular da cabeceira da Ponte Hercílio Luz desde a década de 20 do século XX, quando esta foi construída. A partir das últimas décadas deste mesmo século, com a idéia de criação de um parque junto à cabeceira da ponte e paralelamente com a luta pela sua criação, esse lugar passou a ser chamado de “Parque da Luz”.

Para os ocupantes pretéritos deste lugar, podemos imaginar que se tratava de um lugar estratégico para a travessia entre a ilha e o continente e,

⁵⁸ “Em 1868 surge ao lado do já instalado cemitério público, o cemitério Alemão, situado nos altos da rua Felipe Schmidt no terreno comprado de Mariano Rosa” (CASTRO, 2004, p. 15).

também, para a observação, pois a partir desse ponto avistam-se longe as Baías Norte e Sul.

A paisagem num primeiro momento era importante para a segurança, olhar significava cuidar, mas a mesma paisagem hoje possui outro significado, o olhar é lúdico, prazeroso. Olhar a paisagem passou a ser um momento de contemplação. E esta é uma das características do Parque da Luz, um lugar de contemplação no centro da cidade de Florianópolis. É importante destacar que esta mesma paisagem, mercantilizada na nossa sociedade, agrega valor ao solo urbano e aguçou os interesses econômicos em torno deste lugar.

Existem indicativos de uma ocupação remota dessa localidade anterior à chegada dos primeiros colonizadores. Segundo Bastos e Teixeira (2007, p. 68): “a ilha de Santa Catarina caracteriza-se por intensa ocupação Pré-Histórica e Histórica, com variados tipos de Sítios Arqueológicos”⁵⁹, tais como sambaquis, inscrições rupestres, oficinas líticas, sítios históricos, entre outros.

Estes sítios são caracterizados por atributos variados que indicam, de acordo com seu tipo, as atividades exercidas pelas populações pretéritas e históricas que aqui habitavam há milhares de anos. Os grupos pré-históricos utilizaram vários elementos e aspectos do ambiente (como recursos naturais), ocupando, de forma contínua e distribuída, a região que hoje denominamos de Florianópolis (BASTOS; TEIXEIRA, 2007, p. 63).

Os habitantes da região de Florianópolis, na época da chegada dos colonizadores europeus, eram os índios carijós⁶⁰, de origem tupi-guarani. Estes denominavam a ilha de *Meiembipe* que significa “montanha ao longo do mar”. O ponto mais próximo da Ilha de Santa Catarina com o continente, também conhecido como Estreito, onde está localizada a área do Parque da Luz, nosso objeto de estudo, era chamado pelos índios carijós de *Y-Jurerê-Mirim*, termo que quer dizer “pequena boca d’água” (SANTA CATARINA). Acredita-se que por suas características esta área tenha sido um lugar de permanências ou passagem entre a ilha e o continente, tal ocupação pretérita necessita de estudos mais aprofundados e específicos, estudos de arqueologia histórica e pré-histórica, ainda por se fazer.

⁵⁹ Segundo Bastos e Teixeira (2007, p. 68), o patrimônio da Ilha de Santa Catarina está representado por mais de 150 sítios arqueológicos.

⁶⁰ “De acordo com Frézier (1712) os índios carijós foram os únicos habitantes permanentes na ilha de Santa Catarina até a metade do século XVII. Mas, desejando escapar das perseguições dos primeiros aventureiros europeus, acabaram abandonando suas terras e se dispersando. Os portugueses só teriam se estabelecido de forma permanente na ilha, após a segunda metade do século XVII” (BERGER apud VEIGA, 1993, p. 30).



Figura 31. Forte de Santana
 Fonte: <http://www.fortalezasmultimedia.com.br>.

Na ponta da extremidade mais a oeste da Ilha de Santa Catarina, junto ao estreito de união das Baías Norte e Sul está localizado o forte de Sant’Ana, construção do período colonial remanescente do sistema defensivo, que originalmente contava com onze estruturas, entre fortalezas e fortins. O Forte de Sant’Ana do Estreito foi construído entre 1761 e 1765 e sua função era proteger a Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, das embarcações que adentrassem pela Baía Norte⁶¹. Há registros de que neste local antes da construção do Forte de Santana funcionou também um Lazareto, um lugar para abrigar pessoas com doenças contagiosas, que se queriam distantes da vila do Desterro.⁶²

6.2 UM LUGAR SAGRADO

Em meados do século XIX, essa localidade foi escolhida para a construção do primeiro Cemitério Público da cidade de Desterro e, com este objetivo, foi desapropriada uma chácara no Morro do Estreito, também chamado de

⁶¹ O projeto do forte de Sant’Ana foi do Engenheiro Militar José Custódio de Sá e Faria, cujo objetivo era que este pequeno forte cruzasse fogos com o antigo Forte São João (1763-1793), que existiu na outra margem. “Um episódio marcante de sua história ocorreu em 1893, por ocasião da Revolução Federalista, quando trocou tiros com a esquadra rebelde. Ao longo do tempo, passou por vários usos e reformas, até sua restauração definitiva em 1969, que lhe devolveu as formas originais. Em 1938, foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, abrigando desde 1975 o Museu de Armas da Polícia Militar de Santa Catarina – Museu Major Lara Ribas (<http://www.fortalezasmultimedia.com.br>).

⁶² Segundo informa o “Plano da Villa de N. S. do Desterro da Ilha de Santa Catarina” de José Custódio Sá e Faria, 1754 (VEIGA, 2003, p. 47).

Morro do Vieira, de propriedade de José Vieira de Castro. Depois de cercado edificou-se no terreno uma pequena capela e em 1840 foi fundado o primeiro cemitério “extramuros” da cidade (CABRAL, 1979).⁶³

Com a construção do Cemitério Público, as irmandades e ordens religiosas existentes na cidade “receberam da Câmara municipal de Desterro áreas demarcadas dentro do cemitério para as suas necrópoles” (ROSA, 2003, p. 46). Também foi reservada uma parte “aos jazigos dos indigentes e aos que professavam os credos não católicos” (VEIGA, 1993, p. 297). Entretanto,

[...] a pequena comunidade alemã da cidade, quase todos comerciantes protestantes, por sentir-se depreciada pelo tratamento recebido pela comunidade católica, que lhes reservava espaços dentro dos cemitérios destinados aos indigentes, decidiu comprar um terreno ao lado da necrópole pública de uso restrito aos seus associados (ROSA, 2003, p. 46).

Segundo Rosa, “a localização do Cemitério Público no Morro do Estreito se justificou pelas condições a princípio nada atrativas para ocupação: vento ‘qualquer que fosse a viração’, distância do centro urbano e do porto” (2003, p. 75). Outra razão que pode ter influenciado a idéia de ali se instalar o cemitério municipal é levantada por Silva (2002), segundo este autor, num período anterior, já se sepultavam animais, escravos e indigentes no morro do Vieira.⁶⁴

Para Castro (2004, p.15-18), o cemitério público da capital constituiu-se em uma tentativa de “impor uma nova prática de sepultamento”, que pretendia “acabar com os enterramentos nos assoalhos, paredes e arredores das igrejas, no contexto de um processo de secularização dos cemitérios”. Já na primeira metade do século XIX, a prática de sepultamentos dentro das igrejas passou a ser considerada como insalubre. A localização do cemitério nessa área trouxe mudanças na organização do espaço urbano da pequena cidade. Segundo Cabral (1979), quando se cogitou a instalação do Cemitério Público, a Câmara determinou que tivesse prosseguimento o alinhamento da rua do Príncipe, atual rua Conselheiro Mafra, até a necrópole.

⁶³ A partir de 1843, proibiu-se o costume de sepultar os cadáveres no interior e ao redor dos templos no perímetro urbano, bem como determinava que todos fossem sepultados no novo Cemitério Público (VEIGA, 1993, p. 297).

⁶⁴ Em sua ocupação mais antiga fala-se da existência de um cemitério indígena. Mas não obtive nenhuma informação consistente sobre esta possível ocupação pretérita.



Figura 32. Planta da cidade de Florianópolis – 1913, com a localização do Cemitério Público.
Fonte: Mapoteca do IPUF.

A partir da infra-estrutura feita para a necrópole, ela passa a adquirir uma qualidade atrativa que até então não possuía e que passa a ser de interesse da população: a passagem para a Praia de Fora⁶⁵. Note-se que, não fosse a intervenção do poder público, impedindo a passagem pela área, talvez a ocupação do entorno do cemitério tivesse ocorrido de forma mais intensa” (ROSA, 2003, p. 75).

A rua do Senado⁶⁶ teve o seu prolongamento até a entrada do portão do cemitério, construído por volta de 1846. Por aproximadamente quarenta anos o público em geral, quando queria alcançar mais rapidamente a Praia de Fora, utilizava o acesso que atravessava o Cemitério Público. Em 1881, para evitar os transtornos ao cemitério, foram construídos cerca e portão, impedindo a entrada e passagem da população pela rua do Senado (VEIGA, 1990).

O local escolhido para a implantação do cemitério, como vimos, teve como elemento determinante o fato de ter sido um ponto distante em relação à vila do Desterro. Entretanto, a partir do crescimento urbano de Desterro, na segunda metade do século XIX, a relação desse lugar com o núcleo urbano mudou.

⁶⁵ Atual Beira-mar Norte.

⁶⁶ Atual rua Felipe Schmidt.

As ruas de acesso que levavam ao Cemitério Municipal lentamente transformaram-se em um dos vetores do crescimento urbano da cidade. Até então, segundo Veiga (1993), “a ocupação da ponta meridional da ilha de Santa Catarina, denominada antigamente como Estreito”, havia sido bastante lenta, “dificultada inicialmente pelos obstáculos topográficos”.



Figura 33. Vista do Cemitério Municipal. Cerca de 1923. Acervo: Paulo Ricardo Caminha.
Fonte: SILVA, 2002.

A área onde estava localizado o cemitério era de grande visibilidade na paisagem para quem chegava à cidade, vindo do sul ou do norte. Segundo Veiga, “aos poucos foi se verificando a inconveniência da escolha daquele local para cemitério, já que não só apresentava um visual depreciativo, como também impedia a expansão urbana” (VEIGA, 1993, p. 297). O relatório do Presidente da Província de 1887 manifesta os inconvenientes da localização do cemitério e da necessidade da sua remoção:

Ao aspecto lúgubre que imprime à capital, sendo a primeira parte d’ela que se apresenta ao viajante, ou venha do norte ou do sul, acresce o inconveniente de estar colocado de modo que o nordeste e o sudoeste, - ventos que mais constantemente reinam – passam pelo alto do cemitério para difundir-se pela cidade, o mesmo sucedendo quando venta norte, e o sul franco não deixará de prejudicar a parte da cidade, mais procurada para banhos, e onde há as mais modernas construções e aprasíveis chácaras. Essa remoção exige trabalhos e despesas de certa ordem, mas é indispensável e urgente. A colocação desse cemitério foi um erro deplorável. Além da influência perniciosa, que não pode deixar de exercer sobre a saúde dos habitantes da Capital, prejudicou as vertentes, que fornecia fácil e excelente aguada aos navios, e inutilizou um ótimo filete de

águas férreas, que corriam do morro, sobre o qual colocaram as catacumbas. A permanência do cemitério ali é uma ameaça tremenda a todas as vidas desta Capital e dos que a procuram (Apud VEIGA, 1993, p. 297-298).

Segundo constatou Castro (2004, p. 18), as manifestações de desgosto quanto à localização do cemitério público municipal continuaram até as primeiras décadas do século XX, reforçadas pelas novas práticas e discursos higienistas. No contexto da abolição e da República, no final do século XIX, “os poderes públicos, intervindo sobre a cidade, vão pensá-la livres de velhas práticas nada higiênicas e indevidas para o desenvolvimento de suas potencialidades”. Assim, o cemitério público que há muito já incomodava por sua localização na entrada da cidade, naquele momento, segundo os discursos do higienismo, ameaça a saúde dos seus moradores, colocando em pauta a necessidade da sua transferência.⁶⁷

Com o passar dos anos, a questão da transferência do Cemitério público passou a ser objeto de preocupações municipais, prolongando-se por muitos anos. Em 1912, o Conselho Municipal promulgou a Lei n. 343 autorizando a Superintendência Municipal a adquirir um terreno para uma nova necrópole, que passou a funcionar a partir de 1915 no local então conhecido como “das Três Pontes”, no atual bairro do Itacorubi (VEIGA 1993, p. 298). No entanto, pela distância e pelas condições de acesso, seu funcionamento ocorreu de fato apenas a partir de 1925 (SILVA, 2002).

Segundo Castro (2004, p.24), a lei nº 343 “também determinava que o terreno do antigo cemitério ficaria a cargo da Câmara, que não permitiria nele nenhuma edificação, antes de decorridos dez anos da data da remoção”. No entanto, como afirma a autora, esse prazo de dez anos não foi respeitado, já que a transferência da necrópole foi feita juntamente com as obras de construção da ponte, sendo feito uso imediato do terreno do cemitério como via de acesso à ponte Hercílio Luz.

⁶⁷ Sobre estas manifestações e o processo de transferência dos mortos do Cemitério Municipal para o novo cemitério localizado no bairro do Itacorubi ver o interessante trabalho de Elisiana Castro (2004). A autora afirma que “se percebe através dos argumentos em jornais e relatórios públicos” as muitas referências “à má localização do cemitério, no alto, à vista de todos, logo na entrada da cidade”. E constata que “junto aos discursos que falam de higiene e da salubridade, a posição do cemitério é tratada como um ‘enorme defeito’ que poderia ser resolvido, com a escolha de um novo lugar para o mesmo” (CASTRO, 2004, p. 22).



Figura 34. Vista do Cemitério Municipal; Cemitério Alemão; Forno de incineração do lixo e da Estação de Tratamento de Esgotos. Cerca de 1924.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Florianópolis vivia, na década de 1920, o princípio de uma lenta modernização:

Surgiam novas ruas, novas casas, novos espaços organizados para criar uma cidade civilizada e que pudesse afirmar-se, definitivamente, como Capital catarinense. Dentre essas mudanças necessárias para delinear a cidade, estava a mudança do cemitério público, que muitos consideravam mal localizado na entrada da cidade e no alto de um morro, como também lotado, desordenado, sendo alvo de reclamações e pedidos de transferências. A necrópole da Capital catarinense é finalmente, retirada pela construção da Ponte Hercílio Luz, que exigia o espaço ocupado pela morada dos mortos para as suas ruas de acesso (CASTRO, 2004, p.7).

Em 1923, foram iniciados os trabalhos de transferência de cerca de 6 mil ossadas⁶⁸ do cemitério do Estreito para o novo e distante cemitério, medida pública que alterou o cotidiano da cidade. A decisão sobre a sua remoção tem relação direta com a construção da Ponte Hercílio Luz, cuja cabeceira insular e ruas de acesso seriam construídas no local ocupado até então pelo Cemitério Público.

Entre a cidade que se remodelava e a velha cidade, entre as necessidades de uma cidade que precisava crescer e o povo que a habitava, entre medidas governamentais e quem as tinha que cumprir, a transferência do cemitério público de Florianópolis, entre 1923 e 1926, envolveu inúmeros atores sociais (CASTRO, 2004, p.29).

Na Figura 34 podemos avistar, no centro da imagem, o Cemitério Municipal, à esquerda o Cemitério Alemão e o forno de incineração do lixo em operação e a ETE – Estação de Tratamento de Esgotos. Trata-se de uma fotografia tirada da torre da ponte Hercílio Luz, ainda em construção. Podemos ver Florianópolis em meados da década de 1920 durante a construção da ponte Hercílio Luz, tendo sua cabeceira insular vista em primeiro plano. Em segundo plano está a encosta do morro onde estava localizado o Cemitério Municipal e onde pode ser visto um grande recorte no morro feito para as obras da ponte ladeada ainda pelas sepulturas.

Para Castro (2004, p. 25),

[...] a necessidade de construção da ponte, símbolo da civilização e motivo de orgulho para a cidade, promoveu a transferência do Cemitério Público para um lugar apropriado não para os mortos e seus parentes⁶⁹, mas para a nova cidade que se modifica, num possível conflito, entre a urbanização e o espaço sagrado.

Conforme constatou a autora, ali estiveram sepultados, por mais de 80 anos, aproximadamente 30 mil pessoas e seus restos mortais, juntamente com seus

⁶⁸ Segundo Jornal O Estado, 17/05/99, no arquivo municipal há 41 livros contendo, cada um, 150 a 200 registros de óbitos referentes aos mortos que foram transferidos.

⁶⁹ Segundo Castro (2004, p. 25) o novo cemitério localizava-se muito distante do centro da cidade, “com as dificuldades existentes na época para chegar ao local da nova acrópole, ainda se continuava a sepultar no antigo cemitério e o novo cemitério ficou atendendo, então ao Bairro da três Pontes. Somente em 1923 é dado início aos trabalhos de transferência”.

túmulos, foram retirados para a construção da ponte Hercílio Luz e seus acessos (CASTRO, 2004, p. 5).

Sobre os trabalhos de transferência dos mortos do antigo Cemitério Público pouco se sabe, exceção ao trabalho de Castro num esforço de elucidar este momento que marcou a vida de muitas famílias que

[...] presenciaram, viveram e sentiram essa transferência através dos ossos desenterrados, das lápides retiradas e das cruzeiras arrancadas da terra. Restos, ossos e vestígios que registraram durante décadas a saudade, deram forma à despedida e marcaram a presença de muitos mortos, que tinham sua morada no alto do morro na entrada da Ilha de Santa Catarina (CASTRO, 2004, p. 30).

O túmulo assegura a memória e a permanência, num lugar de saudade e de apego. Lugar da memória e do sentimento de perda eterna, que nos desafia. Entre os laços de afetividade firmados com aqueles que muito amamos, o cemitério é o lugar da dor, da distância, da impossibilidade de combater a morte e sua determinação que a todos atinge (CASTRO, 2004, p. 56).

As ações públicas de transferência do antigo cemitério, influenciadas pelas idéias do higienismo, não perceberam este lugar como um lugar sagrado, mas um lugar foco de doenças que ameaçavam a saúde da população e o progresso da cidade.



Figura 35. Escavações no morro para implantação da ponte Hercílio Luz. Acima, vista parcial do cemitério municipal. Cerca de 1925. Acervo: Paulo Ricardo Caminha.
Fonte: SILVA, 2002.

Foi constatado o registro de aproximadamente 800 exumações e algumas retiradas de ossadas, “não permitindo assim afirmar a transferência de todos os que

ali estavam enterrados”, cujo número aproximava-se, na época, de 30 mil sepulturas (CASTRO, 2004, p. 31).

Segundo Castro (2004 p. 31), os trabalhos de transferência dos mortos continuaram ainda por alguns anos após a inauguração da ponte Hercílio Luz. Alguns despojos permaneceram guardados por um tempo na capela do antigo cemitério até a sua demolição. Muitos mortos “ficaram para trás esquecidos ou perdidos como a memória de sua antiga morada”, depoimentos registraram a presença ainda de túmulos e cruzeiros no antigo cemitério quando foi feita a remoção de parte deste terreno que serviu de aterro, “com ossadas e tudo”, para o antigo Largo 13 de maio⁷⁰, para a Praça da Bandeira⁷¹, entre outros.

Não há como pensar em diversas medidas urbanísticas de grande porte, como as implementadas em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX, sem imaginar como estas devem ter causado perdas e modificações nas relações afetivas até então travadas entre os diferentes indivíduos com o espaço, já que este constitui uma referência para a sua sociabilidade. Pode-se supor que houve perdas, tanto no que se refere aos aspectos físicos como afetivos pois, no contexto das transformações ocorridas na cidade que se modernizava e que alterava o cotidiano das pessoas, deve ter gerado contradições, conflitos, tensões (CASTRO, 2004, p. 63).

A ponte Hercílio Luz ficou pronta em janeiro de 1926, mas a sua inauguração aconteceu alguns meses depois, no dia 13 de maio do mesmo ano. O atraso foi causado pela necessidade de conclusão das obras de arreamento próximas à ponte. Essas obras provocaram um movimento de terras da ordem de 12.000 m³.⁷²



Figura 36. Alameda Adolfo Konder, vista da ponte e monumento em homenagem a Hercílio Luz, 1960.
Fonte: IHGSC, <http://www.ihgsc.org.br>

⁷⁰ Atualmente, rua Bulcão Vianna, localizada entre as avenidas Hercílio Luz e Mauro Ramos.

⁷¹ Hoje denominada praça Tancredo Neves.

⁷² Parecer Técnico 01/91 do processo de tombamento da Ponte Hercílio Luz, nº 1.137-T-85, IPHAN (RIBEIRO,1991).

Na área da cabeceira foi construído um monumento em homenagem ao governador Hercílio Luz que construiu a ponte e que também em sua homenagem recebeu o seu nome, mas protesta Castro (2004, p. 70),

[...] dos mortos que ali repousaram por décadas, não há nenhuma referência. Do antigo cemitério poucas lembranças, poucos escritos. Da necrópole que tanto incomodou 'as vistas' de muitos, principalmente das autoridades dirigentes da cidade, que foi alvo de críticas por tanto tempo e que saiu às pressas por conta da grande ponte, atualmente permanece um espaço de pouca utilização urbana, onde se projeta construir um parque.

6.3 UM LUGAR ENTRE A CIDADE E A PONTE: UMA MUDANÇA DE PERSPECTIVA

A ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926, representou uma mudança de perspectiva da antiga área do cemitério em relação à cidade. Com o funcionamento da ponte esta área que era periférica em relação ao centro da cidade, mas visível na paisagem para os que chegavam por mar, tornou-se área de passagem e entrada principal da cidade. Assim, como conseqüência da construção da ponte, em 1925, o antigo cemitério do Estreito foi transferido (PELUSO 1991a, p. 318).

A construção da ponte representou um marco no processo de modernização de Florianópolis sendo uma das mais significativas ações públicas cujo objetivo era reorientar o desenvolvimento urbano da cidade e consolidar a cidade como capital do Estado de Santa Catarina.

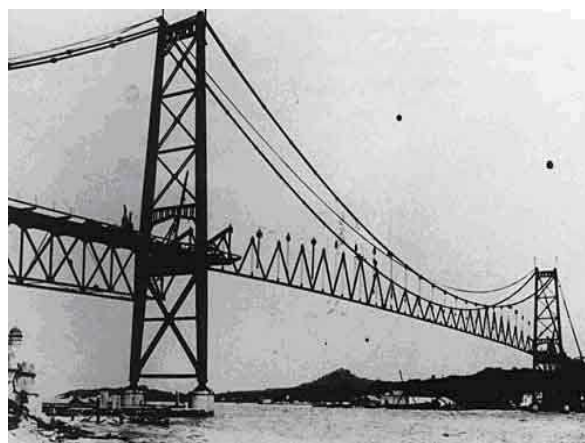


Figura 37. Ponte Hercílio Luz em construção, 1922.
Fonte: www.ufsc.br

Durante o segundo governo de Hercílio Luz (1918-1922) ressurgiram as discussões com relação à localização da capital catarinense em Florianópolis e a possibilidade da sua transferência para uma região mais central do Estado. “Argumentava-se que Florianópolis não tinha como se desenvolver, pois não produzia nada, tudo vinha de outras cidades” (ROSA, 2003, p. 80).

“Cidades como Blumenau e Joinville, fundadas em meados do século XIX, despontavam, no início do século XX, dentre os municípios mais prósperos do estado, ameaçando a posição privilegiada de Florianópolis”. O discurso daqueles que buscavam mudar a sede governamental catarinense reiterava, dentre outros tópicos, “a questão da inviabilidade geográfica” da cidade, tendo-se em vista o distanciamento da mesma, em relação às demais região do estado e a dificuldade de acesso à ilha.⁷³

No decorrer da Primeira República, as elites locais⁷⁴ defendiam a proposta sobre a necessidade de se promover uma remodelação urbana e social, com o objetivo de mudar a realidade de Florianópolis, constituindo uma prática que perpassou os vários momentos em que se processaram as tentativas de reformas na capital catarinense (ARAÚJO, 1989, p. 14).

Segundo Araújo (1989, p. 73), em 1920, o governo estadual determinou estudos visando à transferência da capital para a cidade de Lages. Mas, em função dos elevados custos, optou-se pela fixação definitiva da capital na ilha. A construção da ponte representou um instrumento utilizado por Hercílio Luz na luta política pela continuidade da capital catarinense em Florianópolis, conseguindo superar a crise de caráter político que ameaçava a cidade de perder a prerrogativa de sediar a capital do estado.⁷⁵

Para aquela vitória política, foi essencial o papel representado pela construção da ponte, cuja denominação, aliás, teria sido outra – “Ponte da Independência” -, não fosse o falecimento de seu idealizador, em memória

⁷³ Parecer Técnico 01/91 do processo de tombamento da Ponte Hercílio Luz, nº 1.137-T-85, IPHAN (RIBEIRO, 1991).

⁷⁴ As elites locais, na segunda metade do século XIX, se formaram a partir da “constituição de um setor privado e burguês (envolvendo fluxo de mercadorias e de trabalho social)...” (ARAÚJO, 1989, p. 73) Nas primeiras décadas do século XX, consolidou-se uma pequena elite de comerciantes e funcionários do Estado. “Mesmo com seu pequeno crescimento, a capital catarinense apresentou neste período uma crescente diversificação social, advinda principalmente do comércio (em grande parte voltado para o abastecimento interno da cidade), de suas funções como sede administrativa e por toda uma camada de funcionários do Estado, bacharéis, profissionais autônomos, comerciantes, pequenos proprietários, etc., que passaram a gravitar em torno das novas elites que assumiram o controle do aparelho de Estado em Santa Catarina E estes segmentos, no seu conjunto, passaram também a se diferenciar cada vez mais das outras camadas menos privilegiadas” (ARAÚJO, 1989, p. 12).

⁷⁵ Parecer Técnico 01/91 do processo de tombamento da Ponte Hercílio Luz, nº 1.137-T-85, IPHAN (RIBEIRO, 1991).

do qual aquela obra de engenharia passaria a ser chamada: 'Ponte Hercílio Luz'.⁷⁶

Assim, a ponte Hercílio Luz fez parte de um conjunto de obras de reformas urbanas e sociais implantadas em Florianópolis, no período da Primeira República. Segundo Araújo (1989, p. 17), verificou-se “a emergência de uma série de práticas e discursos sobre questões relacionadas a algumas reformas sanitárias e urbanas que desde o final do século XIX lentamente se processavam na capital”.

As manifestações em torno da remodelação da cidade e também de seus habitantes, envolveram aspectos bastante amplos como demolições de habitações na época julgadas insalubres, construções de edifícios públicos, abertura e pavimentação de ruas e avenidas, ajardinamento de praças e, também, além de outras obras de serviços públicos, a instalação das primeiras redes de água encanada, energia elétrica e esgotos (ARAÚJO, 1989, p. 17).

A Ponte Hercílio Luz teve sua construção iniciada em 1922, pelo governo estadual de Hercílio Luz, em seu terceiro mandato e foi concluída e inaugurada em 1926, contribuindo para modificar a paisagem e a organização do espaço urbano de Florianópolis⁷⁷.

As duas principais ruas do centro da cidade que faziam a ligação com o Cemitério Municipal, Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra, foram ligadas à cabeceira da ponte. A avenida Rio Branco passou a exercer parte da função até então desempenhada pela praça central próximo ao mar, referente à chegada e à saída da população da cidade e visitantes na Ilha (PELUSO, 1991a, p. 318).

Segundo Veiga (1993, p. 340-341), foi elaborado um projeto para a Avenida Rio Branco prevendo a sua ligação direta com a ponte Hercílio Luz, “cortando o terreno que era ocupado pelo cemitério alemão”. Tal ligação que seria denominada avenida Independência “não ocorreu devido às dificuldades em romper o maciço rochoso” sobre aquela área. Assim a ligação da avenida Rio Branco com a Ponte Hercílio Luz “se fez inicialmente por meio da rua Hoepcke e da alameda Adolfo Konder”. O trecho final da rua Felipe Schmidt foi aberto mais tarde facilitando o fluxo viário em direção à ponte.

⁷⁶ Parecer Técnico 01/91 do processo de tombamento da Ponte Hercílio Luz, nº 1.137-T-85, IPHAN (RIBEIRO, 1991).

⁷⁷ Sobre a história da construção da Ponte Hercílio Luz, do projeto à inauguração, conferir os trabalhos de: ANDRADE, Djanira. Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1981; COELHO, Mário César. Moderna Ponte Velha: Imagem & memória da Ponte Hercílio Luz. Dissertação Mestrado em História, UFSC, Florianópolis, 1997.



Escavação no alto da rua Felipe Schmidt – 1940
Fonte: AMORA, 2006.



O recém-inaugurado edifício do DSP, à direita Rua Felipe Schmidt e à esquerda, Av. Rio Branco, 1939.
Fonte: AMORA, 2006.

Figura 38. Reformas urbanas das décadas de 30-40

Ainda na década de 1930, um importante edifício foi construído nas imediações da cabeceira da ponte Hercílio Luz. Trata-se do prédio do Departamento de Saúde Pública e Centro de Saúde de Florianópolis. Localizado no entroncamento da Rua Felipe Schmidt com a Avenida Rio Branco, teve sua obra concluída em 1939. Segundo Amora, este foi “implantado em local para onde se desenvolveu a área central da cidade em direção ao acesso viário do continente pela Ponte Hercílio Luz, conferindo aspecto de progresso a quem afluísse à cidade por essa via, e marcando simbolicamente o Estado Novo junto à principal obra da velha república” (AMORA, 2006, p. 290).

O edifício, localizado em um terreno triangular, possui uma implantação que valoriza e destaca sua entrada que está voltada para o acesso que leva à ponte Hercílio Luz. Portanto, para quem chegasse à cidade entrando pela Avenida Rio Branco, teria uma vista da cidade com o edifício do DSP – Departamento de Saúde Pública em primeiro plano (AMORA, 2006, p. 290).⁷⁸

⁷⁸ Segundo Amora (2006, p. 317), nos governos de Getúlio Vargas e de Nereu Ramos em Santa Catarina, foi dedicada especial atenção aos edifícios públicos de saúde, “atribuindo-lhes papel de destaque como obra de governo e como monumentos nas principais cidades. Esses edifícios — de forma intencional refletindo esse momento histórico e os princípios coletivos almejados — foram síntese da sua função social e pública, e do seu papel de representação de valores coletivos por meio de concepções estéticas e plásticas; por isso foram implantados estrategicamente no ambiente urbano de forma a serem visualizados e vivenciados pela população como a imagem de um portal que ao ser transposto permitiria o seu ingresso em um novo tempo”.

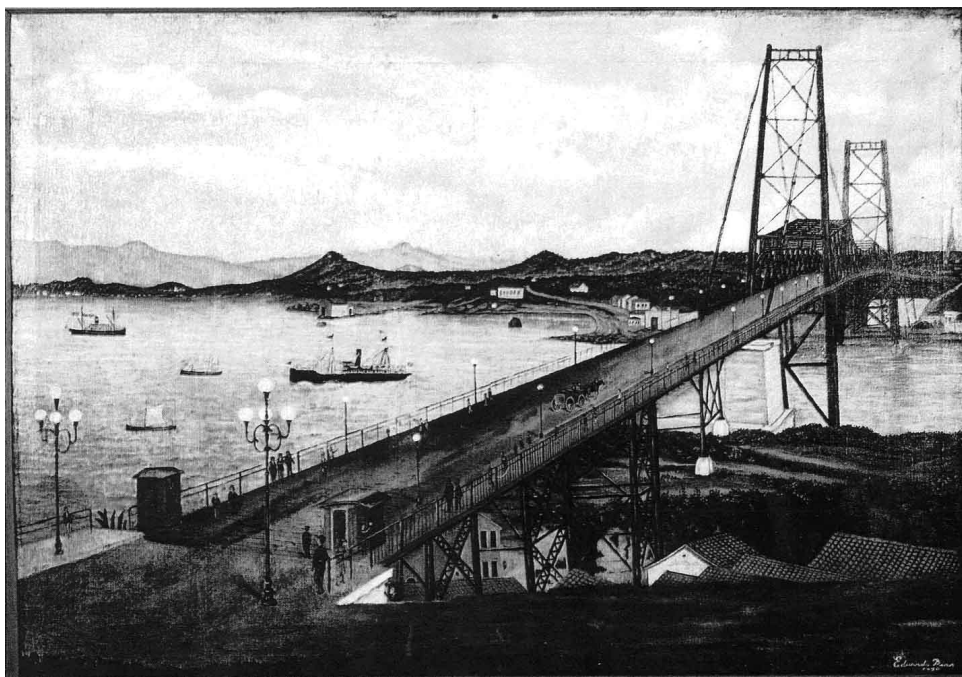


Figura 39. Eduardo Dias – Ponte Hercílio Luz (1930), óleo sobre tela, 109 x 152 cm.
Fonte: Museu de Arte de Santa Catarina.

A ponte possibilitou a ocupação das áreas do continente próximo. Estimulados pelo novo acesso surgem, entre 1923 e 1924, os primeiros loteamentos do Estreito e entre 1924 e 1925, inicia-se a abertura das primeiras ruas. Em 1943, esta área foi incorporada ao município da capital.

A construção da Ponte Hercílio Luz teve um caráter simbólico de integração da capital ao Estado de Santa Catarina. Na prática sua realização gerou mudanças mais locais, entre Florianópolis e sua região próxima, do que a esperada integração estadual.

Nas décadas seguintes, apesar dos esforços feitos no período da Primeira República, a cidade de Florianópolis viveu um período de declínio econômico, provocado principalmente pela decadência cada vez maior do seu porto em decorrência da substituição do transporte marítimo pelo transporte rodoviário. “Florianópolis foi uma cidade sonolenta”, afirmou-se. Em 1938, a área urbana da cidade ainda estava restrita a área central em torno da praça XV de Novembro. As atividades de sede do governo do Estado se constituíam na principal função econômica que ocupava seus habitantes. Ao mesmo tempo, continuavam as constantes ameaças de transferência da capital para o interior do Estado (O Estado, 1976, p. 31).



Figura 40. Florianópolis, centro da cidade, no canto superior direito pode ser visto a área da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz - década de 1950.
Fonte: www.ufsc.br

A antiga área do cemitério passou a ser reconhecida cada vez mais como a área da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, uma grande área de terra que por décadas não teve um uso relevante no contexto urbano da cidade de Florianópolis. Isto não significa que não era objeto de interesse, os vazios urbanos na cidade quase sempre são áreas a espera de uma valorização no futuro.

6.4 A PONTE: UM MONUMENTO MODERNO EM RUÍNAS

A ponte Hercílio Luz foi a primeira grande obra moderna na cidade de Florianópolis. No entanto, a modernidade da ponte pênsil, única no Brasil e construída com tecnologia americana, envelheceu rapidamente. “Ao longo dos primeiros 30 anos, a Ponte Hercílio Luz sofreu a falta de efetiva manutenção, tendo como conseqüências a corrosão superficial acentuada e [deterioração] dos aparelhos móveis das torres principais (torres maiores) e torres dos viadutos”.⁷⁹

⁷⁹ Disponível em: www.ihgsc.org.br, acessado em 17/05/2008.

A ponte Hercílio Luz, até a década de 1970, foi o único elo de ligação entre a ilha de Santa Catarina e o continente por meio rodoviário. Quarenta anos depois de sua construção, a ponte estava ameaçada de cair.

Com demasiada freqüência, o preço da modernidade crescente e em constante avanço é a destruição não apenas das instituições e ambientes 'tradicionais' e 'pré-moderno', mas também – e aqui está a verdadeira tragédia – tudo o que há de mais vital e belo no próprio mundo moderno (BERMAN, 1986, p. 280).

Segundo Lohn (2002, p. 64), em Florianópolis, na década de 1950, como prática da modernização conservadora e autoritária, “os símbolos do passado estavam sendo apagados, modificados, moldados, ressemantizados”. Nos anos de 1960, “a única ligação entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente, a ponte Hercílio Luz, começava a dar os primeiros sinais de colapso em suas estruturas, sofrendo o que um cronista de um jornal qualificava de ‘vergonhoso desprezo dos nossos homens públicos’”.



Figura 41. Ponte Hercílio Luz, início dos anos de 1970.
Fonte: www.ufsc.br

A partir dos anos de 1970, influenciado pelo urbanismo modernista, construiu-se em Florianópolis a “modernização das vias expressas”. A cidade recebeu grandes investimentos de infra-estrutura urbana como a construção do Aterro da Baía Sul, Ponte Colombo Salles, Via Expressa de Contorno Norte (continuação da avenida Beira-Mar Norte até a UFSC na Trindade), entre outros. O governo estadual de Colombo Salles, “em razão das pressões exercidas pelas oligarquias locais”, “priorizou os investimentos governamentais na capital do estado,

cujo objetivo era torná-la um pólo urbano dinâmico” (AGOSTINHO FACCI, 1997, p. 80). Assim, as obras de infra-estrutura, tiveram um forte impacto sobre o espaço urbano da cidade e provocou a expansão urbana e a valorização de terras a partir da facilidade de acesso, viabilizando áreas com grande potencial para os empreendimentos imobiliários (AGOSTINHO FACCI, 1997, p. 126).

O preço desta modernidade custou à cidade de Florianópolis, entre outras questões, o contato do centro da cidade com o mar e o abandono da Ponte Hercílio Luz. A “Ponte Velha”, por falta de manutenção, estava ameaçada de cair.⁸⁰



Figura 42. Vista da área central de Florianópolis com a construção, à direita, da ponte Colombo Sales e do aterro da Baía Sul. Década de 1970.
Fonte: UFSC

Em 22 de janeiro de 1982, o governo do Estado de Santa Catarina, por razões de segurança, fechou a Ponte ao tráfego de veículos e pedestres devido às precárias condições em que se encontrava, decorrente do processo de deterioração da sua estrutura. O desmonte da ponte foi considerado como uma alternativa para a solução do problema. Para alguns não era uma proposta absurda, muito pelo

⁸⁰ Em 1967, soou o alarme com a queda da Point Pleasant Bridge, construída igualmente em sistema de suspensão em barras de olhal. Reacendeu "certos temores das autoridades em relação aos riscos de desabamento da ponte Hercílio Luz. Esta vinha sendo a única forma de ligação da ilha de Santa Catarina com o Continente até 8 de março de 1975, oportunidade em que se inaugurou a ponte Colombo Machado Sales, construída em concreto armado" (RIBEIRO, 1991).

contrário, tentar recuperar a ponte seria um “nostalgismo irracional”, “uma falta de realismo”, como acreditava o arquiteto Luís Felipe Gama D’Eça, que defendia o desmonte da ponte Hercílio Luz para construir uma nova em seu lugar⁸¹. A proposta de Gama D’Eça era coerente com suas idéias cuja influência vinha do urbanismo modernista e da ideologia do desenvolvimentismo. Entretanto, em meados da década de 1980, essas propostas haviam perdido a força que tinham na década anterior.

Em 15 de março de 1988, a Ponte Hercílio Luz foi reaberta somente ao tráfego de pedestres, bicicletas, motocicletas e veículos de tração animal, medida que gerou grande polêmica nos meios políticos e técnicos. Em 4 de julho de 1991, a Ponte Hercílio Luz foi novamente interditada a qualquer tipo de tráfego, continuando interditada até os dias de hoje.⁸²

A ponte, ao longo do tempo, foi sendo incorporada à paisagem da cidade, ganhando valor simbólico. E a possibilidade da ponte ser destruída passou a ser lamentada pela população. Sob o impacto da ameaça de queda da ponte, as pessoas se chocaram e se manifestaram. A ponte Hercílio Luz não era mais apenas um elemento de ligação geográfica entre ilha e continente, já havia sido incorporada ao imaginário da cidade com muitos significados. A possibilidade de a ponte vir a cair passou a ser uma preocupação constante surgindo, assim, a necessidade de se pensar sobre a sua preservação.

Segundo Bolle (1984, p. 12), analisando “a postura benjaminiana de preservação”, destaca que o sentimento da perda desperta a necessidade da preservação. “A lembrança surge no momento de perigo, e o sujeito da preservação deve conhecer esse perigo, deve compreender o presente para compreender o passado”.

É este sentimento que podemos captar no filme documentário “A ponte Hercílio Luz”, de Zeca Pires de 1996. Assim inicia o filme: _ “A ponte caiu! A ponte caiu!”, uma grande tragédia ameaçava acontecer na cidade.

A ponte perdeu sua função de passagem, mas não perdeu o significado, ou os muitos significados, no contexto urbano. Função e significado não são a mesma coisa, “a função não outorga o significado, mas simplesmente a razão de

⁸¹ Jornal O Estado, 23 mar. 1986.

⁸² Sobre o drama da interdição da ponte Hercílio Luz, a polêmica sobre a questão da segurança e o perigo de colapso do sistema de circulação, ver: COELHO, Mário César. Moderna Ponte Velha: Imagem & memória da Ponte Hercílio Luz. Dissertação Mestrado em História, UFSC, Florianópolis, 1997.

ser” (ARGAN, 1993, p. 230). Assim, a ponte Hercílio Luz transformou-se em monumento.

O termo monumento, segundo Freire (1997, p. 90) “tem ganhado múltiplos significados e pode, na linguagem cotidiana, designar uma referência importante, algo que se destaca ou sintetiza alguma coisa”. Interessa-nos destacar o sentido original de “monumento como *res publica*, algo, uma coisa, que está em exposição na cidade” E nesse sentido, “os monumentos estão no espaço público, não é possível pensá-los em suspensão, num espaço abstrato, descaracterizado” (FREIRE, 1997, p. 122).

Para Argan (1993, p. 43) o verdadeiro significado dos monumentos consistia em que estavam no espaço público,

[...] na sua realidade física, não como memórias ou marcas do passado, e sim, como um passado que permaneceu presente, uma história feita espaço ou ambiente concreto de vida. Não apenas lembravam e celebravam as *res gestae* do passado, mas magnificavam os atos da vida cotidiana da comunidade urbana, assim como o cenário engrandece e magnifica os gestos do ator.

A ponte, produto industrial, transformou-se em um monumento em ruínas. Segundo Coelho (1997, p. 3), em “Florianópolis, a Ponte Hercílio Luz mantém relações entre monumento e ruína. [...] representando o progresso e a modernidade, perdeu a função fundamental de passagem”. Entretanto, para o autor a interdição que gerou “um afastamento físico da ponte”, continua a servir a cidade como monumento. “Sua importância atual está em podermos admirá-la”, nos proporcionando referência visual, simbólica e afetiva.

Com a interdição da ponte, a área da cabeceira da ponte de lugar de entrada da cidade passou a ser, novamente, uma área periférica, eventualmente ocupada por circos e parques de diversões. Tornou-se um lugar “abandonado” e depósito de entulho e lixo até o final da década de 90.⁸³ Os órgãos da prefeitura, responsáveis pela limpeza pública, não faziam a manutenção, não fiscalizavam e também utilizaram a área como local de despejo de entulho e lixo, após a enchente que alagou a cidade no final de 1995.

⁸³ Segundo declaração de Eleonora Schaefer (Associação Amigos do Parque da Luz), a área “era um lixão”, o mato alto impossibilitava o passeio dos pedestres e o local já havia sido considerado “parque das drogas” (jornal Imagem da Ilha. www.imagemdailha.com.br).



a) Depósito de lixo e entulho



b) Circos e parque de diversões



c) Lugar de resistência.

Figura 43. As formas de ocupação da área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz nas décadas de 1980-1990.
Fonte: AAPLuz

Segundo constatou Etienne Silva⁸⁴, “o campo santo” abrigou os passantes e os que chegavam à cidade, “como alguns parques de diversões, circos”. Ali, em uma pequena casinha, esteve sediada a antiga ASSORI – Associação de Rendeiras da Ilha; o PX Clube; o Albergue da Juventude; associação de mulheres e clube afros; grupos punks e, por fim, já bastante abandonada, foi ocupada por mendigos e incendiada.

Alguns poucos registros fotográficos sobre o uso e ocupação dessa área, ao longo da década de 1990, revelam o descaso do poder público em manter a área como pública para uso coletivo. Em 1993, 1995 e 1996 ocorreram despejos de lixo e entulho; queimadas ocorreram em 1995 e invasões, em 1997, o que resultou em uma área em processo de degradação, que foi revertido pela ação de movimentos sociais que atuaram de forma prática para viabilizar a criação de um espaço público.

O que se via, concretamente, era um lugar se deteriorando, mas ao mesmo tempo resistindo à deterioração pela ação prática de movimentos sociais como, por exemplo, as atividades programadas de apropriação coletiva dessa área que se queria como parque. O não visível era a luta que acontecia na esfera política de resistência às tentativas de privatização desse espaço público urbano. Luta para se apropriar coletivamente de um lugar público e incorporá-lo à vida cotidiana da cidade.

⁸⁴ Carta escrita por Etienne, datada de 17 de agosto de 1995, reafirmando a proposta de criação do Parque da Luz.

CAPÍTULO 7

O PARQUE E A PONTE: a construção de sentidos e de resistências

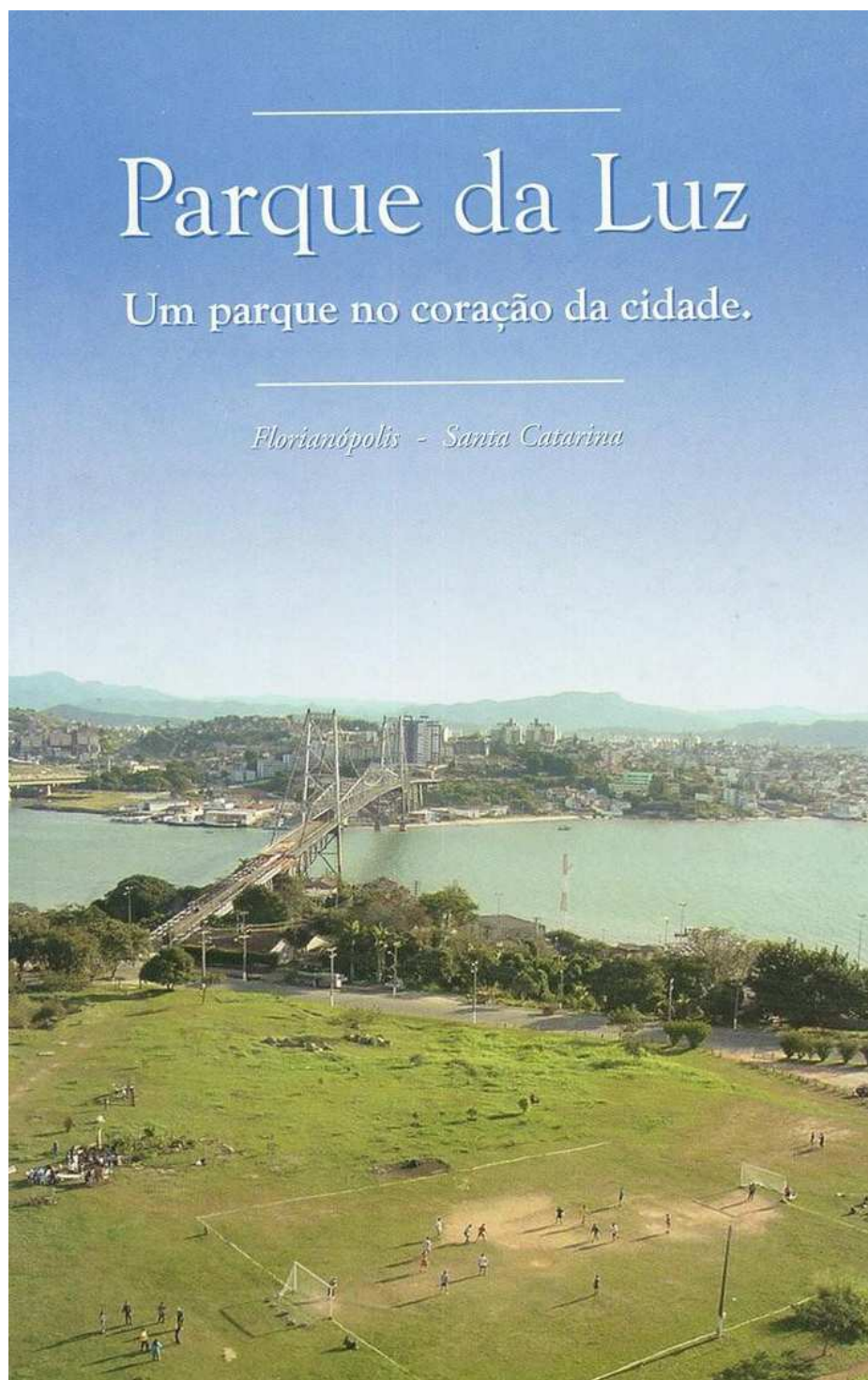


Figura 44. Vista do Parque da Luz e da ponte Hercílio Luz, material de divulgação da “Associação Amigos do Parque da Luz - AAPLuz”
Fonte: AAPLuz.

7.1 “VAMOS CRIAR NESTA ILHA UM PARQUE DA VIDA NA PONTE DA LUZ”...

Em meados da década de 1980, a partir da possibilidade que se apresentava da perda da Ponte Hercílio Luz, reconhecida como um importante elemento paisagístico e simbólico da cidade, surgiu um movimento que alimentou o desejo de criar “um ponto de encontro bio-cultural” na cidade, aliando preservação do patrimônio, encontros artísticos, lazer e contemplação.⁸⁵

“... Vamos criar nesta ilha um Parque da vida na Ponte da Luz ... Ponte da Luz do dia ... Ponte da Luz da noite ... Luz, luz, luz – criação a cada dia”⁸⁶ A proposta era a de criação de um parque cujo caráter era amplo, partiu do reconhecimento da importância da preservação da Ponte Hercílio Luz e da necessidade urgente do seu tombamento, juntamente com as áreas das duas cabeceiras, que compunham “no seu conjunto, um elo de ligação escultural e paisagístico de rara beleza e de expressivo significado simbólico, histórico e cultural”.⁸⁷

A Ponte Hercílio Luz, concluída em 1926, é o monumento histórico, símbolo de Florianópolis, e, além de ser a primeira travessia metálica deste porte e natureza na América Latina, é uma das belas criações esculturais que reúnem, harmonicamente, a arte e a técnica do seu tempo”.⁸⁸

Segundo Amora (s/d), o movimento inicial pela criação do Parque da Luz reuniu um grupo de ambientalistas, urbanistas, artistas e poetas, amantes da cidade, “liderados por Etienne Luiz Silva”. Este grupo constituiu o “Vidarte” que “não tinha o perfil de uma entidade ambientalista *strictu sensu*”, era formado pela participação de pessoas mais ou menos fixas, “sem estatuto nem regras formalizadas, existindo a partir de ideais e objetivos comuns. Era antes um movimento cultural de caráter urbano, onde a questão ambiental compartilhava com outras na construção de um novo paradigma”.

A referência mais significativa da luta pela criação do Parque da Luz é sem dúvida Etienne Luiz Silva⁸⁹ e Lúcio Dias da Silva Filho⁹⁰, parceiros de um sonho que deu início na década de 1980, sob o impacto do fechamento da Ponte Hercílio

⁸⁵ Carta de Etienne Silva ao SPHAN – Pró-memória (atual IPHAN), 9/10/1987.

⁸⁶ Recorte livre da poesia “O Parque da Luz” de Etienne Luiz Silva.

⁸⁷ Projeto do Parque da Luz, escrito por Etienne Luiz Silva em julho de 1987.

⁸⁸ Primeiro folheto de divulgação da proposta de criação do Parque da Luz, 23 de março de 1989.

⁸⁹ Falecido em 7 de julho de 1997.

⁹⁰ Atua no movimento pela criação do Parque da Luz participando ativamente como membro da Associação Amigos do Parque da Luz.

Luz. Ao longo de mais de vinte anos, este foi sendo também o sonho para um número cada vez maior de pessoas, que se envolveram ativamente para a sua realização.

Segundo Etienne Luiz Silva,

[...] o movimento pelo Parque da Luz nasceu oficialmente em 13 de setembro de 1986 com uma matéria no jornal 'O Estado' em que é lançada a semente do Tombamento da Ponte e da sua reabertura para pedestres, ciclistas e charretes, bem como a travessia de barcos e áreas próprias para jardim de cegos e resgate dos sentidos, parque de ciência e arte infantil, horto zôo-botânico nativo, concha acústica verde, campo de futebol, área de meditação, culto e lazer. Nesta direção foram realizados inúmeros encontros educativos e musicais, moções científicas e políticas até que o Parque fosse compreendido e assimilado pela cultura urbana como espaço vital hoje e indispensável amanhã para que as futuras gerações possam na cidade, por os pés no chão, respirar ar puro, ver o nascer e o por do sol, cultivar os seus ancestrais, e ter os horizontes abertos para o Mar, a Escultura da cidade e quem sabe até voltarmos a caminhar por ela, de um lado ao outro da cidade dividida, estudando e recompondo as pontes que resgatam os elos perdidos para uma vida sã.⁹¹

A proposta de criação do Parque da Luz foi pensada “para a contemplação e o encontro das pessoas, da arte e da música da ilha, do mar e do continente”.⁹² Segundo Etienne Silva, tratava-se

[...] da última grande área livre no centro urbano e o ponto mais estratégico para encontros culturais e artísticos que tanto Florianópolis carece, unindo a ilha e o continente, sob a imagem símbolo da integração buscada, entre a terra e o mar, a capital e o interior, a natureza e a cultura, o passado e o futuro.⁹³

“O Parque da Luz é uma composição aberta na Ilha de Santa Catarina”, dizia o poeta, que envolve ilha e continente, “diante das pontes de luz que nos unem”. A Proposta do Parque da Luz compreendia: o tombamento federal da Ponte Hercílio Luz e suas cabeceiras, preservando inclusive os seus ângulos visuais mais expressivos; a criação do Museu-Escola da Ponte, incentivando o uso cultural da ponte e de seu entorno, “como uma passarela, uma passagem e ponto de encontro, da Ilha e do Continente, da terra e do mar, da natureza e da cultura, do passado e do futuro da nossa terra”; “um Parque de Ciência e Arte Infantil”; “Uma Concha Acústica que tanto a cidade carece, envoltos num mini-horto zoo-botânico, com um bosque de árvores nativas e frutíferas; a criação de um Observatório Natural dos elementos da terra, do mar e do ar; a recuperação da orla marinha, “as áreas livres e franjas verdes”; a recuperação dos “espaços e edificações históricas remanescentes

⁹¹ Texto datilografado de memórias do Parque da Luz escrito por Etienne Luiz Silva, datado de 30 de agosto 1994.

⁹² Projeto “Parque da Luz” escrito por Etienne Luiz Silva, em julho de 1987.

⁹³ Projeto “Parque da Luz” escrito por Etienne Luiz Silva, em julho de 1987.

(fortes, vielas, mercados e atracadouros) retomando o contato e a comunicação pelo mar”[...].⁹⁴

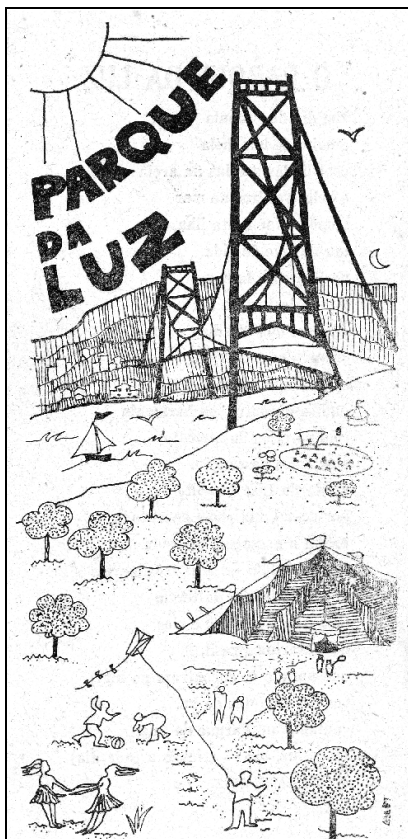


Figura 45. Primeiro folheto de divulgação da proposta de criação do Parque da Luz.
Fonte: AAPLuz

O movimento pela criação do Parque da Luz, através do grupo ‘Vidarte’ promoveu o primeiro espetáculo artístico realizado na cabeceira insular da ponte para divulgar sua proposta. Realizado em outubro de 1986, contou com a participação e apoio de grupos ecológicos locais, músicos, professores, dançarinos, arquitetos e artistas.⁹⁵

No sentido de divulgar e ampliar o movimento, grupo Vidarte promoveu ainda vários “eventos culturais e espetáculos musicais com artistas como Wagner Tiso (1987), Paulo Moura (1988), Francis Hime (05/1989), como também eventos com a participação de artistas locais, como os realizados no próprio Parque da Luz, em 1987 e 1989”. Esses eventos e seus participantes evidenciavam o caráter amplo do movimento (AMORA, s/d).

⁹⁴ Primeiro folheto de divulgação da proposta de criação do Parque da Luz, 23 de março de 1989.

⁹⁵ Jornal Diário Catarinense, 12/10/1986.



Figura 46. Manchete de jornal noticiando evento promovido pelo grupo Vidarte.
Fonte: O Estado, 6/11/1988.

A partir da realização dos vários eventos artísticos realizados pelo Vidarte, Etienne Silva considerava que o Parque da Luz já existia de fato, mas, era preciso oficializá-lo. Entretanto, encontraram muitas dificuldades ao encaminhar a proposta junto à administração municipal. O grupo Vidarte lutava para que o poder público assumisse a criação do Parque da Luz, mas defendia uma proposta participativa para o desenvolvimento do projeto que deveria ser detalhado e implantado “com a participação de todos os interessados na valorização da cultura e da ecologia” (O ESTADO, 6/11/1988).

O Parque da Luz é imagem de uma proposta de harmonia na composição do espaço.
As pontes de luz são as passagens, os elos que nos unem nesta curta Travessia;

Apresenta as faces que o Espaço /Tempo dividido abriga.

Terra x Mar	Natureza x Cultura
Chão x Céu	Arte x Ciência
Vida x Morte	Sol x Lua

Instante e Eternidade
Átomos Cósmicos

Figura 47. Carta escrita por Etienne, em 17 de agosto de 1995, reafirmando a proposta de criação do Parque da Luz.
Fonte: Acervo Etienne Silva.

Segundo seus idealizadores, o Parque da Luz era “uma proposta inicial de composição que deveria ser concebida e desenhada, plantada e criada, harmonicamente, pelos artistas e paisagistas, arquitetos e compositores, pedagogos e pesquisadores, em total sintonia com a beleza escultural da travessia à Ilha de Santa Catarina”, atendendo “às necessidades atuais de espaços livres no centro

urbano, dos dois lados da Ponte, em especial para a recreação, o lazer e a aprendizagem das gerações futuras”.⁹⁶

Para Amora (s/d), “o movimento teve por base buscar traçar um novo perfil para o destino da cidade. A partir da construção de um novo *ethos* traçava-se também a identidade da cidade idealizada”. Buscavam a “reconciliação da cidade com sua história e da natureza com a cultura urbana”.

Este *ethos* teve um *locus* inicial, um ponto de partida simbólico que não se configurava apenas como espaço físico, mas, que se materializou no lugar que hoje chamamos de *Parque da Luz*, no terreno localizado na cabeceira insular da ponte Hercílio Luz. O Parque da Luz seria o *locus* das lembranças sobre a constituição de Santa Catarina e de um sonho de futuro, onde o novo não é necessariamente a antítese do passado. (AMORA, s/d)

“O Parque, uma réstia de luz de uma orquestra de estrelas, que germinem um novo devir”, este pequeno poema de Etienne Silva revela a idéia de que a existência do Parque da Luz poderia ser a semente de um futuro melhor, não é só a defesa por si só de um parque, mas revela um projeto de cidade que se tinha.

Etienne Silva, “poeta e amante da cidade”, foi técnico e diretor de planejamento urbano do IPUF e, desde 1980, era professor do Departamento de economia da UFSC.⁹⁷ Atuou no sentido de envolver a Universidade no processo de tombamento e preservação da Ponte Hercílio Luz e criação do Parque da Luz.

Além das atividades culturais, manifestações, mobilizações e abaixo-assinados pela criação do Parque da Luz, Etienne Silva e Lúcio Dias da Silva entraram em contato com diversas instituições públicas municipais, estaduais e federais no sentido de apresentar a proposta do tombamento da Ponte Hercílio Luz, da criação do Museu da Ponte e do Parque da Luz.

Em carta endereçada ao SPHAN (atual IPHAN), em 09 de outubro de 1987, Etienne Silva apresentou o Projeto do Parque da Luz ressaltando o caráter público da área, o seu valor simbólico e alertando para as contínuas ameaças de interesses especulativos. Por fim, concluiu ser fundamental que o tombamento da Ponte Hercílio Luz contemplasse a preservação do seu entorno, na ilha e no continente, destacando a área do Parque da Luz.

Outro contato importante foi feito, em abril de 1988, através de carta dirigida ao presidente do IPUF, apresentando o projeto do Parque da Luz como uma contribuição ao novo Plano Diretor do Município que estava em elaboração.⁹⁸

⁹⁶ Primeiro folheto de divulgação da proposta de criação do Parque da Luz, 23 de março de 1989.

⁹⁷ Tinha como área de interesse de pesquisa o Turismo, Ambiente e Cultura em Santa Catarina e Brasil.

⁹⁸ Carta de Etienne Silva, como coordenador do NPCT à presidência do IPUF, 14 de abril de 1988.

Em 12 de julho de 1988, Etienne Silva, como coordenador do NPCT - Núcleo de Política Científica e Tecnológica da UFSC, estabelece contato oficial com Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, então Diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins, para formalizar trabalho conjunto através de convênio com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Universidade Federal de Santa Catarina para criação de um Parque de Ciência e um Observatório Natural no Parque da Luz. Os encaminhamentos estavam avançados na direção da assinatura de convênio entre as partes. Segundo relata Lúcio Dias da Silva, estagiários estavam sendo enviados para treinamento no Rio de Janeiro, quando houve uma “mudança de rumo” e um “verdadeiro bloqueio” dos trabalhos relacionados ao projeto a ponto de impedir a ida dos estagiários para o Rio de Janeiro, por parte da direção da Universidade. Dias da Silva, suspeita que “houve interferência política” nesse assunto, para impedir o desenvolvimento do projeto, afirmando que a partir de então ele e Etienne Silva sofreram perseguições dentro da universidade.⁹⁹

O andamento da proposta de criação do Parque da Luz, incluindo o tombamento da ponte Hercílio Luz, no sentido da sua concretização, esteve desde o seu início vinculado à correlação de forças políticas na administração municipal da capital e no Governo do Estado de Santa Catarina.

Segundo relata Dias da Silva, a vitória de Pedro Ivo Campos, em 1986, ao governo do Estado de Santa Catarina, como candidato do PMDB, em oposição aos partidos então estabelecidos no governo, criou uma situação favorável ao projeto. O governador apoiou a proposta de preservação da ponte e implantou o Museu da Ponte. Criou uma equipe de manutenção permanente da ponte reabrindo-a para pedestres. Na opinião de Dias da Silva, o governador Pedro Ivo Campos conseguiu diminuir ou conter a ação dos interesses imobiliários na área da cabeceira da ponte. No entanto, com a sua morte, em 1990, essa situação favorável não permaneceu por muito tempo.

Paralelamente, em 1º de janeiro de 1986, Edson Andrino (PMDB) assumia a administração municipal de Florianópolis, através de eleições diretas, possuindo um perfil mais progressista que os administradores municipais anteriores. Mostrando-se favorável à proposta do Parque da Luz, Edson Andrino na condição

⁹⁹ O Reitor da UFSC neste período era o Professor Rodolfo Pinto da Luz que, em 1989, assumiu a direção do IPUF, na gestão do prefeito Esperidião Amin (gestão 1989-1990).

de prefeito encaminhou pedido de tombamento da Ponte Hercílio Luz ao Ministério da Cultura.

Em 1 de janeiro de 1989, assume a administração municipal o ex-governador Esperidião Amin¹⁰⁰, candidato pelo PDS, opositor de Edson Andrino e como analisaremos mais adiante encaminhará proposta de privatização da área da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz. Claramente estava se constituindo uma situação muito desfavorável à criação do Parque da Luz.

7.2 O PROCESSO DE TOMBAMENTO DA PONTE: UMA LONGA HISTÓRIA

O processo de tombamento federal da Ponte Hercílio Luz¹⁰¹, que deu início no ano de 1985, percorreu um longo processo de doze anos, por fim aprovado em 1997¹⁰². O pedido de tombamento foi feito por iniciativa do então prefeito de Florianópolis, Edson Andrino, com apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e dos movimentos sociais. O pedido estava baseado no reconhecimento da importância da ponte Hercílio Luz por seu “valor histórico e estético, enquanto obra de engenharia, integrando-se na paisagem de Florianópolis como referencial identificador daquela cidade e do estado” (RIBEIRO, 1991).

É interessante reconhecer o pioneirismo do grupo que apresentou a proposta de tombamento da ponte Hercílio Luz, da criação do Museu da Ponte e Parque da Luz, em especial Etienne Silva, que percebeu a relevância da preservação de um patrimônio produzido pela modernização do século XX. Tratava-se do reconhecimento da necessidade de proteção por meio de tombamento de um patrimônio moderno até então pouco valorizado na política de preservação

¹⁰⁰ Governador do Estado de Santa Catarina no período de 1983- 1987. Foi eleito prefeito de Florianópolis para gestão 1989/1992, entretanto, permanece no cargo até 1 de abril de 1990, saindo para concorrer às eleições para uma vaga no Senado Federal. Assume o vice-prefeito, Sr. Antônio Bulcão Viana e permanece no cargo até 1 de janeiro de 1993.

¹⁰¹ Processo nº 1.137-T-85, relativo ao tombamento federal da Ponte Hercílio Luz junto ao IPHAN (RIBEIRO, 1991).

¹⁰² A ponte Hercílio Luz também teve seu tombamento decretado nas instâncias municipal e estadual. Em 04 de agosto de 1.992, o então Prefeito Municipal de Florianópolis – Antônio Henrique Bulcão Vianna – assina o Decreto nº 637/92, tombando a Ponte Hercílio Luz como Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Município de Florianópolis. Em 13 de maio de 1.997, o então Governador do Estado de Santa Catarina – Paulo Afonso Evangelista Vieira, através do Decreto nº 1.830, homologou o Tombamento da Ponte Hercílio Luz.

brasileira, especialmente em se tratando de uma obra de engenharia moderna.

Em 1991, o pedido de tombamento federal da ponte Hercílio Luz recebe parecer técnico favorável como podemos constatar a seguir:

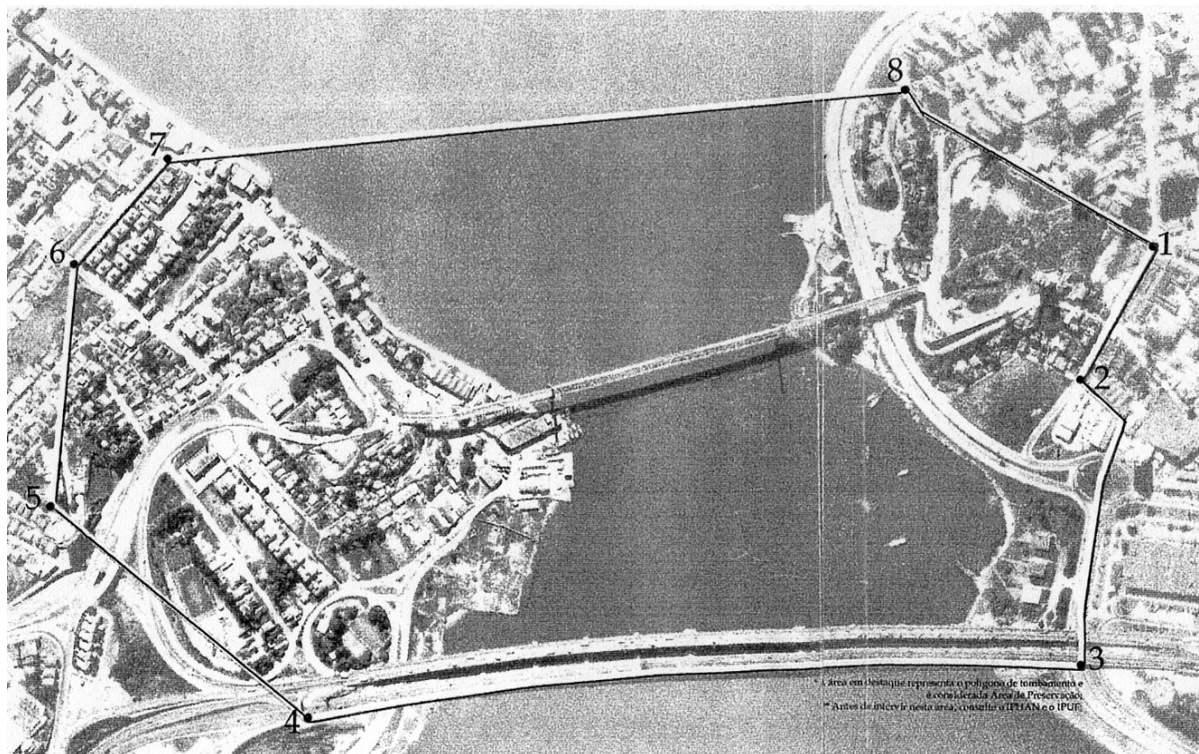
O estudo realizado para a elaboração deste parecer constatou indicativos históricos e, em especial, técnicos, que justificam seu tombamento pelo IBPC [atual IPHAN]. Desta forma, procurou-se destacar, neste parecer, a importância histórica da ponte Hercílio Luz bem como suas características técnicas mais relevantes. No plano histórico, analisou-se o caráter político com que se revestiu sua construção, inserindo-a na moldura de época, quando se operava a disputa pela permanência da capital catarinense na ilha [de Santa Catarina], Florianópolis. No âmbito da ciência da engenharia civil, procurou-se apurar os valores tecnológicos presentes naquele bem, a partir das justificativas técnicas elaboradas pelos engenheiros que a calcularam, comparando-a com similares nacionais e estrangeiros, para situá-la no universo tecnológico de então, bem como para permitir uma abordagem no plano formal, tomando-se como referencial teórico sua concepção estrutural. Pelas razões expostas ao longo deste parecer consideramos que a ponte Hercílio Luz apresenta motivadores históricos e tecnológicos, que fazem deste bem um notável testemunho da história da engenharia civil no Brasil e no mundo, justificando seu tombamento pelo IBPC (RIBEIRO, 1991).

Neste parecer técnico foi sugerida a delimitação de uma área poligonal definindo o entorno a ser protegido no tombamento federal da Ponte Hercílio Luz, cujo objetivo é garantir a visibilidade da ponte. Neste sentido, o parecer recomenda adotar a proposta da delimitação da área poligonal apresentada no parecer técnico datado de 05 de outubro de 1988.¹⁰³

Nos casos de tombamentos faz parte dos procedimentos dos órgãos de preservação (federal, estadual e municipal) dar tratamento espacial às áreas de entorno¹⁰⁴ do bem tombado, delimitadas no processo de tombamento, e cabendo a estes órgãos a aprovação ou não de qualquer construção nestas áreas.

¹⁰³ VIEIRA, Fº Dalmo. "Parecer sobre a delimitação da área de proteção da Ponte Hercílio Luz", Florianópolis, [documento datilografado, anexo ao Processo 1.137-T-85 da SPHAN, vol.I], 05 de outubro de 1988, p. 2.

¹⁰⁴ Entorno, segundo Houaiss, significa, na linguagem técnica, espaço ou área delimitada de extensão variável adjacente a um bem tombado ('protegido') ou em processo de tombamento. Podemos encontrar ainda a seguinte definição: Conjunto de lugares e imóveis que constituem os arredores paisagísticos de um monumento histórico e necessita de uma regulamentação que vise a sua proteção (*Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace*, Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993. Definição modificada por Gustavo Aller, arquiteto, Montevideo, Uruguai, participando do seminário Sirchal 3, Santiago – Valparaíso, maio 1999). Entorno também encontra-se definido nas Cartas Patrimoniais como sendo a ambiência de bens tombados. Na Carta de Nairóbi, "entende-se por 'ambiência' dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais" (*Trecho da Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*, "Carta de Nairóbi", 26 de novembro de 1976, Conferência Geral da Unesco - 19ª sessão). Disponível em: <http://www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdefp.htm#EspPu>, acessado em 17 nov 2007.



Identificação dos pontos da poligonal de tombamento:

- Ponto 1- Intersecção dos eixos das ruas Felipe Schmidt com a rua Hoepcke;
- Ponto 2- Intersecção dos eixos das ruas Hoepcke com rua Henrique Volgas;
- Ponto 3- Intersecção dos eixos da Av. Antônio Pereira Oliveira Neto até a Ponte Colombo Salles;
- Ponto 4- Marco em concreto na cabeceira continental conhecido como "obelisco";
- Ponto 5- Primeiro pico da elevação segundo carta de navegação n 1905 publicada pelo Serviço de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil;
- Ponto 6- Intersecção dos eixos das ruas Gaspar Dutra com rua Henrique Boiteux;
- Ponto 7- Intersecção dos eixos das ruas Henrique Boiteux com rua Fúlvio Aducci;
- Ponto 8- Intersecção dos eixos das ruas Felipe Schmidt com a rua Almirante Lamego.

Figura 48. Delimitação da área poligonal de entorno da Ponte Hercílio Luz, prevista no tombamento federal
Fonte: AAPLuz.

A diferença fundamental entre os tombamentos municipal, estadual e federal da ponte está na definição da área de entorno a ser protegida juntamente com o bem tombado. Somente o tombamento federal previu a proteção de uma significativa área de entorno da Ponte Hercílio Luz, dando possibilidades para o controle da ocupação destas áreas bem como a preservação da paisagem urbana.

O parecer técnico com a recomendação favorável ao tombamento foi escrito em 1991, seis anos após o início do processo e levou mais seis anos para a sua homologação.¹⁰⁵ Talvez não seja possível constatar todos os elementos que determinaram esta demora na efetivação do tombamento da ponte, mas, é certo que a demora implicou em perdas no que diz respeito à preservação das áreas do entorno da ponte, como veremos mais adiante sobre os interesses e conflitos que

¹⁰⁵ O tombamento federal da Ponte Hercílio Luz foi homologado através da portaria de nº 78 em 15 de maio de 1997 (processo nº 1.137-T-85), publicado no Diário Oficial em 16 de maio de 1997.

surgiram no processo de ocupação deste lugar.

7.3 INTERESSES E CONFLITOS NA DISPUTA POR UM LUGAR

Como vimos, a área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz, no início da década de 80, era um grande terreno vazio com ocupações esporádicas de circos, parques de diversões, entre outras. Diversos fatores contribuíram para a sua não ocupação e o fato de ter sido um cemitério talvez tenha inibido a sua ocupação por alguns anos. Verificamos também a existência de um projeto de uma avenida que cortaria a área em direção à ponte Hercílio Luz na continuidade da avenida Rio Branco que não se realizou por falta de recursos financeiros.

Dias da Silva relata que na década de 1980, quando foi despertado o interesse pela área da cabeceira da ponte Hercílio Luz, ele e Etienne procuraram investigar sobre a propriedade da área. Em um mapa localizado no IPUF, o terreno em questão estava demarcado com destinação para diversas instituições públicas e particulares.

O crescimento da cidade, nas décadas de 1970 e 1980, provocou no centro da cidade um processo de adensamento e verticalização que refletiu na valorização do solo urbano. Esse processo se estendeu para a área da cabeceira da ponte Hercílio Luz e vizinhança, tornando-a foco de interesses de empreendimentos imobiliários.

A partir do final da década de 1980, vários projetos de cidade ganharam visibilidade na disputa sobre que cidade se queria construir. Interesses antagônicos entraram em disputa gerando conflitos sobre questões relacionadas ao desenvolvimento da cidade. Paralelamente, intensificou-se o processo de valorização imobiliária na cidade de Florianópolis impulsionado pelas atividades ligadas ao turismo, incluindo nesse processo a área da Cabeceira da Ponte Hercílio Luz.



Figura 49. Vista do Parque da Luz, em primeiro plano; as pontes e os bairros do continente, ao fundo.
Fonte: AAPLuz.

Um dos momentos mais polêmicos que marcou o início dos conflitos relacionados ao desenvolvimento da cidade se deu a partir de uma proposta da administração municipal sobre o uso da área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz, no início do ano de 1989. A referida proposta foi apresentada à Câmara Municipal de Florianópolis através do projeto de lei 4.102 de 1989, uma iniciativa do então prefeito municipal de Florianópolis, Esperidião Amin. O projeto de lei propunha a “doação onerosa de bem imóvel de propriedade do município”, tendo como contrapartida a construção de um hotel “de categoria cinco estrelas” e centro de convenções bem como a sede da prefeitura municipal. O bem imóvel, em questão, era a área situada na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, com 27.809,00 m², onde, desde meados da década de 80, defendia-se a proposta de implantação de um parque urbano.

Movimentos sociais e ambientais organizados manifestaram-se contrários à venda da área, como: o grupo Vidarte; o grupo MEL - Movimento Ecológico Livre; IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil; entre outros. Tais grupos defendiam para a mesma área a criação de um parque público, o “Parque da Luz”. Na Câmara Municipal de Florianópolis, vereadores do PMDB, PSDB, PCB, PCdoB, PT e PV se manifestaram contrários ao projeto do executivo municipal. Estes, num total de nove vereadores, formavam um bloco de oposição à aliança política denominada “União por Florianópolis” que garantiu a vitória de Esperidião Amin para a prefeitura da

capital catarinense.¹⁰⁶

Os interesses e conflitos que surgiram com a proposta de um novo uso para a área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz ganharam expressão pública a partir dos embates da Câmara Municipal de Vereadores com repercussão na mídia local. Cabe ressaltar que o processo que tramitou em um curto espaço de tempo, um pouco menos de três meses, alcançou cerca de 300 páginas entre pareceres e documentos anexados contra ou a favor do projeto de lei que analisaremos mais adiante.

Esse projeto de lei não se constituiu em uma proposta isolada, fez parte de um conjunto de propostas, chamadas de “grandes projetos”, com objetivo de construir uma alternativa econômica para a cidade a partir do turismo. Buscava-se criar uma “nova imagem” para a cidade de Florianópolis projetando as virtudes e a “vocação” turística da cidade (FANTIN, 2000). Essas ações públicas, que se intensificaram na década de 1990, estavam muito próximas das estratégias de “city marketing”, implementadas por várias cidades, procurando se capacitar para uma inserção competitiva no mundo globalizado, visando uma reestruturação urbana.

7.4 OS “GRANDES PROJETOS”:

HOTEL E CENTRO DE CONVENÇÕES NA CABECEIRA DA PONTE HERCÍLIO LUZ

Em 20 de fevereiro de 1989, o prefeito municipal de Florianópolis, Esperidião Amin apresentou junto à CMF - Câmara Municipal de Florianópolis o projeto de lei que recebeu o nº 4.102. Em anexo ao projeto de lei, consta um documento de exposição de motivos subscritos por Fernando Marcondes de Matos, então respondendo pelo Gaplan, Rodolfo Pinto da Luz, Presidente do IPUF e Walter Ziguelli, Procurador Geral do Município.

O projeto de lei em questão propunha a doação onerosa de um bem imóvel de propriedade do município que se tratava da área da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz. O município teria como contrapartida dos vencedores da licitação

¹⁰⁶ Jornal de Santa Catarina, 12 e 13/02/1989.

a obrigatoriedade de: 1. Construir um hotel “de categoria cinco estrelas”, com capacidade mínima de 200 apartamentos e um Centro de Convenções com capacidade mínima de 1.000 lugares no terreno objeto de doação. 2. Construir uma sede para o Governo Municipal com uma área mínima de 4.000 m², em terreno de propriedade da Prefeitura Municipal, localizado junto à Praça Tancredo Neves com área de 7. 672 m².

No mesmo projeto de lei, no artigo 2º, propunha-se, ainda, a mudança de zoneamento para viabilizar a proposta de construção de hotel e centro de convenções, pois o zoneamento das áreas da cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz e praça Tancredo Neves estavam determinado pelo plano de uso dos solos, o plano diretor do município¹⁰⁷ como “Área Verde e Equipamentos”. Na mudança de zoneamento essas áreas passariam a ser zonas “Comercial” e “Comunitária – Institucional” (ACI), respectivamente.

A exposição de motivos, apresentada juntamente com o projeto de lei, ressalta o compromisso do programa de governo para “dotar o município de uma infra-estrutura básica voltada ao turismo”, sendo este um “segmento econômico impar para garantir o desenvolvimento auto-sustentado de Florianópolis”. Reconhece que “a cidade não conta com capacidade hoteleira de categoria internacional” e não “dispõe de assentos suficientes em termos de centro de convenções para viabilizar simpósios, seminários, congressos e outras reuniões”. Conclui, portanto, que não seria “possível solucionar este problema sem um esforço conjunto entre a Prefeitura Municipal e a iniciativa privada”.

Continuando, argumenta-se que “a idéia para viabilização dessa meta seria a prefeitura ceder áreas de sua propriedade à iniciativa privada” para atingir tais objetivos. Segundo o documento, procurar-se-ia “as maiores vantagens para a Municipalidade, resguardando, no entanto, o necessário equilíbrio econômico-financeiro para a viabilização dos empreendimentos pela iniciativa privada”.¹⁰⁸

Segundo argumentações do executivo municipal “para resguardar o necessário equilíbrio dos ativos da Prefeitura”, o cessionário do terreno seria obrigado a construir o edifício-sede da Prefeitura, com área mínima de 4.000 m², em terreno de sua propriedade, junto à Praça Tancredo Neves. “Esta obra propiciaria significativos ganhos para a Prefeitura em termos de maior racionalidade

¹⁰⁷ Lei nº 1440 de 1976.

¹⁰⁸ Documento de exposição de motivos anexo ao Projeto de lei nº 4.102.

administrativa, hoje excessivamente dispersa, e em termos financeiros, pela redução dos custos de aluguel".¹⁰⁹

A tramitação do projeto de lei 4102/89, na Câmara Municipal correu rapidamente com base no recurso do "regime de urgência" sendo aprovado em 05 de junho de 1989, na forma da Lei 3.206/89. Este fato foi possível graças à ampla maioria da bancada governista sustentada pela aliança política "União por Florianópolis" composta pelos partidos PDS, PFL e PRN. Apenas 9 vereadores se opuseram ao projeto de lei, esses eram ligados aos seguintes partidos: PV, PT, PCB, PCdoB, PMDB e PSDB.

Nesse curto período, o processo de tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal mobilizou fortemente os vários grupos de interesse que se posicionaram favoráveis ou contrários ao referido projeto de lei. Essa mobilização provocou uma disputa acirrada na Câmara Municipal e para além desta. Foram realizadas manifestações de rua e mobilizações de movimentos sociais, repercutindo na mídia local.



Fonte: Jornal "O Estado", 28/04/1989.

Manifestação na Câmara defende Parque da Luz

Florianópolis — Ecologistas e associações comunitárias fizeram ontem, no início da noite, mais uma manifestação na frente da Câmara dos Vereadores em favor do Parque da Luz — ideia de transformar um terreno de 27.809 metros quadrados — na parte insular da cabeceira da ponte Hercílio Luz em espaço para atividades culturais, educativas, de lazer e preservação ambiental. A área pertence à prefeitura, que apresentou um projeto em fevereiro visando fazer uma "doação onerosa" à iniciativa privada para que lá sejam construídos um centro de convenções e um hotel cinco estrelas, além da nova sede da administração municipal na praça Tancredo Neves.

O projeto remetido pelo prefeito licenciado Esperidião Amin está atualmente nas Comissões de Finanças, Viação e Obras Públicas e de Meio Ambiente, que segundo o regulamento interno tem 15 dias para analisá-lo. No entanto, as duas últimas pediram informações adicionais à prefeitura, o que fez com que esse prazo seja susinado.

Conforme dados apresentados pela vereadora Jailla Al-Ackar (PV), o centro de Florianópolis tem 1,17 metros quadrados de área verde por habitante — ou 8,27m², incluindo o aterro da baía Sul. "Vale ressaltar que parte do aterro é destinado ao sistema viário e que quase a totalidade é pavimentada", lembra. Essa proporção está bem abaixo do mínimo recomendado pela organização mundial de 10m² por habitante. Com a arborização do Parque da Luz, haveria acréscimo de 46 por cento sobre a área de praças, elevando a proporção para 1,70m²/habitante.

Fonte: Jornal "A Notícia", 04/05/1989.

Figura 50. Movimentos sociais e ambientais se mobilizam em defesa do Parque da Luz

As manchetes dos jornais locais revelavam o tom do debate: "População tem que ser consultada" (DIÁRIO CATARINENSE, 05/03/89); "Ecologista quer local para lazer" (DIÁRIO CATARINENSE, 05/03/89); "Oposição diz que projeto é ilegal" (O ESTADO, 22/04/89); "Ecologistas criticam Amin" (DIÁRIO CATARINENSE,

¹⁰⁹ Documento de exposição de motivos anexo ao Projeto de lei 4.102.

25/04/89); "Mobilização popular contra projeto anunciado por Amin" (O ESTADO, 30/04/1989); "Oposição pronta a votar contra projetos de Amin" (A NOTÍCIA, 28/04/1989).

Grupos de apoio à criação do Parque da Luz, entidades ecológicas e associações comunitárias, juntamente com vereadores da oposição recolheram assinaturas para um manifesto de apoio à criação do Parque da Luz contra o projeto do prefeito Esperidião Amin de doação da área da cabeceira da ponte (O ESTADO, 28/04/1989).

Destaca-se nesse processo a presença do movimento ecológico que acrescenta aos discursos de defesa do Parque da Luz um viés ambientalista. A questão ambiental em ascendência ganha simpatia repercutindo na imprensa.



Figura 51. Movimentos sociais e ambientais se mobilizam em defesa do Parque da Luz.
Fonte: Jornal "Diário Catarinense", 05/05/1989.

O apoio ao Projeto de Lei, que viabilizaria a construção de um hotel na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, também é manifestado através de notas nos jornais: "Em nome da preservação ecológica procura bombardear o projeto de construção de um hotel de gabarito internacional e do centro de convenções no chamado Parque da Luz [...]. Aquele pedaço de terra não possui sequer uma planta. Está careca há muitos anos". Ser contra o hotel era querer "boicotar o progresso da cidade" (O ESTADO, 30/04/89). Em outra nota de apoio ao Projeto de Lei revela a vinculação da idéia de que o hotel seria o condutor do desenvolvimento da cidade:

“Mais uma semana se passou e os projetos que tratam da Beira-Mar Continental e da construção do hotel e centro de convenções permanecem sem receber uma definição da Câmara Municipal. Enquanto isso o tempo vai correndo e a cidade vive a ameaça de perder o trem da história” (O ESTADO, 30/04/89).

Na Câmara de vereadores a tramitação do projeto de lei 4.102/89 recebeu pareceres favoráveis e contrários. Em 18 de abril de 1989, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de imediato foi contestado pela vereadora Clair Castilho que se posicionou, num parecer constituído por 7 páginas de argumentações contrárias ao projeto de lei e à forma como este vinha tramitando na Câmara Municipal. O parecer, que reflete a posição dos vereadores contrários ao projeto de lei, apresenta uma série de restrições ao projeto de lei em questão: em primeiro lugar questiona alguns aspectos de ordem interna e regimental, ou seja, quanto à tramitação do Projeto de Lei na Câmara, este não estaria sendo encaminhado como orienta o regimento interno da Casa. Em segundo lugar, o parecer questiona vários aspectos do projeto em si, como o fato de conter em um mesmo projeto de lei uma proposta de doação onerosa e uma proposta de alteração do Plano Diretor do município, lei 1440/76, nesse caso uma alteração de zoneamento da área a ser doada. Uma alteração pontual do plano diretor beneficiando e viabilizando um empreendimento específico.

Ainda, segundo os argumentos do parecer, a proposta de alienação do bem público foi feita sem a avaliação prévia da coisa a ser alienada, condição para que haja, no contrato a ser feito, um equilíbrio econômico. “O que aqui se está a reclamar é que o Projeto-de-lei nº 4.102 não apresenta claramente a correlação entre o objeto do contrato e a sua remuneração, originariamente prevista e fixada pelas partes em números absolutos”.¹¹⁰ Mais adiante o parecer faz críticas aos procedimentos de alteração de zoneamento do plano diretor da cidade. A proposta de alteração de zoneamento de forma pontual tem sido uma prática comum na forma de orientar o desenvolvimento urbano da cidade, marcada por interesses particulares. Nesse sentido, afirma o parecer:

Além do mais, o Plano Diretor em vigor é a Lei 1.440 de 1976, portanto, de 13 anos atrás, sabidamente superado e que não atende mais às necessidades de Florianópolis. A administração anterior, chegou a enviar à Câmara Municipal um projeto de lei, de 1988, onde era proposto um novo Plano Diretor. O mesmo não chegou a ser votado e foi recolhido pela nova

¹¹⁰ Parecer da vereadora Clair Castilhos ao projeto de lei nº 4.102

administração. Portanto, é grave, e talvez eivados de má-fé, as constantes tentativas de alteração do Plano Diretor, pontuais e localizadas, que irão consumando mudanças casuísticas, sem discussão global e ampla, sobre o ordenamento e a organização do uso do solo urbano do município. Há uma evidência tentativa de impor para Florianópolis, a política do fato consumado.¹¹¹

Os vereadores que formavam um campo de oposição à administração municipal questionaram o equilíbrio econômico entre as partes do contrato, cuja doação onerosa proposta pela administração municipal era lesiva ao patrimônio público. Além disso, argumentava-se que o projeto de lei estava privatizando um espaço público:

Se for alterado o Plano Diretor, o qual determina para a área objeto de 'doação onerosa' a classificação de zoneamento para áreas verdes, esta passará a ser área comercial, traduzindo-se na prática em grande impacto ambiental que desfigurará um local paisagístico de uso de todos, para torná-lo de uso de alguns poucos privilegiados. É inaceitável que a Câmara Municipal aprove um Projeto de Lei que transforma área verde de lazer em área comercial, ou seja, trocar PRAÇA PÚBLICA por HOTEL PRIVADO de cinco estrelas e CENTRO DE CONVENÇÕES, igualmente privado.¹¹²

Na sua conclusão o parecer se posiciona de forma contrária à aprovação do referido projeto de lei por considerá-lo inconstitucional e ilegal. Argumenta que a sua legitimidade ficou prejudicada, pois o centro de convenções proposto "é exíguo e será de propriedade da iniciativa privada, sem qualquer interferência do Poder Público" bem como a área construída que seria destinada à Sede da Prefeitura Municipal, com previsão de 4.000 m², "seria obsoleta", pois "não evitaria, como foi dito na exposição de motivos", redução nos gastos com aluguéis, "o que configura desvio de finalidade".¹¹³

Na polêmica causada pela proposta de doação onerosa do terreno da cabeceira da ponte Hercílio Luz, destaco duas questões que foram levantadas pelos opositores do projeto de lei e que considero relevantes: primeiro, a privatização de uma área pública que tem sido reivindicada para implantação de um parque urbano; segundo, o projeto que propõe uma doação onerosa, que deveria implicar em uma troca justa, mostrou-se claramente desvantajoso para o patrimônio público.

Segundo foi apurado¹¹⁴, o valor da área da cabeceira da ponte a ser doada, calculado a partir da proposta de seu novo uso, ou seja, comercial, foi de NCz\$ 11.262.660,00, a preços de abril de 1989. Aceitando a avaliação

¹¹¹ Parecer da vereadora Clair Castilhos ao projeto de lei nº 4.102

¹¹² Parecer da vereadora Clair Castilhos ao projeto de lei nº 4.102.

¹¹³ Parecer da vereadora Clair Castilhos ao projeto de lei nº 4.102.

¹¹⁴ Parecer da Comissão de Viação, Obras Públicas, Urbanismo e Transporte, baseado em novas avaliações feitas a pedido da Câmara Municipal constante do processo do Projeto de lei 4.102/89, datado de 16 de maio de 1989 e assinado pelos vereadores Vilson Rosalino (PCB) e Vítor Schmidt (PT).

superestimada da prefeitura, o custo da construção de 4.000 m² para o Edifício Sede da Prefeitura atingiria, no máximo, NCz\$ 3.260.000,00, a preços de abril de 1989. O parecer conclui que a doação onerosa do terreno da cabeceira da ponte Hercílio Luz totalizaria um ônus de NCz\$ 8.002.660,00 para os cofres públicos. Esse ônus seria agravado pelo fato de que os 4.000 m² para a sede da prefeitura atenderiam menos de 40% das necessidades do executivo municipal¹¹⁵. Segundo constataram os vereadores Vilson Rosalino (PCB) e Vítor Schmidt (PT), "o projeto proposto, se aprovado, permitirá ao Poder Executivo onerar enormemente o Patrimônio Público".

Muitas foram as manifestações contrárias à proposta da prefeitura de privatização de uma área pública: manifestações de rua e atos de apoio à criação do Parque da Luz. Uma dessas manifestações, que ocorreu em defesa da criação do Parque, foi realizada por ocasião do 63º aniversário da ponte Hercílio Luz e contou com uma apresentação de orquestra de cordas e com a presença do músico Francis Hime, ganhando um certo destaque na mídia nacional.



Figura 52. Manifestação é noticiada em jornal de circulação nacional.
Fonte: Folha de São Paulo, 15/05/1989.

¹¹⁵ Segundo informações do Executivo Municipal através do Ofício 29/89, assinado pelo Sr. Fernando Marcondes de Mattos então secretário do GAPLAN e Coordenador de Projetos Especiais. A administração Municipal ocupava, neste período, uma área de 10.183,24 m².

Entidades de classe expressaram suas posições, como as associações e sindicatos dos arquitetos, engenheiros e geólogos, em carta datada de 15/05/1989, solicitando a suspensão do regime de urgência para a votação do projeto de lei, bem como solicitando a realização de debates para subsidiar as decisões da Câmara de Vereadores¹¹⁶. Ocorreram manifestações individuais, como da arquiteta Sílvia Lenzi, então Coordenadora de Planejamento da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que alertou para a grande carência de “áreas verdes” no centro e na parte continental da cidade. Destacou, ainda, o aspecto histórico do local e informou que estava em tramitação na Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional SPHAN - pró-memória, atual IPHAN, o processo para o tombamento da ponte Hercílio Luz.¹¹⁷

O poder executivo municipal, contando com uma ampla maioria na Câmara de vereadores e sem fazer qualquer mediação com as reivindicações dos movimentos sociais, tem seu projeto de lei nº 4.102 aprovado com algumas modificações que não alteravam a sua essência.¹¹⁸

Após a aprovação do projeto de lei, e em seguida sancionada pelo prefeito, a proposta entrou em vigor como lei nº 3.206, em 22 de junho de 1989. Rapidamente foi aberta licitação pública para a construção do hotel e centro de convenções, mas por duas vezes houve a desistência dos proponentes, cuja justificativa esteve em torno dos planos econômicos do governo federal¹¹⁹. A disputa ficou empatada, desse embate não saiu o hotel e centro de convenções nem o Parque da Luz.

¹¹⁶ Carta enviada à Câmara Municipal de Florianópolis e anexada ao processo de tramitação do Projeto de lei nº 4.102

¹¹⁷ Diário Catarinense, 05/03/1989.

¹¹⁸ As modificações foram: 1. Ampliação de 4.000 m² para 5.000 m² a área de construção para a Sede da Prefeitura Municipal; 2. Ampliação da capacidade do Centro de Convenções para 1.500 lugares. 3. Destinação de 1/3 da área total a ser doada na cercania frontal à cabeceira da Ponte Hercílio Luz para "área verde de uso público" com o respectivo projeto aprovado pelo órgão municipal de planejamento.

¹¹⁹ Com o Plano Collor a empresa vencedora da concorrência – grupo Sagres, ligado ao Bamerindus – desistiu da construção e a licitação foi anulada. (VEJA, 13/11/1991)

7.5 LUGAR DE RESISTÊNCIA

As disputas sobre a ocupação da área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz continuaram, ao longo da década de 1990. Passado o embate para evitar a construção do hotel, uma disputa silenciosa continuou.

A resistência se manteve, acrescida de uma nova estratégia de ação. Iniciativas práticas foram tomadas no sentido de criar um parque de fato. Assim, ao longo dos anos seguintes, os movimentos sociais e ambientais defensores da criação do parque se apropriaram da área da cabeceira da ponte no sentido de construir de fato o Parque da Luz.

Atividades as mais variadas foram desenvolvidas na área do parque. A primeira mais significativa aconteceu em junho de 1996, a partir da proposta de criar um bosque. Os apoiadores do Parque da Luz realizaram um evento com o plantio de 200 mudas de árvores frutíferas e colocação de mourões para impedir a passagem de veículos pela área do parque, trabalho que foi realizado em conjunto com a FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente e outras entidades.



Figura 53. Implantação do bosque no Parque da Luz.
Fonte: AAPLuz.

Outros eventos foram realizados no Parque da Luz como, por exemplo, a Comemoração do Dia da Árvore, em setembro de 1996, onde alunos de escolas municipais realizaram o plantio de mudas de árvores e o “Natal pela Vida no Parque da Luz”, com apresentações musicais e artísticas.

Em 1997, foi criada a “Associação Amigos do Parque da Luz - AAPLuz”, com o objetivo de ampliar a luta pela criação e implantação do Parque: “recuperar e preservar a área de entorno da Ponte Hercílio Luz”.¹²⁰

Segundo Lúcio Dias da Silva, um dos principais membros da associação, o trabalho da AAPLuz busca “defender a área judicialmente e extra judicialmente”. Relata que a associação tem organizado eventos culturais e ambientais em parcerias com outras ONGs e órgãos públicos envolvendo a população, viabilizando na prática a implantação e manutenção do Parque da Luz. Esses eventos, ao longo dos anos, foram consolidando a apropriação pública daquele lugar.

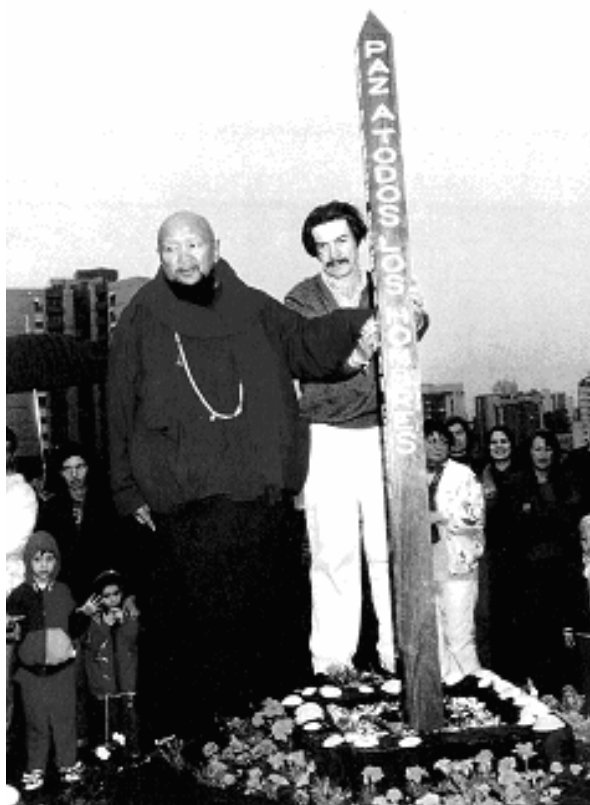
“Além da arborização, o projeto da comunidade prevê implantação de áreas de lazer e esportiva – quadras de futebol, vôlei e pista de skate – chafariz, coreto e concha acústica para atividades culturais”. Entre os projetos da associação está a transformação do atual museu da ponte em "Museu Escola das Pontes" com acervo da construção das três pontes, com biblioteca, café panorâmico e sala multimídia. A proposta, segundo seus idealizadores, permitiria uma maior integração da comunidade com a cultura e a história local.¹²¹

Desde então a Associação dos Amigos do Parque da Luz vem organizando diversas atividades na área do parque, contando com o apoio e a parceria de instituições públicas e movimentos sócio-ambientais.

Foram realizados diversos ritos religiosos no parque: em agosto de 1998, aconteceu o “Ato de Cura do Meio Ambiente”, com cerimonial pela paz mundial e colocação do “Totem pela Paz” no Parque da Luz, participou desse evento o Lama Gangchen Rinpoche. Em outubro de 1998, foi realizada pelo Lama Chagdud Tulk Rinpoche uma cerimônia do fogo. Em agosto de 1999, foi realizada a primeira missa ecológica campal com o Padre Wilson Groh. Em agosto de 1999, aconteceu o evento chamado de a "Dança da Terra", com a presença do índio Cacá Verá.

¹²⁰ Disponível em: www.parquedaluz.alquimidia.org, acessado em 10 de dezembro de 2006.

¹²¹ Entrevista com Lúcio Dias da Silva Filho.



Totem da Paz

Figura 54. Cerimonial Pela Paz Mundial e Cura do Meio Ambiente com a participação do Lama Changcheng Rinpoche e do Padre Wilson Groh.
Fonte: AAPLuz

Cabe destacar o papel da Universidade Federal de Santa Catarina neste processo pelo envolvimento de professores apoiando e muitas vezes direcionando suas pesquisas para atuar no Parque da Luz.

Em outubro de 1998, o XIV ARQUISUR - Encontro de Faculdades e Escolas de Arquitetura dos Países do Mercosul, sediado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, adotou o tema do Parque da Luz para o Prêmio ARQUISUR, uma das atividades do encontro. A proposta temática, "Parque da Luz: Herança Cultural e Memória Urbana" compreendia a Ponte Hercílio Luz e as áreas das cabeceiras insular e continental.

Em outubro de 2000, ocorreu, no Parque da Luz, o 2º Encontro "Abraçando a Vida", com a participação do movimento "Abraçando a Vida", que promoveu também o evento "Terra de Natal no Parque da Luz" em dezembro de 2000.

Outras Instituições importantes estabeleceram parcerias para desenvolver

projetos e atividades no Parque da Luz, como a UDESC - Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina, através de atividades desenvolvida pelo Centro de Educação Física e Desportos e Centro de Artes.

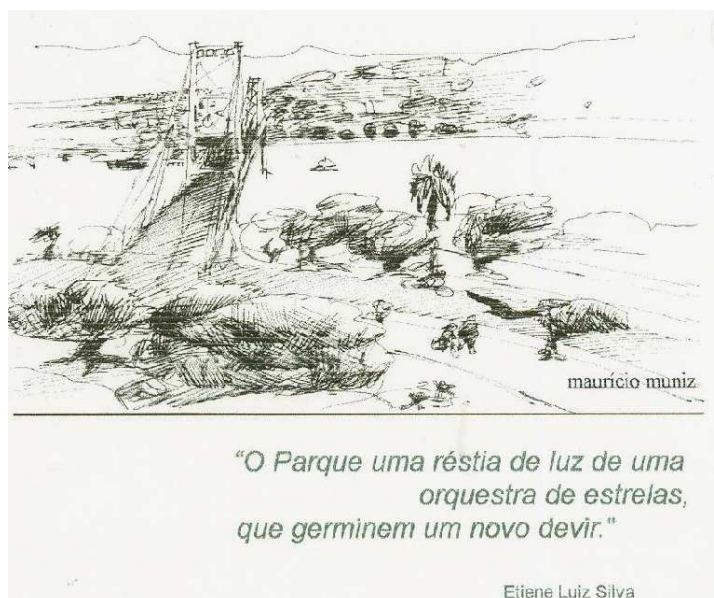


Figura 55. Convite para o “Dia Mundial do Meio Ambiente” no Parque da Luz, 3 de junho de 2001. Atividade promovida pela AAPLuz e o movimento “Abraçando a Vida”.
Fonte: AAPLuz

Também foram realizadas diversas atividades culturais e ambientais como a "Festa dos animais", em outubro de 1999, evento em homenagem a São Francisco de Assis, com participação da ACAPRA - Associação Catarinense de Proteção aos Animais.

Em 24 de abril de 2000, em Comemoração do Dia da Terra, foram plantadas mais de 300 mudas de espécies nativas, evento realizado por alunos de três escolas particulares, com apoio da AAPLuz, grupo bandeirante GAIA e motocicletas Trail Trip.

Também foram realizadas muitas atividades no parque, promovidas por trabalho voluntário, como foi a oficina de arte em mosaico, coordenada pela artista Sílvia Schmidt, em 2000. O trabalho foi realizado com meninos moradores do Morro do Tico-tico com o objetivo de confeccionar floreiras e lixeiras para o Parque da Luz.



Figura 56. Atividades culturais no Parque da Luz
Fonte: AAPLuz

Em 16 de setembro de 2000, foi realizado o evento "Primavera da Paz", encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente, com a realização de várias atividades como mosaicos, esculturas, construção de totem, plantio de mudas e feira de artesanato.¹²² Em setembro de 2001 e abril de 2002 foram construídos totens, que funcionam como portais na entrada do parque pelos artistas Pólo e Rosana.

Em 5 de junho de 2002, foi realizada a Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, quando foram plantadas 150 mudas de espécies nativas, com a participação de um colégio particular, a ONG Pau Campeche e APUFSC - Associação dos Professores da UFSC.

Em 19 de abril de 2002, dia mundial do Índio, ocorreu o encontro das Tribos Indígenas, Guaranis e Kaingang, no Parque da Luz, com a participação do Museu Víctor Meireles e patrocínio da Assembléia Legislativa.

Essas atividades revelam o envolvimento de grupos sociais significativos para a criação do Parque da Luz que na prática têm garantido a concretização e consolidação desse espaço público urbano.

A manutenção do Parque da Luz tem sido assumida, ao longo destes anos pela AAPLuz e para tanto tem contado com parcerias institucionais e particulares. Como a limpeza e recolhimento do lixo pela Comcap - Companhia de Melhoramentos da Capital (A NOTICIA, 8/6/2000). Em maio de 2002, a AAPLuz estabeleceu um convênio com a CELESC, para receber contribuições através da autorização de desconto na conta da luz. Condomínios residenciais e hotéis próximos ao Parque da Luz têm feito contribuições mensais à AAPLuz para realizar o trabalho de manutenção do parque. O jardineiro que faz a manutenção do Parque da Luz também é mantido pela Associação.¹²³

Mais recentemente, a UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina através do Núcleo Integrado de Pesquisa e Extensão do Centro de Ciências da Administração – NIPE/CCA/ESAG promoveu a Feira Arte Floripa – feira de artesanato, astronomia, arte e cultura, como atividade de um projeto de extensão, com o objetivo de geração de renda para artesãos da região.¹²⁴ A feira teve início em janeiro de 2006 e acontece aos domingos no Parque da Luz.

¹²² Informativo AAPLuz, nº 2 - setembro de 2000

¹²³ Boletim informativo da AAPLuz, 01/2000.

¹²⁴ Com apoio da AAPLuz; Prefeitura Municipal de Florianópolis e secretarias; Secretaria de Desenvolvimento Social Trabalho e Renda do Estado de Santa Catarina; SEBRAE; Tractebel Energia; BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.

Em setembro de 2006, o Serviço Social do Comércio - SESC promoveu uma atividade de revitalização do Parque da Luz, com a participação de voluntários. Foram feitas atividades como a recuperação dos totens e reconstrução dos brinquedos infantis.

A prefeitura municipal em alguns momentos tem participado como apoiadora das atividades realizadas no Parque da Luz. Entretanto, o que fica constatado é uma omissão do poder público municipal em assumir a responsabilidade da construção desse espaço público urbano. Algumas iniciativas foram tomadas pelo órgão de planejamento de Florianópolis, o IPUF, como a elaboração de projeto paisagístico para o parque, em 1995, que não passaram desta etapa.

As ações no sentido de criação do Parque da Luz, buscaram sensibilizar a população para que esse lugar faça parte da vida cotidiana da cidade. O sonho de criação do Parque da Luz tem se realizado pela prática concreta de grupos sociais fazendo desta prática coletiva um exercício de cidadania ao pensar e fazer da cidade um lugar melhor.

7.6 AS DISPUTAS CONTINUAM...

Em 15 de maio de 1997, foi homologado o tombamento federal da Ponte Hercílio Luz através da portaria de nº 78, processo nº 1.137-T-85, publicado no Diário Oficial em 16 de maio de 1997. O tombamento da ponte Hercílio Luz contemplou a preservação de uma área de entorno com 1,2 milhão de metros quadrados, dos quais aproximadamente 20% ficam na cabeceira insular, onde está localizado o Parque da Luz.

Segundo declarou o presidente da AAPLuz, Lúcio Dias da Silva, a lentidão no processo de tombamento da ponte Hercílio Luz favoreceu a especulação imobiliária no local. O superintendente do IPHAN, em 1998, arquiteto Dalmo Vieira Filho, também lamentou que o processo tenha demorado tanto tempo e acrescenta que há prédios que não teriam sido erguidos como foram se a lei tivesse sido aprovada antes. Cita como exemplo o prédio Belvedere, no Estreito, que "teria sido

reduzido pela metade se a portaria tivesse sido baixada antes da construção". A demora, segundo o diretor, deve-se ao fato de que a direção nacional do instituto não autorizou o tombamento antes de estar definida a questão da restauração da ponte (A NOTICIA, 16/8/98).



Figura 57. Vista da ponte Hercílio Luz e do lado continental da cidade, com o edifício dentro da área de proteção, interferindo na paisagem onde a ponte está inserida.

Foto: Maria da Graça Agostinho

No entanto, a legislação de tombamento no país prevê proteção provisória aos bens em processo de tombamento: o artigo 10º do Decreto-lei 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, dispõe sobre o instrumento do tombamento provisório que dá proteção equivalente ao tombamento definitivo iniciado o processo de tombamento que ocorre após a notificação do proprietário do bem a ser tombado. Desconhecemos se no caso do tombamento da ponte Hercílio Luz tal instrumento foi utilizado.¹²⁵

De fato, como podemos constatar durante o período de tramitação do processo de tombamento, as áreas próximas da Ponte Hercílio Luz tiveram uma ocupação marcada pela construção de edifícios altos. Um processo de verticalização que alterou de forma irreversível a paisagem do lugar restando, no entanto, a área do Parque da Luz.

¹²⁵ Foram feitas tentativas de contato com o IPHAN-SC para proceder pesquisa na instituição sobre o processo de tombamento da ponte Hercílio Luz sem retorno.



Figura 58. Verticalização da área de entorno do Parque da Luz.
Fonte: AAPLuz.

Em 1998, o vereador Mauro Passos (PT)¹²⁶ apresentou à Câmara de Municipal de Florianópolis o projeto de lei 8.103/98, propondo a criação oficial do Parque da Luz. No entanto, no decorrer do processo uma emenda ao projeto foi apresentada pelo vereador Alcino Vieira (PPB) propondo a divisão da área destinada ao parque no projeto original. Na proposta de emenda metade de sua área seria destinada para a venda cujo objetivo seria a formação de um lastro econômico-financeiro do fundo Previdenciário dos Servidores Municipais. Correndo o risco da proposta original de criação do parque ser profundamente modificada, o projeto de lei foi retirado da pauta de votação.

A AAPLuz mais uma vez fez um esforço de mobilização da população a partir de um evento que chamou de “SOS Parque da Luz”. Na Câmara Municipal de Florianópolis, o projeto de lei foi reapresentado, algum tempo depois, sendo, finalmente, aprovado. Assim, foi criado oficialmente o Parque da Luz como Parque Municipal da cidade, em dezembro de 1999.¹²⁷

Mesmo com a aprovação na Câmara Municipal da criação do Parque da Luz, as pressões de setores da prefeitura e do setor imobiliário para construir na área e no seu entorno continuaram. No final dos anos 90, outro momento de disputa quanto ao uso e ocupação da área de entorno da Ponte Hercílio Luz refere-se à construção de um centro empresarial localizado próximo do monumento a Hercílio Luz. A intenção inicial do empreendimento era de construção de um prédio de seis andares com heliporto. Por estar dentro da área de proteção do entorno da Ponte

¹²⁶ O vereador do Partido dos Trabalhadores pertencia a bancada de oposição ao poder executivo municipal, cuja prefeita era Ângela Amin.

¹²⁷ O projeto de lei de criação do Parque da Luz transformou-se em Lei complementar nº 51 de 1999.

Hercílio Luz segundo o tombamento federal, tal empreendimento foi questionado pela AAPLuz que encaminhou uma representação ao Ministério Público.



Figura 59. Centro Empresarial (à esquerda) construído dentro da área de proteção do tombamento da Ponte Hercílio Luz.
Foto: Maria da Graça Agostinho

A principal questão quanto a construção do centro empresarial é de que a área localiza-se dentro do ângulo de visibilidade da Ponte Hercílio Luz, interferindo na paisagem protegida. Acrescenta-se a esta área sob proteção federal a proteção do patrimônio de âmbito municipal, pois, também faz parte do conjunto histórico Rita Maria, tombado pelo decreto municipal 280/86.

Com a mediação do Ministério Público a edificação foi reduzida para dois andares. A interferência da AAPLuz foi fundamental para garantir o respeito à legislação de proteção do patrimônio federal e contou com o apoio da UFSC através da participação do Professor Lino Peres e do então vereador Mauro Passos.

Em 1997, por iniciativa da prefeita Ângela Amin, foi elaborada uma proposta no sentido de modificar na legislação urbana o uso de parte da área do Parque da Luz, sendo aprovada pela CMF. Assim, o zoneamento da área do Parque da Luz foi modificado: da área total de 37.592,29 m², 5.750 m² passou a ser considerada como AMC - “Área Mista Comercial” e a área restante de 32.000 m² ficou como AVL – “Área Verde de Lazer”. O objetivo da mudança se deu pelo fato da administração municipal pretender implantar a sede da prefeitura nesse local, restringindo a área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz como espaço público com uso coletivo.

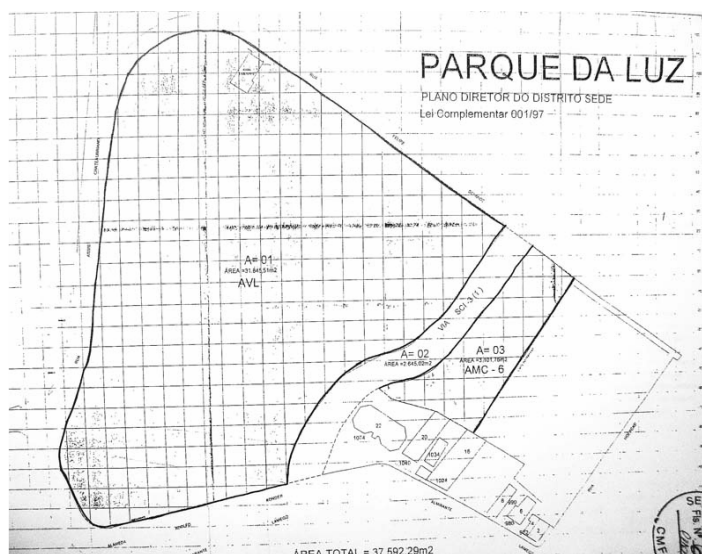


Figura 60. Planta de uso do solo da área da cabeceira da ponte Hercílio Luz. Lei complementar 001/97. Área maior à esquerda ficou como AVL, área menor à direita foi modificada para AMC.
Fonte: IPUF/PMF.

A proposta de construção da sede da Prefeitura Municipal na área do Parque da Luz esteve por diversas vezes em pauta. Em 2001, estava em elaboração pelo IPUF um projeto de construção da sede da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FLORAM¹²⁸ e da Fundação Municipal de Esportes - FME, que ocuparia a área cujo uso havia sido modificada para AMC - Área Mista Comercial (A NOTÍCIA, 22/03/2001). Em meados do mesmo ano, foi anunciada na imprensa a intenção da Administração Municipal em viabilizar tais construções (A NOTÍCIA - CAPITAL, 17/06/2001).

A AAPLuz mantinha uma mobilização no sentido de buscar reverter o zoneamento de parte da área do Parque da Luz. Em 2001, solicitou à Câmara de Vereadores a alteração do zoneamento da área do Parque da Luz definida como AMC para AVL.

Em 2004, mais uma vez foi elaborado um projeto para a sede da prefeitura, a ser construído no Parque da Luz, sendo complementado por um projeto paisagístico para o Parque. O projeto foi realizado por escritório contratado.¹²⁹

Mais uma vez o assunto entra em pauta: em 2006, através de uma declaração à imprensa, o prefeito Dário Berger (PSDB) anuncia a construção da nova sede para Prefeitura de Florianópolis. A polêmica dá início quando a administração municipal apresenta as possíveis áreas para a construção da nova

¹²⁸ A Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) já havia manifestado em outros momentos o interesse em construir sua sede na área da cabeceira da ponte (O ESTADO, 17/05/1999).

¹²⁹ Tabacow Chamas & associados Ltda.

sede. O local preferencial do prefeito seria a área do Parque da Luz, na cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz (A NOTÍCIA CAPITAL, 19/06/2006).

É interessante observar que após anos de resistência e luta pela implantação do Parque da Luz este ainda não está consolidado e permanece em constante ameaça, inclusive pelo poder público. Mais uma vez a Associação Amigos do Parque da Luz se mobiliza e se manifesta contrária à instalação da sede da administração municipal na área do Parque da Luz que, por fim, acaba desistindo da proposta.

Na Câmara Municipal estava em tramitação o projeto de lei complementar de autoria da vereadora Ângela Albino (PCdoB), apresentado em 15 de dezembro de 2005, que previa a alteração do zoneamento da área cogitada para construção da nova sede da Prefeitura Municipal. Atualmente considerada “Área Comercial Mista” seria modificada para “Área Verde de Lazer”. O Projeto de lei n.º 726 foi aprovado e sancionado em novembro em 2007. Essa área na prática já fazia parte da área total do Parque da Luz, consolidando o que já havia por força da vontade e participação dos movimentos sócio-ambientais na cidade.

Cabe destacar uma das últimas disputas em torno do Parque da Luz. Trata-se da venda do terreno onde estava localizado o antigo prédio da Santa Fé Veículos ao lado da área do Parque da Luz de propriedade da Família Amin para a Caixa Econômica Federal¹³⁰ e desta para grupos imobiliários, com a liberação dessa área para a construção de edifícios.

Sobre o processo de venda deste imóvel, Lúcio Dias da Silva, apresentou dúvidas sobre esta negociação, afirmando que: “nós estamos pedindo para investigar”. Assim, a AAPLuz apresentou denúncia junto à 28ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, protocolada em 08/06/2005, quanto ao processo de venda do terreno acima citado e elaboração dos registros de imóveis com interveniência da PMF, entre 1995-2004, que resultaram nos terrenos das empresas construtoras Koerich e Magno Martins. Deste processo, entre outras questões, teria resultado, segundo a AAPLuz, a perda de uma área de 543,00 m² pertencente à PMF (área do Parque da Luz) em favor do terreno em questão.

¹³⁰ “A Caixa Econômica Federal acaba de publicar em Edital Público: vai leiloar no dia 12 de junho todo o terreno de sua propriedade, comprado da família Amin, nos altos da Felipe Schmidt, junto ao Parque da Luz, uma das poucas áreas não construídas do centro de Florianópolis, num total de 5.766,30 metros quadrados. Valor inicial do leilão R\$ 4,7 milhões” (DIÁRIO CATARINENSE, 9/5/1999).



Figura 61. Prédio da empresa Santa Fé Veículos, localizado ao lado da área do Parque da Luz na esquina da rua Felipe Schmidt com a rua Hoepcke. Demolido.
Fonte: UFSC

Em 2004, foi dado início às obras de um edifício de apartamentos na área em questão causando nova polêmica envolvendo o Parque da Luz. Com o licenciamento aprovado pelo órgão municipal competente, SUSP - Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos as obras do edifício foram embargadas pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (A NOTÍCIA, 17/12/2004).

O que estava em questão era o fato dessa área estar dentro do polígono de proteção do Tombamento Federal da Ponte Hercílio Luz e a construção de um edifício nesse terreno, localizado na confluência da rua Felipe Schmidt com a rua Hoepcke, comprometeria o ângulo de visão da Ponte Hercílio Luz de quem a vê a partir da Avenida Rio Branco.¹³¹

¹³¹ Em ofício nº 219/99/11ªSR/IPHAN/SC de 09 de agosto de 1999, Dalmo Vieira Filho, Superintendente Regional da 11ªSR/IPHAN/SC endereçada para Gerente da Caixa Econômica Federal, sobre a viabilidade de construção no entorno da Ponte Hercílio Luz, afirma que “o ponto específico a ser analisado é o de quem sobe a Av. Rio Branco, de onde pode-se observar as torres da ponte, como que anunciando o monumento que será visualizado à medida que a via pública deixa de ser perpendicular e torna-se paralela ao desenho da orla. Salienta-se que deste ponto de vista, as visuais da ponte já estão delimitadas por edifícios de gabarito máximo para a região, à direita e à esquerda de quem sobe tanto as ruas Felipe Schmidt quanto à Av. Rio Branco. Consideramos assim, que o ponto a ser defendido na área não se relaciona diretamente com o gabarito, que pode ser similar ao dos edifícios da região (já que um único pavimento já inviabiliza a observação da ponte da região). Deve-se contudo, estabelecer a ocupação do lote de modo a permitir a visualização da ponte nos encontros das duas citadas vias públicas com as ruas Hoepcke e Duarte Schutel.”



Figura 62. Obra do edifício embargada pelo IPHAN, em dezembro de 2004, no início da construção.
Fonte: A Notícia 17/12/2004

Em manifesto-denúncia encaminhado pela Associação dos Amigos do Parque da Luz ao Ministério Público Federal - SC, protocolado em 17 de novembro de 2004, com 200 assinaturas, foi apresentada a preocupação quanto aos empreendimentos imobiliários das empresas Magno Martins e Koerich Construtora, sendo os pontos mais relevantes da denúncia ao ministério público federal as seguintes questões: a área está dentro da poligonal de proteção da Ponte Hercílio Luz; não estão sendo respeitados os critérios de visualização do citado monumento; capacidade da infra-estrutura local; o não cumprimento do Estatuto da Cidade ao não prever a avaliação de impactos de vizinhança; não respeito pelas áreas históricas tombadas; levanta suspeitas quanto a lisura das transferências da referida área até chegar aos atuais proprietários, bem como a aprovação dos projetos pela prefeitura.

Em 11 de março de 2005 é suspenso o embargo extrajudicial pelo IPHAN a partir da assinatura de um termo de compromisso com a empresa Magno Martins Engenharia onde esta assume compromisso quanto à diminuição de cerca de 3

metros na altura total da edificação e a não utilização de materiais de revestimento externo em vidro pelo lado da Ponte Hercílio Luz, sendo as obras liberadas.¹³²



Figura 63. Construção dos edifícios de apartamentos ao lado do Parque da Luz, 2007.
Foto: Maria da Graça Agostinho

Os edifícios de apartamentos construídos junto ao Parque da Luz lhes viram as costas, ergue barreiras, não há qualquer intenção de diálogo. Há uma negação desse lugar pelas novas construções, como se ele não existisse, ou existe somente como “vista”, paisagem a ser apreciada, mas sem contato direto com o lugar onde está inserido.

Creio que o elemento mais relevante sobre a construção do edifício é de que ele bloqueia uma das visualidades da área histórica tombada, isso sem considerar que neste caso diante da relevância do lugar caberia uma proposta responsável do poder público que pensasse a cidade a partir de seus espaços públicos, ou seja, integrando toda a área da poligonal de proteção bem como o próprio bem tombado, a ponte Hercílio Luz, com a cidade. A liberação da construção de edifício rompeu com a possibilidade de continuidade do espaço público urbano entre a Avenida Rio Branco, Parque da Luz e ponte Hercílio Luz.

¹³² Termo de Compromisso firmado entre a empresa Magno Martins Engenharia Ltda. e a 11ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/SC.



Figura 64. Vista da avenida Rio Branco: edifícios construídos na área do prédio da Santa Fé Veículos
Foto: Maria da Graça Agostinho

Assim, o poder público tem abdicado de pensar a cidade a partir dos espaços públicos e dos monumentos em favor de interesses privados e da produção de um tipo de arquitetura que não dialoga com a cidade, especificamente, os espaços públicos.

Por outro lado, as ações promovidas pela AAPLuz e movimentos sociais e ambientais defensores do Parque da Luz vem buscando um processo mais democrático de se pensar a cidade. Recentemente, a Associação trabalhou pela criação do Comitê de Gestão das Cabeceiras da Ponte Hercílio Luz, que se constituiria em um dispositivo legal para que a população participe ativamente deste debate. A prioridade agora é promover a discussão do que a cidade quer para aquele lugar.¹³³

¹³³ Jornal A Notícia, 07/10/2007.



Figura 65. Vista do Parque da Luz, situação atual.
Fonte: AAPLuz.

As ameaças à privatização da área do Parque da Luz têm permanecido latentes e são constantes as denúncias de abandono e avanço de construções irregulares dentro da área protegida pelo tombamento federal. Infelizmente nenhuma ação efetiva por parte do poder público municipal aconteceu para concretização do projeto do Parque da Luz, apesar do tombamento federal e da criação oficial do Parque. O que percebemos ao longo destes anos na luta pela criação do Parque da Luz é a capacidade de resistência à sua privatização. Foi um período de muitas conquistas e, visivelmente, um lugar de vida pública passou ser construído cotidianamente pela ação coletiva. “... **Vamos criar nesta ilha um Parque da vida na Ponte da Luz ... Ponte da Luz do dia ... Ponte da Luz da noite ... Luz, luz, luz – criação a cada dia**”.

PARQUE DA LUZ

Em dia de sintonia
e noite de lua cheia
com lindas sereias na areia
e belos veleiros no mar
vamos criar nesta ilha
um Parque da Vida
na Ponte da Luz

Ponte da Luz do dia
È sol que irradia
criando com energia
o fruto que vai nascer
que se encontra em harmonia
com os veios da semente
e os raios da canção.

Ponte da Luz da noite
pôr-do-sol, lua cheia encantada
brilha a passagem dourada
o cruzeiro do sul e as três marias
unindo a beleza da terra,
da serra, dos vales e rios,
da Catarina Brasil,
que um dia se encontram no mar,
com as gaivotas do ar,
cantando no Parque da Luz.
(Luz, luz, luz - criação a cada dia)

Etienne Luiz Silva

CONCLUSÕES

A interdisciplinaridade mostrou caminhos extremamente ricos e cheios de possibilidades para o estudo da cidade. Como alternativa aos paradigmas da ciência moderna constituiu-se em um grande desafio, pois trata-se de um contexto epistemológico novo de muitas indefinições. Entretanto, estou certa de que o trabalho interdisciplinar apresenta-se como a forma mais adequada para abordar as questões que envolvem as cidades na contemporaneidade, pois este se apresenta como uma via para o conhecimento integrado, sendo um meio para conhecer e atuar em sociedades complexas como a nossa. Exige, por sua vez, uma nova atitude do pesquisador diante de seu objeto de estudo, buscando ultrapassar as barreiras formais das disciplinas ao mesmo tempo que precisa reconhecer os limites de se descrever uma totalidade.

O ponto de partida para uma abordagem interdisciplinar do estudo da cidade, que deve ser tomada em toda a sua complexidade, é considerar como base a análise do contexto histórico e espacial, considerando a diversidade econômica, ambiental, cultural, urbanística, arquitetônica, política e social.

Com esta compreensão, são muitas as possibilidades de recortes para a análise que as cidades nos oferecem. A estratégia do estudo de caso mostrou-se um caminho fértil para o desenvolvimento deste trabalho, que foi norteado pela busca de uma compreensão interdisciplinar da realidade urbana.

Neste sentido, o Parque da Luz, como estudo de caso, constituiu-se em um recorte que me permitiu olhar as transformações urbanas na cidade a partir da modernização e, especificamente, as transformações quanto aos espaços públicos urbanos e as implicações no processo de construção da cidadania na cidade contemporânea.

Espaço público urbano é o lugar de vida pública na cidade e, para tanto, necessita de suporte material, espaço concreto, cuja apropriação coletiva lhe dá o caráter de lugar de vida social e política. Assim, as ruas, as praças e parques configuram o contexto arquitetônico da vida pública dando condições de materialidade para que esta possa se manifestar. A constituição plena do espaço

público urbano na cidade requer a reunião das três dimensões constitutivas que definem o seu caráter “público”: social, política e comunicativa.

Portanto, espaço público urbano constitui-se em um lugar na cidade cuja apropriação se dá coletivamente e onde se aprende a viver junto, estabelecendo, assim, territórios de sociabilidades. É o lugar cujo domínio é público, ou seja, de todos ou do interesse de todos. É o lugar da fala, da comunicação, da manifestação.

O espaço público urbano assim constituído é o lugar na cidade onde é possível o exercício da liberdade. A não manifestação do caráter público com suas dimensões constitutivas implica, portanto, na perda ou no esvaziamento dos espaços públicos urbanos, trazendo conseqüências para o exercício da liberdade.

Ser livre é a condição fundamental para se constituir como cidadão e usufruir o direito de pertencer a um corpo coletivo. A liberdade é pública e política, pois se realiza em público, junto com os outros, pautada pela solidariedade. O exercício da liberdade, participação e decisão coletiva, vai além dos momentos político-eleitorais, deve ser praticado cotidianamente. Os espaços públicos na cidade são lugares para o exercício cotidiano da liberdade e da cidadania, é o lugar onde se aprende a viver junto, a agir de forma coletiva pautada pelos valores de solidariedade. Aprender a ser solidário com o Outro como um exercício cotidiano pode repercutir nos momentos de decisões políticas.

A cidadania exige o exercício e a prática por parte dos cidadãos como moradores da cidade, só assim será possível realmente uma unidade inseparável entre cidade e cidadania. Nesse sentido, a cidadania se refere ao sentimento de pertencimento, compartilhar interesses, memórias e experiências com outros, sentir-se parte de uma ampla coletividade, possuir valores em comum e sentimentos profundos de identificação. No espaço público urbano se constrói os sentidos de identidade e localização fundamentais ao desenvolvimento do sentido de pertencer.

O espaço público é uma experiência social e política que nasceu nas cidades da democracia grega. Na *ágora*, os cidadãos exerciam o direito de participar da vida política da cidade. Na Idade Média as cidades tornaram-se centros da vida social e política, possuindo uma organização espacial rica e dinâmica marcada pela composição de seus espaços públicos. Na sua forma pré-industrial, o contexto arquitetônico da vida pública é marcado pelo contraste entre os espaços públicos e privados. No entanto, a complexa ordem social que surgiu nas cidades pré-industriais sofreu transformações determinadas pelas práticas introduzidas pelo

capitalismo que visavam à acumulação cada vez maior de riqueza através do lucro. O equilíbrio entre os domínios da vida pública e da vida privada foi corrompido. No século XIX, veremos a ampliação da separação por classe social, reforçada pelo fenômeno da segregação espacial; o surgimento da obsessão, com a individualidade e o esvaziamento da vida pública; intervenções urbanas, como as de Haussmann, em Paris, chamadas de “embelezamento estratégico”, cujo objetivo era estabelecer a ordem e o controle social.

No entanto, cabe destacar neste processo os paradoxos revelados pela cidade que se industrializava. Por um lado, se vivenciava a interioridade da vida privada, a nova realidade da cidade moderna, por outro, criou novas possibilidades de experiência urbana.

A metrópole é um dos fenômenos mais importantes da modernidade, entretanto o processo de modernização na cidade reduziu a vida urbana ao processo produtivo. A cidade passou a ser vista como um organismo produtivo que precisava se libertar de tudo o que emperra seu funcionamento. Esta visão mobilizou o Movimento Moderno, nas primeiras décadas do século XX, em direção à necessidade de mudar as cidades. A concepção do urbanismo modernista, contida na Carta de Atenas, condenou ao fim a rua corredor da cidade pré-industrial com sua multiplicidade de funções. A rua geradora de doenças e confusão não atendia às necessidades da era da máquina. No seu lugar foi proposta a construção de vias exclusivas para a circulação, cumprindo unicamente a função de deslocamento.

A modernização a qualquer custo do pós-guerra acarretou um intenso processo de crescimento das cidades acompanhado de grandes obras de intervenção urbana pelo poder público – planos diretores, planos de renovação, construção de grandes conjuntos habitacionais e de cidades novas. O urbanismo, como instrumento de ordenamento urbano, transformou-se na expressão da visão de uma racionalidade instrumental cujo objetivo era construir a cidade para a produção e para o consumo. O espaço público urbano perdeu, na cidade produzida pela lógica da funcionalidade, parte das dimensões que lhe conferia o caráter público.

A crítica ao urbanismo modernista da Carta de Atenas buscou inspiração na vitalidade das ruas como antídoto mais indicado para a patologia da cidade funcional. Os modernistas dos anos 60 deveriam enfrentar o mundo da via expressa e mostrar que este não constituía o único mundo moderno possível, que havia

outras e melhores direções para as quais o espírito moderno podia se voltar. A direção tomada por estes modernistas, buscando uma nova fonte de vida, energia e afirmação e que era tão moderna como o mundo da via expressa, foi a vida cotidiana da rua. Era preciso recuperar o humanismo moderno.

Os processos modernizadores mais recentes têm trazido mudanças na organização do espaço urbano e na vida cotidiana com implicações no espaço público urbano. A ampliação da desigualdade social, da segregação espacial e da violência são fenômenos que têm marcado cada vez mais intensamente a realidade das cidades contemporâneas. Esses processos sócio-ambientais apresentam-se em contraposição à experiência do espaço público urbano como lugar de trocas, encontros e vivências múltiplas.

Os “enclaves fortificados” são a expressão do novo padrão de segregação espacial, espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. Estes se apresentam de diversas formas e tamanhos que vão desde os condomínios fechados exclusivos para moradia até aqueles que, reunindo as diversas funções, transformam-se em verdadeiras cidadelas. As “privatopias” atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos. No Brasil, os condomínios fechados, com tamanhos diferenciados, têm sido uma marca das expansões urbanas mais recentes, tanto nas grandes cidades como também em cidades médias.

Os “enclaves fortificados” negam a rua e a vida pública, estão em contraposição à existência dos espaços públicos urbanos, por suas características intrínsecas: são espaços de uso coletivo cuja propriedade é privada; enfatizam o valor do que é privado e restrito, ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São lugares demarcados fisicamente, isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos e controlados por um sistema de segurança privado, que impõem as regras de inclusão e exclusão. Transformados em símbolos de status, são ambientes socialmente homogêneos e autônomos em relação ao seu entorno, pois suas relações com o mundo exterior acontecem, em geral, por meio de redes invisíveis que são possíveis graças, principalmente, às novas tecnologias de comunicação.

Atualmente, a vida nas cidades tem sido marcada por um dilema entre a busca em viver com segurança, e isso nos move para a proteção do lar e a busca em viver com liberdade, possibilidade dada pela vida pública, ambas importantes

para o desenvolvimento humano. No entanto, vivemos um desequilíbrio nas cidades contemporâneas com o surgimento cada vez maior do encolhimento da vida social em favor de uma vida cada vez mais privada. Estamos diante da negação cada vez maior do espaço público como lugar de convívio social.

A segregação espacial e a violência urbana nas cidades brasileiras revelam a nossa frágil cidadania. Paradoxalmente, vivemos nas últimas décadas avanços na democracia política com poucos avanços e até retrocessos na conquista dos direitos civis e sociais.

A cidadania no Brasil é definida pela sua condição de “incompletude”, sua história está cheia de contradições, avanços e recuos, impossível de ser pensada como um desenvolvimento linear e cumulativo. Apesar do avanço significativo da democracia brasileira nas últimas décadas, especialmente nas cidades, verificou-se o aumento de novos tipos de violência, injustiça e impunidade, ocorrendo uma coincidência de expansão e erosão democrática. Ao mesmo tempo em que novos movimentos de cidadania democratizaram o espaço urbano, o clima de medo e falta de civilidade também permeia os encontros públicos nas cidades brasileiras. Esses novos desencadeamentos produziram o abandono do espaço público, residências que se tornaram fortalezas, criminalização dos pobres e aumento da violência policial. Tais condições debilitam a democracia.

A crescente fragmentação e segregação sócio-ambiental nas cidades têm produzido a desvalorização e o esvaziamento dos espaços públicos. A cidade moderno-contemporânea parece cada vez mais perder a dimensão de vida pública urbana que os espaços públicos oferecem. Tal dimensão constitui o caráter original da cidade que implica necessariamente na condição de viver de forma coletiva.

Portanto, diante das condições colocadas, pensar o espaço público urbano deve ter como base a questão ética, baseada na luta social pela reforma urbana e pela aplicação do “Estatuto da Cidade”, ou seja, uma política para o espaço público urbano deve estar inserida na busca pelo reconhecimento e conquista dos direitos ligados às condições de vida nas cidades para a construção da cidadania e de cidades justas e solidárias. Caso contrário, corremos o risco, como vem acontecendo em muitas ações urbanas, de criar simulacros de vida urbana, transformando cidades em centros de consumo.

Entretanto, diante da complexidade da arte de viver o cotidiano e percebendo a realidade a partir de seu movimento dialético, contrapõem-se aos usos

propostos pela cidade do capital as estratégias de vida dos habitantes. Através do uso e do contra-uso dos espaços públicos na cidade é possível reforçar as possibilidades de subversão que a vida pública impõe às tendências segregacionistas de organização sócio-espacial das cidades.

A cidade moderna não é invenção do capital, como a própria modernidade também não é. Construções ideológicas têm buscado o apagamento da cidade como espaço da liberdade e da solidariedade, essência da cidade moderna.

A cidade do capital é a cidade desigual e fragmentada revelada pela existência da miséria, da violência, da desigualdade social e da segregação espacial. A cidade da liberdade e da solidariedade é revelada nos lugares onde a vida pública acontece, nos lugares onde os estranhos se encontram e onde as diferenças podem se manifestar. A primeira cria espaços de homogeneidade, a segunda cria espaços cuja qualidade é marcada pela heterogeneidade.

A cidade do capital impõe o valor de troca, a cidade da liberdade e da solidariedade reivindica o valor de uso. A cidade do capital impõe o consenso, a cidade da liberdade e da solidariedade vivencia o conflito e a mediação.

A modernidade possibilitou o desenvolvimento da razão e da ordem na produção do espaço urbano, por outro lado deu possibilidades para a sua subversão. O uso e o contra-uso.

Os espaços públicos urbanos fazem parte da cidade da liberdade e da solidariedade. No espaço público urbano temos a possibilidade de vivenciar o encontro com aquele que nos é diferente, traço característico fundamental da cidade moderna ocidental, lugar não apenas de trocas comerciais, mas também de sociabilidades e prática política. A existência de espaços públicos urbanos é uma das condições para a conquista e garantia do direito humano à diferença.

O sentido de espaço público vem sendo modificado na cidade contemporânea onde os espaços da diferença perdem intensidade diante dos espaços da desigualdade. Hoje temos muitos indivíduos desinteressados do coletivo, indivíduos não cidadãos, desprovidos da idéia de coletivo. O papel da educação e a luta pelo direito à cidade ganham importância na medida em que contribuem para o aprendizado e o exercício de cidadania, ou seja, aprender a ser cidadão. A cidade, assim, torna-se uma peça-chave nesta construção pedagógica: ela cumpre o seu papel de cidade educadora quando, vivenciando a própria cidade,

o indivíduo torna-se sujeito-cidadão. Na cidade e no espaço público o cidadão exercita o desejo, a fala, o conflito, a mediação, a escolha, todos elementos fundamentais para a construção de uma sociedade democrática.

A luta pela construção de espaços públicos urbanos devolve à cidade fragmentada os lugares para o encontro e para a expressão cidadã. Podemos pensar que a qualidade dos espaços públicos é um indicador da qualidade da vida urbana. Assim, o espaço público constitui-se como uma das condições para a construção da cidadania e da cidade democrática.

A existência de espaços públicos é a condição para vivermos juntos na cidade, do contrário teremos um ajuntamento de partes fragmentadas, ilhas ligadas por frágeis pontes. A cidade assim perde o seu caráter essencial: lugar onde aprendemos a viver junto. Por outro lado, no espaço público urbano temos a possibilidade de vivenciar o encontro com aquele que nos é diferente, traço característico fundamental da cidade moderna ocidental.

Estamos novamente diante de escolhas: podemos e devemos escolher como queremos viver. A possibilidade de fazer escolhas sobre como viver implica necessariamente na existência de cidadania e de democracia. No processo democrático, não queremos algo porque nos dizem que é bom, mas algo é bom porque o queremos¹³⁴. As melhores escolhas são aquelas que fazemos pensando coletivamente. O processo participativo na gestão urbana requer aprendizado de convivência e respeito às diferenças, construindo uma prática cotidiana como moradores da cidade.

Assim, vida pública não é apenas a esfera das decisões políticas. A vida pública urbana vai além dos momentos de tomada de decisão, eleger e ser eleito, mas está relacionada com a vida cotidiana, o dia a dia na cidade onde estabelecemos vínculos de sociabilidades e urbanidades. É no dia a dia que aprendemos a conviver com o outro, o diferente, onde aprendemos e exercemos as regras de tolerância e civilidade. Aprendemos a ser cidadão, com direitos e deveres e exercitamos nossa liberdade, não a liberdade sem limites, “livre das leis”, de fazer tudo o que queremos, mas a liberdade que só é possível na companhia de outros, respeitando o outro nas suas diferenças. Nesse sentido, o espaço público surge como o lugar privilegiado para o exercício cotidiano de cidadania.

¹³⁴ Devo esta formulação à Joaquin Herrera Flores, em palestra proferida em 12/06/2008, no Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

O espaço público é o lugar onde se aprende a viver de forma coletiva. No exercício cotidiano vivenciamos o encontro com aquele que nos é diferente. Nesse sentido, como lugar onde as diferenças podem se manifestar, a existência de espaços públicos urbanos é uma das condições para a conquista e garantia do direito à diferença. Assim, propõe-se pensar o espaço público como um direito humano e como parte constituinte do direito à cidade.

O Parque da Luz em Florianópolis tem sido uma rica experiência de luta por um espaço público urbano, constituindo-se em um movimento de resistência ao processo de modernização da cidade de Florianópolis que tem se pautado pela privatização e pelo descaso dos lugares de vida pública na cidade.

Vimos que o processo de modernização em Florianópolis teve um claro perfil conservador e autoritário, não distinto de um modo geral do processo brasileiro. Independente dos distintos momentos da política brasileira com implicações locais prevaleceram os interesses dos grupos dominantes que atuaram em favor de seus interesses econômicos, fazendo uso da esfera pública de forma privada, ou seja, fazendo prevalecer a lógica dos interesses privados sobre os interesses públicos.

A capital do Estado de Santa Catarina manteve, nas primeiras décadas do século XX, sua estrutura econômica sem alterações significativas. Sua base econômica era o comércio e, secundariamente, a administração pública que foram os dois setores responsáveis pela entrada da maior parte dos recursos financeiros que mantinham o núcleo urbano na primeira metade do século XX. Florianópolis, mesmo na condição de capital, era uma cidade pequena com pouca expressão nacional.

No decorrer da primeira metade do século XX, foi se constituindo uma percepção negativa de Florianópolis, a partir de uma visão da cidade como sendo “atrasada”. Este sentimento permanece no decorrer do século XX ao mesmo tempo em que fortalece o desejo pela modernização da cidade.

Reformas urbanas foram promovidas pelo governo do Estado de Santa Catarina em Florianópolis, com o objetivo de mudar a realidade da cidade, nas primeiras décadas do século XX. Dentre essas, a ponte Hercílio Luz, concluída em 1926, foi um marco simbólico no processo de modernização da cidade, sendo uma das primeiras ações públicas que buscaram reorientar o desenvolvimento urbano da cidade.

Nas décadas seguintes de 1930 a 1950, apesar dos esforços feitos desde os tempos da Primeira República e no período do Estado Novo, a cidade de Florianópolis viveu um período de estagnação decorrente da não modernização de sua economia que estava baseada no comércio através do transporte marítimo, sendo seu porto desativado definitivamente em 1964.

Assim, enquanto as principais capitais brasileiras apresentavam um intenso processo de metropolização, Florianópolis, como decorrência das suas condições econômicas, era uma cidade com pouca expressão no contexto estadual e nacional. Cresce um sentimento de “inferioridade” em relação às outras capitais. A cidade ainda manteve um relativo crescimento urbano, entre as décadas de 1930 e 1950, graças ao crescimento das funções político-administrativas e também devido à ampliação geográfica de seu território.

Na década de 50, a insatisfação ganha uma nova dimensão: “a vontade de ser moderno”. A ideologia desenvolvimentista apresentava-se em Florianópolis, enquadrando-a como uma cidade atrasada e tentando fazer crer que o progresso era necessário e inevitável. Ser moderno estava vinculado à idéia de modernizar a partir da busca de uma alternativa econômica para a cidade.

Florianópolis e a sua modernização estavam no centro das disputas políticas formadas pelas duas linhas oligárquicas regionais remanescentes da República Velha que disputavam a hegemonia política no Estado: os Ramos (PSD - Partido Social Democrático) e os Konder-Bornhausen (UDN - União Democrática Nacional), estes se revezaram na situação de governo e mantiveram-se no poder ao longo do século XX e nas décadas de 1950 e 1960. Assim, o poder de impor cada qual sua visão sobre o futuro referia-se também ao futuro desses agrupamentos no poder.

Assim, desde a década de 1950, constituiu-se um discurso desenvolvimentista, cujo objetivo era tirar Florianópolis do “atraso”, da “estagnação” e expressava a “vontade de crescer”, tirar Florianópolis da condição de inferioridade, e apontava para a necessidade de transformar a cidade em uma “metrópole”. Esse discurso buscou uma ação concreta, a partir da década de 1960, via intervenção do Estado. O planejamento urbano surge como um instrumento capaz de mudar essa realidade, destacando-se os planos elaborados para Florianópolis, no final da década de 1960.

O Plano elaborado pelo ESPLAN, baseado nos princípios da Carta de

Atenas, tinha como um dos principais objetivos criar uma “grande cidade”. O plano prometia um “surto de desenvolvimento” com a criação da região metropolitana de Florianópolis. O plano previa ainda o estímulo ao desenvolvimento turístico, através da abertura de acessos e áreas para a urbanização na costa atlântica da Ilha de Santa Catarina.

A definição das áreas prioritárias de expansão e de investimentos urbanos fez com que o projeto do Plano Diretor permanecesse em tramitação na Câmara Municipal durante vários anos. A política tecnicista implantada com a instituição da ditadura militar se contrapõe num primeiro momento com as políticas regionais baseadas nos poderes oligárquicos há muito estabelecidas. Entretanto, veremos esses interesses se confrontarem e as políticas tradicionais sobreviverem especialmente nas decisões sobre o planejamento de Florianópolis. Na década de 70, ocorre a ascensão ao poder da oligarquia Konder-Bornhausen e o declínio da oligarquia Ramos, força política dominante até a década de 60.

Nas décadas de 1960 e 1970, em Florianópolis teve início um processo de transformação urbana decorrente, principalmente, do crescimento das funções político-administrativas dos governos federal e estadual. Durante esse período, muitos órgãos públicos foram criados. Na capital catarinense concentraram-se as sedes administrativas, os recursos financeiros, o corpo técnico e científico do Estado refletindo na sua organização sócio-espacial. Destaca-se a implantação da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, na Trindade, juntamente com a criação da Eletrosul, atraindo um grande contingente populacional de outros estados brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Na década de 1970, foram implantadas obras de infra-estrutura, pontes e vias expressas, que contribuíram para a intensificação do processo de expansão urbana da cidade de Florianópolis. Setores dominantes e suas frações vinculadas ao mercado de terras, à incorporação imobiliária e à construção civil, beneficiando-se de uma forte ascendência sobre as ações do Estado, tiveram influência nas decisões sobre as obras a serem feitas, especialmente a execução da Via de Contorno Norte-Ilha. Em contraposição à proposta original do Plano de Desenvolvimento Integrado, a construção dessa via consolidou a área da orla norte da península central da cidade, a Beira-mar Norte, como área residencial das classes de mais alta renda, bem como viabilizou a expansão urbana em direção à Universidade Federal de Santa Catarina no bairro da Trindade e o acesso ao norte da ilha de Santa Catarina,

especialmente as praias de Canasvieiras e Jurerê. Nessas áreas concentraram-se os investimentos e ações do Estado que repercutiram em um processo intenso de valorização imobiliária.

Nesse período, o Estado teve um papel fundamental para promover o desenvolvimento econômico e urbano da capital catarinense, cujo objetivo era transformar Florianópolis em uma metrópole, condição para a modernização desejada. A cidade construída nesse período com forte influência do urbanismo moderno privilegiou o automóvel através da construção das grandes vias de circulação rápida, as chamadas vias expressas. Esses espaços estão em detrimento dos espaços públicos urbanos que necessita, como vimos, para a sua apropriação da escala e do ritmo do pedestre.

Nas últimas décadas, o turismo que há muito vem sendo considerado uma possibilidade de desenvolvimento econômico, ganhou uma dimensão maior a partir do investimento em grandes empreendimentos turísticos. O modelo econômico que tem sido intensivamente buscado em Florianópolis, desde meados da década de 1980, está baseado no turismo como momento de realização da reprodução do capital impulsionado pelas condições colocadas pela chamada globalização. Os interesses econômicos são aguçados e o Estado tem atuado como um importante apoio para viabilizar esse modelo. O espaço público urbano tem sido negado por esse projeto de cidade dominante, sendo sistematicamente foco de interesses imobiliários, visando muitas vezes a sua privatização.

Assim, a ação do poder público municipal e estadual intensificou nos últimos anos o processo de modernização em Florianópolis em favor de um projeto de cidade ligado aos grandes empreendimentos turísticos e à especulação imobiliária, especialmente as práticas de valorização de terras a partir dos investimentos públicos.

A eleição para prefeito de Esperidião Amin Helou Filho, em 1988, sustentada pela aliança política "União por Florianópolis" e composta pelos partidos PDS, PFL e PRN, oriundos da oligarquia Konder-Bornhausen, refletiu os interesses que buscaram viabilizar grandes empreendimentos turísticos na cidade cujo objetivo era transformar Florianópolis em um centro turístico internacional.

Assim, a administração municipal de Florianópolis propôs uma série de "grandes projetos" com o objetivo de impulsionar uma alternativa econômica para a cidade ligada ao turismo internacional, através de uma parceria público-privado. Em

geral, esta é uma fórmula bem conhecida onde o setor público tem arcado com o ônus e o setor privado com o bônus dos investimentos.

Os movimentos sociais e ambientais, apoiados nos avanços do processo de democratização no país, a partir dos anos 1980, atuaram como contraponto num movimento de resistência à implantação do modelo dominante de cidade, especialmente, quanto à perda dos espaços públicos urbanos.

Neste sentido, os anos de 1980 deram início a um momento político na cidade que foi marcado por intensas disputas quanto ao desenvolvimento de Florianópolis, a partir dos vários projetos de cidades que se apresentavam. As disputas continuaram ao longo da década de 1990 e permanecem nos dias de hoje.

No contexto dos conflitos gerados pelas propostas surgidas de grandes empreendimentos turísticos privados na cidade, acentuaram-se as disputas sobre que cidade se quer, ou seja, sobre projetos de cidades. Podemos identificar mais claramente dois grandes grupos de interesse. Por um lado, grupos ligados à elite política local, oriundos das oligarquias há muito estabelecidas e aos interesses econômicos, especialmente, ligados aos setores imobiliário e turístico. Por outro lado, grupos ligados aos movimentos sociais e ambientais com uma presença marcante de membros ligados à Universidade Federal de Santa Catarina, entre outros, atuando em movimentos de resistências aos vários projetos e planos de intervenção urbana cujo objetivo era inserir Florianópolis no circuito econômico nacional e internacional do turismo, baseado em um modelo de desenvolvimento que transforma a cidade em mercadoria.

O crescimento do aparelho do Estado nas décadas de 1960 e 1970, especialmente a partir da implantação das empresas estatais, como a Eletrosul, e da Universidade Federal de Santa Catarina, promoveu uma migração populacional que chega à cidade, vinda predominantemente do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. São professores, técnicos e pesquisadores de alta qualificação que concentravam os melhores salários do corpo funcional do Estado com conseqüências na organização e no crescimento do espaço urbano.

Entretanto, as conseqüências dessa migração podem ser percebidas na mudança da correlação das forças políticas existentes nas décadas seguintes na cidade, visto por exemplo, o crescimento dos movimentos sociais e ambientais na cidade contribuindo para o surgimento de outros projetos sociais de cidade e a vitória eleitoral de partidos da oposição com a eleição de Sérgio Grando, em meados

da década de 90.

Mais recentemente, Florianópolis tem recebido um fluxo migratório cujos impactos já podem ser percebidos na organização do espaço urbano, no crescimento da cidade e no aumento da desigualdade social e da violência urbana. O perfil mais geral dessa migração é de famílias de classe média alta, vindas dos grandes centros urbanos, especialmente São Paulo, pela possibilidade de obter uma qualidade de vida melhor, longe da violência dos grandes centros urbanos. A presença desse acréscimo de população já é visível na paisagem urbana marcada pela presença de shopping centers e de condomínios fechados. Outros elementos são menos visíveis, como o sentido de pertencimento e envolvimento nas questões da vida pública da cidade. Que projeto de cidade carrega?

Por outro lado, percebemos diversos grupos sociais mobilizados por questões sociais e ambientais na cidade. Esses grupos heterogêneos possuem diferentes visões de mundo e diferentes projetos sociais de cidade, mas têm em comum a contraposição aos grupos sociais ligados a interesses econômicos e à especulação imobiliária, constituindo-se em movimentos de resistência que lutam pelo “direito à cidade”.

Portanto, a cidade produzida reflete a correlação de forças dos projetos de cidade em disputa. Todos esses elementos continuam atuando na cidade, ou seja, projetos antagônicos de cidade continuam presentes e em disputa na cidade de Florianópolis.

A história do Parque da Luz revelou um lugar em disputa por projetos distintos de cidades. Esse lugar foi durante mais de meio século o cemitério da cidade e teve a sua memória apagada quando dali foi removido para dar lugar aos acessos da Ponte Hercílio Luz. Por muitas décadas foi um lugar abandonado pelo poder público.

Em meados da década de 1980, surgiu um movimento que alimentou o desejo de criar um parque público na área da cabeceira da Ponte Hercílio Luz. Esse lugar então foi percebido como parte desse importante elemento paisagístico e simbólico que se constituiu na cidade, a “ponte velha”.

Ao mesmo tempo a modernização da indústria do turismo em tempos de globalização vislumbrou o potencial dessa área pela sua valorização no mercado imobiliário e pelas suas potencialidades para empreendimentos turísticos.

As disputas que estiveram relacionadas à ocupação desse lugar estão,

por um lado, ligadas aos interesses da cidade do capital, percebendo as possibilidades do seu valor de troca. Por outro lado, a luta pela criação do Parque da Luz, nas duas últimas décadas, constituiu-se em um movimento de resistência ao processo de modernização da cidade de Florianópolis que tem se pautado pela privatização ou pelo descaso dos espaços públicos urbanos.

Assim, esse movimento que se constituiu de luta pela criação do Parque da Luz representa a resistência às tendências de esvaziamento dos espaços públicos urbanos nas cidades contemporâneas.

O sonho de criação do Parque da Luz tem se realizado pela prática concreta de grupos sociais e ambientais fazendo desta prática coletiva um exercício de cidadania ao pensar e fazer da cidade um lugar melhor.

Ao longo destas últimas décadas, um lugar de vida pública passou a ser construído cotidianamente pela ação coletiva, resistindo às tentativas de privatização. O que leva as pessoas a lutarem durante anos por um espaço público? Esse lugar não estava pronto, era preciso ser construído. Um sonho, um desejo contra todas as dificuldades e tendências colocadas para a cidade contemporânea.

Etienne, Lúcio e todas as pessoas que deram início à proposta de criação do Parque da Luz perceberam o significado desse lugar a partir de suas experiências individuais que se transformaram pouco a pouco em coletivas.

Um projeto urbano total torna-se autoritário. A cidade da liberdade e da solidariedade se faz a partir das experiências individuais e coletivas, desejos, intenções, conflitos, mediações, assim transformando a cidade, mobilizado por um sentido de pertencimento, em um projeto coletivo. Um arco se faz de pedras.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio L. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

AGOSTINHO FACCIÓ, Maria da Graça. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

_____. Plano Diretor Participativo e a construção do espaço público nas cidades brasileiras a partir do Estatuto da Cidade: possibilidades e limites. In: ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL E NA EUROPA: UM DIÁLOGO AINDA POSSÍVEL? UFSC, 1, Florianópolis, 23 a 25 out. 2006. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2006.

AGOSTINHO, Maria da Graça; AMORA Ana Albano. Desenvolvimento urbano de Florianópolis: o caso do Campeche. Florianópolis: março de 1993. (não publicado).

AMORA, Ana Albano. Ponte da luz, Parque da Luz: do encontro da cidade com sua história à construção de uma identidade cidadã. Florianópolis, (s/d). (não publicado).

_____. **O nacional e o moderno: a arquitetura da saúde no Estado Novo nas cidades catarinenses**. 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

A MORTE DO MIRAMAR. Locução da matéria por Adolfo Zigelli. 1974. Caros ouvintes. Disponível em: <http://www.carosouvintes.com.br/>. Acessado em: 19 mai. 2007.

A NOTICIA. Manifestação na Câmara defende Parque da Luz. Florianópolis, 4 de maio de 1989.

A NOTICIA Oposição pronta a votar contra projetos de Amin. Florianópolis, 28 de abril de 1989.

A NOTICIA. Joinville, 16 de agosto de 1998.

A NOTICIA. Joinville, 22 de março de 2001.

A NOTICIA. Joinville, 17 de junho de 2001.

A NOTICIA. Joinville, 17 de dezembro de 2004.

A NOTICIA. Joinville, 19 de junho de 2006.

A NOTICIA. Joinville, 07 de outubro de 2007.

A NOTICIA. Joinville, 16 de agosto de 2007.

ARANTES, O. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp; Studio Nobel, 1993.

_____. Uma estratégia fatal, a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O., VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000. p.11-74.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do litoral, reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

ARENDT, Hannah. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

_____. **História da Arte como História da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PARQUE DA LUZ. Disponível em:
<http://www.parquedaluz.alquimidia.org/>. Acessado em: 20 mai. 2005.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papius, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BAVA, S. C. **Dilemas da gestão municipal democrática**. Disponível em:
<http://www.polis.org.br>. Acessado em 15 jan. 2003.

BASTOS, Rossano Lopes e TEIXEIRA, Adriana. A Arqueologia de Florianópolis. In: BASTOS, R., BRUHNS, K. e TEIXEIRA, A. **A arqueologia na ótica institucional: IPHAN, contrato e sociedade**. Erechim, RS: Habilis, 2007.

BENÉVOLO, Leonardo. **O último capítulo da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Edições 70, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Paris, capital do século XIX**. In: KOTHE, W. Benjamin. São Paulo: Ática, 1991.

BERLIN, Isaiah. **Cuatro ensayos sobre la libertad**. Madrid: Alianza, 1988.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

_____. A fundação e os fundamentos das novas cidades. **Revista Tântalo**, nov./dez., 1993/94.

BOLLE, Willi. Cultura, Patrimônio e Preservação, Texto I. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). **Produzindo o passado, estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOPPRÉ, Afrânio. **Expansão urbana em Florianópolis conflito entre a cidade real e a cidade legal**. 2003. 103f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BORJA, Jordi. Espaço público, condição da cidade democrática: a criação de um lugar de intercâmbio. **Revista eletrônica Vitruvius**, nº 72, 2006. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq072/arq072_03.asp , Acessado em: 15 ago. 2007.

BRASIL, Lei n. 10.257, 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 2v.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Projeto de lei n. 4.102, 1989. Autoriza o poder executivo a efetuar a doação onerosa de terreno situado junto à cabeceira da ponte Hercílio Luz: com área de 27.809,00 m².

CANCLINI, Nestor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a produção do espaço. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 47-56, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. La utopía de la gestión democrática de la ciudad. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 9, n. 194, ago., 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-01.htm>. Acessado em: 15 mar. 2006.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945 – 1979)**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil, um longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A liberdade dos pós-modernos. **Folha de S. Paulo**, p. 3, 30 maio, 1999. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_6_8.htm, Acessado em: 20 out. 2007.

_____. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/199.pdf>, Acessado em: 20 out. 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. In: **Revolução e autonomia, um perfil político de C. Castoriadis**. Belo Horizonte: COPEC, 1981. p.117-147.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério: a transferência do cemitério público de Florianópolis (1923 -1926)**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Curso de Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2004.

CHOAY, Françoise e MERLIN, Pierre. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Presses Universitaires de France, 2ème édition, 1996. Disponível em : <http://www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdefp.htm#EspPu>. Acessado em: 17 nov. 2007.

COELHO, Mário César. **Moderna ponte velha: imagem & memória da Ponte Hercílio Luz**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 15, n. 41, 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420010001_00004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 19 abr. 2008.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. In: **Filosofia Política**. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 9-25.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 12 de outubro de 1986.

DIÁRIO CATARINENSE. População tem que ser consultada. Florianópolis, 05 de março de 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. Ecologista quer local para lazer. Florianópolis, 05 de março de 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. Ecologistas criticam Amin. Florianópolis, 25 de abril de 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 05 de março de 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. Ecologistas querem um parque municipal. Florianópolis, 5 de maio de 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, de 9 de maio de 1999.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 29 de dezembro de 2004.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**. São Paulo: Edusp, 1992.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Os jogos da memória. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, n.12. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2000. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/> . Acessado em: 16 ago. 2006.

_____. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, n. 44. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2001. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/> . Acessado em: 16 ago. 2006.

_____. O porto pouco seguro: estudo da cultura do medo em Porto Alegre. Porto Alegre, Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/>. Acessado em: 16 ago. 2006.

_____. Das fraturas sociais e dos processos de transformação: o lugar do patrimônio. Porto Alegre, Banco de Imagens e Efeitos visuais, PPGAS/UFRGS, 2006. 10p. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/>. Acessado em: 16 ago. 2006

ESPLAN - ESCRITÓRIO CATARINENSE DE PLANEJAMENTO INTEGRADO.
Plano de desenvolvimento local integrado micro-região da Grande Florianópolis. Florianópolis: [s.n.], 1967.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos avançados** , São Paulo, v.6, n.14, 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100002&lng=en&nrm=isso . Acessado em: 15 set. 2007.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FIORI, José Luis. O capitalismo e suas vias de desenvolvimento, entrevistado por Fernando Haddad. **Revista Teoria e Debate**. N. 33, nov/dez/jan., 1997.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FLORIANÓPOLIS, Lei nº 3.206, 19 de junho de 1989. Autoriza o poder executivo a efetuar a doação onerosa de terreno situado junto à cabeceira da ponte Hercílio Luz: com área de 27.809,00 m² (vinte e sete mil, oitocentos e nove metros quadrados), nas condições que dispõe.

FLORIANÓPOLIS VILLAGE GOLF RESORT. Disponível em: <http://www.jatengenharia.com.br/br/empreendimentos/golfresort/>, acessado em 20 jun. 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ecologistas protestam com música em SC. São Paulo: 15/05/1989.

FORTALEZAS MULTIMÍDIA. Disponível em: <http://www.fortalezasmultimidia.com.br>. Acessado em: 20 de maio de 2005.

FOUCAULT, Michel. Espaço e poder, Entrevista de Michel Foucault a Paul Rabinow. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 23, 1994. p. 139-145.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da Arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREITAG, Bárbara. Cidade e Cidadania. 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/cidade_cidadania.pdf. Acessado em: 6 out. 2007.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas, os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC/ Annablume, 1997.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FUÃO, Fernando Freitas. Brutalismo, a última trincheira do movimento moderno. 2000. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp036.asp>. Acessado em: 20 abr. 2005.

GADOTTI, Moacir. Escola cidadã, cidade educadora, projetos e práticas em processo. 2003. Disponível em: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola_Cidada/Escola_Cid_Cidade_Educadora_2003.pdf. Acessado em: 11 fev. 2008.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOLSTON, James. **A cidade modernista, uma crítica e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. A coincidência da democracia política, da violência e do 'desestado' de direito no Brasil (e muitas outras democracias). In: SLAMON, Catherine; MACHADO, Máira Rocha; BOTTINI, Pierpaolo (Orgs). **Novas direções na governança da justiça e da segurança**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. p. 183- 201.

Disponível em:

http://www.comunidadessegura.org/files/Novas%20direcoes%20na%20governaca_6.pdf. Acessado em: 13 jan. 2008.

HUET, Bernard. A cidade como espaço habitável. **Revista Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 2, n.9, p. 82-87, dez/jan. 1987.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas cidades grandes**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORNAL DE SANTA CATARINA, Blumenau, 12 de fevereiro de 1989.

JORNAL DE SANTA CATARINA, Blumenau, 13 de fevereiro de 1989.

KUHNEN, A.; SCHERER-WARREN, I. e LHULLIER, L. A. Participação social e meio ambiente: a atuação das organizações civis de defesa do meio ambiente na Lagoa da Conceição – Florianópolis. In: SILVA, Ana Maria, et. al. **Estudos interdisciplinares em ciências humanas**. Florianópolis: Cidade futura, 2003. p.97-123.

LAFER, Celso. A política e a condição humana. In: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.341-352.

LAVALLE, Adrián Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, v. 25,n.46, p. 33-44, jan./jul. 2005.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec/Edusp,1993.

LEFÉBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. **Por Amor às cidades**: Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 14 jul. 2008.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil, 1895 – 1965**. Salvador, EDUFBA, 2005. p. 20-38.

_____. Apresentação. In: ABRAHÃO, Sérgio L. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOHN, Reinaldo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana, Florianópolis 1950 - 1970**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100013&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 09 abr. 2008.

MANTEGA, Guido. **Economia política brasileira**. 4. ed. Petrópolis: Vozes/Polis, 1987.

MARCUS, George E. Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: requisitos para etnografia sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, n. 34, p. 197-221, 1991.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2001.

MIRAMAR: UM OLHAR PARA O MUNDO. Marco Martins e Ricardo Weschenfelder. Mané Filmes, 2002.

MIRAMAR: UM OLHAR PARA O MUNDO. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/funcine/filmes_atuais.htm. Acessado em: 19 mai. 2007.

MOCKUS, Antanas. **A cidade como uma grande escola**. 2005. Disponível em: <http://www.geempa.org.br>. Acessado em: 16. jul. 2006.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate. **Uma agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 - 1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 444-461.

PONTA DO CORAL. Disponível em: <http://www.mauropassos.com.br/>. Acessado em: 20 mai. 2005.

PONTE HERCÍLIO LUZ: PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. Zeca Pires. Florianópolis: Mundo Imaginário Produções, 1996. 35 min, cor.

O ESTADO. Florianópolis, 14 de maio de 1976.

O ESTADO. Florianópolis, 23 de março de 1986.

O ESTADO. Florianópolis, 6 de novembro de 1988.

O ESTADO. Oposição diz que projeto é ilegal. Florianópolis, 22 de abril de 1989.

O ESTADO. Entrevista com Esperidião Amin. Florianópolis, 23 de março de 1989.

O ESTADO. Mobilização popular contra projeto anunciado por Amin. Florianópolis, 22 de abril de 1989.

O ESTADO. Oposição mobiliza opinião pública. Florianópolis, 28 de abril de 1989.

O ESTADO. Florianópolis, 30 de abril de 1989.

O ESTADO. Florianópolis, 23 de março de 1989.

O ESTADO. Florianópolis, 17 de maio de 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 6, p. 37-54, 1982.

_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a.

_____. O Estado e a exceção, ou o Estado de exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.5, n.1, mai. 2003b.

OLIVEN, Ruben. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, Gilberto (coord.). **O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979 (1980). p. 23 – 36.

PAIVA, Edvaldo, RIBEIRO, Demétrio e GRAEFF, Edgar. **Florianópolis: plano diretor**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

PAULA, João Antônio de. As cidades. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

PELUSO, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: PELUSO, Victor Antônio (Org.). **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991a.

_____. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Ed./Ed. da UFSC, 1991b.

PEREIRA, Élson Manuel. **O pensamento de Lúcio Costa no urbanismo de Florianópolis/SC**. Disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~elson/download.htm>., Acessado em: 01 set. 2007.

PEREIRA, Nereu do Vale. **A modernização de Florianópolis**. 1974. Tese (Livre Docência em Sociologia) – Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1974.

_____. **Desenvolvimento e modernização, um estudo de modernização em Florianópolis**. Florianópolis, Editora Lunardelli, s/d.

PERES, Lino Fernando Bragança. Construção participativa da paisagem local através das oficinas comunitárias de projeto: interação universidade e comunidade de Ingleses Sul e Santinho em Florianópolis – SC. In: SEMINÁRIO NACIONAL PAISAGEM E PARTICIPAÇÃO: PRÁTICAS NO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO. **Anais...** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 18 e 19 de out. 2007.

RABOTNIKOF, Nora. El espacio público: variaciones en torno a un concepto. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, v. 25, nº 46, p. 45-54, jan./jul. 2005.

RIBEIRO, Luis César de Queirós; CARDOSO, Adauto Lúcio. Plano Diretor e gestão democrática da cidade. **Revista da Administração Municipal**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 196, p. 8-20, jul/set., 1990.

_____. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira. In: RIBEIRO, L. C. de Q. e CARDOSO, A. L. (org.). **Reforma Urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2003. p. 11-26.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Parecer técnico IPHAN 01/91 – processo de tombamento da Ponte Hercílio Luz processo nº 1.137-T-85, jan. 1991.

RIZZO, Paulo B. **Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis. 1950 a 1990**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

ROCHA, Ana Luiza C. da. **Cidade como lugar do próprio e do absoluto: os dilemas de uma política de valorização de bens culturais**. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2001. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/>. acessado em: 16 ago. 2006.

ROSA, Edna Terezinha da. **A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Editora Cultrín, s/d.

SAID, Edward W. O orientalismo revisto. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHERER, Rebeca. Apresentação. In: LE CORBUSIER, **Carta de Atenas**, São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____. **Vida urbana e identidade pessoal: los usos Del orden**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

_____. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Dalton. **Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana: uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina**. 2002. 122f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA, Etienne L. **O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina**. 1978. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1978.

SILVA FILHO, Lúcio Dias da. Entrevista. Disponível em: <http://www.sarcástico.com.br/>. Acessado em: 20 mai. 2005.

_____. Entrevista concedida a Maria da Graça Agostinho. 3 e 4 fev. 2007.

SILVA, Mônica Corrêa da. **Um domingo nem tão alegre: o dia em que o educandário pegou fogo**. 1994. Monografia (Conclusão do Curso de Jornalismo) –

Curso de Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.11-25.

_____. **Le conflit**. Paris: Editions Circé, 1995.

SITTE, Camillo. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1997. (9^a ed.)

_____. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano**. A via de Contorno Norte Ilha. 1994. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. A localização das intervenções viárias intra-urbanas, a distribuição espacial das classes sociais e a dinâmica imobiliária em Florianópolis: a Via de Contorno Norte-Ilha. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, Brasília, 1995. **Anais...** Brasília: ANPUR, 1995.

TEIXEIRA, José Paulo; SILVA, Jorge E. (org.). **O Futuro da cidade: a discussão pública do Plano Diretor**. Florianópolis: Instituto Cidade Futura, 1999.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Espaços públicos da orla marítima do centro histórico de Florianópolis: o lugar do mercado**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

UIEDA, Maurício. Orfanato em Amstelveenseweg - Aldo van Eyck. Disponível em: <http://www.ponto.org/2/orfanato.html>. Acessado em 20 mar. 2005.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria, notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (75 - 119)

VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

VECA, Salvatore. **Liberdade.** Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=435>. Acessado em: 23 fev. 2008.

VEIGA, Eliane Veras da. **Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis: 1850-1930.** 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

_____. **Florianópolis: memória urbana.** Florianópolis: Ed. da UFSC/ Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura, notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. Metrôpole, cultura e conflito. In: VELHO, Gilberto (org.). **Rio de Janeiro: cultura, política e conflito.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. p. 9-27.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História.** Lisboa: Edições 70, 1987.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.

_____. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. de. **Metrôpole e globalização.** São Paulo: Cedesp, 1999.

VOGEL, Daisi. Os lagartos e as cobras na terra do sol. **Veja – SC,** Florianópolis, 13 de nov. 1991.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005/2006.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intra muros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 16, nº 45, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920010001000008&lng=es&nrm=iso>. Acessado em: 28 nov. 2006.